



**Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais**

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Estudo Consolidado para o Estado de São Paulo

Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais

Organizadores: Claudio Dedecca, Lilia Montali, Rosana Baeninger

Março/2009

FINEP/NEPP/NEPO/IE

UNICAMP



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
CAPÍTULO 1 – ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO	7
<i>Claudio Dedecca</i>	
CAPÍTULO 2 – DINÂMICA DEMOGRÁFICA	23
<i>Rosana Baeninger e Claudia Gomes de Siqueira</i>	
Evolução da População.....	26
Tendência do crescimento da população	41
Movimentos Migratórios Inter e Intra-Regionais.....	46
Estrutura Etária – Estado de São Paulo	54
Referências Bibliográficas	61
CAPÍTULO 3 – A QUESTÃO SOCIAL DAS REGIÕES METROPOLITANAS E PÓLOS REGIONAIS.....	63
<i>Lilia Montali, Eugenia Troncoso Leone e Stella B. Silva Telles</i>	
1. Pobreza e Desigualdade nas Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais do Estado de São Paulo	63
2. Mudanças no domicílio, na inserção domiciliar no mercado de trabalho e as políticas sociais	91
2.2. Mudanças nos arranjos domiciliares de inserção no mercado de trabalho e na provisão dos domicílios.....	107
2.3. Arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento	122
2.4. A mulher e a renda dos domicílios nas metrópoles paulistas e nos pólos regionais	135
3. Políticas sociais nas metrópoles paulistas e nos pólos regionais.....	167
Introdução	167
3.1. Os programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas e pólos regionais paulistas - mapeamento e acesso	168
3.2. Políticas sociais e a questão migratória - Análise do Banco de Informações	195
3.3. Educação Básica nos pólos regionais e regiões metropolitanas do Estado de São Paulo	228
3.4. Atenção Básica à Saúde e Acesso a Ações e Serviços de Saúde.....	252
Referências Bibliográficas	276



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas



Apresentação

Nesses últimos 20 anos, a dinâmica socioeconômica paulista não mais se associa a dualidade região metropolitana – interior prevalecente até os anos 70. Novas regiões metropolitanas se consolidaram, outras se encontram em processo de formação e pólos regionais com algum grau de integração econômica vêm sendo constituídos. Essa nova configuração impõe tanto um melhor conhecimento da dinâmica espacial como a construção de instrumentos de política pública adequados da estrutura socioeconômica do Estado de São Paulo.

A implantação de bases industriais em diversas regiões do interior do Estado e o revigoramento da atividade agrícola, nestes quase 30 anos, induziram um processo de transformação substantiva da configuração econômica e social do interior do Estado, que tem resultado em progressiva metropolização, bem como na constituição de diversos pólos econômicos com alguma integração e especialização no espaço local.

Os desequilíbrios sociais hoje presentes no Estado exigem a construção de um diagnóstico mais integrado de sua diversidade regional, que apóie adequadamente a elaboração de políticas públicas mais consistentes para o desenvolvimento econômico e social paulista.

Este projeto tem o propósito de produzir um mapa da dinâmica socioeconômica do Estado com foco nas regiões metropolitanas e em alguns pólos econômicos, que possibilite acesso estruturado e rápido à informação básica para a elaboração e implementação das políticas públicas para o desenvolvimento estadual. Três eixos temáticos são adotados na análise e no sistema informação produzidos: i. economia e trabalho, ii. dinâmica demográfica; e iii. proteção social. Os dois primeiros eixos articulam as dinâmicas econômica, social e demográfica. O último congrega, no âmbito das políticas públicas, o acesso dos segmentos específicos da população, a disponibilidade de equipamentos e de serviços pelos órgãos competentes e o perfil das recentes políticas de transferência de renda.

Em suma, este projeto espera contribuir para a compreensão da complexidade econômica e social presente no Estado, bem como para o desenho e a gestão das políticas públicas voltadas para o Estado de São Paulo.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas



Capítulo 1 – Economia e Mercado de Trabalho¹

Para 2005, a Fundação Seade estimou que a população residente do Estado de São Paulo era de quase 40 milhões de pessoas. Deste total, a Região Metropolitana de São Paulo respondia por 48,3% e as demais regiões metropolitanas e pólos por 25,3%. A estimativa revela que quase 3 de cada 4 pessoas residiam em regiões ou pólos considerados pela pesquisa.

Analisando as taxas de crescimento, notas que as regiões metropolitanas do interior e os pólos mais próximos da Região Metropolitana de São Paulo continuam a manter incrementos populacionais próximos a 2% a.a., patamar superior ao observado para o conjunto do Estado de São Paulo. Mesmo os pólos com menor crescimento, tendem ter aumentos de população iguais ou próximos ao encontrado para a Região Metropolitana de São Paulo.

Estes dados gerais reiteram, prontamente, tendência de interiorização do Estado de São Paulo observada desde a década de 70. Mesmo assim, é evidente que tal processo tem reduzido lentamente a importância da Região Metropolitana de São Paulo, que, em 2005, ainda respondia por quase metade da população do Estado.

Apesar da crescente importância do interior, em especial das regiões ou pólos próximo da capital do Estado, a dinâmica populacional continua tendo como núcleo principal a Região Metropolitana de São Paulo. Portanto, o desenvolvimento do interior não dispensa a ocorrência de um bom desempenho da RMSP para um resultado mais positivo para o conjunto do Estado de São Paulo.

¹ Ficha Técnica: Coordenação: Claudio Dedecca, Auxiliares de pesquisa: Adriana Jungbluth, Cassiano Trovão, Camila Ribeiro, Fernando Hajime.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 1
Evolução da População Residente
Estado de São Paulo, 2000-2005

	População Total				Taxa anual de crescimento
	Absoluto		Relativo		
	2000	2005	2000	2005	
Estado de São Paulo	37.006.137	39.949.487	100,0	100,0	1,5
Região Metropolitana de São Paulo	17.879.997	18.906.611	48,3	47,3	1,1
Região Metropolitana da Baixada Santista	1.476.820	1.625.115	4,0	4,1	1,9
Região Metropolitana de Campinas	2.338.148	2.578.033	6,3	6,5	2,0
Pólo de Sorocaba	1.250.957	1.405.126	3,4	3,5	2,4
Pólo de São José dos Campos	852.652	930.915	2,3	2,3	1,8
Pólo de Ribeirão Preto	1.060.644	1.147.195	2,9	2,9	1,6
Pólo de Bauru	544.394	586.324	1,5	1,5	1,5
Pólo de São José do Rio Preto	649.063	711.801	1,8	1,8	1,9
Pólo de Araçatuba	494.098	519.837	1,3	1,3	1,0
Pólo de Presidente Prudente	549.984	585.900	1,5	1,5	1,3

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Fundação Seade. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

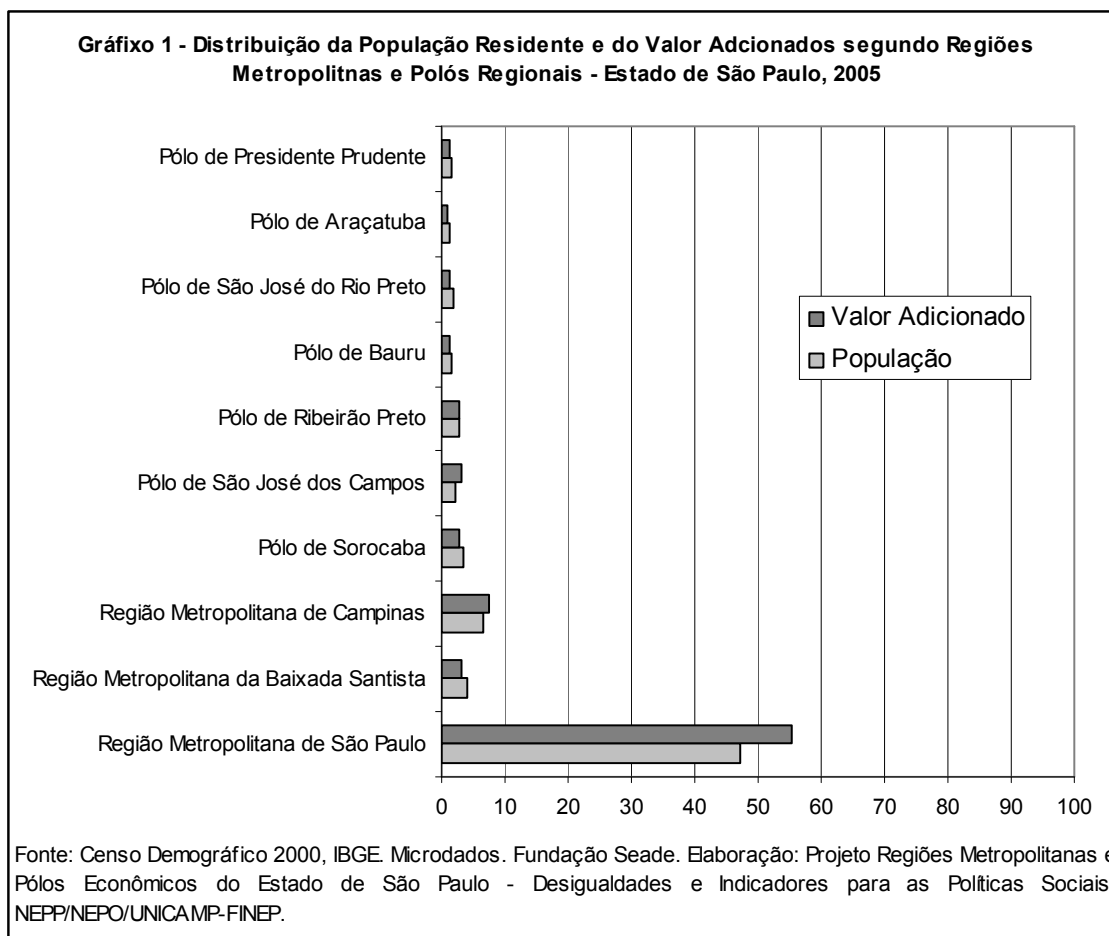
Os resultados mostram ainda que as duas novas regiões metropolitanas, Baixada Santista e Campinas, apresentam taxas de crescimento da ordem de 2% a.a., patamar razoavelmente acima da média para o Estado de São Paulo. Se considerados, ademais, os pólos de Sorocaba e São José dos Campos, com taxas respectivamente de 2,4% e 1,8% a.a., torna-se evidente que a perda de importância da RMSP tem se traduzido em ritmo mais expressivo de crescimento populacional das regiões metropolitanas ou dos pólos que se encontram no seu entorno. Observa-se a tendência de conglomeração populacional do Estado de São Paulo ao redor da Região Metropolitana de São Paulo. O movimento de interiorização tende se concentrar neste espaço, com efeitos mais limitados para os pólos do estado mais distantes da Região Metropolitana de São Paulo.

O perfil da distribuição da população coincide com aquele do valor agregado, cabendo às regiões ou pólos, mais próximos da principal região metropolitana, as maiores participações. As regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas e os pólos de Sorocaba e São José dos Campos possuem participações no valor agregado superiores às observadas para a distribuição da população residente.

É importante ressaltar que a concentração do valor adicionado nestas regiões e pólos, incluindo a da Baixada Santista, é ainda mais elevada, quando comparada com a observada para a distribuição da população. Somente a Região Metropolitana de São Paulo responde por 55% do



valor adicionado do Estado de São Paulo. Ademais, quase $\frac{3}{4}$ do valor adicionado e $\frac{2}{3}$ da população pertencem às regiões e pólos em um eixo máximo de 100 km da RMSP.



Estes primeiros resultados explicitam os limites do processo de interiorização do Estado de São Paulo até o presente momento. Os pólos mais distantes da RMSP têm ganhado importância, porém de modo ainda muito limitado. São as regiões e pólos beneficiados pela política de regionais de desenvolvimento dos anos 60 e 70 que continuam concentrando parte ponderável da população e da atividade econômica, sinalizando que o desempenho do estado continua associado à dinâmica econômica da RMSP e de seu entorno.



Quando analisada a composição setorial do valor adicionado, nota-se uma contribuição reduzida do setor agroindustrial, mesmo nas regiões onde ele tem maior presença. No caso das regiões mais centrais, isto é que se encontram no entorno da Região Metropolitana de São Paulo, a importância da agroindústria é muito pequena. Nos pólos situados mais no interior do estado, o setor cumpre um papel mais expressivo, mas não decisivo. No pólo de Araçatuba, onde se encontra a participação mais elevada, observa-se que a agroindústria respondia, em 2007, por 7,0% do valor adicionado.

Uma situação distinta é encontrada para o setor da indústria, que em todas as regiões e pólos apresenta participações significativamente mais elevadas. O pólo de São José do Rio Preto é a região com a participação mais baixa, ao redor de 18%. O pólo de São José do Rio Preto apresenta a maior participação, equivalente a metade de seu valor agregado total. Na média a indústria responde por 29% do valor agregado do Estado.

Quanto à administração pública, sua contribuição varia, aproximadamente, de 7% a 11%. Em quase todas as regiões e pólos, exceto São José dos Campos, o setor de serviços respondia, em 2005, ao menos por 50% do valor adicionado regional.

Pode-se dizer, mesmo sabendo-se das amplas diferenças regionais de estrutura intra-setoriais, que as regiões e pólos analisados têm na indústria e no setor de serviços a base relevante para a geração do valor adicionado, indicando ademais a existência de uma economia fundada nos segmentos urbanos de atividade econômica. É importante ressaltar, entretanto, que os pólos situados mais ao interior tendem ter, ao menos em parte, a dinâmica da atividade urbana induzida pelo setor agroindustrial. Esta é a situação pólos de Ribeirão Preto, Bauru, São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente.

Tabela 2
Composição Setorial do Valor Adicionado segundo Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais
Estado de São Paulo, 2005

	Setor Privado				Administração Pública	Total
	Agroindústria	Indústria	Serviços	Total		
Total	1,7	29,2	61,3	92,2	7,8	100,0
Região Metropolitana de São Paulo	0,1	26,4	66,8	93,3	6,7	100,0
Região Metropolitana da Baixada Santista	0,3	27,5	60,9	88,6	11,4	100,0
Região Metropolitana de Campinas	0,5	36,9	54,9	92,4	7,6	100,0
Pólo de Sorocaba	1,4	35,9	53,7	91,0	9,0	100,0
Pólo de São José dos Campos	0,3	49,8	43,2	93,3	6,7	100,0
Pólo de Ribeirão Preto	3,7	26,5	61,5	91,6	8,4	100,0
Pólo de Bauru	4,4	24,7	61,6	90,7	9,3	100,0
Pólo de São José do Rio Preto	5,6	18,6	65,9	90,1	9,9	100,0
Pólo de Araçatuba	7,0	24,2	57,4	88,5	11,5	100,0
Pólo de Presidente Prudente	4,8	36,0	49,3	90,2	9,8	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

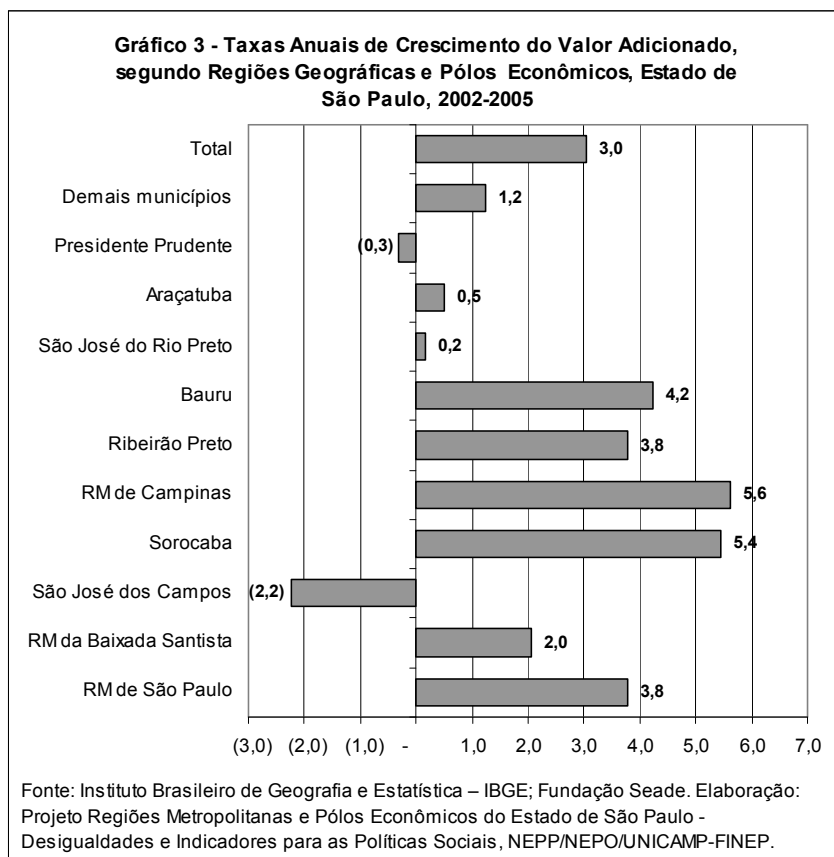


Apesar da importância dos setores de atividade urbanos para as economias regionais, a evolução recente do valor adicionado mostra comportamentos bastante diferenciados entre regiões metropolitanas e pólos regionais.

No período 2002-2005, o valor adicionado do Estado de São Paulo cresceu a uma taxa de 3,0 a.a. As regiões e pólos de Campinas, Sorocaba e Bauru lideraram o crescimento, com taxas superiores a 4,0 a.a. Mesmo a Região Metropolitana de São Paulo apresentou uma taxa expressiva, de 3,8%, semelhante à observada para o pólo de Ribeirão Preto.

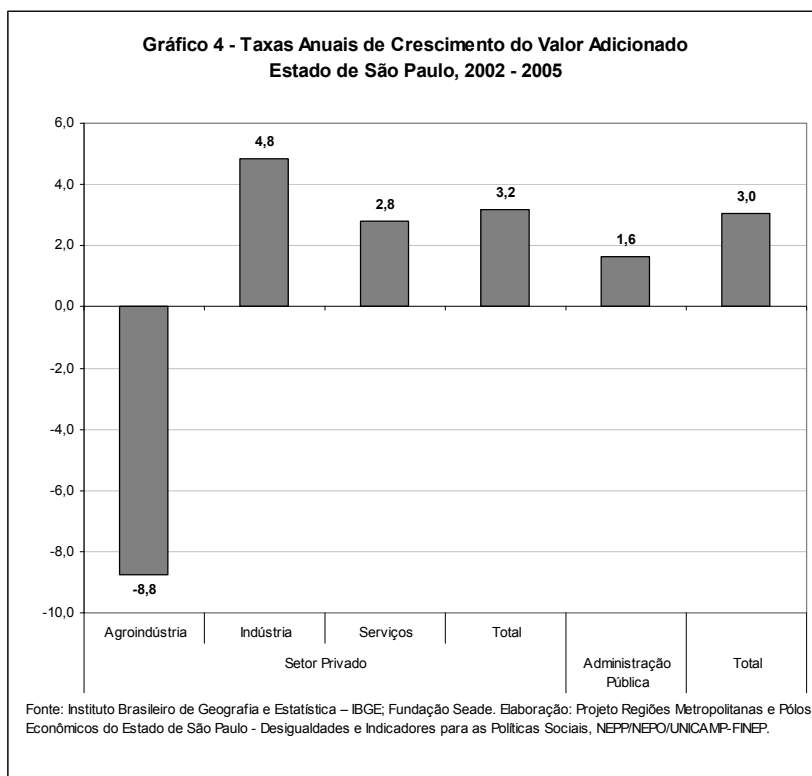
O melhor desempenho destas regiões e pólos se contrasta com uma evolução desfavorável nas demais, tendo-se observado uma queda de 2,2% a.a. do valor adicionado do pólo de São José dos Campos. Nos pólos com maior densidade da atividade econômica agropecuária nota-se uma estagnação do valor adicionado.

Percebe-se, portanto, que a recuperação da economia brasileira desta década favoreceu o desempenho da economia paulista, mas especialmente de algumas das regiões ou pólos do estado, não se espalhando de modo generalizado no espaço regional.



Os dados revelam ademais que este desempenho esteve estreitamente relacionado com a performance do setor industrial, seguido pelo da dos serviços. Em compensação, verifica-se um comportamento claramente desfavorável da agricultura no período, que tendeu penalizar as regiões onde o setor tem maior relevância para a estrutura produtiva local, como ocorre nos pólos regionais de Araçatuba e Presidente Prudente.

Verifica-se, uma vez mais, a densidade do crescimento no entorno da Região Metropolitana de São Paulo, exceção feita ao pólo de São José dos Campos. Tal movimento reitera a concentração da atividade nas regiões ou pólos mais próximos da principal metrópole do estado, evidenciando os limites do processo de interiorização da atividade econômica paulista, bem como ele reafirma o papel do entorno para o comportamento econômico futuro do estado.



A questão a ser agora explorada diz respeito à configuração regional do mercado de trabalho paulista, isto é, suas principais características segundo as regiões e pólos considerados neste estudo.

Infelizmente, não existem dados recentes sobre a evolução da população economicamente ativa (PEA) para as diversas regiões e pólos. A referência ainda disponível é propiciada pelo Censo Demográfico 2000. Como sintetizam os dados da Tabela 3, as distribuições da população em idade ativa (PIA) e da PEA são muito próximas. De acordo com o Censo Demográfico 2000, a Região Metropolitana de São Paulo respondia por quase metade da PIA ou da PEA, ou melhor, por 1 de cada 2 pessoas ativas residentes no Estado de São Paulo. As regiões e pólo do entorno da Região Metropolitana de São Paulo respondiam, em 2000, por 2/3 da população economicamente ativa do Estado. P

Ademais, estas regiões e pólo, exceto a Região Metropolitana de Campinas, apresentavam taxas de desemprego superiores à média encontrada para o estado como um todo. Entretanto, os dados do Censo Demográfico 2000 revelavam taxas de desemprego expressivas em todas as regiões e pólos. A menor taxa observada era de 12,3%, que pertencia ao pólo de Araçatuba. Em



suma, os resultados do Censo Demográfico 2000 apontavam a recorrência do desemprego no território paulista, independentemente do tamanho do mercado de trabalho local, bem como a de taxas de dimensão expressivas. Os dados indicavam que o desemprego atingia, ao menos, 1 de cada 10 pessoas economicamente ativa nas regiões ou pólos considerados. Para o conjunto do estado, o desemprego alcançava, aproximadamente, 1 de cada 6 pessoas economicamente ativas.

Tabela 3
Participação dos municípios, segundo indicadores de mercado de trabalho e
taxas de desemprego
Estado de São Paulo, 2000

	PIA	PEA	Taxa de Desemprego
Estado de São Paulo	100,0	100,0	17,5
Região Metropolitana de São Paulo	48,2	49,1	19,6
Região Metropolitana da Baixada Santista	4,0	3,9	21,2
Região Metropolitana de Campinas	6,4	6,5	16,3
Pólo de Sorocaba	3,3	3,2	17,0
Pólo de São José dos Campos	2,3	2,3	20,0
Pólo de Ribeirão Preto	2,9	2,9	14,2
Pólo de Bauru	1,5	1,5	15,8
Pólo de São José do Rio Preto	1,8	1,8	13,3
Pólo de Araçatuba	1,4	1,4	12,3
Pólo de Presidente Prudente	1,5	1,4	15,9

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

A densidade da situação de desemprego no mercado de trabalho estadual sinaliza a importância do trabalho assalariado, o qual tem papel determinante para explicar o nível de desocupação observado.

Em 2000, 2 de cada 3 pessoas ocupadas mantinham relação de trabalho assalariada. Esta situação não apresentava grandes diferenças quando analisados o indicador de assalariamento de cada região ou pólo. Um indicador um pouco mais reduzido era encontrado para o pólo de São José do Rio Preto, onde 56% dos ocupados eram assalariados.

Deve-se observar ainda que a densidade do assalariamento era mais expressiva nos domicílios de renda mais baixa. Isto é, o trabalho assalariado se apresenta como alternativa mais relevante de trabalho dentre a população mais pobre, sinalizando que o grau de desenvolvimento da economia paulista já constituiu um mercado de trabalho especificamente capitalista, cuja principal característica é a dominância da estrutura ocupacional pelo trabalho assalariado.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 4

Taxa de Assalariamento segundo Municípios e Decis de Renda Domiciliar (1)
Regiões Metropolitanas e Pólos selecionados do Estado de São Paulo, 2000

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	Total
Estado de São Paulo	55,8	68,7	67,5	70,5	71,0	71,1	72,5	72,5	70,0	50,9	67,6
Região Metropolitana de São Paulo	56,8	70,5	69,1	71,9	72,2	72,3	73,3	73,3	71,0	59,7	69,0
Região Metropolitana da Baixada Santista	48,4	64,2	63,4	65,4	66,2	65,9	68,8	70,1	67,9	55,9	64,4
Região Metropolitana de Campinas	54,7	68,9	68,1	70,6	71,0	73,1	73,7	73,3	70,9	59,7	69,3
Pólo de Sorocaba	49,2	59,0	60,6	65,8	66,9	67,2	70,3	70,7	67,4	55,5	64,4
Pólo de São José dos Campos	51,6	66,8	67,0	69,1	71,7	71,6	73,5	75,0	73,7	63,0	69,4
Pólo de Ribeirão Preto	63,1	70,3	67,7	69,7	70,0	68,9	71,0	70,7	65,3	57,5	60,2
Pólo de Bauru	54,6	67,1	64,3	68,5	69,7	70,0	70,2	69,9	65,4	55,3	66,1
Pólo de São José do Rio Preto	56,4	65,9	60,8	66,2	66,0	63,5	66,0	64,0	58,8	4,4	56,7
Pólo de Araçatuba	61,8	67,3	66,7	71,9	70,8	68,7	69,8	67,0	60,6	48,8	66,2
Pólo de Presidente Prudente	53,0	64,1	62,1	64,6	66,3	67,5	68,0	65,4	60,4	48,1	61,9

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/INEPO/UNICAMP-FINEP.

(1) Assalariados, exclusive o emprego doméstico, no total da população ocupada.

As informações relativas à taxa de participação reforçam este argumento. Na média, 6 de cada 10 pessoas ativas participavam do mercado de trabalho paulista. Taxas semelhantes eram encontradas em todas as regiões ou pólos. Quando analisado o nível de renda domiciliar, observa-se que nos estratos de menor renda a taxa era, ao menos, de 50%.

Este patamar se situava acima da média do país, indicando que o Estado de São Paulo, considerando suas diversas regiões, apresentava taxa de participação coerente com o grau de desenvolvimento da nação e de seu mercado de trabalho. Ademais, a taxa de participação para o estado era equivalente a encontrada nos países desenvolvidos.

Ambos os argumentos indicam que o grau de desenvolvimento do estado já se traduziu na transformação de sua população adulta em força de trabalho, observando-se o desafio de estabelecer atividade econômica com capacidade de geração de postos de trabalho em volume e configuração compatíveis com a disponibilidade existente de população economicamente ativa. A incapacidade de geração de postos de trabalho pela atividade econômica regional tende se expressar, em um primeiro momento, na existência de desemprego. Os dados apresentados revelam haver taxas de desemprego expressivas em todas as regiões ou pólos considerados e, portanto, a existência de geração de postos de trabalho pela dinâmica econômica do estado.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 5

Taxa de Participação segundo Regiões e Decis de Renda Domiciliar

Regiões Metropolitanas e Pólos selecionados do Estado de São Paulo, 2000

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	Total
Estado de São Paulo	50,6	55,0	58,1	61,6	61,8	63,1	64,4	66,0	66,8	67,3	62,0
Região Metropolitana de São Paulo	51,1	55,7	58,2	61,6	61,7	63,2	64,6	66,3	67,6	68,6	62,6
Região Metropolitana da Baixada Santista	54,7	56,1	58,0	60,1	58,7	59,9	61,0	62,5	62,9	62,8	59,9
Região Metropolitana de Campinas	48,9	54,5	57,7	61,8	62,6	64,3	65,8	67,0	66,9	66,3	62,6
Pólo de Sorocaba	49,5	51,6	56,0	59,3	59,4	59,6	62,2	64,7	64,8	63,0	59,1
Pólo de São José dos Campos	50,8	53,7	57,2	60,2	60,1	61,5	61,9	63,4	64,9	65,3	60,4
Pólo de Ribeirão Preto	47,9	53,5	57,8	62,5	62,4	64,2	64,1	65,5	65,5	62,1	61,0
Pólo de Bauru	48,8	52,8	58,5	63,1	62,9	62,9	65,0	66,3	65,9	62,1	60,8
Pólo de São José do Rio Preto	47,2	53,5	60,7	64,9	66,2	66,6	66,6	66,3	63,4	60,9	61,5
Pólo de Araçatuba	49,0	53,8	61,6	66,8	65,7	68,4	68,0	68,2	63,8	62,2	62,0
Pólo de Presidente Prudente	49,5	53,7	58,2	60,4	65,0	65,3	65,3	65,3	63,6	62,9	59,2

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/INEP/UNICAMP-FINEP.

A existência de um desemprego que se espalha por todo o território paulista ganha evidência quando analisado o indicador segundo estratos de renda domiciliar. Os resultados revelam a tendência de um desemprego elevado nos estratos inferiores em todas as regiões ou pólos. Nas regiões ou pólos do entorno da Região Metropolitana de São Paulo, observa-se um desemprego relativamente mais elevado nos estratos inferiores de renda. Contudo, mesmo nos pólos situados mais ao interior do Estado, observam-se ainda taxas de desemprego elevadas nos estratos de menor renda. Portanto, constata-se que o desenvolvimento do estado transformou a estrutura produtiva e o mercado de trabalho, fazendo que os problemas que este conhece derivem da capacidade da atividade produtiva em gerar novos postos de trabalho. Quando ela se mostra insuficiente, o problema se expressa imediatamente no comportamento do desemprego.

Tabela 6

Taxa de Desemprego segundo Municípios e Decis de Renda Domiciliar

Estado de São Paulo, 2000

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	Total
Estado de São Paulo	36,1	25,4	20,8	17,1	15,9	14,5	13,1	11,0	8,8	5,7	15,9
Região Metropolitana de São Paulo	41,8	30,3	25,1	20,6	19,2	17,1	15,0	12,7	9,7	5,9	17,6
Região Metropolitana da Baixada Santista	41,6	29,2	24,5	21,3	19,2	17,7	16,9	13,1	10,9	7,2	19,0
Região Metropolitana de Campinas	40,8	28,0	22,4	18,1	14,9	14,3	11,9	9,7	7,8	5,6	14,9
Pólo de Sorocaba	35,6	24,6	20,1	16,9	15,4	13,7	12,8	10,2	7,9	5,2	15,6
Pólo de São José dos Campos	41,0	28,9	25,4	20,4	19,6	18,9	16,0	13,1	10,4	6,4	18,4
Pólo de Ribeirão Preto	34,2	23,4	18,6	14,2	12,3	12,0	10,1	8,4	6,7	4,5	13,2
Pólo de Bauru	34,4	23,1	19,2	15,3	14,2	12,9	11,1	9,7	8,2	5,8	14,9
Pólo de São José do Rio Preto	32,1	20,5	15,3	11,7	11,1	9,7	8,5	7,0	5,6	4,2	12,2
Pólo de Araçatuba	25,9	18,5	12,0	9,5	10,0	9,3	7,9	7,3	5,3	5,1	11,5
Pólo de Presidente Prudente	25,9	18,5	12,0	9,5	10,0	9,3	7,9	7,3	5,3	5,1	11,5

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/INEP/UNICAMP-FINEP.

A fragilidade do mercado de trabalho do estado não parece estar associada à prováveis fluxos migratórios dirigidos às regiões ou pólos que pudessem acelerar o crescimento populacional e, por consequência, intensificar a oferta de trabalho. Segundo o Censo Demográfico, a parcela de população com residência com até 9 anos é inferior à taxa de desemprego. Mesmo que a migração contribua para o crescimento da oferta de trabalho, ela não é suficiente para explicar os estoques de desempregados encontrados nas regiões ou pólos. Em outras palavras, mesmo que não o saldo migratório fosse nulo ou negativo, o desemprego continuaria a ser respeitável nas regiões ou pólos.



Tabela 7
Distribuição da População segundo Condição de Migração
Estado de São Paulo, 2000

	Natural	Até 3 anos	4 a 9 anos	10 anos e mais	Total
Estado de São Paulo	52,3	3,8	6,0	37,9	100,0
Região Metropolitana de São Paulo	52,6	4,2	6,8	36,4	100,0
Região Metropolitana da Baixada Santista	45,4	4,4	6,9	43,3	100,0
Região Metropolitana de Campinas	42,1	4,8	7,5	45,6	100,0
Pólo de Sorocaba	50,4	3,6	6,0	40,0	100,0
Pólo de São José dos Campos	52,3	4,1	5,7	37,9	100,0
Pólo de Ribeirão Preto	56,0	3,5	5,3	35,2	100,0
Pólo de Bauru	51,4	2,4	4,0	42,2	100,0
Pólo de São José do Rio Preto	45,4	3,2	4,6	46,7	100,0
Pólo de Araçatuba	52,1	2,6	3,6	41,6	100,0
Pólo de Presidente Prudente	49,8	3,7	4,8	41,6	100,0

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Até o presente momento, foram exploradas algumas dimensões da configuração geral dos mercados de trabalho das regiões e dos pólos, em contraste com os indicadores de dinâmica demográfica e econômica. A partir de agora, se focará mais a dimensão da formalização dos contratos de trabalho, seja para entender a estruturação dos mercados de trabalhos das regiões ou pólos, seja para avaliar, a partir do emprego formal, a geração recente de postos de trabalhos regionalmente.

Considerando a taxa de formalização como a parcela de ocupados com contribuição para a previdência no total da população ocupada, constata-se que, em 2000, ele correspondia a 66% do mercado de trabalho paulista. Isto é, 2 de cada 3 ocupados do estado contribuíam para a previdência social. Esta taxa era mais elevada, entre 70% e 80%, nos estratos superiores, e girava entre 40% e 60% nos estratos inferiores. As regiões e pólos mais próximos da Região Metropolitana de São Paulo, inclusive esta, tendiam apresentar taxas de formalização um pouco mais elevada que as encontradas nas regiões mais ao interior do estado.

Mesmo com uma taxa de formalização superior à encontrada para a média do país, que se situava ao redor de 50%, deve-se considerar que a encontrada para o Estado de São Paulo e aquelas observadas nas regiões e pólos evidenciam uma formalização limitada do mercado de trabalho do estado, independentemente do grau de desenvolvimento local. O principal exemplo é a Região Metropolitana de São Paulo, onde a cobertura dos contratos formais de trabalho alcançava, em 2000, somente 2/3 da população ocupada.



Tabela 8

Taxa de Formalização segundo Municípios e Decis de Renda Domiciliar

Estado de São Paulo, 2000

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	Total
Estado de São Paulo	41,3	56,5	57,6	61,3	63,5	64,8	67,9	70,4	73,3	77,7	65,5
Região Metropolitana de São Paulo	42,2	59,4	59,0	61,9	64,1	64,8	67,7	70,3	73,0	77,9	67,0
Região Metropolitana da Baixada Santista	36,2	54,8	55,8	58,9	61,4	62,3	65,3	67,4	72,0	75,4	63,3
Região Metropolitana de Campinas	43,9	60,0	61,0	64,2	66,3	68,4	70,5	72,3	75,3	79,8	69,2
Pólo de Sorocaba	39,3	56,0	56,8	62,5	64,0	66,0	69,3	73,1	74,2	78,6	65,7
Pólo de São José dos Campos	44,3	59,1	61,4	65,7	66,6	66,4	72,1	75,1	78,0	79,2	69,5
Pólo de Ribeirão Preto	48,1	59,0	62,5	63,4	65,5	66,2	70,2	71,8	75,0	79,6	67,9
Pólo de Bauru	46,5	59,1	59,6	63,1	64,6	67,7	70,3	72,5	75,1	76,7	66,7
Pólo de São José do Rio Preto	36,5	49,4	50,2	54,9	56,1	57,1	61,2	64,7	69,2	74,3	58,1
Pólo de Araçatuba	42,6	55,3	58,0	64,7	65,7	66,8	68,8	70,7	73,6	75,7	63,8
Pólo de Presidente Prudente	34,3	50,8	52,9	56,6	61,9	65,1	67,9	68,4	71,7	77,1	59,0

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Em 2000, a ocupação formal segundo o Censo Demográfico era de 9,8 milhões de pessoas para o Estado de São Paulo, enquanto que a Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego – RAIS informava um emprego formal de 8,0 milhões de pessoas. A diferença se explica por motivos metodológicos. O Censo Demográfico tem suas informações coletadas junto à população e abrange todo o mercado de trabalho, independentemente do tipo de relação de trabalho considerada. A RAIS tem sua informação gerada a partir de um registro administrativo alimentado pela declaração das empresas e abarca somente a relação de emprego assalariada com carteira de trabalho assinada.

Na ausência de uma fonte de informação que pudesse caracterizar a dinâmica da ocupação com contribuição para a previdência social segundo as regiões e pólos considerados, a possibilidade existente é a utilização dos dados da RAIS. Como o emprego formal representa 82% da ocupação formal, quando se relaciona os dados da RAIS com os do Censo Demográfico no ano de 2000, é elevada a probabilidade do comportamento da ocupação formal ser determinada pela do emprego formal. Sendo esta hipótese aceitável, é razoável se considerar a evolução do emprego formal como *proxy* do comportamento da ocupação formal no Estado para os anos em que são ausentes informações para todo o mercado de trabalho paulista segundo as regiões e pólos.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 9

Taxa de crescimento do emprego formal, número de estabelecimentos e tamanho médio do estabelecimento
Estado de São Paulo, 2000 - 2005

	Taxa de emprego formal (1)	Emprego formal				
		2000	2005	Taxa anual de crescimento	Número de estabelecime ntos 2005	Tamanho médio do estabelecime nto 2005
Estado de São Paulo	65,5	8.049.532	9.760.764	3,9	749.495	13,0
Região Metropolitana de São Paulo	67,0	4.630.809	5.426.661	3,2	313.074	17,3
Região Metropolitana da Baixada Santista	63,3	238.016	287.742	3,9	29.430	10,5
Região Metropolitana de Campinas	69,2	520.269	676.517	5,4	51.887	13,0
Pólo de Sorocaba	65,7	253.314	285.664	2,4	23.439	12,2
Pólo de São José dos Campos	69,5	164.900	195.232	3,4	14.836	13,2
Pólo de Ribeirão Preto	67,9	210.951	265.679	4,7	27.407	9,7
Pólo de Bauru	66,7	102.975	127.469	4,4	12.282	10,4
Pólo de São José do Rio Preto	58,1	104.093	137.966	5,8	17.772	7,8
Pólo de Araçatuba	63,8	87.989	106.117	3,8	13.350	7,9
Pólo de Presidente Prudente	59,0	73.978	96.487	5,5	12.984	7,4

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE e Relação Anual de Informações Sociais 2000 e 2005. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

(1) Emprego formal informado pela RAIS sobre o total da ocupação encontrada no Censo Demográfico

Segundo a RAIS, o emprego formal no Estado de São Paulo cresceu de 8,0 milhões para 9,8 milhões de pessoas entre 2000 e 2005, isto é, a uma taxa anual de 3,9% a.a.. Nível bastante superior ao observado para o crescimento da população.

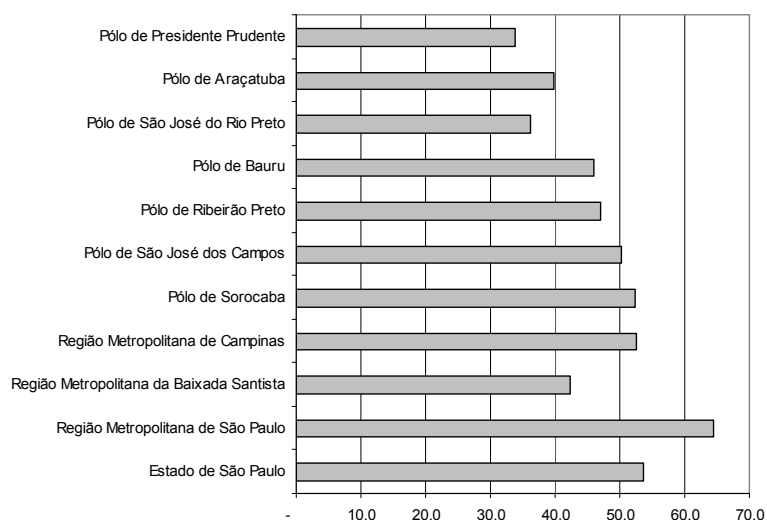
Dentre as regiões e pólos no entorno da Região Metropolitana de São Paulo, incluso esta, somente a Região Metropolitana de Campinas conheceu uma taxa de crescimento do emprego formal superior à média do estado. Independentemente disto, pode-se dizer que a taxa de formalização apresentou a tendência de elevação em todas as regiões e pólos, se considerado que o incremento da ocupação formal superou aquela da população em todos eles.

Analisando os estabelecimentos que informam a RAIS, nota-se parte predominante se situava nas regiões e pólos ao redor da Região Metropolitana de São Paulo, que sozinha respondia por 42% do total, sendo que os tamanhos médios eram nelas/neles mais elevados.

Se tomada a participação do emprego formal, informado pela RAIS, no total da população ocupada, segundo o Censo Demográfico, como indicador do grau de organização dos mercados de trabalho regionais, conclui-se ser ele bastante limitado, característica que abrange o estado como um todo. Com exceção da Região Metropolitana de São Paulo, as demais regiões ou pólos conseguiam, em 2000, uma abrangência do emprego formal que alcançava, no máximo, o patamar de 50%. Explicitam-se, deste modo, os limites do desenvolvimento paulista para a estruturação do mercado de trabalho estadual. Se tomados os países desenvolvidos, esta cobertura supera 80% da população ocupada, dando-se mais uma evidência da fragilidade da estrutura ocupacional paulista e, por consequência, do seu estágio de desenvolvimento econômico e social.



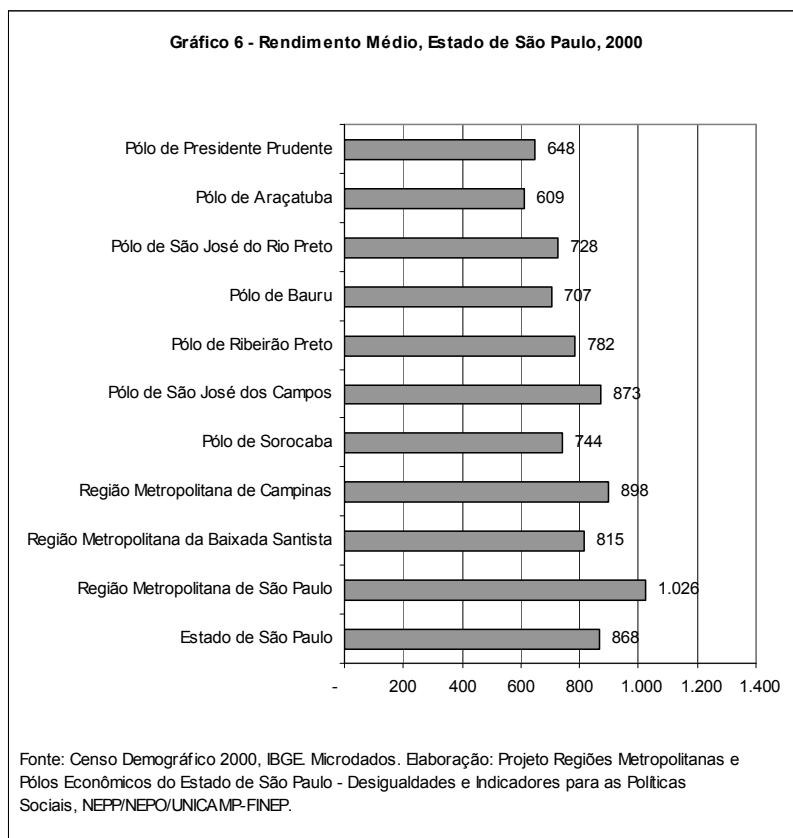
Gráfico 4 - Participação do Emprego Formal no Total da Ocupação segundo Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais - Estado de São Paulo, 2000



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE e Relação Anual de Informações Sociais 2000 e 2005. Microdados.
Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNI

A fragilidade do mercado de trabalho se expressa pelo nível de desemprego e pela cobertura do emprego formal, mas também pela estrutura de rendimentos médios prevalecente. Em 2000, o rendimento médio do estado era de R\$ 868,00, equivalendo aproximadamente a 5 salários mínimos vigentes à época. A Região Metropolitana de São Paulo aparecia como aquele com o rendimento mais elevado, próximo a 1,6 vez o rendimento médio do Estado. Das regiões e dos pólos considerados, somente as de São Paulo, Campinas e São José dos Campos possuíam rendimento superior à média do Estado. Pode-se dizer que a média estadual corresponde a uma medida representativa do rendimento médio para boa parte das regiões e pólos.

Apesar do grau de desenvolvimento do estado, são observados rendimentos médios relativamente baixos em todas as regiões, situação expressa no indicador médio. Se considerado o indicador segundo o US\$ / paridade de poder de compra, conclui-se que o rendimento médio do Estado de São Paulo, em 2000, era de US\$ 1140,00.



Em razão da ausência de informações mais atualizadas para a massa total de rendimentos para as diversas regiões abordadas neste estudo, se adotou, em razão da importância do emprego formal no mercado de trabalho do estado, o salário médio e a massa salarial como **Proxy**.

Em 2000, a massa salarial correspondia a 56% da massa total de rendimento do estado, sendo que esta participação era mais elevada nas regiões do entorno da Região Metropolitana de São Paulo, onde o assalariamento formal apresenta maior densidade.

Considerando os resultados para o emprego formal, propiciados pela Relação Anual de Informações Sociais, o salário médio do estado conheceu uma redução de 1,5% a.a. entre 2000 e 2005, enquanto a massa total de rendimento cresceu 2,4% a.a. em termos reais.

Os dados revelam que a massa total de rendimentos se expandiu graças ao aumento do nível de emprego, ao mesmo tempo em que se observou uma redução do poder de compra médio dos assalariados formais. Este resultado revela, portanto, tendência de empobrecimento dos assalariados formais paulistas, e provavelmente do total dos ocupados, bem como sendo que a evolução da massa de rendimentos total do mercado de trabalho ficou abaixo do crescimento do



PIB do estado ao longo da primeira metade desta década. A única exceção encontrada foi o pólo de Bauru, que, entanto, possuía um dos salários médios mais baixos dentre os encontrados para as regiões e pólos considerados.

Os resultados da RAIS indicam uma tendência de empobrecimento dos assalariados formais, que como dito deve ter alcançado o mercado de trabalho como um todo, bem como um incremento da sua massa de rendimentos abaixo do incremento do PIB, fato que sugere um perda de participação dos assalariados na riqueza do estado durante o período abordado.

Tabela 10
Indicadores de Rendimento Médio, Salário Médio, Massa Total de rendimentos e Massa Total de Salários (1)
Estado de São Paulo, 2000 - 2005

	2000				2005			
	Rendimento Médio	Salário Médio	Salário Médio / Rendimento Médio	Crescimento anual do Salário Médio Real 2000-2005	Massa Total de Rendimentos	Massa Total de Salários	Massa Total de Salários / Massa Total de Rendimentos	Crescimento anual da Massa Real de Salários 2000-2005
Estado de São Paulo	868	904	104,1	-1,5	12.864.989.475	7.273.983.799	56,5	2,4
Região Metropolitana de São Paulo	1.026	1.049	102,2	-1,7	7.197.180.969	4.856.262.070	67,5	1,5
Região Metropolitana da Baixada Santista	815	819	100,6	-1,2	450.981.880	195.050.705	43,3	2,6
Região Metropolitana de Campinas	898	927	103,2	-1,2	878.446.050	482.040.463	54,9	4,7
Pólo de Sorocaba	744	707	95,0	-0,2	354.341.904	179.135.560	50,6	2,2
Pólo de São José dos Campos	873	1.034	118,5	0,5	282.069.792	170.544.803	60,5	3,9
Pólo de Ribeirão Preto	782	708	90,5	-1,0	345.387.504	149.362.539	43,2	3,7
Pólo de Bauru	707	499	70,6	4,7	156.340.324	69.017.127	44,1	3,0
Pólo de São José do Rio Preto	728	623	85,6	-1,3	205.395.008	64.879.739	31,6	4,5
Pólo de Araçatuba	609	499	82,0	0,1	131.128.662	43.943.398	33,5	3,9
Pólo de Presidente Prudente	648	602	92,9	-2,3	138.382.992	44.557.414	32,2	3,1

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE e Relação Anual de Informações Sociais 2000 e 2005. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNI

(1) Os dados sobre rendimentos tem como fonte o Censo Demográfico e aqueles de salários a Relação Anual de Informações Sociais



Capítulo 2 – Dinâmica Demográfica²

Introdução

As características assumidas pelo processo de redistribuição espacial da população e o de urbanização estão diretamente relacionadas com a forma como as atividades econômicas se desenvolveram num determinado território. No caso do estado de São Paulo, esses processos se desenvolveram em função, por um lado, da expansão do complexo cafeeiro (Cano, 1977, 1988; Gonçalves, 1998) e, por outro, pela forma que as diferentes etapas de industrialização assumiram no estado, desde 1930, com o início da substituição das importações, até hoje (Cano, 1988; Baeninger, 2000).

Com relação ao complexo cafeeiro, Cano (1977) destaca que foi durante o período compreendido entre o último quartel do século XIX até 1920 – que corresponde ao período da sua estruturação e desenvolvimento – que se delinearam as principais características do processo de redistribuição populacional e de urbanização no estado de São Paulo. Segundo Negri (1988), isso se deve ao fato de que foram importantes para a urbanização paulista os elementos constitutivos do complexo cafeeiro: a política massiva de imigração estrangeira e a implantação de um sistema viário que, inicialmente, acompanhou as plantações de café e o desmembramento de novos municípios.

Em consequência disso, o estado de São Paulo, em 1920, apresentava 84% da sua população vivendo no interior – quadro que, segundo Jannuzzi (1998), começa a mudar com a concentração industrial na capital paulista e com os crescentes fluxos de migrantes provenientes do Nordeste e de Minas Gerais.

Em termos do processo de industrialização, o período pré 1929, de acordo com Negri (1994), trata-se do momento em que a indústria estava subordinada à cafeicultura, o que contribuiu para que a urbanização se expandisse, além da capital e do litoral, para diferentes regiões do interior paulista.

Porém, a partir de fins da década de 1920, embora a urbanização tenha continuado a se expandir pelo interior do estado de São Paulo, pelos eixos das estradas de ferro, Jannuzzi (1998)

² Ficha Técnica: Coordenação: Rosana Baeninger, Coordenação Adjunta: Cláudia Gomes de Siqueira, Auxiliares de Pesquisa: Juliana Arantes Dominguez, Kátia Isaías, Karina Silveira, Maria Ivonete Zorzetto Teixeira, Camila Mathias, Katiane Shishito, Natália Belmonte, Flávia Cescon.



afirma que o aspecto mais importante do processo urbanizador cada vez mais passou a ser a metropolização da capital.

De acordo com Negri (1994), de 1930 até a metade da década de 1950, o estado de São Paulo vivenciou o período de industrialização “restringida”, baseada na substituição de importações, que deu início ao processo de concentração industrial em São Paulo.

Em termos populacionais, Jannuzzi (1998) enfatiza que, em 1940, a cidade de São Paulo possuía uma população superior a 1 milhão de habitantes, continuando a crescer nas décadas seguintes. Esse dado contrasta com o de 1920, quando São Paulo registrava uma população de 579 mil habitantes³ – ou seja, em vinte anos, a capital paulistana mais que dobraria a sua população, crescendo a uma taxa anual de 4,2%.

Por sua vez, é destacado ainda que, no período de 1940-1950, São Paulo passou por um grande salto populacional devido, principalmente, à migração interestadual em direção ao município. Em termos de componentes do crescimento populacional, nessa década, as migrações teriam correspondido a 76% de todo crescimento registrado por São Paulo⁴.

Concomitantemente, a partir de 1940, registra-se também um grande crescimento populacional em vários municípios do entorno da cidade de São Paulo, dando início ao que se denomina por “periferização”, resultando na fusão e conurbação territorial urbana, entre a cidade de São Paulo e os municípios no seu entorno. Esse processo, aliado aos desmembramentos municipais, é o que vai motivar, em 1974, a institucionalização da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Complementa-se esse quadro destacando que, com relação ao período entre 1930 e 1970, pode-se falar de um ciclo urbanizador atuante no estado de São Paulo caracterizado por elevada expansão populacional e pela concentração industrial na cidade de São Paulo e no seu entorno. A partir de 1970, assiste-se à configuração de um novo ciclo de urbanização, caracterizado pela reversão da população (Jannuzzi, 1998).

A reversão da população no estado de São Paulo corresponde ao processo de desaceleração do crescimento populacional da RMSP e de aceleração do crescimento das cidades médias do interior. De acordo com Jannuzzi (1998), esse processo começa a se manifestar nos anos 60, mas se intensifica a partir dos anos 70.

³ Dado extraído da Fundação Seade. Memórias das Estatísticas Vitais. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/500anos>, acessado em 06/04/2009.

⁴ Jannuzzi, 1998, p.16.



Essa reversão da população, por sua vez, está relacionada, segundo Baeninger (2000), com o processo de “interiorização” do desenvolvimento econômico e das migrações, a partir da Região Metropolitana de São Paulo que, nos anos 70, alcançaria os pólos mais próximos a RMSP, como as regiões de Campinas, Sorocaba e São José dos Campos; nos anos 80, os pólos mais centrais e dinâmicos do estado, como Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto; e, nos anos 90, alcançou os pólos mais distantes do estado, como as regiões de Araçatuba, Presidente Prudente e Marília.

Na verdade, esse processo faz parte do II PND, implementada nos anos 70, que almejava, basicamente, não a desconcentração das atividades econômicas da RMSP, mas sim a diminuição do peso relativo das atividades econômicas na RMSP e, concomitantemente, o aumento do peso relativo das atividades econômicas em outros estados da federação e em outras regiões do interior paulista.

Embora os reflexos dessa política, que visava aumentar o peso relativo das atividades econômicas de outras regiões, além da RMSP, se façam ainda sentir nas décadas subseqüentes, a partir dos anos 80, outros fatores passam a atuar sobre a relação entre atividade econômica e migração/distribuição da população: a crise dos anos 80, que levou à redução dos investimentos, principalmente, em infra-estrutura, seja os investimentos estatais diretos ou os que recebiam subsídios do Estado; e, nos anos 90, ganham importância a retomada dos investimentos estrangeiros e a “guerra fiscal” praticada pelos estados, que contribuíram para que diferentes estados e regiões registrassem um incremento na sua participação relativa na produção de riqueza, no país.

Com esse quadro, pretende-se destacar que, no momento atual, os efeitos de diferentes decisões no âmbito da política econômica, desde os anos 70, atuam de forma a tornar mais complexa, hoje, a relação entre atividade econômica e migração/distribuição da população e é esse panorama complexificado que constitui o contexto de análise desta pesquisa.

Por fim, destaca-se que as características atuais da distribuição espacial da população e da urbanização, nas diferentes regiões do estado de São Paulo, embora, em alguma medida, seja condicionada por determinantes históricos, são também bastante influenciadas por fatores conjunturais, como a distribuição da industrialização paulista (dentre as principais características, hoje, podem-se destacar, por um lado, a concentração de ramos de maior valor adicionado em diferentes regiões, além da RMSP, como Campinas e São José dos Campos e, por outro, a



importância da agroindústria nas regiões de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto⁵); a importância do setor terciário na geração de emprego, em todas as regiões do estado; a recente expansão da produção canavieira, com destaque para as regiões de Araçatuba, Bauru, Presidente Prudente e Ribeirão Preto; a instalação de unidades penitenciárias, desde a década de 1990, nas regiões de Araçatuba, Bauru e Presidente Prudente.

Evolução da População

O processo de industrialização, iniciado nos anos de 1930, que, de acordo com Negri (1994), caracterizou-se, até 1970, pela concentração da indústria na capital paulista, e de 1970 em diante, pela “desconcentração” da RMSP, ocasionou um impacto populacional significativo para o estado de São Paulo, nas últimas seis décadas.

Num período de um pouco mais de meio século, a população paulista cresceu 5,7 vezes (tabela 1), passando de uma população em torno de sete milhões de habitantes, em 1940, para 41 milhões, em 2007. Em termos de taxa de crescimento populacional, isso significou um crescimento 2,6%a.a., nesse período de 67 anos.

Tabela 1: Evolução da População Total
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais selecionados - Estado de São Paulo
1940/2007

RM's e Pólos Regionais	1940		1950		1960		1970		1980		1991		2000		2007	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
RM São Paulo	1.568.045	21,8	2.662.786	29,2	4.854.414	37,8	8.178.241	46,0	12.549.856	50,1	15.369.305	48,9	17.852.637	48,3	19.586.265	47,7
RM Campinas	198.495	2,8	251.709	2,8	419.818	3,3	680.826	3,8	1.269.559	5,1	1.852.813	5,9	2.332.988	6,3	2.664.808	6,5
RM Baixada Santista	201.279	2,8	267.387	2,9	422.073	3,3	653.441	3,7	961.249	3,8	1.214.980	3,9	1.473.912	4,0	1.683.214	4,1
Araçatuba	232.594	3,2	283.834	3,1	344.322	2,7	344.265	1,9	366.523	1,5	441.422	1,4	493.524	1,3	529.366	1,3
Bauru	267.718	3,7	238.263	2,6	263.606	2,1	280.460	1,6	364.523	1,5	462.667	1,5	543.462	1,5	601.332	1,5
Presidente Prudente	216.500	3,0	349.755	3,8	386.915	3,0	425.929	2,4	416.852	1,7	494.553	1,6	549.355	1,5	592.383	1,4
Ribeirão Preto	295.008	4,1	284.354	3,1	384.243	3,0	475.022	2,7	654.794	2,6	892.884	2,8	1.058.652	2,9	1.178.623	2,9
São José do Rio Preto	300.772	4,2	286.335	3,1	315.434	2,5	330.187	1,9	400.688	1,6	526.629	1,7	647.725	1,8	734.166	1,8
São José dos Campos	102.504	1,4	122.541	1,3	168.680	1,3	270.659	1,5	484.310	1,9	705.948	2,2	851.175	2,3	959.548	2,3
Sorocaba	218.258	3,0	258.363	2,8	347.531	2,7	458.374	2,6	679.802	2,7	971.434	3,1	1.247.741	3,4	1.463.380	3,6
Demais regiões	3.579.143	49,8	4.129.096	45,2	4.922.770	38,4	5.674.544	31,9	6.892.556	27,5	8.503.638	27,1	9.923.207	26,8	11.036.329	26,9
Estado São Paulo	7.180.316	100,0	9.134.423	100,0	12.829.806	100,0	17.771.948	100,0	25.040.712	100,0	31.436.273	100,0	36.974.378	100,0	41.029.414	100,0

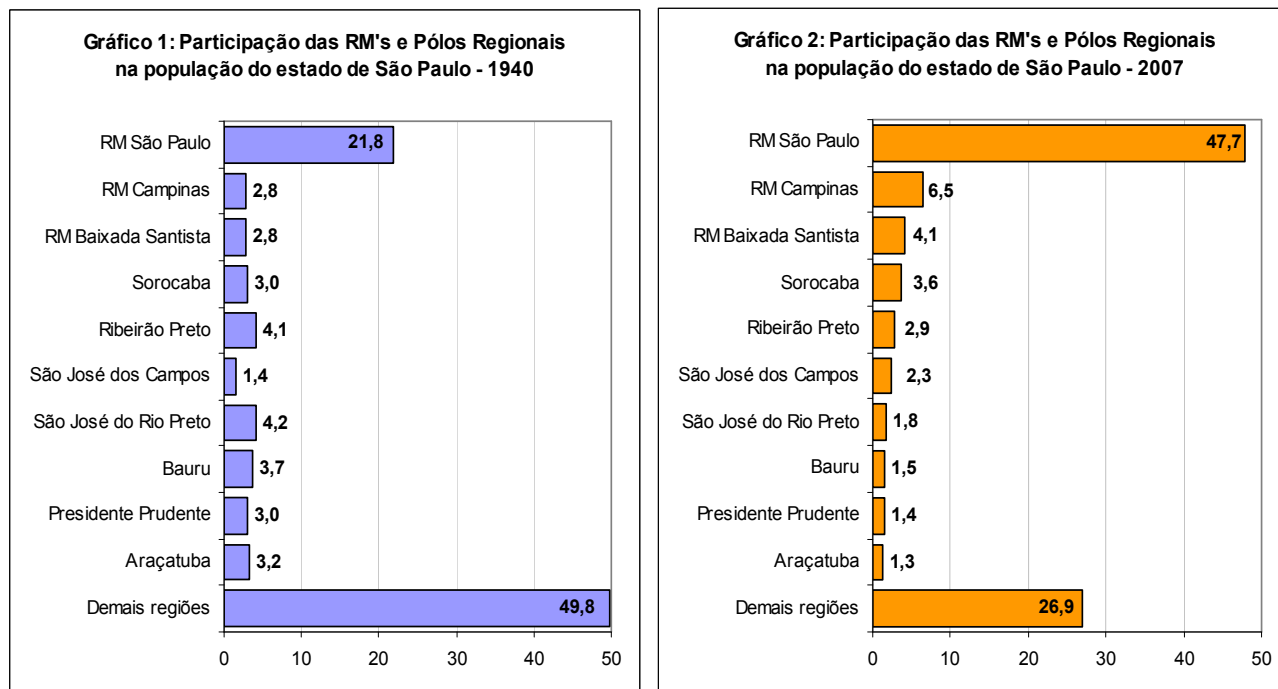
Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1940 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007

Para os anos de 1940, 1950 e 1960, referente à Região Metropolitana de São Paulo, foram utilizados os dados da Memória das Estatísticas Vitais, da Fundação Seade.

⁵ Baseado em Caiado (2000).



Focalizando o peso da população das diferentes regiões selecionadas, no total do estado, observa-se que elas apresentaram desempenhos diferenciados, ao longo do período considerado. Os gráficos 1 e 2 ilustram a participação das regiões metropolitanas e pólos regionais, em 1940 e 2007.



Fonte: IBGE e Fundação Seade.

Primeiramente, destaca-se que as regiões metropolitanas paulistas – São Paulo, Campinas e Baixada Santista – tiveram um aumento na participação de suas respectivas populações, entre 1940 e 2007 (gráficos 1 e 2): enquanto a população da RMSP, que cresceu 12,5 vezes no período, passou de 22%, em 1940, para 48% da população paulista, em 2007, a da região metropolitana de Campinas (RMC), que cresceu treze vezes, no mesmo período, de uma concentração de 2,8%, em 1940, passou para 6,5% da população, em 2007. Por sua vez, a região metropolitana da Baixada Santista (RMBS) que, em 1940, concentrava 2,8% da população estadual, passou a concentrar 4%, em 2007.



Assim, observa-se que as três regiões metropolitanas do estado, individualmente, são as três maiores concentrações populacionais, em 2007, e, juntas, representam 58% da população paulista.

Com relação aos pólos regionais do interior paulista, observa-se a configuração de dois grupos bastante peculiares: por um lado, agrupam-se Araçatuba, Bauru, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, que tiveram a sua participação da população do estado reduzida, entre 1940 e 2007. Por outro lado, destacam-se São José dos Campos e Sorocaba, que aumentaram sua participação no mesmo período.

Considerando o primeiro grupo de regiões, tem-se que, em 1940, todos os pólos regionais apresentavam peso populacional superior ao peso registrado pelas regiões metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista: São José do Rio Preto e Ribeirão Preto, com 4,2% e 4,1%, respectivamente; Bauru, com 3,7%; Araçatuba, com 3,2%; e Presidente Prudente, com 3,0% da população paulista.

Por sua vez, no segundo grupo, o pólo de Sorocaba, que concentrava 3,0% da população paulista, em 1940, também se situava acima das regiões metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista, contrastando com o pólo de São José dos Campos que, com 1,4%, constituía-se na menor participação populacional do estado de São Paulo.

Esse maior peso populacional da maioria dos pólos regionais selecionados, em 1940, pode ser considerado reflexo da expansão e consolidação da acumulação cafeeira. Esta acumulação, iniciada em fins do século XIX e perdurando até 1930, segundo Negri (1994), contribuiu significativamente para a expansão das atividades urbanas e da população, no interior paulista.

Porém, o quadro começa a se alterar a partir de então.

Com as fases subseqüentes da industrialização no país – industrialização “restringida”, baseada na substituição das importações, de 1929/33 a 1955/56, e a industrialização pesada em dois momentos (de 1956 a 1967 e pós 1967)⁶ – o estado de São Paulo assistiu ao paulatino aumento da concentração populacional na região metropolitana da capital paulista.

Assim, concomitantemente à concentração industrial na cidade de São Paulo e seu entorno, principalmente no período de 1940 a 1970 (Negri, 1994), assiste-se à uma crescente concentração populacional: a partir dos dados da tabela 1, observa-se que, em 1940, a RMSP concentrava

⁶ Baseado em Negri (1994).



21,8% da população do estado, passando para 29%, em 1950, para 38%, em 1960, 46%, em 1970, e alcançando a casa dos 50%, em 1980.

A partir dos 70, no entanto, em função da segunda fase da industrialização pesada no país, caracterizada por uma orientação política nacional que visava a redução do peso relativo da RMSPP na produção industrial do país, assiste-se a uma redução da participação dessa região metropolitana na população total do estado de São Paulo.

Nesse sentido, considerando o período recente, de 1980 a 2007, a partir dos dados da tabela 1, observa-se que, das regiões selecionadas para o estudo, seis apresentaram aumento na participação da população do estado: a região metropolitana de Campinas (5%, em 1980; 6,5%, em 2007), região metropolitana da Baixada Santista (3,8%, em 1980; 4%, em 2007), Ribeirão Preto (2,6%, em 1980; 2,9%, em 2007), São José do Rio Preto (1,6, em 1980; 1,8, em 2007), São José dos Campos (1,9%, em 1980; 2,3, em 2007) e Sorocaba (2,7, em 1980; 3,6, em 2007).

Por sua vez, as regiões de Araçatuba e de Presidente Prudente, no período recente, assistiram a uma redução na sua participação no total da população paulista: enquanto a primeira passou de 1,5%, em 1980, para 1,3%, em 2007, a segunda passou de 1,7%, em 1980, para 1,4%, em 2007. Somente Bauru manteve seu peso inalterado, durante o período, apresentando uma participação de 1,5% no total da população do estado, nos dois momentos.

Diante desses dados, o que se pode afirmar é que a contrapartida da redução da concentração industrial e da concentração populacional da RMSPP, dentro do estado de São Paulo, no período recente, foi o acréscimo na participação de determinadas regiões do estado, como as regiões metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista e dos pólos regionais de Sorocaba, Ribeirão Preto, São José dos Campos, São José do Rio Preto e Bauru.

A consideração das taxas de crescimento populacional, das diferentes regiões do estado, ao longo do período analisado, fornece uma perspectiva complementar ao quadro da evolução populacional abordada aqui.

A partir dos dados da tabela 2, observa-se que as regiões metropolitanas e os pólos regionais apresentaram ritmos de crescimento populacional diferenciados, ao longo do período compreendido entre 1940 e 2007.

Nesse sentido, destaca-se primeiramente que o estado de São Paulo registrou maiores ritmos de crescimento nas décadas de 50, 60 e 70, com taxas de crescimento anual de 3,5, 3,3 e 3,5%a.a., respectivamente, sendo que as principais áreas que contribuíram para que o estado mantivesse o crescimento populacional nesse patamar, por três décadas seguidas, foram as



regiões metropolitanas paulistas, que apresentaram taxas de crescimento que variaram entre 3,9 (na RMBS) e 6,4%a.a. (na RMC), nesse período, e para as décadas de 60 e 70, acrescenta-se a contribuição dos pólos de São José dos Campos e Sorocaba, que registraram taxa de crescimento acima da média estadual, que foi de 3,3%a.a., nos anos 60, e de 3,5%a.a., nos anos 70.

Tabela 2: Taxa de crescimento da população total (%a.a.)

Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais selecionados - Estado de São Paulo

1940/2007

RM's e Pólos Regionais	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2007
RM São Paulo	5,4	6,2	5,4	4,4	1,9	1,7	1,3
RM Campinas	2,4	5,2	5,0	6,4	3,5	2,6	1,9
RM Baixada Santista	2,9	4,7	4,5	3,9	2,2	2,2	1,9
Araçatuba	2,0	2,0	0,0	0,7	1,7	1,2	1,0
Bauru	-1,2	1,0	0,6	2,7	2,2	1,8	1,5
Presidente Prudente	4,9	1,0	1,0	-0,2	1,6	1,2	1,1
Ribeirão Preto	-0,4	3,1	2,1	3,3	2,9	1,9	1,5
São José do Rio Preto	-0,5	1,0	0,5	2,0	2,5	2,3	1,8
São José dos Campos	1,8	3,2	4,8	6,0	3,5	2,1	1,7
Sorocaba	1,7	3,0	2,8	4,0	3,3	2,8	2,3
Demais regiões	1,4	1,8	1,4	2,0	1,9	1,7	1,5
Estado São Paulo	2,4	3,5	3,3	3,5	2,1	1,8	1,5

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1940 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007.

Tal ritmo de crescimento populacional coaduna-se com o processo de industrialização em curso, durante essas décadas, no estado de São Paulo, que estimulou um significativo movimento migratório em direções às regiões metropolitanas e pólos regionais, acima destacados (Negri, 1994; Jannuzzi, 1998).



Porém, quando se consideram as regiões e pólos, individualmente, observam-se ritmos de crescimento populacional diferenciados, apontando para processos heterogêneos de desenvolvimento econômico e urbanização, ao longo do período considerado.

Nesse sentido, destaca-se, inicialmente, a região metropolitana de São Paulo que apresentou durante as décadas de 40, 50, 60 e 70 elevados níveis de crescimento populacional, que variou de 6,2%a.a., nos anos 50, a 4,4%a.a., nos anos 70. Esse ritmo de crescimento populacional, nessas quatro décadas, relaciona-se diretamente com a concentração industrial na cidade de São Paulo e seu entorno, iniciada, na década de 1930, com a industrialização “restringida” (Negri, 1994).

Nas décadas subseqüentes, no entanto, as taxas de crescimento da RMSP, embora positivas, decrescem bruscamente: nos anos 80, a região cresceu a um taxa de 1,9%a.a., na década de 90, a 1,7%a.a. e, no período de 2000 a 2007, cresceu a 1,3%a.a. (abaixo do crescimento estadual, que foi de 1,5%a.a., no último período). Esse decréscimo no ritmo de crescimento, por sua vez, vincula-se, segundo Negri (1994), à fase de descentralização e desconcentração da industrialização do estado de São Paulo, iniciada nos anos 70.

Apesar desse menor ritmo de crescimento populacional, no período mais recente, a região metropolitana de São Paulo, conforme já discutido, ainda concentra parcela significativa da população paulista: trata-se de uma população que ultrapassa a casa dos dezenove milhões de habitantes, em 2007, correspondendo a 48% do total da população do estado (vide tabela 1).

Em seguida, podemos afirmar as regiões metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista e os pólos regionais de São José dos Campos e Sorocaba como áreas que apresentam um desempenho semelhante de taxa de crescimento populacional, ao longo do tempo. Assim, destaca-se que as quatro regiões registraram suas maiores taxas de crescimento nas décadas de 50, 60 e 70⁷, cujos valores variaram de 3,0 (em Sorocaba) a 6,4%a.a. (na RMC), sendo que Campinas, São José dos Campos e Sorocaba ainda apresentaram taxa de crescimento acima de 3,0%a.a., na década de 1980 (tabela 2).

Considerando que o maior incremento populacional relativo dessas regiões é uma contrapartida de um maior crescimento da atividade econômica, no mesmo período, pode-se afirmar que essas quatro regiões também se constituíram, não na mesma intensidade que a RMSP, em importantes áreas de desenvolvimento industrial e atração populacional, já antes da

⁷ Com exceção feita a Sorocaba, durante a década de 60, que apresentou taxa de crescimento de 2,8%a.a.



política de desconcentração das atividades econômicas da RMSP, nos anos 70⁸. Por sua vez, a manutenção do ritmo de crescimento populacional em níveis relativamente altos, na década de 1980, nessas mesmas regiões é reflexo da política de desconcentração econômica, supracitada, que, no interior de São Paulo, vai causar impacto, primeiramente, nas regiões de Campinas, Baixada Santista, São José dos Campos e Sorocaba (Baeninger, 2000).

Um terceiro grupo de regiões a ser destacado, a partir dos dados da tabela 2, é aquele constituído pelos pólos regionais de Bauru, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. A primeira característica comum a eles é o crescimento negativo que registraram na década de 1940: enquanto Bauru cresceu a -1,2%a.a., Ribeirão Preto e São José do Rio Preto cresceram a -0,4 e 0,5%a.a., respectivamente. Embora careça de estudos mais aprofundados, o que se pode supor é que esse decréscimo populacional esteve relacionado com a dinâmica da economia cafeeira que, a partir da década de 1930, começou a se expandir do oeste paulista para o norte paranaense⁹.

Uma segunda característica comum a essas três regiões é o registro de maiores taxas de crescimento populacional nas décadas de 70 e 80, que variaram de 2,0%a.a. (em São José do Rio Preto) a 3,3%a.a. (em Ribeirão Preto), o que pode estar relacionado com os efeitos da desconcentração das atividades econômicas no interior paulista e com o maior desenvolvimento da agroindústria nestas regiões, principalmente a partir dos anos 80 (Caiado, 2000; Baeninger, 2000).

O quarto grupo de regiões é composto pelos pólos regionais de Araçatuba e de Presidente Prudente que se constituem em casos peculiares no contexto paulista.

O pólo de Araçatuba concentrou seu maior ritmo de crescimento populacional nas décadas de 40 e 50: nos dois momentos, a região cresceu a uma taxa anual de 2,0%. Muito provavelmente, este incremento de população esteve relacionado com a expansão das atividades cafeeira e de pecuária, na região (Vidal e Baeninger, 1994).

Nas décadas subseqüentes, Araçatuba apresentou um crescimento próximo a zero, voltando a apresentar um crescimento mais significativo nos anos 80, quando cresceu a 1,7%a.a., o que esteve relacionado com a implantação do Proálcool, a partir da década de 1970, que

⁸ Como referência do desenvolvimento econômico e da dinâmica populacional das regiões de Campinas, da Baixada Santista, de São José dos Campos e de Sorocaba, desde a década de 1940, ver: Baeninger e Maia (1992), Baeninger e Souza (1994), Antico e Leal (1993) e Souza (1993). Para o caso específico da região de Campinas, ver ainda Baeninger (1996).

⁹ Sobre o histórico da expansão cafeeira no norte do Paraná, este estudo baseou-se no artigo de Rodrigues (2005). Porém, faz-se necessário um levantamento mais aprofundado sobre o tema.



estimulou a expansão do cultivo da cana e produção do açúcar na região (Vidal e Baeninger, 1994).

Por sua vez, o pólo de Presidente Prudente apresenta uma dinâmica de crescimento populacional bastante destoante, em comparação com as demais áreas do estado. Da década de 1940, depois da RMSP, foi a região que apresentou a maior taxa de crescimento populacional: 4,9%a.a. Tal ritmo de crescimento fez com que Presidente Prudente passasse da sexta maior população do interior paulista, em 1940, para a primeira maior população, em 1950 (vide tabela 1).

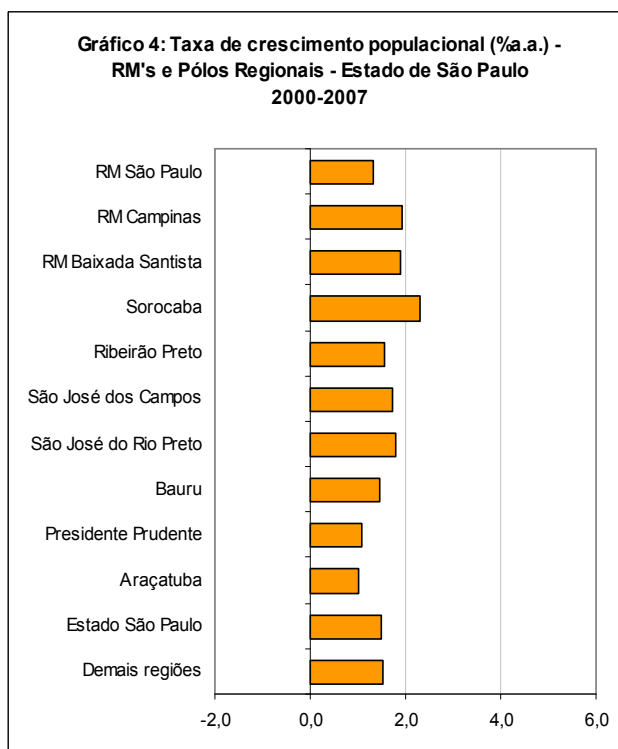
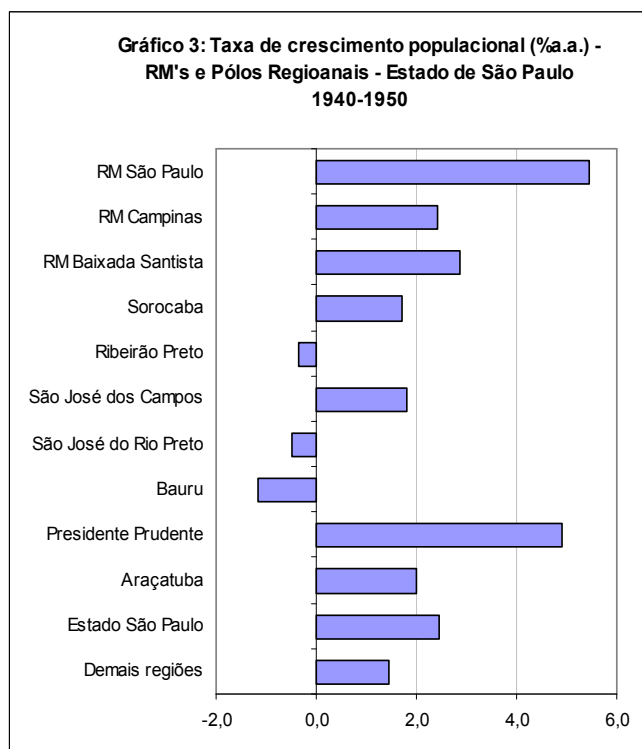
Consequência desse grande incremento populacional foi o significativo aumento no número de municípios da região. Presidente Prudente é área na qual o processo de desmembramento municipal iniciou-se mais tardiamente, comparada a outras regiões do estado, sendo que o desmembramento municipal mais antigo data de 1921. Dos 31 municípios hoje existentes, sete foram criados durante a década de 1940 e nove municípios foram criados na década de 1950, correspondendo a 50% do total dos municípios da região.

De acordo com Cunha e Aranha (1992), a porção oeste do estado de São Paulo – onde se localiza o pólo de Presidente Prudente – foi a última a ser colonizada. Sua ocupação se deu, inicialmente, em função da cafeicultura e caracterizou-se pela presença do minifúndio.

Nas décadas seguintes, o ritmo de crescimento populacional diminuiu chegando a alcançar uma taxa negativa, na década de 1970, de 0,2%a.a. Na década de 1980, o pólo de Presidente Prudente volta a crescer novamente, muito provavelmente em decorrência do desenvolvimento da agroindústria, refletindo os impactos da desconcentração das atividades econômicas no estado (Cunha e Aranha, 1992).

Os gráficos 3 e 4, por sua vez, ilustram as diferenças no ritmo de crescimento populacional das regiões metropolitanas e pólos regionais nos dois extremos do recorte temporal considerado aqui.

Na década de 1940, observa-se que as taxas de crescimento populacional das diferentes áreas do estado variaram de -1,2, em Bauru a 5,4%a.a., na RMSP, sendo que três regiões (Bauru, Ribeirão Preto e São Jose do Rio Preto) apresentaram taxas negativas, três regiões apresentaram taxas inferiores a 2,0%a.a. (Araçatuba, São José dos Campos e Sorocaba), duas regiões apresentaram taxas entre 2,0 e 4,0%a.a. (RMC e RMBS) e duas cresceram acima de 4,0%a.a. (RMSP e Presidente Prudente).



Fonte: IBGE e Fundação Seade.

Esse quadro ilustra a heterogeneidade com relação à ocupação territorial, à redistribuição populacional e à expansão das atividades econômicas presentes, naquele momento, nas diferentes áreas paulistas, sendo que o próprio estado crescia a uma taxa relativamente significativa, acima de 2,0%a.a.

Já no outro extremo do recorte temporal observa-se uma situação bastante diversa. Em 2000-2007, as taxas de crescimento variaram entre 1,0%a.a., em Araçatuba, a 2,3%a.a., em Sorocaba, sendo este o único caso de crescimento acima de 2,0%a.a. Assim, uma vez consolidada a ocupação territorial do estado de São Paulo, a qual, segundo Gonçalves (1998), aconteceu na década de 1970, as taxas de crescimento populacional, no período recente, tendem a uma equalização.

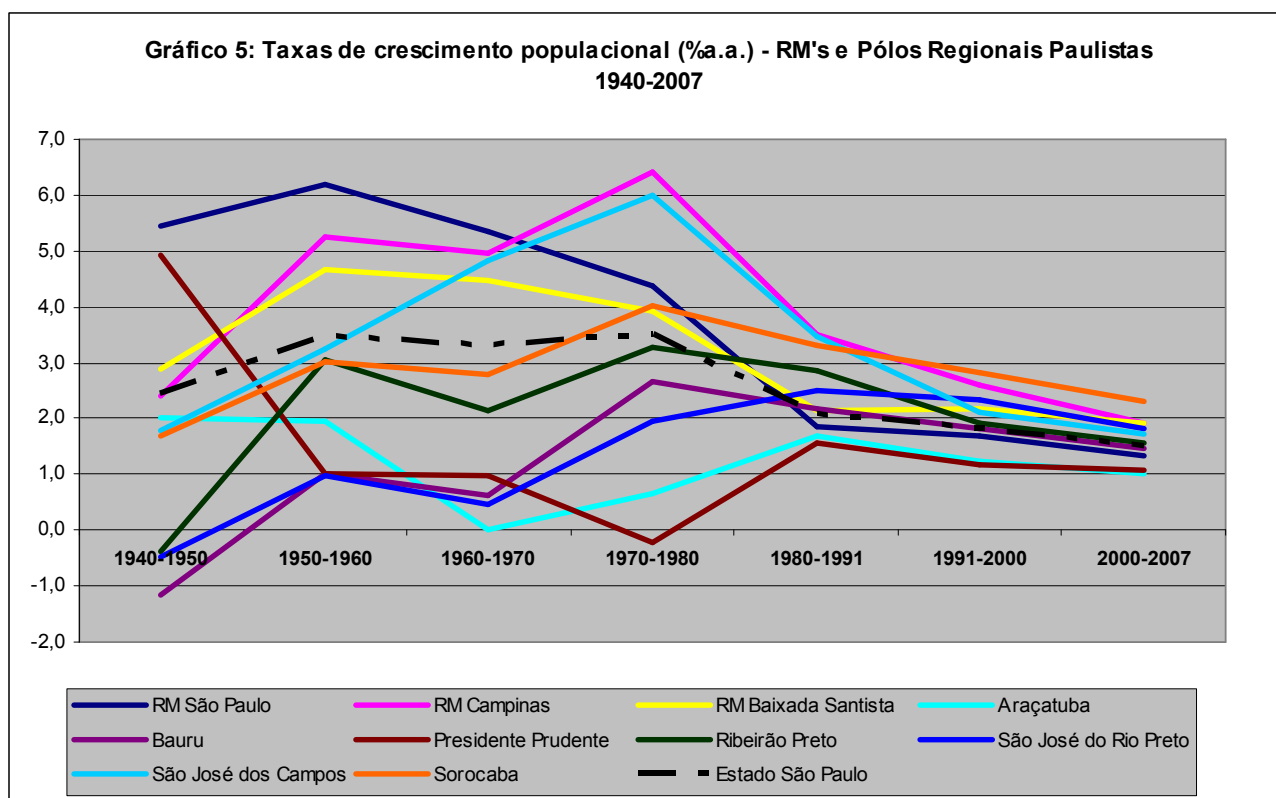
No período 2000-2007, o que se observa é a população paulista crescendo a um ritmo mais baixo do que em qualquer período anterior considerado, a uma taxa de 1,5%a.a., e a inexistência



de alguma área que cresça de forma destoante em relação às demais áreas, como no caso da RMSP e de Presidente Prudente, na década de 1940.

Porém, isso não significa a existência de certa homogeneidade quanto às dinâmicas econômica e demográfica das regiões metropolitanas e pólos selecionados. Ao contrário. Os estudos regionais realizados no contexto desta pesquisa apontam justamente para a diversidade no desenvolvimento das atividades econômicas e no processo de redistribuição da população, presente no estado de São Paulo, no momento recente.

Complementando esse quadro, a partir do gráfico 5, pode-se visualizar a trajetória traçada pelas taxas de crescimento populacional das regiões metropolitanas e dos pólos regionais, desde a década de 1940 até o período 2000-2007.



Fonte: IBGE e Fundação Seade.



Observa-se que cada área analisada apresentou uma evolução diferenciada de taxa de crescimento populacional, ao longo do período considerado. Dentre as diferentes curvas, chama a atenção, por exemplo, a curva de Presidente Prudente, que apresentou uma queda brusca, entre a década de 40 e a década de 50, chegando a um patamar negativo na década de 70. Destaca-se também, por um lado, o crescimento contínuo das taxas de São José dos Campos, entre os anos 40 e os anos 70, e, por outro, a queda contínua das taxas de crescimento da RMSP, a partir dos anos 50.

O que fica bastante ilustrativo com o gráfico 5 são os patamares diferenciados das regiões estudadas, no ponto inicial do recorte temporal da análise, na década de 1940, e a convergência das taxas de crescimento populacional, no ponto final do recorte, entre 2000 e 2007.

Além disso, essa diversidade de trajetórias das taxas de crescimento, principalmente entre as décadas de 1940 e 1970, indicando uma diversidade de dinâmicas populacionais, apresenta como um dos rebatimentos a intensidade do processo de desmembramento municipal, ao longo do período.

Quadro 1: Quantidade de municípios, por regiões metropolitanas e pólos regionais

1940-2007

RM's e Pólos Regionais	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2007
RMSP	11	17	30	37	37	38	39	39
RM Campinas	7	10	15	16	16	16	19	19
RM Baixada Santista	4	5	6	8	8	8	9	9
Araçatuba	8	13	24	26	26	26	31	31
Bauru	11	15	17	17	17	17	19	19
Pres. Prudente	7	14	23	26	26	26	31	31
Ribeirão Preto	16	17	21	22	22	22	25	25
S.J. Rio Preto	12	15	25	28	28	28	31	31
S. J. Campos	6	7	8	8	8	8	8	8
Sorocaba	10	10	13	15	15	15	18	18
Demais regiões	177	244	322	368	368	368	415	415
Estado de São Paulo	269	367	504	571	571	572	645	645

Fonte: IBGE, *Cidades e Vilas* (1998) e Fundação Seade *apud* Siqueira (2003)



Considerando o estudo de Gonçalves (1998) sobre o processo de urbanização no interior de São Paulo, tem-se que, na década de 1970, foi consolidado o processo de ocupação territorial do estado. Baseando-se nisso, considera-se que os municípios criados até o ano de 1980 foram resultados diretos de um maior dinamismo econômico e demográfico das diferentes regiões do estado (Siqueira, 2003).

A partir dos dados do quadro 1, observa-se que, de 1940 a 1970, foram criados, no estado de São Paulo, 302 municípios, correspondendo a 47% dos municípios existentes atualmente. Por sua vez, considerando as regiões metropolitanas e pólos regionais selecionados, observa-se que, no mesmo período, foram criados 111 municípios, que corresponde a 48% do total de municípios, nessas regiões, em 2007.

Diante disso, pode-se afirmar que o processo de desmembramento municipal, entre 1940 e 1970, nas regiões em estudo, coaduna-se com a heterogeneidade da dinâmica populacional, no mesmo período, apresentada no gráfico 5.

Algumas regiões tornam-se bastante ilustrativas dessa associação de processos: a RMSP e o pólo de Presidente Prudente, por exemplo, que apresentaram as maiores taxas de crescimento populacional, na década de 1940, registraram os maiores números de desmembramento municipal, na década, sendo que, na primeira, ocorreram seis desmembramentos e, na segunda, sete desmembramentos municipais.

A RMSP que, nas décadas de 50 e 60, continuou apresentando as maiores taxas de crescimento populacional do estado, registrou, nos mesmo períodos, maiores ocorrências de desmembramento municipal: durante os anos 50, foram criados 13 municípios e, nos anos 60, sete novos municípios.

Por sua vez, o pólo de Araçatuba, nas décadas de 40 e de 50, registrou suas maiores taxas de crescimento populacional (2,0%a.a., nos dois momentos) e registrou suas maiores ocorrências de desmembramento municipal: cinco municípios, nos anos 40, e onze municípios, nos anos 50.

É claro que não se pode falar que crescimento populacional e dinamismo econômico resultam sempre e necessariamente em criação de municípios, pois há outros fatores atuantes no processo de desmembramento municipal, como, por exemplo, o político-institucional¹⁰. Mas o que se afirma com relação ao estado de São Paulo, até a década de 1970, é que a tendência geral foi a

¹⁰ Baseado em Siqueira (2003).



de o surgimento de novos municípios acompanharem a expansão populacional e econômica no estado (Siqueira, 2003).

A partir da década de 80, principalmente após a Constituição de 1988, essa tendência muda, tornando-se preponderante, na maioria dos casos, o fator político-institucional, na definição da criação de novos municípios no estado (Siqueira, 2003). Nesse sentido, destaca-se que, durante a década de 1990, foram criados 73 municípios no estado de São Paulo, dos quais 26 casos (menos que a metade) se distribuíram pelas regiões metropolitanas e pólos regionais selecionados para este estudo.

Considerando que estas regiões e pólos concentram a grande parcela da população paulista (73%, em 2007) e a maior parcela da riqueza produzida no estado¹¹, tem-se que, no período recente, o processo de desmembramento municipal não foi um resultado direto do dinamismo populacional e econômico, sendo outro o fator definidor desse processo (Siqueira, 2003).

Outra perspectiva do dinamismo populacional e do processo de desmembramento municipal pode ser considerada através das taxas de crescimento populacional, das áreas urbanas e rurais, das regiões em estudo.

¹¹ Ver módulo de economia e trabalho da presente pesquisa.



Tabela 3: Taxa de crescimento da população total (%a.a.), urbana e rural

Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais selecionados

1940/1970

RM's e Pólos Regionais	1940-1950		1950-1960		1960-1970	
	URB	RUR	URB	RUR	URB	RUR
RM São Paulo	*	*	*	*	*	*
RM Campinas	*	*	*	*	*	*
RM Baixada Santista	3,27	-0,66	4,95	0,92	4,69	-0,07
Araçatuba	4,81	1,06	4,96	-0,06	4,37	-3,67
Bauru	2,44	-2,88	4,22	-1,64	3,60	-4,15
Presidente Prudente	6,91	4,34	5,86	-0,52	4,94	-3,67
Ribeirão Preto	2,06	-1,79	5,86	-0,52	4,94	-3,67
São José do Rio Preto	2,28	-1,53	4,93	-1,24	3,54	-3,03
São José dos Campos	4,29	0,08	5,77	0,51	8,06	-2,32
Sorocaba	3,07	0,33	4,26	1,35	4,44	-0,28

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1940 a 1970.

(*) Dados não organizados para RMSP e RMC

A partir dos dados da tabela 3, observa-se que, dos pólos do interior paulista, Presidente Prudente é o que registrou a maior taxa de crescimento populacional urbano (6,9%a.a.), na década de 1940 – estando de acordo com o incremento da população total (segunda maior taxa do período) e a significativa ocorrência de desmembramentos municipais.

É importante observar também que Presidente Prudente registrou importante crescimento populacional na sua área rural (4,3%a.a.), o que está relacionado com o tipo de atividades econômicas que se expandiram, nesta região, e com a forma de ocupação da terra, baseada no minifúndio (Cunha e Aranha, 1992).



Os demais pólos regionais também registraram taxas relativamente altas de crescimento urbano, sendo que apenas duas regiões apresentaram taxas inferiores ao crescimento da população total do estado, que foi de 2,4%a.a., na década de 1940¹²: Ribeirão Preto, com 2,06%a.a., e São José do Rio Preto, com 2,28%a.a.

Nota-se ainda que, nesse momento, a maioria das áreas registra crescimento positivo da população rural (Araçatuba, Presidente Prudente, São José dos Campos e Sorocaba). Por sua vez, nas áreas que tiveram, nos anos 40, crescimento rural negativo, esse decréscimo se deu a taxas relativamente altas, contribuindo para que tais regiões se constituíssem em importantes áreas de êxodo rural: são os casos de Bauru (-2,88%a.a.), Ribeirão Preto (-1,79%a.a.) e São José do Rio Preto (-1,53%a.a.).

Já na década de 1950, a RMBS e os pólos regionais do interior apresentaram taxas relativamente altas de crescimento urbano e a maioria das áreas registraram crescimento rural negativo, sendo as únicas exceções feitas a RMBS (com crescimento rural de 0,92%a.a.), São José dos Campos (0,51%a.a.) e Sorocaba (1,35%a.a.).

Destaca-se ainda que, nos anos 50, Presidente Prudente (5,86%a.a.), Ribeirão Preto (5,86%a.a.) e São José dos Campos (5,77%a.a.) apresentaram as maiores taxas de crescimento urbano, sendo que Presidente Prudente, em contraste com a década anterior, passou também a registrar crescimento rural negativo (-0,52%a.a.).

Por fim, na década de 1960, o crescimento urbano das áreas analisadas ainda foi bastante significativo, sendo que São José dos Campos registrou a maior taxa do período (8%a.a.), seguido pelos pólos de Presidente Prudente (4,94%a.a.) e Ribeirão Preto (4,94%a.a.).

Por sua vez, em todas as áreas analisadas, a população rural apresentou crescimento negativo, nos anos 60, sendo que esse decréscimo foi bastante intenso nos pólos de Bauru (-4,15%a.a.), Araçatuba (-3,67%a.a.), Presidente Prudente (-3,67%a.a.) e Ribeirão Preto (-3,67%a.a.), constituindo-se em importantes áreas de êxodo rural, no estado.

¹² Vide tabela 2.



Tendência do crescimento da população

Num período de quatro décadas, o país vivenciou um extraordinário processo de transição da urbanização: a população urbana brasileira que, em 1960, representava 45%, em 2000, passou a representar 81% da população total do país¹³. Esse acelerado processo de urbanização caminhou lado a lado do processo de industrialização, principalmente a partir dos anos 70, e do processo de metropolização das maiores cidades do Sudeste – São Paulo e Rio de Janeiro¹⁴.

No estado de São Paulo, o grau de urbanização assumiu patamares mais elevados: enquanto, em 1980, o país apresentava uma população urbana de 67,6%, o estado de São Paulo detinha 88,6% de sua população no meio urbano. Já em 2000, enquanto a população urbana brasileira estava na casa dos 80%, o estado de São Paulo ultrapassava os 93%¹⁵.

Por sua vez, os dados da tabela 4 evidenciam a evolução da urbanização no interior do estado de São Paulo, no período de 1970 a 2007. A partir desses dados é possível observar que, embora a tendência nas regiões metropolitanas e nos pólos regionais paulistas, ao longo do período, é de um grau de urbanização cada vez maior, o processo de urbanização foi diferenciado entre as diferentes áreas do estado.

¹³ Dado de 1960 foi extraído de Jannuzzi (1998, p.15) e o dado de 2000 foi extraído do site do DATASUS (www.datasus.gov.br).

¹⁴ Baseado em Negri (1994) e Jannuzzi (1998).

¹⁵ Dados para o país foram extraídos de Jannuzzi (1998) e DATASUS e dados para São Paulo foram extraídos da Fundação Seade (www.seade.gov.br).



Tabela 4: Evolução da População Urbana e Rural e Grau de Urbanização

Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais selecionados - Estado de São Paulo

1970/2007

Municípios	População Urbana					População Rural					Grau de Urbanização				
	1970	1980	1991	2000	2007	1970	1980	1991	2000	2007	1970	1980	1991	2000	2007
RM São Paulo	7.533.407	12.147.273	15.036.574	17.094.161	18.582.886	644.834	402.583	332.731	758.476	1.003.379	92,1	96,8	97,8	95,8	94,9
RM Campinas	550.224	1.124.639	1.766.200	2.264.719	2.588.989	130.602	144.920	86.613	68.269	75.819	79,8	88,2	95,1	97,0	97,2
RM B. Santista	629.682	952.760	1.209.741	1.467.884	1.676.603	23.759	5.129	20.376	6.028	6.611	96,4	99,5	99,6	99,6	99,6
Araçatuba	207.052	281.577	385.743	453.184	495.662	137.213	84.946	55.679	40.340	33.704	60,2	76,8	87,4	91,8	93,6
Bauru	199.813	301.399	419.012	512.475	574.464	80.647	63.090	43.655	30.987	26.868	71,2	82,7	90,6	94,3	95,5
Pres. Prudente	229.872	311.816	413.345	469.781	515.948	196.057	105.036	81.208	79.574	76.435	54,0	74,8	83,6	85,5	87,1
Ribeirão Preto	364.779	577.856	833.117	1.019.656	1.145.990	110.243	79.981	59.767	38.996	32.633	76,8	87,8	93,3	96,3	97,2
S. José Campos	206.466	446.016	658.145	807.765	914.733	50.894	41.140	47.803	43.410	44.815	80,2	91,6	93,2	94,9	95,3
S. José Rio Preto	205.733	309.318	462.962	585.699	684.480	126.013	91.370	63.667	62.026	49.686	62,0	77,2	87,9	90,4	93,2
Sorocaba	323.567	568.773	839.256	1.083.709	1.290.767	134.807	111.029	132.178	164.032	172.613	70,6	83,7	86,4	86,9	88,2

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1970 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007

A primeira observação a ser feita refere-se ao grande crescimento da população urbana, em termos absolutos, registrado pelas regiões e pólos. Nesse sentido, destaca-se, inicialmente, a região metropolitana de Campinas que assistiu a sua população urbana quase quintuplicar entre os anos de 1970 e 2007, passando de 550 mil para uma população de mais de 2,5 milhões de habitantes.

Outras áreas do estado que apresentaram a mesma intensidade de incremento populacional foram São José dos Campos e Sorocaba, cuja população urbana, no mesmo período, cresceu quatro vezes: enquanto São José dos Campos passou de uma população em torno de 206 mil para 914 mil habitantes, entre 1970 e 2007, Sorocaba passou de 323 mil para uma população

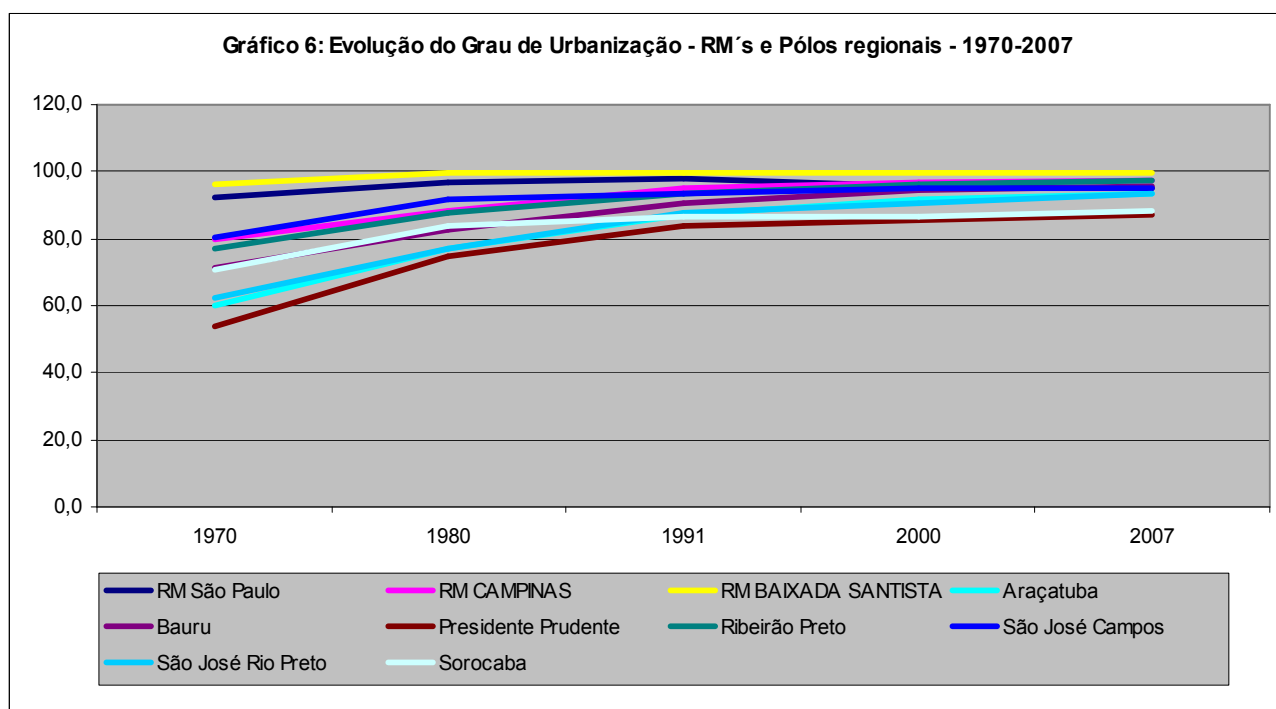


de 1,2 milhões de habitantes. Destaca-se ainda o pólo de Ribeirão Preto que também possuía uma população, em 1970, em torno de 300 mil, e, em 2007, passou a ter mais de 1 milhão de habitantes.

Por fim, não há como não comentar o grande salto, em volumes absolutos, da população urbana da região metropolitana de São Paulo, que cresceu 2,5 vezes, no período considerado: em 1970, a RMSP possuía uma população em torno de 7 milhões de habitantes; trinta e sete anos depois, a RMSP concentra uma população que ultrapassa os 18 milhões de habitantes.

Com isso, observa-se que as diferentes áreas do estado de São Paulo vivenciaram, nas últimas décadas, um significativo aumento de população vivendo nas áreas urbanas de seus respectivos municípios, cujos reflexos devem ser percebidos, tanto na qualidade de vida das populações, quanto no aumento da demanda por serviços fornecidos pelo poder público (Jannuzzi, 1998).

O gráfico 6 ilustra a evolução do grau de urbanização das regiões metropolitanas e pólos regionais, entre 1970 e 2007.





Através deste gráfico é possível visualizar que, em 1970, as áreas em estudo apresentavam patamares de urbanização bastante diversificados, sendo que o grau de urbanização variava entre 54%, em Presidente Prudente, e 96,4%, na região metropolitana da Baixada Santista (vide tabela 4), sendo que Presidente Prudente era a única região que, naquele momento, possuía urbanização abaixo da média nacional, que era de 56%¹⁶.

Já em 2007, observa-se uma tendência à convergência no grau de urbanização, entre as diferentes áreas do estado de São Paulo, que variaram entre 87%, em Presidente Prudente, e 99,6%, na RM da Baixada Santista.

Por sua vez, a taxa de crescimento populacional, das áreas urbanas e rurais, nos fornece outra dimensão do processo de urbanização, em curso no estado, no período considerado.

Assim, a partir dos dados da tabela 5, pode-se observar que, durante a década de 1970, as diferentes regiões e pólos do estado ainda registraram patamares relativamente elevados de crescimento populacional de suas áreas urbanas.

Tabela 5: Taxa de crescimento da população total (%a.a.), urbana e rural

Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais selecionados

1970/2007

RM's e Pólos Regionais	1970-1980		1980-1991		1991-2000		2000-2007	
	URB	RUR	URB	RUR	URB	RUR	URB	RUR
RM São Paulo	4,89	-4,60	1,96	-1,72	1,44	9,59	1,20	4,08
RM Campinas	7,41	1,05	4,19	-4,57	2,80	-2,61	1,93	1,51
RM Baixada Santista	4,26	-14,09	2,19	0,19	1,77	1,28	1,22	0,84
Araçatuba	3,15	-4,66	2,90	-3,77	1,81	-3,52	1,29	-2,53
Bauru	4,20	-2,43	3,08	-3,27	2,26	-3,74	1,64	-2,02
Presidente Prudente	3,12	-6,03	2,60	-2,54	1,43	-0,23	1,35	-0,57
Ribeirão Preto	4,72	-3,37	3,38	-2,49	2,27	-4,63	1,68	-2,51
São José do Rio Preto	4,15	-3,29	3,73	-3,55	2,65	-0,29	2,25	-3,12
São José dos Campos	7,52	-2,82	3,66	1,56	2,30	-1,07	1,79	0,46
Sorocaba	5,80	-1,73	3,60	1,76	2,88	2,43	2,53	0,73

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1970 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007.

¹⁶ Jannuzzi, 1998, p.15.



Entre as regiões, destacam-se a região metropolitana de Campinas, com crescimento urbano de 7,4%a.a., e o pólo de São José dos Campos, com crescimento urbano de 7,5%a.a., nos anos 70. O menor crescimento urbano, por sua vez, foi registrado em Presidente Prudente, com 3,12%a.a., e em Araçatuba, com 3,15%a.a. – regiões que apresentaram maiores taxas, comparativamente, nas décadas anteriores¹⁷.

A população rural, na década de 1970, por sua vez, com exceção da região metropolitana de Campinas, apresentou crescimento negativo em duas regiões metropolitanas e em todos os pólos regionais estudados.

Nesse rol, destacam-se, por um lado, a região metropolitana da Baixada Santista, cuja população rural apresentou uma taxa de crescimento de -14,09%a.a., e, por outro, a RM Campinas, cuja população rural cresceu positivamente – o que pode estar relacionado com a expansão da ocupação residencial em áreas rurais dos municípios.

Na década de 1980, apesar de se manterem positivas, observa-se um decréscimo no ritmo de crescimento da população urbana, em todas as regiões metropolitanas e pólos regionais, sendo que estas taxas variaram entre 1,96%a.a., na RMSP, e 4,19%a.a., na região metropolitana de Campinas.

Por sua vez, nota-se que a população rural volta a apresentar crescimento populacional positivo em três regiões: na região metropolitana da Baixada Santista, a população rural cresceu a menos de 1%a.a.; em São José dos Campos, cresceu a 1,6%a.a.; e em Sorocaba, a população rural cresceu a 1,8%a.a.

Assim como na RMC, na década anterior, esse crescimento da população rural pode estar associado à expansão de ocupações residenciais em áreas até então consideradas rurais.

Nos anos 90, recrudescer a tendência iniciada na década anterior, ou seja, as taxas de crescimento da população urbana mantêm-se positivas e decrescentes, variando entre 1,43%a.a., em Presidente Prudente, e 2,88%a.a., em Sorocaba.

Por sua vez, a população rural continua a apresentar crescimento negativo na maioria das regiões estudadas, com exceções feitas a RMSP, a RMBS e a Sorocaba. Nessas duas últimas regiões, a população rural cresceu a 1,28%a.a. e a 2,43%a.a., respectivamente, mantendo-se abaixo das taxas de crescimento urbano.

¹⁷ Vide tabela 3.



Na RMSP, diferentemente, a população rural, nos anos 90, cresceu a uma taxa superior ao crescimento da população urbana: enquanto a população urbana cresceu a 1,44%a.a., a população rural cresceu a 9,59%a.a. Esse repentino crescimento positivo da população rural na região metropolitana de São Paulo pode estar diretamente associado com a ocupação residencial de áreas rurais, seja através de assentamentos populares, seja através de condomínios fechados.

No período mais recente, por sua vez, observa-se a intensificação dessas tendências. Assim, em 2000-2007, as taxas de crescimento urbano continuaram positivas e ainda mais decrescentes, variando entre 1,20%a.a., na RMSP, e 2,53%a.a., em Sorocaba.

A população rural cresceu positivamente, no período 2000-2007, nas seguintes regiões: na RM Campinas, cresceu a 1,51%a.a.; na RM Baixada Santista, cresceu a 0,84%a.a.; em São José dos Campos, a população rural cresceu a 0,46%a.a.; e em Sorocaba, a 0,73%a.a. Nessas quatro regiões, a taxa de crescimento da população rural manteve-se abaixo da taxa de crescimento urbano.

A quinta região a apresentar crescimento positivo da população rural foi a região metropolitana de São Paulo, porém diferentemente das regiões acima, a RMSP apresentou crescimento rural acima da taxa de crescimento da população urbana: enquanto o crescimento urbano foi de 1,20%a.a., o crescimento rural foi de 4,08%a.a. – o que aponta para a continuidade da possível ocupação residencial de áreas rurais dos municípios que compõem a região.

Movimentos Migratórios Inter e Intra-Regionais

As regiões metropolitanas e os pólos regionais em estudo registraram incremento populacional crescente, em termos absolutos, de 1970 até 2007 (vide tabela 1), o que fez com que a soma dessas populações, que correspondia a 68% do total da população paulista, em 1970, passasse a concentrar 73%, em 2007.

Porém, em cada região metropolitana e pólo regional, o crescimento populacional foi resultado de processos diferentes. Os dados da tabela 6 nos permitem avaliar qual foi o peso do crescimento vegetativo e da migração no crescimento populacional de cada área.



Tabela 6: Crescimento Absoluto Populacional, Crescimento Vegetativo e Saldo Migratório

Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais selecionados - Estado de São Paulo

1970/2007

RM's e Pólos Regionais	Crescimento Absoluto				Crescimento Vegetativo				Saldo Migratório			
	1970/80	1980/91	91/2000	2000/2007	1970/80	1980/91	91/2000	2000/2007	1970/80	1980/91	91/2000	2000/2007
RM São Paulo	4.371.615	2.819.449	2.483.332	1.733.628	2.153.238	3.024.885	2.243.073	1.553.862	2.218.377	-205.436	240.259	179.766
RM Campinas	588.733	583.254	311.283	331.820	186.038	299.780	241.222	163.655	402.695	283.474	70.061	168.165
RM B. Santista	304.448	257.091	258.932	209.302	152.038	206.007	138.900	102.155	152.410	51.084	120.032	107.147
Araçatuba	23.318	75.039	52.102	35.842	62.199	73.430	48.347	23.044	-38.881	1.609	3.755	12.798
Bauru	84.019	98.178	80.795	57.870	55.729	75.325	53.747	32.437	28.290	22.853	27.048	25.433
Pres. Prudente	-9.077	77.701	54.802	43.028	80.655	88.570	58.817	32.128	-89.732	-10.869	-4.015	10.900
Ribeirão Preto	182.948	238.090	165.768	119.971	97.181	153.348	108.982	72.995	85.767	84.742	56.786	46.976
S. José Campos	229.796	218.792	145.227	108.373	91.819	141.960	104.781	68.403	137.977	76.832	40.446	39.970
S. José Rio Preto	72.146	124.820	121.096	86.441	56.912	71.707	50.403	29.834	15.234	53.113	70.693	56.607
Sorocaba	221.428	291.632	276.307	215.639	108.631	169.193	140.710	93.661	112.797	122.439	135.597	121.978

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1970 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007

Durante a década de 1970, seis das dez áreas estudadas tiveram na migração o maior peso do seu no crescimento populacional: a migração foi importante por 51% do crescimento populacional na RMSP, que correspondeu ao acréscimo de 2,2 milhões de pessoas; 68%, na RM de Campinas, correspondendo a 402 mil pessoas; 50%, na RM da Baixada Santista, que correspondeu a 152 mil pessoas; 60%, em São José dos Campos, correspondendo a 137 mil pessoas; e 51%, em Sorocaba, que correspondeu a 112 mil pessoas. Destaca-se ainda que a migração representou 47% do crescimento de Ribeirão Preto, nos anos 70, correspondendo à entrada de 87 mil pessoas na região.

No caso de Presidente Prudente, a emigração foi a principal responsável pelo crescimento absoluto negativo, apresentado pela região, nos anos 70: o crescimento vegetativo de mais de 80 mil pessoas não foi o suficiente para compensar a saída de pessoas e garantir crescimento positivo para o município.



Já na década de 1980, em nenhuma área do estado, a migração desempenhou papel preponderante no crescimento populacional. Assim, em todas as regiões e pólos, o crescimento absoluto positivo foi devido ao crescimento vegetativo, inclusive na RMSP, que nos anos 80, apresentou saldo migratório negativo, de 205 mil pessoas.

As áreas que tiveram o maior peso da migração no seu crescimento populacional foram a região metropolitana de Campinas, onde a migração foi responsável por 48,6% do crescimento da população, correspondendo a 283 mil pessoas; São José do Rio Preto, com 42,6% devido à migração, correspondendo a 53 mil pessoas; e Sorocaba, com 42% do crescimento em função da migração, que correspondeu a 122 mil pessoas.

Na década de 1990, ocorrem algumas mudanças significativas nos componentes do crescimento populacional. Primeiramente, nota-se que a RMSP volta a apresentar saldo migratório positivo, porém somente 10% do crescimento da população é devido ao movimento migratório (240 mil pessoas), sendo o crescimento vegetativo (90%) o grande definidor do incremento populacional da região. O peso do crescimento vegetativo também é grande no crescimento populacional da região metropolitana de Campinas (77,5%), nos anos 90, que foi responsável pelo acréscimo de 241 mil pessoas na região.

O pólo de São José do Rio Preto foi a única área do estado onde a migração foi preponderante no crescimento da população: aqui, a migração foi responsável por 58% do crescimento da região, que correspondeu à entrada de 70 mil pessoas. Outras áreas onde a migração teve peso mais significativo foram a região metropolitana da Baixada Santista, com 46% (correspondendo a 120 mil pessoas), e o pólo de Sorocaba, onde a migração representou 49% do crescimento populacional, correspondendo a 135 mil pessoas.

No período recente, aumenta o número de regiões onde a migração desempenha papel preponderante no crescimento populacional.

Assim, no período 2000-2007, na região metropolitana de Campinas, a migração foi responsável por 50,7% do crescimento populacional, correspondendo a um acréscimo de 168 mil pessoas, e na região metropolitana da Baixada Santista, a migração foi responsável por 51,2% do crescimento, correspondendo a 107 mil pessoas a mais na região.

Em dois pólos regionais a migração também desempenhou papel importante: em São José do Rio Preto, 65,5% do crescimento populacional foi devido à migração, que correspondeu à chegada de 56,6 mil pessoas; em Sorocaba, a migração representou 56,6% do crescimento da região, compreendendo 122 mil pessoas.



Destaca-se, por fim, o aumento do peso da migração na RMSP, em comparação com a década de 1990. No período 2000-2007, a migração foi responsável por 10% do crescimento da região metropolitana – maior em comparação com o período anterior, que foi de 9,7%. Em termos absolutos, porém, houve um decréscimo: enquanto nos anos 90, houve um saldo migratório de 240 mil pessoas, no período 2000-2007, o saldo migratório foi de 179 mil pessoas.

Os dados da tabela 7, por sua vez, referem-se ao movimento migratório interestadual, no período 1995-2000, captado no Censo de 2000. A partir deles, observa-se que as regiões metropolitanas e os pólos regionais apresentam dinâmicas migratórias bastante diversificadas.

Considerando, primeiramente, as três regiões metropolitanas do estado, nota-se que a migração proveniente do Nordeste e do Sudeste é proporcionalmente maior nas regiões de São Paulo e na Baixada Santista. Na RMSP, a migração nordestina, no período 1995-2000, correspondeu a 71% do total do movimento migratório, correspondendo a um volume de 512 mil pessoas.

Tabela 7: Movimentos Migratórios Interestaduais, segundo Grandes Regiões do Brasil

Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais selecionados

1995/2000

RM's e Pólos Regionais	Sudeste (exceto SP)	Sul	Centro- Oeste	Nordeste	Norte	Brasil s/ espec.	Total Interestadual
RM São Paulo	102.352	49.790	24.310	512.135	14.530	14.373	717.490
RM Campinas	22.207	24.070	9.210	34.963	3.682	600	94.732
RM Baixada Santista	8.289	5.624	2.119	41.035	1.053	*	58.120
Araçatuba	1.106	1.555	3.009	1.808	373	97	7.948
Bauru	1.451	3.271	1.771	2.490	314	230	9.527
Presidente Prudente	991	6.654	5.458	1.431	584	58	15.176
Ribeirão Preto	12.502	3.666	3.435	10.717	1.256	426	32.002
São José Campos	12.220	3.740	2.240	12.338	1.117	128	31.783
São José Rio Preto	3.651	2.298	4.447	4.590	1.291	50	16.327
Sorocaba	5.240	12.007	2.232	14.160	605	113	34.357

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

(*) Informação não trabalhada.



Já na região metropolitana da Baixada Santista, a migração nordestina correspondeu a 70% do total do movimento migratório, envolvendo um volume de 41 mil pessoas.

Por sua vez, o segundo fluxo migratório interestadual mais importante para RMSP e RMBS é aquele proveniente de estados do Sudeste: enquanto para RMSP, esse fluxo correspondeu a 102 mil pessoas (14%), para RMBS, correspondeu a 8 mil pessoas (14%).

Para a região metropolitana de Campinas, os fluxos migratórios interestaduais mais importantes, no período 1995-2000, foram aqueles provenientes do Nordeste e do Sul: o fluxo do Nordeste para Campinas envolveu um volume de, aproximadamente, 35 mil pessoas (37% do total do movimento migratório) e o fluxo proveniente do Sul correspondeu a um volume de 24 mil pessoas (equivalendo a 25% do total da migração para a região).

Considerando, agora, os pólos regionais, é possível observar uma diversidade de fluxos migratórios, no período de 1995-2000.

Iniciaremos essa abordagem tratando conjuntamente São José dos Campos, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto que apresentam fluxos semelhantes. Assim, enquanto nos dois primeiros pólos, os fluxos migratórios interestaduais mais importantes são provenientes, primeiramente, do Nordeste e, em seguida, do Sudeste, no pólo de Ribeirão Preto, acontece o inverso: o fluxo proveniente do Nordeste corresponde a 39% da migração (12 mil pessoas), em São José dos Campos, e a 28%, em São José do Rio Preto (4,5 mil migrantes); para Ribeirão Preto, o fluxo nordestino correspondeu a 33,5% do total da migração, equivalendo a um volume de 10,7 mil migrantes.

O segundo fluxo mais importante para São José dos Campos e São José do Rio Preto é proveniente do Sudeste: enquanto para o primeiro pólo, esse fluxo correspondeu a 38% (12.220 migrantes), para o segundo correspondeu a 22% (3.651 migrantes). Já para Ribeirão Preto esse fluxo foi o numericamente mais importante, no período, correspondendo a 39% de todo movimento migratório para a região, correspondendo a um volume de 12.502 migrantes.

Para o pólo de Sorocaba, os fluxos migratórios interestaduais mais importantes são provenientes do Nordeste e do Sul: enquanto o fluxo do Nordeste correspondeu a 41% do total da migração, que implicou um volume de 14.160 migrantes, o fluxo proveniente do Sul correspondeu a 35% do movimento migratório, envolvendo um total de 12 mil migrantes.

Os fluxos migratórios provenientes dos estados das Regiões Sul e Centro-Oeste são os mais importantes para o pólo de Presidente Prudente: da Região Sul, chegaram em Presidente Prudente, em 1995-2000, um total de 6.654 migrantes, que corresponde a 44% do movimento



migratório, e da Região Centro-Oeste, chegaram 5.458 migrantes, que equivale a 36% da migração interestadual para a região.

Para o pólo de Bauru, por sua vez, os principais fluxos migratórios foram provenientes do Sul e do Nordeste: enquanto dos estados sulistas, chegaram à região 3.271 migrantes, correspondendo a 34% do movimento migratório, dos estados nordestinos, chegou a Bauru um total de 2.490 migrantes, correspondendo a 26% da migração interestadual.

Por fim, para o pólo de Araçatuba, os fluxos migratórios interestaduais mais importantes, no período recente, são aqueles provenientes do Centro-Oeste e do Nordeste: da Região Centro-Oeste, chegaram ao pólo de Araçatuba, no período 1995-2000, cerca de 3 mil migrantes, equivalendo a 38% do movimento migratório, e do Nordeste, chegaram a Araçatuba 1,8 mil migrantes, correspondendo a 23% da migração para a região.

A migração intra-estadual para as regiões metropolitanas e pólos regionais selecionados, por sua vez, é evidenciada pelos dados da tabela 8.



Tabela 8: Movimentos Migratórios Intra-Estaduais - Principais origens dos migrantes

Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais selecionados

1995/2000

RM's e Pólos Regionais	RM São Paulo	RM Baixada Santista	Demais regiões paulistas	Total Intraestadual
RM São Paulo	*	18.821	110.043	128.864
RM Campinas	66.114	3.762	57.735	127.611
RM Baixada Santista	60.189	*	19.355	79.544
Araçatuba	10.161	**	15.916	26.077
Bauru	10.786	799	35.422	47.007
Presidente Prudente	9.718	573	11.261	21.552
Ribeirão Preto	11.853	**	22.734	34.587
São José Campos	18.178	926	13.529	32.633
São José Rio Preto	15.550	**	30.438	45.988
Sorocaba	42.308	1.879	30.108	74.295

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

(*) não se aplica; (**) dado não discriminado

Observa-se que a região metropolitana de São Paulo é a principal origem de migrantes para quatro regiões: para a região metropolitana de Campinas, 66 mil migrantes (52% do movimento migratório) foram provenientes da RMSP, e para a região metropolitana da Baixada Santista, 60 mil migrantes (76% da migração intra-estadual) foram originários da RMSP.

A maioria dos migrantes intra-estaduais de São José dos Campos e de Sorocaba também se originou na RMSP: 18 mil migrantes (56%), para São José dos Campos, e 42 mil migrantes (57%), para Sorocaba.

Por sua vez, do interior paulista foram provenientes 110 mil migrantes intra-estaduais na região metropolitana de São Paulo, no período 1995-2000, correspondendo a 85% do total do movimento populacional dentro do estado de São Paulo.



Destaca-se, ainda, que nos pólos de Araçatuba, Bauru, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, a principal origem dos migrantes intra-estaduais, no período 1995-2000, são outras regiões do interior paulista: em Araçatuba, foram 15,9 mil migrantes (61% da migração intra-estadual); em Bauru, 35,4 mil migrantes (75%); em Ribeirão Preto, chegaram 22, 7 mil migrantes (66%) foram provenientes do interior paulista; e em São José do Rio Preto, adentraram 30 mil migrantes (66%) de outras regiões do estado.

Por sua vez, o movimento emigratório intra-estadual, no período 1995-2000, é evidenciado através dos dados da tabela 9.

Tabela 9: Movimentos Emigratórios Intra-Estaduais - Principais destinos dos migrantes

Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais selecionados

1995/2000

RM's e Pólos Regionais	RM São Paulo	RM Baixada Santista	Demais regiões paulistas	Total Intraestadual
RM São Paulo	*	60.189	408.088	468.277
RM Campinas	12.943	2.102	51.227	66.272
RM Baixada Santista	18.821	*	25.413	44.234
Araçatuba	3.473	**	31.371	34.844
Bauru	3.509	**	16.612	20.121
Presidente Prudente	4.320	**	14.722	19.042
Ribeirão Preto	5.093	1.133	24.544	30.770
São José Campos	6.226	**	14.743	20.969
São José Rio Preto	3.763	**	38.094	41.857
Sorocaba	9.118	1.740	23.401	34.259

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

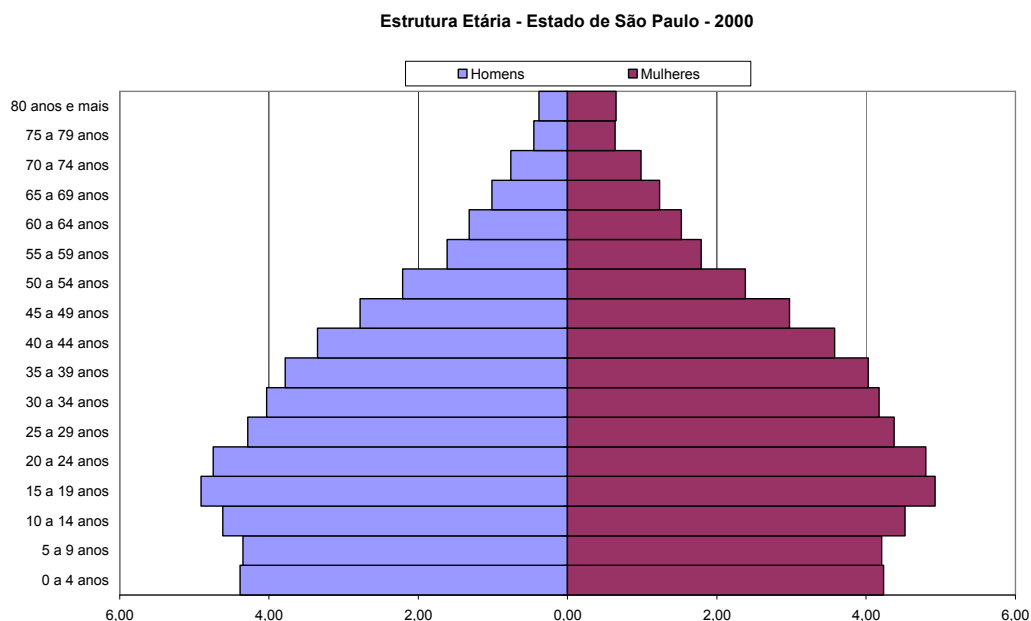
(*) não se aplica; (**) dado não discriminado



Observa-se que, no período 1995-2000, para as regiões metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista e os sete pólos regionais estudados, o principal destino dos emigrantes não foi a região metropolitana de São Paulo, mas sim outras regiões do interior de São Paulo.

Com relação a Baixada Santista, nota-se que é a região que apresentou a maior proporção de emigrantes que se destinaram a RMSP: um total de 18,8 mil emigrantes, que corresponderam a 42,5% de todo o movimento emigratório intra-estadual. Por sua vez, saíram da RMSP com destino a RMBS 60 mil emigrantes, correspondendo a 13% do total do movimento emigratório intra-estadual da região.

Estrutura Etária – Estado de São Paulo



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos.

Analisando a estrutura etária do estado de São Paulo, em 2000, observam-se as tendências atuais da dinâmica demográfica.

Primeiramente, destaca-se o efeito da queda da fecundidade, em curso no estado de São Paulo nas últimas décadas, através do estreitamento da base da pirâmide. De acordo com o



Datasus, a taxa de fecundidade total do estado de São Paulo, em 1991, foi de 2,22 filhos por mulher, enquanto em 2000, essa taxa decresceu para 2,05 filhos por mulher.

Essa redução na fecundidade do estado de São Paulo já se faz sentir na sua estrutura etária no estreitamento da base da pirâmide, que reflete a menor proporção de população infantil no total da população do estado.

Paralelamente, destaca-se o alargamento do topo da pirâmide que representa um aumento no peso da população idosa no estado, principalmente da população feminina, apontando para um envelhecimento cada vez maior da população – uma das principais características da dinâmica demográfica atual.

Considerando as regiões metropolitanas do estado de São Paulo, observa-se que tanto a RMSP como RMBS, em comparação com a estrutura etária do estado, apresentam um maior peso da população de 0 a 4 anos, que reflete uma maior fecundidade no final dos anos 90 nessas duas regiões metropolitanas. Essas duas regiões apresentam também uma menor participação da população idosa, indicando um menor índice de envelhecimento populacional, em termos relativos.

A região metropolitana de Campinas, por sua vez, apresenta uma estrutura etária bastante semelhante com a estrutura estadual, tanto em termos de estreitamento da base piramidal, como em termos de maior peso de população idosa.

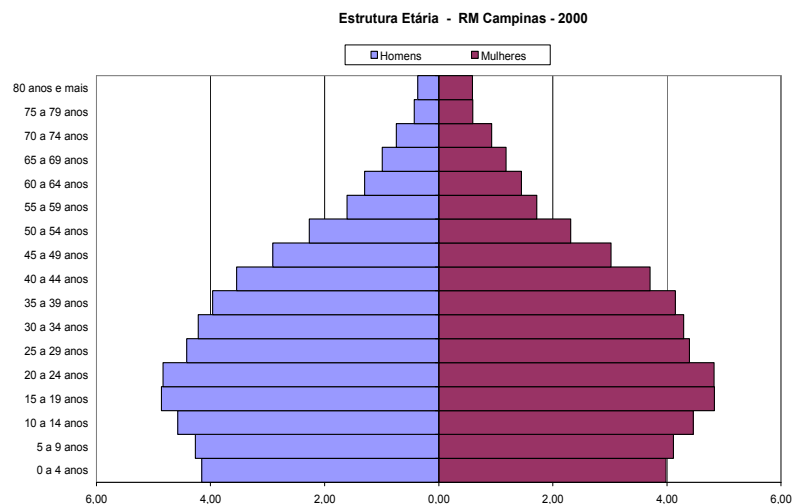
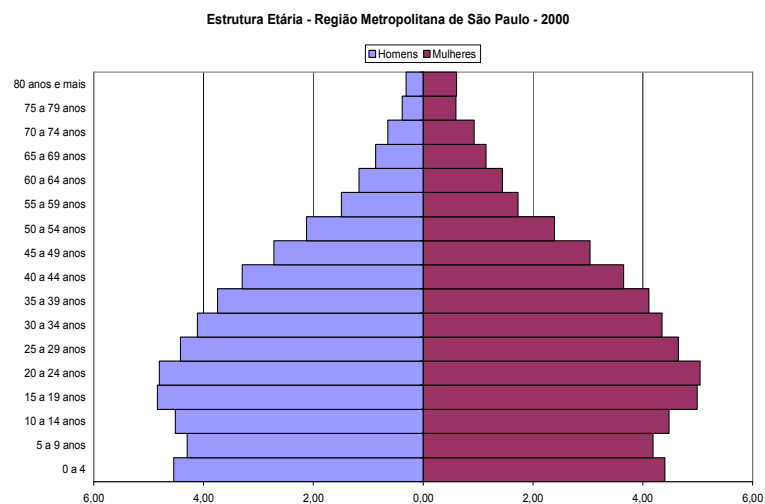
Considerando os pólos regionais, observa-se que todas as regiões seguem a tendência estadual quando ao estreitamento da base piramidal, apontando para a redução na taxa de fecundidade total. Com relação a esse aspecto, destacam-se os pólos de Araçatuba e de São José do Rio Preto, que apresentam um estreitamento ainda maior na base da estrutura etária.

Por outro lado, destaca-se também que os sete pólos do interior acompanham a tendência estadual de um alargamento no topo da pirâmide etária, apontando para o envelhecimento populacional. Nesse aspecto, destacam-se novamente Araçatuba e São José do Rio Preto, pois apresentam um maior peso da população idosa no total da população.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

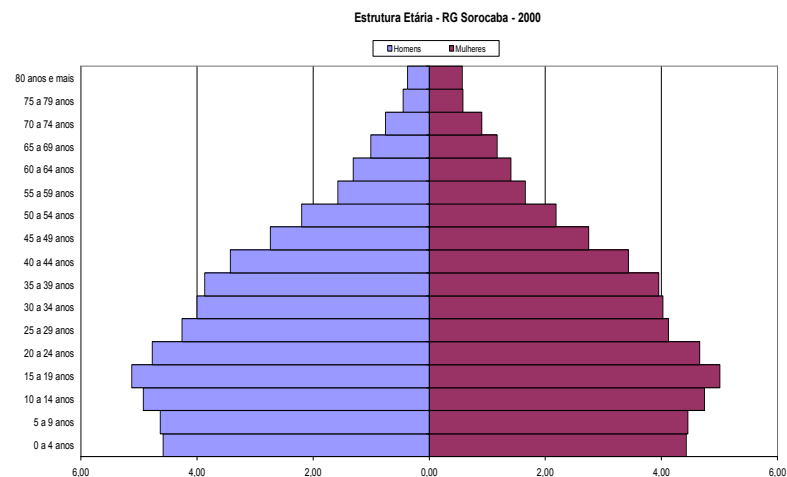
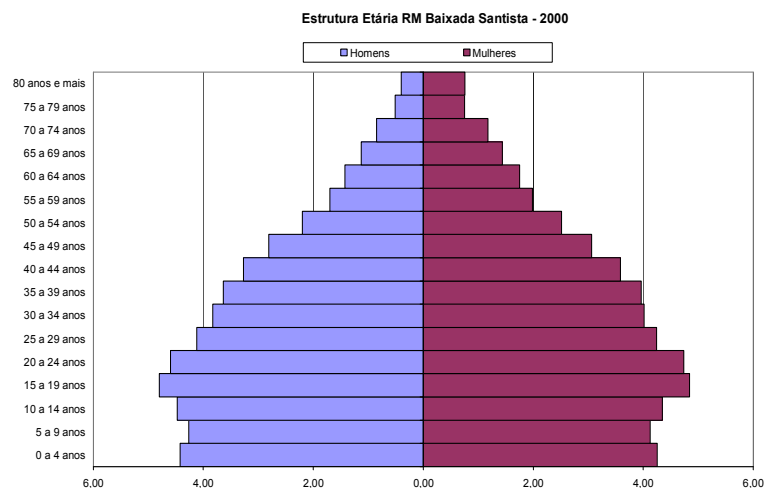
Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas





Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

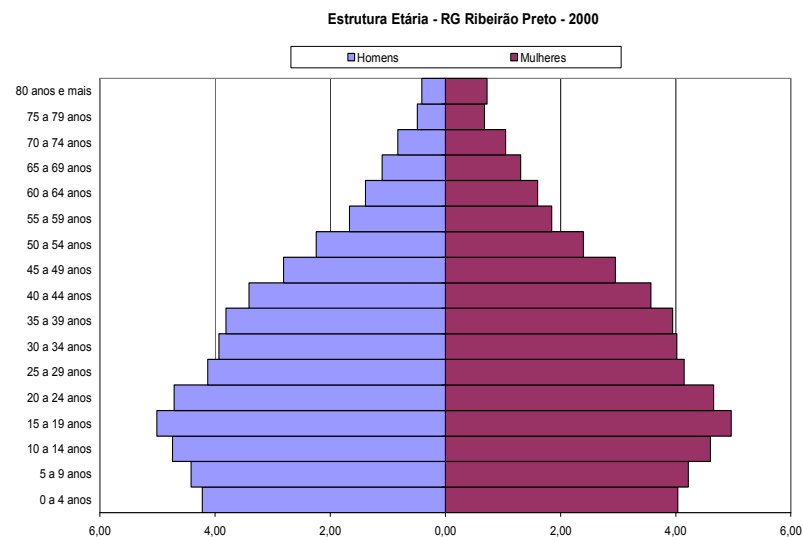
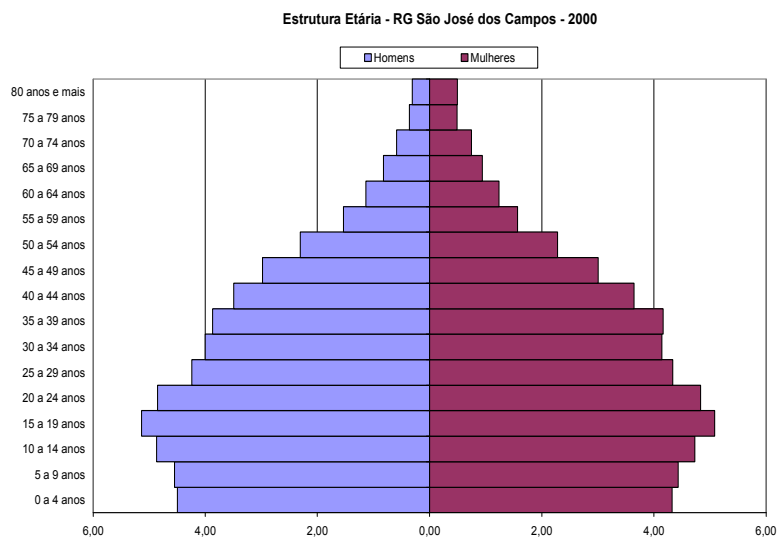


Fonte: FIBGE, Censos Demográficos.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas



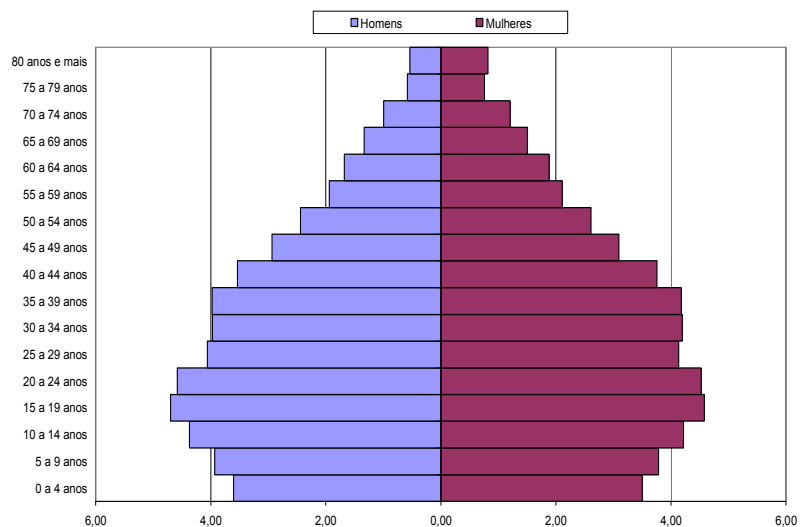
Fonte: FIBGE, Censos Demográficos.



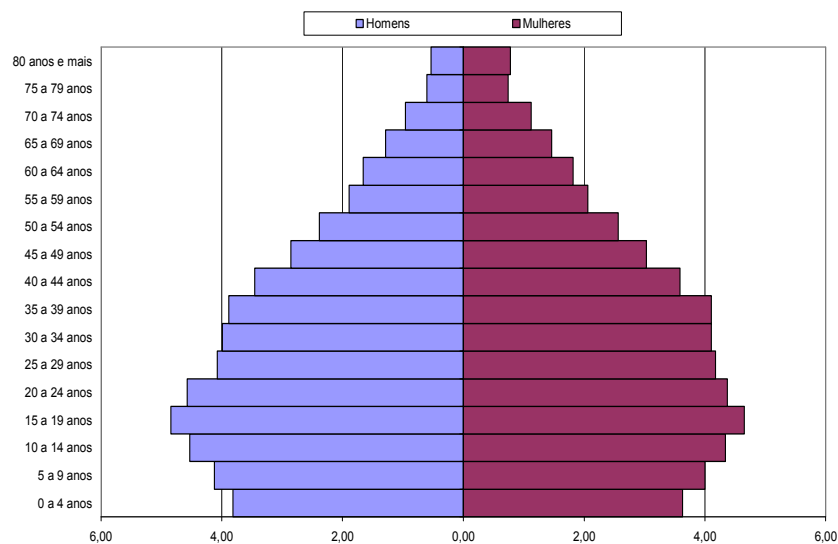
Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Estrutura Etária - RG São José de Rio Preto - 2000



Estrutura Etária - RG ARAÇATUBA - 2000

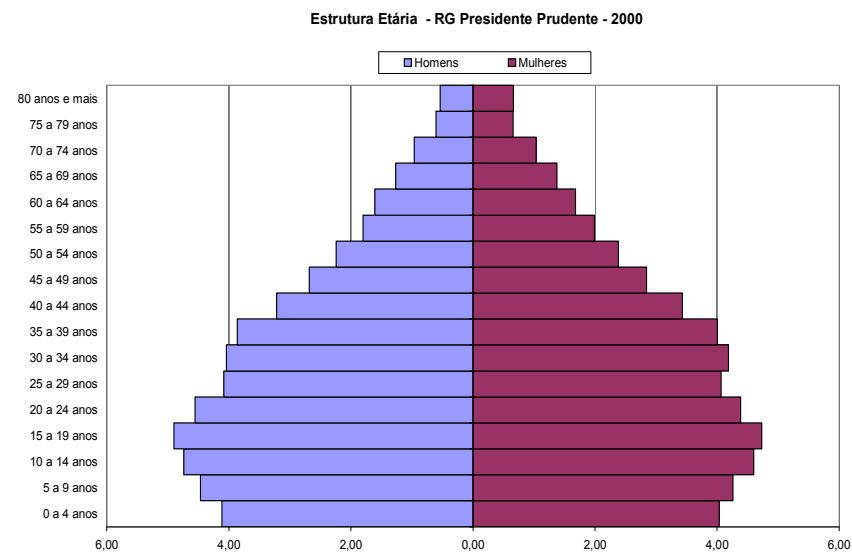
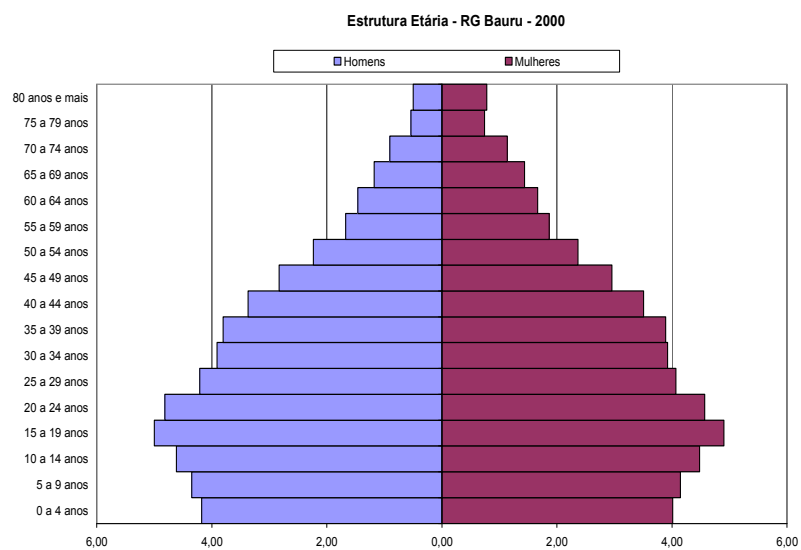


Fonte: FIBGE, Censos Demográficos.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos.



Referências Bibliográficas

ANTICO, C. e LEAL, J.L. Migração em São Paulo 4. Região de Governo de São José dos Campos. **Texto NEPO 26**, Campinas, 1993.

BAENINGER, R. Espaços ganhadores e espaços perdedores na dinâmica migratória paulista. In: HOGAN, D.J. et al. (Org.). **Migração e ambiente em São Paulo**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2000.

_____. **Espaço e tempo em Campinas**: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista. Campinas: Centro de Memória da Unicamp/Unicamp, 1996.

BAENINGER, R. e MAIA, P.B. Migração em São Paulo 1. Região de Governo de Campinas. **Texto NEPO 22**, Campinas, 1992.

BAENINGER, R. e SOUZA, M.R. Migração em São Paulo 5. Região de Governo de Santos. **Textos NEPO 28**. Campinas: NEPO/Unicamp, 1994.

CAIADO, A. A economia paulista nos anos 90. In: HOGAN, D.J. et al. (Org.). **Migração e ambiente em São Paulo**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2000.

CUNHA, J.M.P. e ARANHA, V. Migração em São Paulo 2. Região de Governo de Presidente Prudente. **Texto NEPO 23**, Campinas, 1992.

GONÇALVES (1998), Maria Flora – **As engrenagens da locomotiva**. Campinas, 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

JANNUZZI, P.M. Redistribuição regional da população no interior paulista nos anos 80: Em busca dos determinantes estruturais do fenômeno. **Texto NEPO 34**, Campinas, 1998.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas, 1994. Tese (Doutorado em Economia), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

RODRIGUES, A.L. A ocupação urbana da região metropolitana de Maringá: uma história de segregação. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, no.108, p.7-24, jan/jun 2005.

SIQUEIRA, C.G. **Emancipação municipal pós Constituição de 1988**: Um estudo sobre o processo de criação dos novos municípios paulistas. Campinas, 2003, 236f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

SOUZA, M.R. Migração em São Paulo 3. Região de Governo de Sorocaba. **Texto NEPO 24**, Campinas, 1993.

VIDAL, M.S. e BAENINGER, R. Migração em São Paulo 5. Região de Governo de Araçatuba. **Texto NEPO 28**, Campinas, 1994.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas



Capítulo 3 – A Questão Social das Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais¹⁸

Introdução

A análise da questão social nas espacialidades estudadas no Estado de São Paulo concentra-se em três vertentes.

A primeira tem por objeto a pobreza e a desigualdade, indicando as tendências observadas entre os anos 1991 e 2000, com base nos dados censitários, que são os únicos disponíveis para a análise dessas regiões; bem como evidenciando para esses períodos as desigualdades entre as regiões analisadas.

A segunda toma por objeto as mudanças na família e as mudanças na provisão familiar nesse período, relacionando-as a mudanças demográficas e a mudanças no papel da mulher na sociedade, dando destaque ao aumento da participação desta no mercado de trabalho e na responsabilidade pela manutenção do domicílio.

Nesta vertente ressalta-se a importância do conhecimento das mudanças na família e no domicílio como elementos importantes para o planejamento e implementação de políticas de proteção social. O destaque é dado à política de transferência de renda, que tem a família como principal unidade de referência.

A terceira vertente trata das políticas sociais, privilegiando quatro aspectos, quais sejam, identificar nas distintas espacialidades o perfil da recente política de transferência de renda, os programas de apoio ao migrante pobre, o acesso e a qualidade dos serviços básicos de educação e de saúde.

1. Pobreza e Desigualdade nas Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais do Estado de São Paulo

Introdução

Nos últimos anos têm se observado no país um maior ritmo de crescimento do PIB. Entre 2003 e 2008, o PIB nacional cresceu a uma taxa de aproximadamente 4,5% ao ano. Mas o crescimento econômico continua marcado por desequilíbrios regionais históricos, por desigualdades expressivas entre os pólos mais dinâmicos e as áreas mais atrasadas, bem

¹⁸ Ficha Técnica: Coordenação: Lília Montali, Coordenação Adjunta: Eugenia Troncoso Leone e Stella Barberá da Silva Telles, Assistentes de pesquisa: Fabiana de Andrade, Luciana Ramirez Cruz, Marcelo Tavares de Lima e Alessandra Scalioni Brito, Auxiliares de pesquisa: Bruno Martins de Oliveira e Edina Paula Souza.



como pelos elevados níveis de pobreza nessas áreas mais atrasadas. No que diz respeito especificamente ao Estado de São Paulo, observou-se, na primeira metade da década atual, tendência de crescimento moderado do PIB. De acordo com a nova metodologia do IBGE para o cálculo do PIB, entre 2002 e 2005, o PIB estadual cresceu a uma taxa de aproximadamente 2,6% ao ano. Como a população tem apresentando um ritmo bem menor de crescimento anual tem-se observado, também, um moderado crescimento do PIB *per capita*. Nos últimos anos, o ritmo de crescimento econômico para o conjunto do Estado de São Paulo continua num patamar relativamente elevado e ainda concentra parcela importante do PIB brasileiro.

Esta parte do relatório faz um exame da situação de pobreza e desigualdade pela ótica da renda para as três regiões metropolitanas (São Paulo, Campinas e Baixada Santista) e para os sete pólos selecionados, constituídos pelas Regiões de Governo de Araçatuba, Bauru, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José dos Campos, São José do Rio Preto e Sorocaba. A análise das regiões metropolitanas e dos pólos é feita de forma comparativa com o que aconteceu no conjunto do Estado de São Paulo, bem como pelas comparações entre metrópoles e pólos. São utilizadas as informações censitárias dos anos 1991 e 2000 do IBGE, importante fonte de dados devido à grande variedade de temas investigados e à sua capacidade de desagregação geográfica por municípios. Devido à periodicidade decenal dos censos e ao fato do último censo ter sido realizado no ano 2000 recorreu-se também, na medida do possível, a outras fontes alternativas de dados mais recentes. No Estado de São Paulo, em particular, a Fundação SEADE é uma importante instituição para o acesso às fontes de informação sobre os municípios, que compila e disponibiliza através de seu site, informações de diversas fontes sobre várias áreas temáticas. Mesmo assim, este relatório focaliza preponderantemente a década de 90.

A evolução da renda dos domicílios tem refletido os problemas da inserção do Brasil no mundo globalizado desde o início da década de 90. É necessário distinguir, entretanto, os acontecimentos na década de 90 do que ocorreu posteriormente, especialmente depois de 2003.

Na década de 90, a inserção brasileira no mundo globalizado foi problemática destacando-se a crescente liberalização financeira e de entrada e saída de capital no país que deixou a economia nacional muito sensível à situação do mercado financeiro internacional. Este mercado tem-se mostrado muito instável, afetando significativamente o desempenho da economia brasileira. A particularidade do período posterior a 2003 foi que esta instabilidade do mercado financeiro internacional foi acompanhada de um forte aumento na demanda e nos preços das commodities o que beneficiou uma série de países



emergentes especialmente o Brasil que é um fornecedor importante desses produtos. Por esse motivo, o desempenho da economia brasileira melhorou a partir de 2004.

Este relatório, entretanto, dispõe de informações mais completas, desagregadas por municípios, para a década de 90, de tal modo que as referências sobre o que aconteceu após o último censo de 2000 com a renda dos domicílios serão mais esparsas.

Assim, a análise se concentra principalmente na discussão das mudanças ocorridas entre 1991 e 2000 (e quando as informações disponíveis o permitem, nos anos mais recentes), no que diz respeito às diferenças nos níveis de renda, pobreza e desigualdade. Embora exista uma grande variedade de indicadores selecionamos os mais representativos das bibliografias recentes sobre o tema, quais sejam: PIB, renda domiciliar (média e *per capita*) e proporção de pessoas e domicílios pobres. Foram consideradas pobres aquelas pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75,50 – equivalentes a 1/2 do salário mínimo vigente em agosto de 2000. O equivalente a este valor, em 1991, foi calculado utilizando-se o INPC como medição da variação do nível dos preços. Entre os indicadores de pobreza e desigualdade optamos pela proporção da renda recebida pelos 40% mais pobres, 50% mais pobres, 20% mais ricos, 10% mais ricos, 5% mais ricos, 1% mais ricos, relação entre os rendimentos médios dos 10% mais ricos e 40% mais pobres e índice de Gini.

Para complementar as análises anteriores realiza-se também uma caracterização da população de 10 anos e mais com rendimento positivo com o objetivo de ressaltar as diferenças de rendimento nos diversos agrupamentos regionais. Os rendimentos foram dispostos em quatro faixas: menos de um salário mínimo, de 1 a 3, de 3 a 5 e 5 e mais salários mínimos. Como para a maioria dos domicílios a principal fonte de renda provem do trabalho verificam-se também as diferenças de rendas do trabalho entre os pólos e as regiões metropolitanas. Para isto utilizam-se as informações disponíveis no SEADE sobre emprego formal, principal fonte de renda do trabalho dos domicílios.

O texto está organizado em quatro itens. O item que se segue a esta introdução tece considerações sobre as principais mudanças na atividade econômica e as diferenças nos níveis de renda domiciliar e *per capita* entre regiões metropolitanas e pólos tomando como referência o Estado de São Paulo. No segundo item se analisa a situação de pobreza das regiões metropolitanas e pólos com base nas proporções de pessoas e domicílios pobres, confrontando-se os rendimentos dos pobres com os dos não-pobres. No terceiro se descreve a desigualdade de rendimentos entre as regiões metropolitanas e pólos. Por último, o quarto item, descreve a distribuição dos rendimentos (dos domicílios e os



provenientes do trabalho) somente para as pessoas de 10 anos e mais com rendimento positivo.

Entender a diversidade de rendimentos e situações de pobreza e desigualdade no interior do Estado de São Paulo e nas suas metrópoles é o objetivo principal desta parte da pesquisa. Desta maneira, busca-se contribuir para atribuir prioridades no que concerne à melhoria de vida da população nos diferentes agrupamentos regionais.

População, atividade econômica e renda domiciliar

Antes de iniciar qualquer análise, vale a pena alertar para o fato de que os dados de PIB utilizados neste relatório referem-se ao período 2002-2005 e os dados de renda domiciliar, por ser provenientes dos censos, referem-se ao período 1991-2000. Para a população dispõe-se de informações para a década de 90 e para o período mais recente. Como mencionado anteriormente este estudo enfatiza a década de 90, mas na medida do possível, avança em anos da atual década.

Feitas essas ressalvas, se começa o estudo chamando à atenção para o fato do Estado de São Paulo contar com três regiões metropolitanas: São Paulo (RMSP), Campinas (RMC) e Baixada Santista (RMBS). A RMSP, em 2005, é a maior com 18,9 milhões de habitantes, seguida da RMC com 2,6 e da RMBS 1,6 milhão de pessoas. Essas três regiões metropolitanas concentravam pouco menos de 60% da população do Estado, mas como indicam os dados seus tamanhos são bastante heterogêneos: o da RMSP é mais de sete vezes o da RMC e esta, por sua vez, tem um tamanho de 1,6 vezes o da população da RMBS. (Tabela 1).



Tabela 1:

Tabela 1: Produto Interno Bruto (PIB), Renda Domiciliar e População

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas

1991 - 2005

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas	Taxas anuais de crescimento				Participação no Estado			PIB, renda per capita e população			
	PIB 2002-2005 (valores reais)	Renda domiciliar total 1991-2000 (valores reais)	População 1991-2000	População 2000-2005	PIB 2005	Renda domiciliar 2000	População 2005	PIB per capita 2005 (em mil reais)	Renda domiciliar per capita em 2000 (R\$)	População em 2000 (milhões)	População em 2005 (milhões)
Estado de São Paulo	2,55	3,88	1,8	1,6	100,00	100,00	100,00	18,0	442,1	36,72	39,95
Regiões Metropolitanas											
São Paulo	3,41	3,22	1,7	1,1	57,29	55,35	47,30	21,5	506,9	17,73	18,91
Campinas	5,62	4,98	2,5	2,0	7,99	6,85	6,45	22,0	479,0	2,32	2,58
Baixada Santista	-3,95	4,63	2,2	1,9	3,01	3,94	4,06	13,4	436,4	1,47	1,63

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000; Fundação SEADE. Tabulações Especiais de 2005

O produto interno bruto (PIB), um dos principais indicadores da economia que revela a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (país, estado, município) está associado ao tamanho da população. Analisando primeiramente o período mais recente (2002-2005), verifica-se que o Estado de São Paulo, em 2005, tinha uma população superior aos 39 milhões de habitantes e, no mesmo ano, um PIB de 727.052,82 milhões de Reais. Já a RMSP com uma população que representa quase metade da população do Estado apresenta um PIB de 416.501,24 milhões de Reais e as RMC e RMBS com populações em torno de 2,6 e 1,6 milhões de pessoas apresentavam valores do PIB bem menores (58.064,45 e 21.907,16 milhões de Reais, respectivamente). Dessa forma, em termos de participação a RMSP representava mais da metade do PIB estadual (57%), enquanto as regiões metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista representavam 8% e 3%, respectivamente.

Entre 2002 e 2005 as taxas de crescimento do PIB em termos reais (descontada a inflação anual de 9,62% do período) revelam que a RMSP e a RMC cresceram acima da média do Estado, com a RMC apresentando o maior aumento (crescimento de 5,62% ao ano). Já a RMBS teve o pior comportamento (crescimento negativo de 3,95% no período). É importante salientar também que as RMC e RMSP, assim como o próprio Estado de São Paulo, tiveram um crescimento do PIB superior ao da população no período 2002-2005.

É importante comparar a magnitude do PIB com a da população analisando o PIB *per capita* (o PIB dividido pelo número de pessoas). Ao incorporar o tamanho da população na análise observamos que a RMC apresentou o maior PIB *per capita* em 2005 (22 mil reais), maior que o da RMSP e maior inclusive que o do Estado (18 mil reais) enquanto que



a RMBS foi entre as regiões metropolitanas a que apresentou o menor PIB por habitante (13,4 mil reais).

Não basta, entretanto, observar somente o volume do PIB que sinaliza a magnitude da atividade econômica de cada região. É necessário, também, verificar como a atividade econômica repercute na renda das famílias. Infelizmente não dispomos de dados de renda domiciliar para este período mais recente, mas ainda assim, o seu comportamento, na década de 90, será de utilidade para nossa análise.

Com esta finalidade utilizamos a renda média domiciliar e a renda per capita dos residentes nos domicílios. Como é de conhecimento geral a renda média domiciliar é a razão entre a soma de todas as rendas (de todas as fontes) de todos os domicílios e o número de domicílios. Já a renda *per capita* é a razão entre a soma de todas as rendas (de todas as fontes) de todos os domicílios e o número total de indivíduos residentes nos domicílios.

As informações provenientes dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 revelam que nesse período a renda domiciliar cresceu acima da média do conjunto do Estado (4,14% ao ano) na RMC (5,19% ao ano) e RMBS (4,88% ao ano) e abaixo da média na RMSP (3,54% ao ano). Assim, as duas regiões metropolitanas de menor tamanho (RMC e RMBS) tiveram um crescimento da renda domiciliar maior que a do Estado no seu conjunto. É importante salientar que em 2000, a RMSP abrangia 55,4% da renda domiciliar do Estado, enquanto as RMC e RMBS representavam 6,9% e 3,9%, respectivamente. A renda domiciliar *per capita* da RMSP ainda era, em 2000, maior que a das outras regiões metropolitanas, inclusive maior que a estadual.

É difícil a partir dos dados do censo avaliar o desempenho da economia paulista na década de 90. O ano de 1991 foi de atividade econômica muito baixa (comparada aos anos anteriores) e a do ano 2000 a economia paulista apresentou razoável nível de atividade. Portanto, o aumento da renda domiciliar do Estado de São Paulo entre 1991 e 2000 superestima o verdadeiro desempenho desta economia na década de 90.

Com efeito, os dados indicam um crescimento médio anual da renda domiciliar paulista de 3,9% ao ano, com um crescimento da população de 1,8%, indicando um aumento da renda domiciliar per capita de 2,2%. Com este ritmo de crescimento médio anual são necessários cerca de 30 anos para dobrar a renda domiciliar *per capita*. Trata-se de um ritmo de crescimento relativamente modesto e está superestimando o verdadeiro crescimento da economia paulista. Quanto à situação das metrópoles sobressai a renda per capita da RMSP, seguida da RMC. Já a RMBS teve um comportamento diferente, pois a relativamente elevada taxa de crescimento da renda domiciliar na década de 90 não



repercutiu na posição relativa desta metrópole quanto a sua renda por habitante, apresentando, em 2000, a menor renda domiciliar *per capita*, inclusive menor que a do Estado. Ademais esta região metropolitana apresentou entre 2002 e 2005 uma taxa de crescimento do PIB negativa colocando dúvidas quanto às repercussões desse baixo crescimento do PIB na renda dos domicílios.

Repetindo a análise anterior para os pólos tem-se as diferenças de tamanho da população, em 2005, variavam de 1,4 milhões de pessoas no caso do pólo de Sorocaba (o maior) a 0,52 milhões no caso de Araçatuba (o menor). Quanto ao PIB destacavam-se, em 2005, os maiores valores de São José dos Campos (22.559,8 milhões de Reais), Sorocaba (20.346,1 milhões) e São José do Rio Preto (18.401,6 milhões). O menor PIB correspondia ao pólo de Araçatuba (5.666,2 milhões de Reais). Em termos de participação o pólo de São José dos Campos representava 3,1% do PIB estadual, enquanto Sorocaba representava 2,8% e Ribeirão Preto, 2,5%. Os demais pólos participavam muito pouco no PIB estadual (Tabela 2).

No período 2002-2005, as taxas anuais de crescimento do PIB em termos reais foram positivas e superiores à média do Estado (de 2,55% ao ano) nos pólos de Bauru (3,91% ao ano), Ribeirão Preto (3,26% ao ano) e Sorocaba (5,75% ao ano). Os demais pólos apresentaram, no mesmo período, crescimento do PIB muito reduzido como é o caso de Araçatuba (0,14% ao ano) ou negativo como os pólos de Presidente Prudente (-0,99%), São José dos Campos (-2,46%) e São José do rio Preto (-0,57%).

A variabilidade no ritmo de crescimento do PIB entre 2002 e 2005 não se reflete da mesma maneira no PIB per capita. De fato, em 2005, o pólo de São José dos Campos, que teve um crescimento negativo de seu PIB no período 2002-2005, apresentou o maior PIB per capita (inclusive maior que o do Estado). Depois de São José dos Campos, os pólos de Ribeirão Preto e Sorocaba foram os que apresentaram os maiores PIB *per capita*, porém, inferiores ao estadual.



Tabela 2
Tabela 2: Produto Interno Bruto (PIB), Renda Domiciliar e População
Estado de São Paulo e Pólos
1991 - 2005

Estado de São Paulo e Pólos	Taxas anuais de crescimento				Participação no Estado			PIB, renda per capita e população			
	PIB 2002-2005 (valores reais)	Renda domiciliar total 1991-2000 (valores reais)	População 1991-2000	População 2000-2005	PIB 2005	Renda domiciliar 2000	População 2000	PIB per capita 2005 (em mil reais)	Renda domiciliar per capita em 2000 (R\$)	População em 2000 (milhões)	População em 2005 (milhões)
Estado de São Paulo	2,55	3,88	1,8	1,6	100,00	100,00	100,00	17,98	442,1	36,72	39,95
Pólos											
Araçatuba	0,14	4,66	1,2		0,78	1,13	1,30	10,77	372,6	0,49	0,52
Bauru	3,91	4,78	1,7	1,5	1,04	1,35	1,47	12,78	408,3	0,54	0,59
Presidente Prudente	-0,99	3,91	1,1	1,1	0,98	1,12	1,45	12,22	338,0	0,54	0,58
Ribeirão Preto	3,26	6,00	1,9	1,6	2,53	2,77	2,87	15,83	426,6	1,05	1,15
São J. dos Campos	-2,46	5,40	2,1	1,8	3,10	2,20	2,33	23,96	422,5	0,85	0,93
São J. do Rio Preto	-0,57	4,87	2,3	1,9	1,19	1,65	1,78	11,98	415,4	0,65	0,71
Sorocaba	5,75	5,12	2,8	2,4	2,80	2,87	3,51	14,32	377,2	1,24	1,41

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000; Fundação SEADE. Tabulações Especiais de 2005

Quanto à renda domiciliar esta cresceu na década de 90 acima da média estadual em todos os pólos, exceto no de Ribeirão Preto. Contudo, nenhum pólo apresentou, em 2000, renda domiciliar per capita superior à do conjunto do Estado. As informações mais recentes sobre o comportamento do PIB levantam incógnitas sobre as repercussões do fraco desempenho do PIB, verificado em vários pólos, na renda das famílias.

Em síntese, na década de 90 houve um ligeiro aumento da renda domiciliar em todo o Estado de São Paulo. Entre 1991 e 2000 a população do Estado cresceu a uma taxa anual de 1,8% e a renda a 3,9%. Em 2000, as regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas tinham renda domiciliar per capita acima da média do Estado e a região metropolitana da Baixada Santista abaixo da média. Do ponto de vista dos pólos, ainda que muitos deles apresentaram crescimento da renda domiciliar superior à do Estado, nenhum deles conseguiu superar a renda domiciliar per capita estadual.

Níveis de renda e pobreza

Com o objetivo de delimitar aquele grupo cuja insuficiência de renda não lhe permite acesso simultâneo a uma série de bens e serviços que são necessários à vida moderna a maioria dos indicadores utiliza o critério da linha de pobreza baseado na renda, que consiste em fixar um nível de renda em termos de salário mínimo legal (que originalmente foi determinado a partir de um estudo detalhado das famílias de assalariados de baixa renda,



tendo sido seu valor periodicamente reajustado nem sempre exatamente pelo aumento do custo de vida)¹⁹ para identificar os pobres dos não-pobres.

Deve-se alertar, entretanto, que considerar a pobreza apenas pela baixa renda é bastante insuficiente tornando-se necessário o uso de outros critérios, como por exemplo, o acesso à infra-estrutura básica, a serviços de saúde e educação, entre outros, dando-se prioridade para aplicação de alguma política pública à aqueles grupos que são identificados como pobres segundo mais de um critério simultaneamente²⁰.

O indicador mais simples e mais comumente usado para medir a pobreza é a proporção de pobres na população. Este indicador é construído estabelecendo um nível de renda (linha de pobreza) abaixo do qual as pessoas são consideradas pobres. No Brasil, instituições que divulgam indicadores relativos a pobreza, como por exemplo, IPEA e SEADE utilizam como linha de pobreza o valor de $\frac{1}{2}$ salário mínimo vigente em agosto de 2000 para determinar os pobres e uma linha de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo para os indigentes. Desta forma, aquelas pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$75,50, equivalentes a $\frac{1}{2}$ do salário mínimo vigente em agosto de 2000 são consideradas pobres e aquelas pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$37,75, equivalentes a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente em agosto de 2000 são consideradas indigentes. Assim, as parcelas constituídas por essas pessoas em relação ao total da população, em cada uma dessas situações, constituem a proporção de pobres e a proporção de indigentes, respectivamente.

Neste estudo, utilizam-se as proporções de domicílios e pessoas pobres e os rendimentos médios e per capita dos domicílios para comparar os pobres com os não-pobres. Os domicílios pobres foram identificados com base na linha de pobreza utilizada pelo IPEA e SEADE, ou seja, a linha fixada em R\$ 75,5, correspondente a $\frac{1}{2}$ salário mínimo de 2000. Assim, foram consideradas pessoas pobres todas as pessoas de domicílios com rendimento per capita inferior a esse valor. Vale mencionar, novamente, que estamos cientes que a identificação dos grupos pobres apenas pela renda domiciliar é insuficiente para caracterizar níveis de privações das pessoas. Assim, ao considerar somente a renda per capita estamos adotando uma variável monetária de situação de pobreza somente em termos de insuficiência de renda.

A Tabela 3 mostra que pelo critério estabelecido a região metropolitana de Campinas é a que apresenta em 2000 as menores proporções de pessoas e de domicílios pobres (8,2% e 9,8%, respectivamente) enquanto as maiores proporções encontram-se na RMBS

¹⁹ Não discutiremos aqui os diferentes questionamentos sobre os méritos e limites deste critério.

²⁰ Ver ao respeito KAGEYAMA e HOFFMANN (2006)



(11,3% e 13,7%, respectivamente), valores, aliás, muito semelhantes aos da RMSP e ao do Estado de São Paulo (11,2% e 13,4% pessoas e domicílios pobres, respectivamente). Assim, pode-se dizer que em 2000 a magnitude da pobreza não era muito diferente entre as regiões metropolitanas (excluída a RMC) e o conjunto do Estado de São Paulo. Deve-se ressaltar, entretanto, que entre 1991 e 2000 o conjunto do Estado de São Paulo, assim como suas três regiões metropolitanas apresentaram aumento nas suas proporções de pobres, sendo a RMSP a que teve o maior aumento deste indicador passando de 9,5% de pobres, em 1991, para 13,4%, em 2000.

Essa piora na situação de pobreza entre 1991 e 2000 ocorreu apesar dos aumentos na renda domiciliar média e per capita dos domicílios no conjunto do Estado de São Paulo e nas suas três regiões metropolitanas. Os aumentos foram consequência da elevação dos rendimentos dos domicílios não-pobres, pois os domicílios pobres tiveram redução generalizada de seus rendimentos na década. Entre os domicílios pobres, as maiores perdas (superiores à média do Estado) ocorreram na RMBS (queda de 29,3% no período na renda média domiciliar e de 23% na renda per capita), seguida pela RMC (queda de 27% e 21% nas rendas médias e *per capita*, respectivamente). Entre os domicílios não-pobres, os maiores ganhos de renda ocorreram também na RMBS (aumento de 1,7% ao ano na renda média domiciliar e 2,6% ao ano na renda per capita) seguida pela RMC (aumentos de 1,3% e 2,6% ao ano nas rendas médias e *per capita*, respectivamente). Já na RMSP a queda de rendimento dos pobres foi inferior à verificada para a média do conjunto do Estado e entre os não-pobres os aumentos também foram inferiores à media do Estado. Vale lembrar que esta metrópole teve a maior expansão na proporção de pobres (4 pontos percentuais).

Conclui-se, assim, que ao longo do período (1991-2000) ocorreu, uma piora na situação de pobreza no conjunto do Estado de São Paulo e também nas suas três regiões metropolitanas com aumento da proporção de pobres e redução generalizada dos rendimentos dos pobres (médios e per capita). A RMSP chamou à atenção por apresentar o maior aumento na proporção de pobres e, ao mesmo tempo, a menor redução na renda média e per capita dos pobres. Nesta metrópole talvez algumas pessoas situadas logo acima da pobreza caíram para baixo dela e suas rendas que não eram tão baixas ajudaram a não reduzir muito a renda média e per capita dos pobres.



Tabela 3: Domicílios e Pessoas Pobres (%) e Rendimentos médios e per capita (em R\$ de 2000) dos domicílios pobres e não-pobres

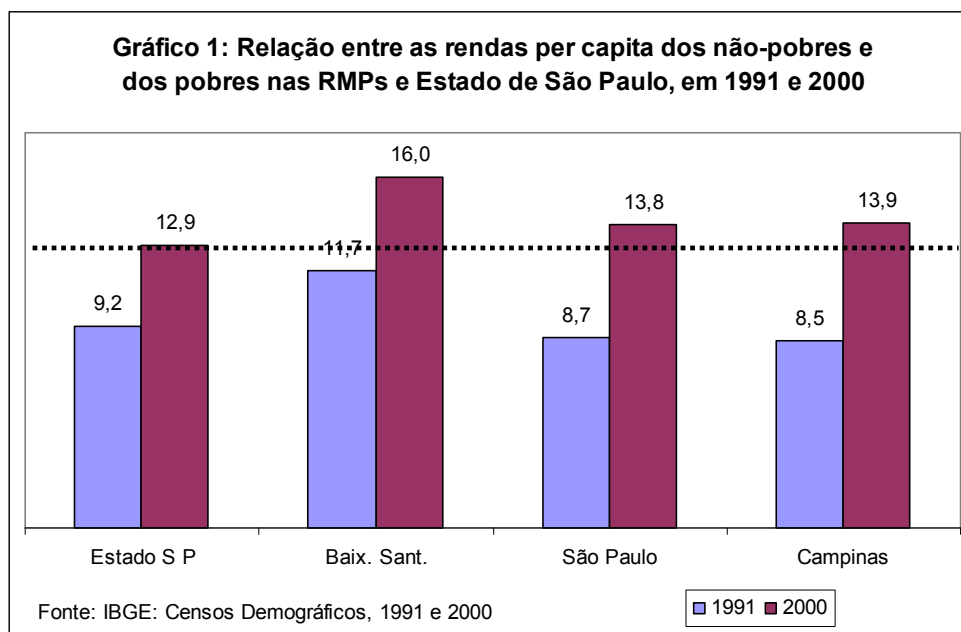
Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas

1991-2000

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas	% domicílios pobres	% pessoas pobres	Rendimentos domicílios pobres		Rendimentos domicílios não-pobres		renda per capita todos os domicílios
			renda média	renda per capita	renda média	renda per capita	
1991							
Estado de São Paulo	11,4	13,0	202,6	45,7	1598,2	420,1	371,3
Regiões Metropolitanas							
São Paulo	8,4	9,5	181,6	41,7	1855,2	489,0	446,5
Campinas	7,1	8,2	220,0	48,3	1620,1	419,9	389,3
Baixada Santista	10,0	12,3	213,2	46,8	1445,0	398,0	355,0
2000							
Estado de São Paulo	11,1	13,6	169,8	39,3	1742,0	505,2	442,1
Regiões Metropolitanas							
São Paulo	11,1	13,4	154,7	36,3	2005,8	579,6	506,9
Campinas	8,2	9,8	160,5	38,2	1823,8	526,9	479,0
Baixada Santista	11,3	13,7	150,7	36,0	1679,9	499,8	436,4

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Outro aspecto importante a destacar, evidenciado pelo Gráfico 1, diz respeito à magnitude relativa das diferenças de renda entre pobres e não-pobres. No Estado de São Paulo, por exemplo, em 2000, a renda per capita das pessoas de domicílios não-pobres era 12,9 vezes a dos domicílios pobres (em 1991 era de 9,2 vezes). No caso das regiões metropolitanas as magnitudes das diferenças de renda entre não-pobres e pobres eram muito semelhantes à do Estado de São Paulo, mas essas diferenças aumentaram na década.





Desse modo, pode-se acrescentar que além de uma piora generalizada na pobreza existem fortes indícios de aumento das desigualdades de renda nas regiões metropolitanas à semelhança da ocorrida para o conjunto do Estado de São Paulo.

No que concerne aos pólos, com exceção do pólo de Ribeirão Preto, todos os outros pólos tiveram redução de suas proporções de pobres na década de 90 (ao contrário do verificado nas regiões metropolitanas do Estado). Deve-se ressaltar, no entanto, que Ribeirão Preto detinha, em 1991, a menor proporção de pobres (9,4%). Na maioria dos outros pólos a proporção de pobres era bastante elevada em 1991 apresentando valores acima da média do Estado em quase todos eles (menos Ribeirão Preto e São José do Rio Preto). Em 2000 houve redução da magnitude da pobreza, mas ainda assim todos os pólos tinham ao menos 10% de sua população na situação de pobreza, chegando a quase 20% em Presidente Prudente (Tabela 4).

Tabela 4: Domicílios e Pessoas Pobres (%) e Rendimentos médios e per capita (em R\$ de 2000) dos domicílios pobres e não-pobres
Estado de São Paulo e Pólos
1991-2000

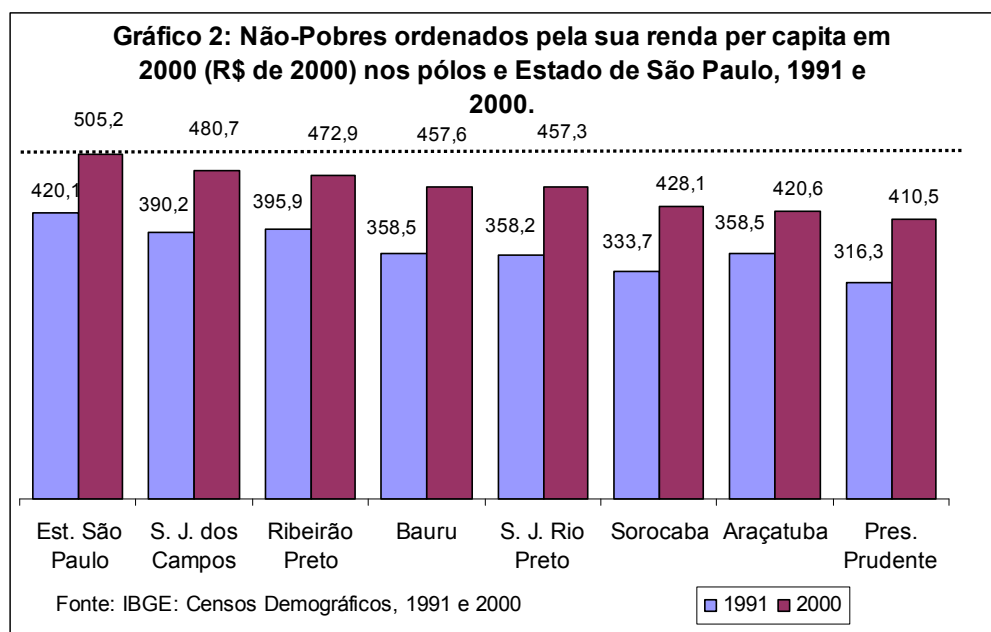
Estado de São Paulo e Pólos	% domicílios pobres	% pessoas pobres	Rendimentos domicílios pobres		Rendimentos domicílios não-pobres		Renda per capita todos os domicílios
			renda média	renda per capita	renda média	renda per capita	
1991							
Estado de São Paulo	11,4	13,0	202,6	45,7	1598,2	420,1	371,3
Pólos							
Araçatuba	16,4	17,9	210,6	50,1	1189,9	314,8	267,3
Bauru	12,9	15,0	224,9	49,7	1364,3	358,5	312,2
Presidente Prudente	22,9	25,7	213,7	48,9	1186,4	316,3	247,7
Ribeirão Preto	8,3	9,4	222,6	50,3	1527,0	395,9	363,4
São J. dos Campos	13,1	15,0	211,1	45,1	1559,4	390,2	338,4
São J. do Rio Preto	11,6	12,4	200,2	51,1	1304,0	358,2	320,2
Sorocaba	13,4	15,5	217,1	46,5	1307,2	333,7	289,2
2000							
Estado de São Paulo	11,1	13,6	169,8	39,3	1742,0	505,2	442,1
Pólos							
Araçatuba	10,7	12,9	193,2	46,8	1403,7	420,6	372,6
Bauru	9,4	11,9	192,1	43,2	1568,3	457,6	408,3
Presidente Prudente	16,3	19,7	174,3	41,9	1358,2	410,5	338,0
Ribeirão Preto	8,7	10,8	186,3	42,2	1644,1	472,9	426,6
São J. dos Campos	10,9	13,2	173,0	38,7	1737,5	480,7	422,5
São J. do Rio Preto	8,5	10,1	173,3	44,0	1486,7	457,3	415,4
Sorocaba	10,7	13,2	187,7	41,5	1528,1	428,1	377,2

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000.



No período 1991-2000, verificaram-se aumentos na renda per capita dos domicílios dos sete pólos considerados neste estudo. Esses aumentos foram de forma análoga ao ocorrido nas regiões metropolitanas e Estado de São Paulo, consequência da elevação dos rendimentos dos domicílios não-pobres, pois os domicílios pobres tiveram redução generalizada de seus rendimentos na década. Assim, ainda que não tenha havido ampliação da pobreza nos pólos houve um aprofundamento da pobreza devido à queda generalizada na renda dos pobres (e aumento da dos não-pobres) o que também sinaliza um alargamento das diferenças de renda entre essas duas parcelas da população.

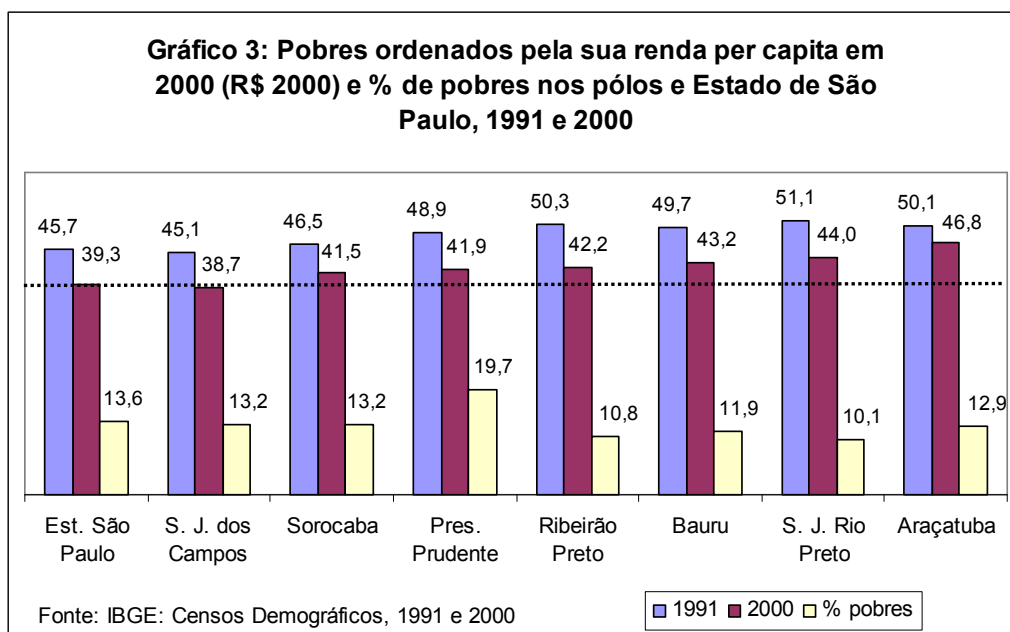
Entre os domicílios não-pobres vários pólos tiveram aumentos na renda média domiciliar acima do aumento médio do Estado. Esses pólos foram: Araçatuba, Bauru, Presidente Prudente, São José dos Campos, São José do Rio Preto e Sorocaba. Abaixo do aumento médio do Estado só esteve o pólo de Ribeirão Preto. Em 2000 a maior renda per capita entre os não pobres ficava com São José dos Campos (R\$ 505,2) e a menor Presidente Prudente (R\$ 410,5). O gráfico 2 ilustra os rendimentos dos não-pobres em 1991 e 2000 ordenados de maior a menor conforme seu valor em 2000. Pode-se observar que os não-pobres aumentaram sua renda per capita em todos os pólos. A desigualdade de rendimentos fica explicitada na diferença dos rendimentos.



A queda generalizada nas proporções de pobres concomitantemente à redução da renda dos pobres nos pólos, explica-se em parte pelo fato de que ao passar para acima da



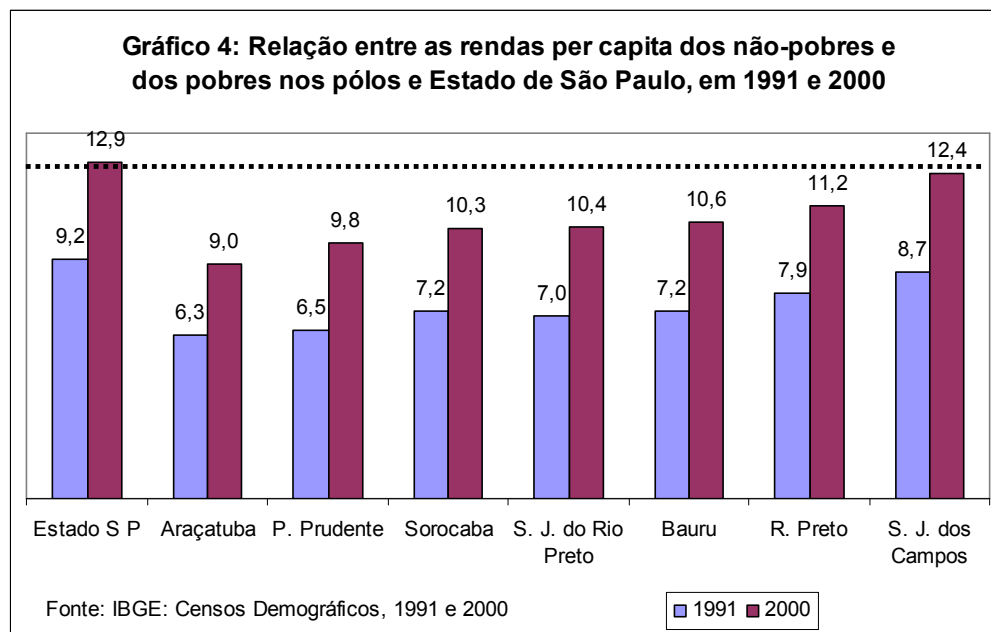
linha de pobreza parcela dos pobres que estavam abaixo da linha de pobreza porém próximos dela, eles contribuíram para diminuir a renda média e per capita dos pobres que permaneceram abaixo da linha de pobreza por serem aqueles com os menores rendimentos. Entre os domicílios pobres as maiores perdas de renda (superiores à média do Estado) ocorreram nos pólos de São José dos Campos (queda de 18,1% na renda média domiciliar e de 14,3% na renda per capita, no período), seguido pelo pólo de Presidente Prudente (queda de 18,5% e 14,3% nas rendas médias e *per capita*, respectivamente) e pólo de Ribeirão Preto (queda de 16,3% e 16,2% nas rendas médias e *per capita*, respectivamente). Em 2000, o maior rendimento per capita entre os pobres ficava com São José do Rio Preto (R\$46,8) e o menor com São José dos Campos (R\$ 38,7). O gráfico 3 mostra os rendimentos *per capita* dos pobres em 1991 e 2000 ordenados de forma crescente pelos valores dos rendimentos de 2000.



É importante mencionar que a renda *per capita* dos não-pobres em relação à dos pobres aumentou de forma generalizada nos pólos. Em São José dos Campos, por exemplo, em 2000, a renda *per capita* das pessoas de domicílios não-pobres era 12,4 vezes a das pessoas de domicílios não-pobres (em 1991 tinha sido de 8,7 vezes). O pólo de



Araçatuba onde a diferença de renda *per capita* entre pobres e não pobres é menor, essa relação em 2000 era de 9 vezes. Desse modo, pode-se acrescentar que ainda com uma redução na proporção de pobres existem fortes indícios de aumento das desigualdades de renda no interior dos pólos, este último aspecto, de forma bastante análoga ao constatado para as regiões metropolitanas e para o Estado de São Paulo (Ver gráfico 4).



Conclui-se, assim, que ao longo do período (1991-2000) ocorreu, uma diminuição na magnitude da pobreza nos sete pólos do Estado de São Paulo aqui considerados (contrário do verificado para as regiões metropolitanas e Estado de São Paulo onde houve ampliação da pobreza), porém de forma análoga às regiões metropolitanas com redução generalizada dos rendimentos dos pobres (médios e per capita) ampliando-se as diferenças de renda entre pobres e não-pobres. Os pobres ficaram mais pobres na medida em que aqueles que estavam mais próximos da linha de pobreza ao passarem para acima da linha deixando de ser pobres contribuíram para reduzir a renda média e per capita os que ficaram abaixo da linha de pobreza, ao serem aqueles com os menores rendimentos.



Níveis de renda e desigualdade

No item anterior constatou-se uma ampliação das diferenças de renda domiciliar entre pobres e não-pobres sinalizando uma piora na desigualdade. A desigualdade e a pobreza são dois processos que interagem reforçando-se mutuamente. Algumas medidas específicas de desigualdade que consistem no cálculo das proporções da renda recebida pelos 40% mais pobres, 50% mais pobres, 20% mais ricos, 10% mais ricos, 5% mais ricos, 1% mais ricos, relação entre os 10% mais ricos e 40% mais pobres e índice de Gini contribuem para uma melhor compreensão deste problema.

Em primeiro lugar, verifica-se que em 1991 no conjunto do Estado os 40% mais pobres detinham 9,1% da renda total. Na RMSP esse mesmo segmento detinha 10,1% da renda total e nas RMC e da RMBS o mesmo grupo detinha 11,8% e 11,4%, respectivamente. Esses resultados contrastam com os apresentados pelos segmentos mais ricos da população. Assim, os 10% mais ricos do Estado de São Paulo detinham, no mesmo ano, 44,7% da renda total enquanto na RMSP o mesmo segmento detinha 42,2% da renda total e as RMC e RMBS detinham 38,8% e 39,5%, respectivamente. Entre 1991 e 2000 as diferenças se aprofundaram, pois os grupos mais pobres passaram a deter menor proporção da renda total e os grupos mais ricos, maior (Tabela 5).

Tabela 5: Medidas de Desigualdade da Distribuição do rendimento domiciliar per capita
Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas
1991-2000

1991-2000								
Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas	% da renda recebida pelos						Relação médias 10*/40*	Índice de Gini
	40% mais pobres	50% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos	5% mais ricos	1% mais ricos		
1991								
Estado de São Paulo	9,2	14,4	59,7	44,7	30,3	12,5	4,9	0,543
Regiões Metropolitanas								
São Paulo	10,1	15,3	58,3	42,2	28,8	11,7	4,2	0,538
Campinas	11,8	16,5	55,4	38,8	26,9	10,9	3,3	0,502
Baixada Santista	11,4	16,9	55,8	39,5	27,3	11,2	3,5	0,515
2000								
Estado de São Paulo	8,4	13,3	63,0	46,6	32,8	13,9	5,6	0,576
Regiões Metropolitanas								
São Paulo	8,3	15,3	62,9	45,1	32,3	13,6	5,4	0,588
Campinas	10,2	17,1	59,5	42,7	29,5	11,7	4,2	0,549
Baixada Santista	10,2	16,8	58,3	41,7	29,0	11,3	4,1	0,549

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Dessa forma, a relação entre a renda média dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres também aumenta no período. Assim, no Estado de São Paulo onde os 10% mais ricos tinham em 1991 uma renda média que era 4,9 vezes à dos 40% mais pobres passam



em 2000 a ter uma renda média 5,6 vezes maior. Esses aumentos na razão entre as rendas médias dos 10% mais ricos e 40% mais pobres ocorrem nas três regiões metropolitanas. Deve-se registrar, entretanto, que essa razão era mais gritante no Estado de São Paulo e na RMSP.

Assim, conclui-se que entre 1991 e 2000 os ricos ficaram mais ricos e os pobres mais pobres no conjunto do estado de São Paulo e nas suas três regiões metropolitanas. O que também é confirmado pelos aumentos no índice de Gini. Os valores do índice de Gini já eram bastante elevados em 1991 e aumentaram no período 1991-2000²¹. Esses resultados mostram não somente a desigualdade de rendimentos no interior do Estado de São Paulo e de cada região metropolitana, como também a desigualdade existente entre as regiões metropolitanas e entre essas regiões e o Estado de São Paulo.

No que concerne aos pólos a situação é análoga à verificada nas regiões metropolitanas e no Estado de São Paulo. Assim, verifica-se que em 1991 os 40% mais pobres residentes no pólo de Araçatuba detinham 9,2% contrastando com a proporção da renda total apropriada pelos 10% mais ricos (45,2%). E, entre 1991 e 2000 as diferenças se aprofundam, pois o grupo mais pobre passou a deter menor proporção da renda total e os grupos mais ricos, maior (Tabela 6).

²¹ Deve-se alertar novamente para o cuidado na comparação de 1991 e 2000, pois houve oscilações do índice de Gini no transcorrer da década de 90. Ver ao respeito HOFFMANN e LEONE (2004).



Tabela 6:

Tabela 6: Medidas de Desigualdade da Distribuição do rendimento domiciliar per capita

Estado de São Paulo e Pólos

1991-2000

Estado de São Paulo e Pólos	% da renda recebida pelos						Relação médias 10*/40*	Índice de Gini
	40% mais pobres	50% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos	5% mais ricos	1% mais ricos		
1991								
Estado de São Paulo	9,2	14,4	59,7	44,7	30,3	12,5	4,9	0,543
Pólos								
Araçatuba	9,2	14,0	61,1	45,2	34,5	15,2	4,9	0,546
Bauru	9,7	14,8	58,7	41,4	29,3	11,9	4,3	0,525
Presidente Prudente	8,0	13,4	63,6	47,2	38,0	15,0	5,9	0,573
Ribeirão Preto	10,8	16,1	58,4	43,2	33,9	13,6	4,0	0,528
São J. dos Campos	10,2	15,4	57,4	41,3	28,5	12,7	4,1	0,529
São J. do Rio Preto	9,0	13,9	61,0	43,9	31,8	12,7	4,9	0,528
Sorocaba	11,1	16,7	55,1	39,3	27,7	10,7	3,5	0,506
2000								
Estado de São Paulo	8,4	13,3	63,0	46,6	32,8	13,9	5,6	0,576
Pólos								
Araçatuba	10,7	10,7	65,6	45,5	39,8	22,0	5,8	0,592
Bauru	9,4	9,4	61,9	44,8	33,1	16,2	4,9	0,560
Presidente Prudente	16,3	16,3	66,0	40,4	37,5	17,4	6,6	0,598
Ribeirão Preto	8,7	8,7	60,5	43,0	31,4	13,2	4,5	0,549
São J. dos Campos	10,9	10,9	59,5	39,0	28,3	11,2	4,5	0,547
São J. do Rio Preto	8,5	8,5	62,4	42,7	34,2	15,0	3,7	0,562
Sorocaba	10,7	10,7	59,2	41,0	31,1	13,7	4,3	0,543

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000.

De fato, a relação entre as rendas médias dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres, em 2000, variava de 3,7 em São José do Rio Preto a 6,6 em Presidente Prudente. Assim, neste último pólo os 10% mais ricos tinham uma renda média de 6,6 vezes a renda média dos 40% mais pobres.

Em síntese o quadro de desigualdades confere uma grande heterogeneidade aos pólos.

Pessoas que auferem renda

Após as considerações feitas para os domicílios em termos de nível de renda, pobreza e desigualdade, passamos a caracterizar as pessoas de dez anos e mais em função da renda que elas obtêm. O objetivo deste item é fazer uma descrição da diversidade de rendas, ressaltando as diferenças no interior de cada agrupamento regional, bem como as diferenças entre esses agrupamentos. Em primeiro lugar, interessa conhecer a proporção de pessoas com idade superior a 10 anos (nas regiões metropolitanas e pólos) que auferem



renda, consideradas todas as fontes e, posteriormente, como são as diferenças de renda entre as pessoas que recebem renda. Como a principal fonte de renda das pessoas é o trabalho remunerado apresenta-se posteriormente um panorama dos vínculos empregatícios e dos rendimentos médios.

Iniciando a análise pelas regiões metropolitanas pode-se observar na Tabela 7 que em 1991 a proporção de pessoas maiores de 10 anos que auferiam algum tipo de renda era semelhante entre as regiões metropolitanas, variando de 46,9% na RMSP a 49,4% na RMC. O Estado de São Paulo que tinha 47,6% das pessoas com mais de 10 anos recebendo algum tipo de renda era superado apenas pela RMC (49,4%). Entre 1991 e 2000 as proporções de pessoas acima de 10 anos com algum tipo de rendimento aumentaram de forma semelhante e significativa (em torno de três pontos percentuais). Em 2000, a RMC continuava a deter a maior proporção de pessoas com mais de 10 anos auferindo algum tipo de renda (52,3%).

A distribuição dos rendimentos das pessoas pode ser caracterizada por indicadores de posição, dispersão, assimetria e desigualdade. Iniciando a análise pelos rendimentos medianos (indicador de posição) constata-se que em 1991 as medianas dos rendimentos das pessoas de 10 anos e mais residentes nas três regiões metropolitanas superavam a do Estado de São Paulo: a mediana da RMSP era 25% maior à do Estado, a da RMC 12,5% e a da RMBS, 10% maior. Essas diferenças de rendimentos entre as regiões e o Estado diminuíram um pouco entre 1991 e 2000 com as medianas das três regiões metropolitanas superando em 13,6% a mediana do Estado de São Paulo, não havendo diferenças entre as medianas das três regiões metropolitanas.

Por outro lado, percebe-se que as médias de rendimentos, em 1991, superavam as medianas e as maiores diferenças verificam-se nas RMC e RMSP. Entre 1991 e 2000 as diferenças entre média e mediana se aprofundam, principalmente na RMSP. Assim, na RMSP, em 2000, a média é mais de duas vezes a mediana, indicando que a distribuição dos rendimentos além de dispersa é também muito assimétrica. A elevada assimetria da distribuição dos rendimentos também aparece no coeficiente de assimetria que se mostra positivo e de magnitude considerável destacando-se, novamente o elevado valor da RMSP (0,43) indicando que a diferença entre o terceiro quartil e a mediana é muito maior (mais do que o dobro) do que a diferença entre a mediana e o primeiro quartil²². Além de dispersa e assimétrica as distribuições de rendimento das pessoas são também muito desiguais, pois

²² Utilizou-se o coeficiente de assimetria, que se baseia nos valores dos três quartis e varia entre -1 e 1 (Ver TOLEDO e OVALLE, 1985, p. 256)



os valores do índice de Gini são muito elevados. Deve-se ressaltar, entretanto, que em 1991 o Gini referente aos rendimentos domiciliares *per capita* das pessoas de 10 anos e mais, era nas três regiões metropolitanas, menor que o do Estado, mas em 2000 o valor do Gini da RMSP supera o valor do Gini estadual, mostrando o aprofundamento da desigualdade de rendimentos entre as pessoas de 10 anos e mais nesta metrópole (Tabela 7).

Tabela 7: Proporção de pessoas de 10 anos e mais com rendimento e indicadores de posição, dispersão e assimetria dos rendimentos

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas
2000 e 2006

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas	% pessoas com rendimento		mediana		variação mediana	média / mediana		(3º quartil- 1ºquartil) /mediana		Coeficiente de Assimetria *		Gini	
	1991	2000	1991	2000		1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Estado de São Paulo	47,6	50,6	100,0	100,0	15,7	1,77	1,99	1,48	1,36	0,36	0,37	0,565	0,578
Regiões Metropolitanas													
São Paulo	46,9	49,4	125,0	113,6	5,2	1,98	2,06	1,40	1,40	0,43	0,43	0,558	0,579
Campinas	49,4	52,3	112,5	113,6	16,9	1,83	1,84	1,39	1,20	0,36	0,33	0,549	0,562
Baixada Santista	47,7	49,9	110,0	113,6	19,5	1,77	1,76	1,41	1,32	0,31	0,36	0,549	0,548

OBS: * Coeficiente quartil de assimetria com base nos três quartis e varia entre -1 e 1. (Toledo e Ovalle, 1985,p. 256)

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000.

No que se refere aos pólos pode-se observar, na Tabela 8, que em 1991 a proporção de pessoas maiores de 10 anos que auferiam algum tipo de renda era diferente entre os pólos, variando de 44,3% em São José dos Campos a 52,4% em São José do Rio Preto. O Estado de São Paulo que, como mencionado, tinha 47,6% das pessoas maiores de 10 anos recebendo algum tipo de renda era superado pelos pólos de Araçatuba (50,4%), Bauru (49,7%), Ribeirão Preto (48,9%) e São José do Rio Preto (52,4%). Analogamente ao constatado para as regiões metropolitanas, entre 1991 e 2000, essas proporções aumentaram de forma significativa, mas no caso dos pólos os aumentos foram bastante diferenciados (variando de 3,1 a 5,3 pontos percentuais). Os maiores aumentos (acima da média do Estado) ocorreram nos pólos de Araçatuba, Presidente Prudente, São José dos Campos e Sorocaba. Em 2000, os pólos de Araçatuba e São José do Rio Preto se destacavam por possuir mais de 55% de sua população de 10 anos e mais recebendo algum tipo de rendimento e todos os pólos, excetuando o de São José dos Campos, tinham proporções equivalentes ou superiores às do Estado do número de pessoas com algum tipo de rendimento.

Quanto à distribuição dos rendimentos das pessoas constata-se que em 1991 os pólos de Ribeirão Preto e São José dos Campos tinham rendimentos medianos iguais ao do Estado. Todos os outros pólos tinham medianas inferiores à do Estado indicando os menores rendimentos dos 50% mais pobres da população nos pólos. Mas, os rendimentos



medianos aumentaram entre 1991 e 2000 em todos os pólos aproximando-se um pouco mais seus rendimentos medianos ao do Estado. Mesmo assim, as medianas dos pólos continuaram inferiores à estadual, com exceção somente de São José dos Campos cuja mediana superava a do Estado em 2,3%. As diferenças entre os pólos também diminuíram no período, mas continuaram expressivas em 2000.

Entre os pólos as médias dos rendimentos também superavam as medianas e esta diferença entre média e mediana era maior do que a constatada para as regiões metropolitanas revelando uma parcela bem maior de pessoas auferindo rendimentos menores do que a média. Em 1991, somente a média de rendimentos do pólo de Sorocaba superava em menos de duas vezes o valor da mediana. Entre 1991 e 2000 as diferenças entre média e mediana diminuíram ligeiramente, mas continuaram elevadas, principalmente nos pólos de Presidente Prudente e São José do Rio Preto. A elevada assimetria da distribuição dos rendimentos que aparece no coeficiente de assimetria revela elevados valores para os pólos de São José dos Campos, Ribeirão Preto e Sorocaba em 2000. Assim, por exemplo, no caso de Ribeirão Preto, que tem um coeficiente de assimetria de 0,45 a diferença entre o terceiro quartil e a mediana é muito maior (mais do que o dobro) do que a diferença entre a mediana e o primeiro quartil. Quanto à desigualdade dos rendimentos fica evidente nos diferentes valores do índice de Gini. Em 2000, os maiores graus de desigualdade ficaram por conta dos pólos de Araçatuba (0,604) e Presidente Prudente (0,599).

Tabela 8: Proporção de pessoas de 10 anos e mais com rendimento e indicadores de posição, dispersão e assimetria dos rendimentos

Estado de São Paulo e Pólos
2000 e 2006

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas	% pessoas c/rendim.		mediana		variação mediana	média / mediana		(3º quartil- 1ºquartil) /mediana		Coeficiente de Assimetria *		Gini	
	1991	2000	1991	2000		1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Estado de São Paulo	47,6	50,6	100,0	100,0	15,7	1,77	1,99	1,48	1,36	0,36	0,37	0,565	0,578
Pólos													
Araçatuba	50,4	55,7	65,0	68,2	21,4	2,13	2,23	1,35	1,23	0,37	0,35	0,575	0,604
Bauru	49,7	52,9	78,7	90,9	33,6	2,09	1,93	1,51	1,46	0,41	0,31	0,566	0,580
Presidente Prudente	47,7	51,5	62,5	68,2	26,2	2,16	2,19	1,44	1,50	0,39	0,34	0,596	0,599
Ribeirão Preto	48,9	52,5	100,0	90,9	5,2	1,92	2,04	1,34	1,38	0,31	0,45	0,564	0,568
São J. dos Campos	44,3	48,3	100,0	102,3	18,3	2,00	1,95	1,62	1,56	0,41	0,43	0,579	0,562
São J. do Rio Preto	52,4	55,5	75,0	86,4	33,2	2,12	1,97	1,38	1,32	0,45	0,28	0,564	0,576
Sorocaba	45,8	50,2	93,7	90,9	12,2	1,75	1,88	1,40	1,40	0,37	0,43	0,535	0,554

OBS: * Coeficiente quartil de assimetria com base nos três quartis e varia entre -1 e 1. (Toledo e Ovalle, 1985,p. 256)

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000.

A distribuição das pessoas conforme faixas de rendimento (todas as fontes) revela diferenças importantes entre as regiões metropolitanas. Em primeiro lugar se observa que



em 1991 a RMBS tinha a maior proporção de pessoas com rendimentos menores a 1 salário mínimo (14,1%), proporção muito semelhante à do Estado de São Paulo (14,3%). Já as RMC e a RMSP tinham menores proporções de pessoas com tão baixos rendimentos. Ainda que em 2000 tenham diminuído as proporções de pessoas com rendimentos menores de 1 salário mínimo essas proporções continuavam mais elevadas na RMBS e no Estado de São Paulo. No outro extremo da distribuição (acima de 5 salários mínimos) também a RMBS e o Estado de São Paulo tinham as menores proporções de pessoas recebendo mais do que 5 salários mínimos, enquanto a RMC e o Estado de São Paulo tinham as maiores proporções. Entre 1991 e 2000 aumentam de forma generalizada as proporções de pessoas recebendo mais de 5 salários mínimos e a RMSP se destaca com a maior proporção dessas pessoas em 2000 (Tabela 10). Em todas as regiões metropolitanas e também no Estado de São Paulo verifica-se que as maiores proporções de pessoas com rendimentos positivos recebiam entre 1 e 3 salários mínimos.

Tabela 9: Distribuição das pessoas de 10 anos e mais com rendimentos positivos, conforme faixas de renda pessoal de todas as fontes

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas

2000 e 2006

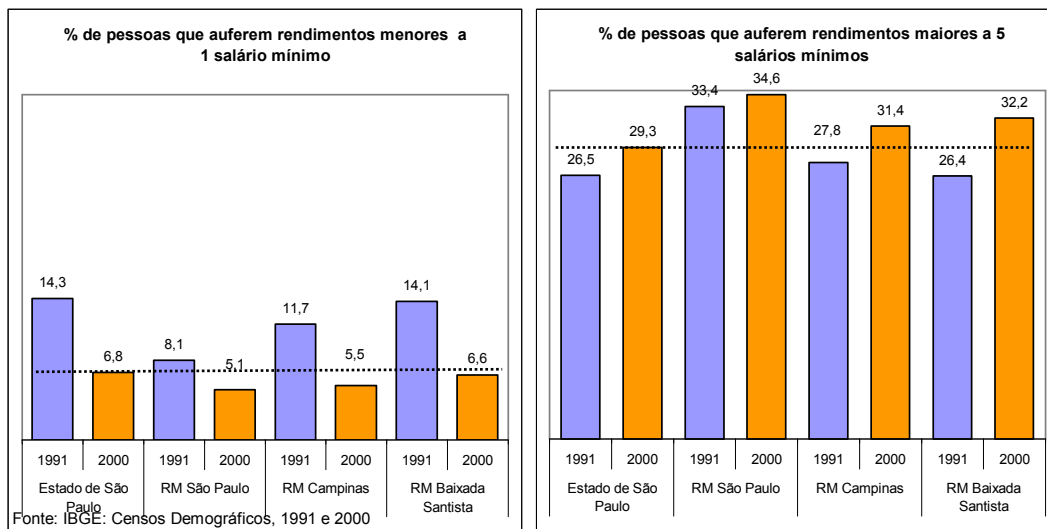
Rendimentos	Estado de São Paulo		RM São Paulo		RM Campinas		RM Baixada Santista	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
menos que 1 SM	14,3	6,8	8,1	5,1	11,7	5,5	14,1	6,6
de 1 a 3 SM	39,4	45,5	36,1	40,4	39,4	42,9	38,6	41,6
de 3 a 5 SM	19,8	18,4	22,5	20,0	21,0	20,1	20,9	19,6
acima de 5 SM	26,5	29,3	33,4	34,6	27,8	31,4	26,4	32,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000.



O gráfico 5 a continuação mostra as mudanças ocorridas entre 1991 e 2000 nas proporções de pessoas recebendo menos de 1 salário mínimo e mais de 5 salários mínimos.

Gráfico 5: % de pessoas que auferem rendimentos menores que 1 e maiores que 5 salários mínimos. Regiões Metropolitanas e Estado de São Paulo, 1991 e 2000.



Quando se consideram os pólos, a distribuição das pessoas conforme faixa de rendimento também revela diferenças importantes. Em 1991, excluído o pólo de Ribeirão Preto, todos os outros apresentavam proporções maiores que a do Estado de pessoas com rendimentos menores a 1 salário mínimo. Em alguns pólos essas proporções eram bastante elevadas, como os casos de Presidente Prudente (29,5%), e Araçatuba (23,4%). Mas em 2000 essas proporções ficaram mais reduzidas. A maioria dos pólos, no entanto, continuava a deter proporções de pessoas com rendimentos inferior a um salário mínimo acima da média do Estado, sobressaindo o pólo de Presidente Prudente com 13,1% de pessoas com renda inferior a 1 salário mínimo. No outro extremo da distribuição (acima de 5 salários mínimos), as proporções de pessoas com rendimentos acima de 5 salários mínimos eram maiores e aumentaram na década. Mas diferentemente do extremo inferior da distribuição a maioria dos pólos apresentava proporções menores que a média do Estado.



Tabela 10: Distribuição das pessoas de 10 anos e mais com rendimentos positivos, conforme faixas de renda pessoal de todas as fontes

Estado de São Paulo e Pólos
2000 e 2006

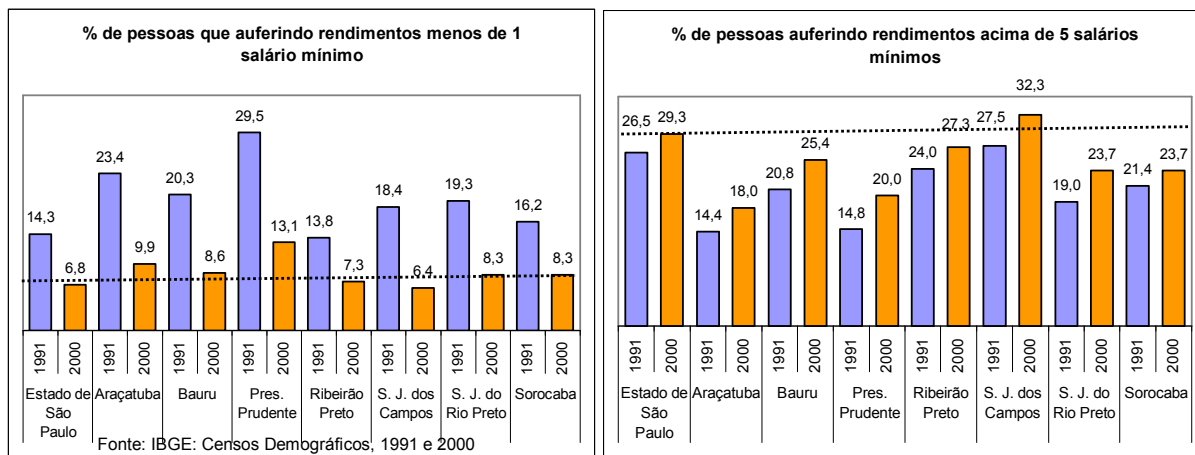
Faixas de rendimento	Estado de São Paulo		Pólos													
			Araçatuba		Bauru		Presidente Prudente		Ribeirão Preto		São José dos Campos		São José do Rio Preto		Sorocaba	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
menos que 1 SM	14,3	6,8	23,4	9,9	20,3	8,6	29,5	13,1	13,8	7,3	18,4	6,4	19,3	8,3	16,2	8,3
de 1 a 3 SM	39,4	45,5	48,9	58,7	41,7	49,1	43,3	53,1	42,0	46,7	36,0	43,9	45,4	51,2	43,5	51,2
de 3 a 5 SM	19,8	18,4	13,3	13,4	17,3	16,9	12,5	13,8	20,2	18,7	18,2	17,4	16,4	16,7	18,9	16,7
acima de 5 SM	26,5	29,3	14,4	18,0	20,8	25,4	14,8	20,0	24,0	27,3	27,5	32,3	19,0	23,7	21,4	23,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Analogamente às regiões metropolitanas, também nos pólos as maiores proporções de pessoas com rendimentos positivos encontravam-se nas faixas de 1 e 3 salários mínimos (Tabela 10).

O gráfico a continuação mostra o decréscimo entre 1991 e 2000 nas proporções de pessoas recebendo menos de 1 salário mínimo e o acréscimo das de mais de 5 salários mínimos. Pode-se visualizar no gráfico uma tendência a homogeneização entre os pólos na proporção de pessoas auferindo menos de um salário mínimo. No outro extremo da distribuição, há uma variabilidade maior entre os pólos.

Gráfico 6: % de pessoas que auferem rendimentos menores que 1 e maiores que 5 salários mínimos. Pólos e Estado de São Paulo, 1991 e 2000.





Para a maioria dos domicílios a principal fonte de renda provem do trabalho de seus membros. É então importante verificar as diferenças entre os agrupamentos regionais no Estado de São Paulo a esse respeito.

Embora as remunerações provenientes do emprego formal não constituam a única fonte de renda do trabalho (também se observam as remunerações do emprego sem carteira, do conta-própria, do empregador, do emprego doméstico) as remunerações do emprego assalariado formal são sem dúvida a principal fonte de renda de todas as regiões, além do que associado ao emprego formal existe o acesso a uma série de benefícios, muitos deles como proporção da remuneração do emprego formal (fim de semana remunerado, férias, 13º salário, Previdência Social, etc.).

Refletindo o peso de sua população, observa-se na Tabela 11 que a RMSP responde por mais de metade do emprego formal do Estado. Quanto aos rendimentos médios do trabalho as metrópoles de São Paulo e Campinas tinham rendimentos médios do trabalho superiores à média estadual. Já a metrópole da Baixada Santista tinha rendimentos médios inferiores. Entre 1991 e 2000 a relação entre os rendimentos das metrópoles e o Estado praticamente não se modificou.



Tabela 11: Participação do emprego formal no total do Estado de São Paulo e relação entre os rendimentos médios das metrópoles e o Estado de São Paulo

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas

2000 e 2006

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas	Vínculos de emprego		Rendimentos Médios do trabalho	
	2000	2006	2000	2006
Estado de São Paulo	100,0	100,0	100,0	100,0
Regiões Metropolitanas				
São Paulo	57,5	55,5	115,7	114,1
Campinas	6,5	6,9	104,4	106,4
Baixada Santista	3,0	2,9	91,2	95,7

Fonte: Fundação SEADE: <http://www.seade.gov.br/produtos/imp/>.

No que concerne aos pólos a participação do emprego formal no total do Estado é quase insignificante refletindo a também reduzida participação de suas populações na população total do Estado. Nos pólos os rendimentos médios do trabalho assalariado formal são bastante inferiores ao do Estado. Somente o pólo de São José dos Campos apresenta rendimento médio superior ao do Estado (Tabela 12). Analogamente às regiões metropolitanas não houve praticamente mudanças na relação entre os rendimentos médios dos pólos e o rendimento médio do Estado.



Tabela 12: Participação dos vínculos empregatícios no total do Estado de São Paulo e relação entre os rendimentos médios dos pólos e o Estado de São Paulo

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas

2000 e 2006

Estado de São Paulo e Pólos	Vínculos de Emprego		Rendimentos Médios do trabalho	
	2000	2006	2000	2006
Estado de São Paulo	100,0	100,0	100,0	100,0
Pólos				
Araçatuba	1,1	1,1	55,6	60,3
Bauru	1,3	1,3	74,9	75,0
Presidente Prudente	0,9	1,0	64,8	63,2
Ribeirão Preto	2,6	2,8	80,2	83,6
São J. dos Campos	2,0	2,0	117,2	126,7
São J. do Rio Preto	1,3	1,4	68,9	71,3
Sorocaba	3,1	2,9	79,0	83,9

Fonte: Fundação SEADE: <http://www.seade.gov.br/produtos/imp/>.

Considerações finais

Na década de 90 houve um ligeiro aumento da renda domiciliar em todo o ESP. (Isto pode estar superestimado). Entre 1991 e 2000 a população do Estado cresceu a uma taxa anual de 1,8% e a renda de 3,9%. Em 2000, as regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas tinham renda domiciliar per capita acima da média do Estado e a região metropolitana da Baixada Santista e todos os pólos abaixo da média. A pior renda per capita era a de Presidente Prudente seguido por Araçatuba. Tiveram crescimentos da população e da renda acima da média estadual as regiões metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista e os pólos de S. José dos Campos, S. José do Rio Preto e Sorocaba. Em torno da média estadual ficaram a região metropolitana de São Paulo e os pólos de Ribeirão Preto e Bauru. Com baixo crescimento da população, porém com não tão baixo crescimento da renda ficaram os pólos de Araçatuba e P. Prudente. Ou seja, a renda domiciliar cresceu ligeiramente nos pólos onde houve expulsão de população.



A desigualdade e a concentração de renda que já eram muito grandes em 1991 aumentaram na década. As piores situações em 2000 a esse respeito eram as dos pólos de Presidente Prudente e Araçatuba, mas também chamam à atenção a região metropolitana de São Paulo e o Estado. A pobreza aumentou somente nas regiões metropolitanas e reduziu-se nos pólos, mas nos pólos, com exceção de Ribeirão Preto, a pobreza era muita elevada em 1991. Assim, houve na década uma tendência a homogeneização da pobreza. Presidente Prudente detinha de longe a pior situação em 2000.

A proporção de pessoas de 10 anos e mais auferindo rendimentos aumentou na década nas metrópoles e nos pólos. Nas metrópoles houve diminuição dos rendimentos medianos, mas ainda assim, estes eram, em 2000, superiores ao do conjunto do Estado. Nos pólos os aumentos na mediana dos rendimentos não foram suficientes para atingir o valor da mediana do conjunto do Estado. A proporção de pessoas com rendimentos inferiores ao salário mínimo diminuiu nas metrópoles e nos pólos, mas em ambos houve aumento nas proporções de pessoas auferindo mais de cinco salários mínimos.

O emprego formal tem um peso maior na RMSP devido à importância populacional desta metrópole. As remunerações provenientes do emprego formal eram superiores à média estadual nas RMSP e RMC, bem como no pólo de São José do Rio Preto. Na RMBS e em todos os outros pólos os rendimentos médios do trabalho formal eram inferiores à média estadual.

Conclui-se, assim, que as desigualdades de rendimento definem cenários distintos nas regiões metropolitanas e pólos do Estado de São Paulo.



2. Mudanças no domicílio, na inserção domiciliar no mercado de trabalho e as políticas sociais

Introdução

No âmbito deste projeto, o trabalho e o domicílio são considerados como elementos centrais para a análise das mudanças sociodemográficas nas diferentes regiões metropolitanas e pólos regionais e suas implicações para as demandas das políticas públicas.

A análise das mudanças nas estruturas domiciliares e dos arranjos domiciliares de inserção no mercado de trabalho possibilitados pelas diferentes estruturas sócio-ocupacionais regionais e a identificação dos arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento visam também oferecer indicações para a orientação das políticas sociais.

A composição dos arranjos domiciliares, bem como o ciclo vital das famílias são considerados como referências para se pesquisar os grupos de domicílios mais suscetíveis ao empobrecimento nos contextos regionais diferenciados. Outro aspecto relevante na análise é a ampliação do número de domicílios com renda da mulher e o aumento da participação da renda da mulher na renda do domicílio²³.

A análise das mudanças nas estruturas domiciliares articulando-as à atividade econômica nas regiões e pólos pode gerar novas informações para a formulação de políticas sociais voltadas para a superação da pobreza e para a redução da desigualdade. Por outro lado, os indicadores de pobreza e de não pobreza e de desigualdade social apresentam maior precisão por serem elaborados a partir de informações que têm o domicílio como unidade de análise e as especificidades de sua estruturação.

Esta abordagem tem sua importância acentuada pela centralidade na família assumida para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos como um dos princípios da Política Nacional de Assistência Social desde 1993 (Brasil, MPAS/SAS, 1999. pp.66) reafirmada em 2004 na atualização da Política Nacional de Assistência Social e nas diretrizes da atual gestão federal²⁴. A centralidade na família é também reafirmada ao ter sido eleita como unidade do principal programa de transferência de renda federal, o Programa Bolsa-Família, que visa atingir a totalidade das famílias

²³ Neste estudo as unidades domiciliares são assumidas como equivalentes a unidades familiares, tendo por referência análise metodológica de Bilac (2001) explicitada no item 2.1., a seguir.

²⁴ Política Nacional de Assistência Social. Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004 (DOU 28/10/2004).



pobres. O Programa Bolsa-Família de forma distinta dos programas anteriores e sob a referida concepção, inclui o conjunto dos membros da família como público alvo. A recente implantação do SUAS, por sua vez, implementa tais diretrizes e dá ênfase à atenção familiar. Como se sabe, o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) em implantação no País é assentado em alguns princípios, dentre eles: a universalidade; a matricialidade sociofamiliar, que fundamenta-se no direito à proteção das famílias; e a territorialização.

Frente às novas características das políticas de proteção social cada vez mais o conhecimento sobre as famílias e as mudanças que a família vem sofrendo, passam a ser de interesse crescente para os agentes institucionais envolvidos na implementação das novas políticas sociais.

Por outro lado, esse conjunto de mudanças desperta o interesse dos estudiosos da família, que procuram entender tanto suas transformações, como as novas configurações. Estes também investigam as possibilidades de as novas políticas sociais provocarem outras mudanças que se expressem na estruturação das famílias, na relação interna de poder, dentre outras.

As mudanças na estruturação das famílias que serão aqui analisadas entre os anos de 1991 e 2000, resultam de tendências iniciadas já nos anos 70 relacionadas a processos diversos. Dentre os processos demográficos destacam-se a queda da fecundidade e o envelhecimento da população; dentre as mudanças na sociedade destacam-se as alterações nos padrões de união e o aumento das separações, mudanças nas relações de gênero e no papel da mulher, que se tornam mais visíveis pela participação crescente da mulher no mercado de trabalho. Esse conjunto de fatores tem forte influência na redução do tamanho das famílias e no aumento do número de domicílios com arranjos familiares distintos da família nuclear, ou seja, os arranjos domiciliares compostos pelo casal e seus filhos. Novas formas de arranjos domiciliares apresentam crescimento, tais como dos domicílios sem a presença de cônjuges, em especial daqueles com chefia feminina, que, em 2000, já correspondiam a 22,4% dos domicílios da RMSP e 21% do Estado, segundo os dados do Censo Demográfico-IBGE; e, ainda o aumento dos domicílios unipessoais.

Nas duas últimas décadas, apesar da precarização do trabalho e o do aumento do desemprego, foi crescente a participação da mulher no mercado de trabalho e maior a presença de mulheres casadas, mudando o padrão de inserção feminino por idade, vigente nas décadas anteriores, na medida em que estas permanecem no mercado de trabalho mesmo durante as idades reprodutivas (Wajmann e Rios Neto, 2000; Montali e Lopes, 2003; Leone, 2003).



As implicações de tais mudanças, com algumas especificidades nas regiões metropolitanas e nos distintos pólos, são diversas: no âmbito dos arranjos familiares de inserção no mercado cresce a importância da presença da mulher entre os ocupados e aumentam seus encargos na manutenção da família (Montali, 2006). No âmbito das políticas sociais crescem as demandas por equipamentos de atenção à infância e ao adolescente decorrente do aumento da inserção das mulheres nas atividades econômicas e em decorrência do papel social atribuído às mães na responsabilidade pelo cuidado dos filhos, sem muita mudança na divisão sexual do trabalho no domicílio no período analisado. Este fato passa a exigir maior informação sobre tais fenômenos em âmbito local para avaliar as necessidades e carências no atendimento que possibilitem o planejamento das atividades de atenção à primeira infância, à educação infantil e práticas de proteção da criança e do adolescente, tais como atividades paralelas à educação formal (culturais e esportivas).

Para a análise comparada das três regiões metropolitanas paulistas e dos pólos regionais foram processados microdados dos Censos Demográficos 1991 e 2000 - IBGE. Isto porque o Censo Demográfico é a única fonte de informação domiciliar que possibilita investigar tais questões para as novas áreas metropolitanas e para os pólos regionais, espacialidades adotadas pelo projeto, através do recurso de agregar o conjunto de municípios que compõem tais regiões. As PNADs – IBGE, que poderiam trazer dados mais recentes, não permitem desagregação da informação para as regiões estudadas. Apresentam informações desagregadas apenas para as Unidades da Federação (UF) e para as regiões metropolitanas que incluem as capitais das UF, não incluindo, portanto as regiões metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista e as demais regiões pesquisadas. Nas análises dos censos são utilizados os dados da Amostra, representativos da população das áreas estudadas.

No tópico 1. são apresentadas as principais mudanças nos arranjos domiciliares identificados nas Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais do Estado de São Paulo entre 1991 e 2000, bem como os perfis dos arranjos domiciliares e tamanho de família encontrados nessas espacialidades nos dois momentos censitários.

No Tópico 2 são tratados os arranjos domiciliares de inserção no mercado de trabalho nas Regiões Metropolitanas Paulistas e Pólos Regionais, bem como investigam-se mudanças na responsabilidade pela manutenção do domicílio. Na análise deste último aspecto os indicadores utilizados são a identificação dos ocupados por posição na família e a participação de cada componente da família na composição da massa da renda domiciliar.



No tópico 3 são indicados os arranjos familiares mais suscetíveis ao empobrecimento nas regiões metropolitanas e pólos regionais, oferecendo indicações para os arranjos domiciliares que demandam maior atenção das políticas sociais.

No tópico 4 é analisada a participação da renda da mulher no domicílio nas metrópoles paulistas e nos pólos regionais.

2.1. Mudanças nos arranjos domiciliares: configurações e tamanho

Existem dificuldades em se identificar famílias através dos censos demográficos, especialmente pelo fato de que estes não possibilitam captar as redes de solidariedade familiar. No entanto, neste estudo as unidades domiciliares são assumidas como equivalentes a unidades familiares, tendo por referência análise metodológica de Bilac (2001) que fundamenta essa escolha por apontar três aspectos. O primeiro é que o Censo Brasileiro identifica famílias no domicílio assim considerando “um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência ou normas de convência, que moram num mesmo domicílio” (IBGE, 1990, apud Bilac, 2001, pp.4). O segundo aspecto é que aponta no Censo critérios de identificação de domicílio particular independente, que o aproxima do conceito de “unidade doméstica”²⁵, que pressupõe o partilhamento de orçamento comum, definido minimamente pelo partilhamento das despesas com alimentação. O terceiro aspecto é que Bilac no estudo referido, ao analisar a presença de famílias conviventes em um mesmo domicílio identifica relações de parentesco entre as pessoas de referência das famílias conviventes na maior parte dos casos, sugerindo a existência de família ampliada, bem como aponta a pequena ocorrência de famílias conviventes, da ordem de 7 % dos domicílios (Bilac, 2001).

As mudanças nas formas de organização familiar nas regiões metropolitanas e pólos regionais do Estado de São Paulo em 2000, aqui analisadas através dos dados censitários, expressam tendências de mudanças iniciadas em décadas anteriores para as famílias brasileiras, acentuadas nos anos 90. As mais importantes são: - redução do tipo de organização familiar predominante constituído pelas famílias conjugais e casais com filhos; - crescimento da proporção de famílias monoparentais, tanto chefiadas por mulheres como por homens; - crescimento dos domicílios unipessoais. Outra tendência observada é a

²⁵ “Ao empregar os critérios de Separação e de Independência para a determinação do número de domicílios particulares permanentes existentes em uma determinada habitação, deverá ser verificado, inicialmente, se a pessoa ou grupo de pessoas vive e se alimenta separadamente das demais e, em seguida, se a pessoa ou grupo de pessoas têm acesso direto ao seu local de habitação sem passar por habitação de outras pessoas. Se em um dos casos ou em ambos a conclusão for negativa, a habitação será considerada um domicílio particular.” (IBGE, 1990, pp.22, apud Bilac, 2001)



redução do tamanho da família que se relaciona tanto às novas formas de estruturação da família como à redução do número de filhos.

As tendências de mudanças nos arranjos domiciliares observadas nas regiões metropolitanas paulistas são semelhantes às indicadas para a população brasileira. Considerando a semelhança das tendências observadas para as três regiões metropolitanas quanto a este aspecto, apresentamos as tendências de mudanças nos arranjos domiciliares para a região metropolitana de São Paulo, para a qual existe uma maior número de estudos, como uma referência da tendência geral para essas três áreas e a seguir uma análise comparativa entre elas para o ano 2000.

Duas tendências destacam-se no período 1991-2000: - a redução do tamanho das famílias, associada tanto à queda da fecundidade como ao crescimento das famílias monoparentais e dos domicílios unipessoais; – o aumento na proporção de famílias chefiadas por mulheres sem a presença de cônjuges.

A configuração familiar predominantemente é do tipo conjugal com ou sem a presença de filhos residentes. Registra-se, nos anos 90, redução acentuada nas proporções de famílias conjugais na Região Metropolitana de São Paulo. No início da década de 80 estas representavam cerca de 81% dos arranjos familiares (Montali, 1995). Em 1991, as famílias conjugais são 75% e, em 2000, 69% das famílias da Região Metropolitana de São Paulo²⁶. Este fato evidencia o crescimento das outras formas de organização familiar.

Dentre as famílias conjugais são as famílias de casais com filhos que sofrem acentuada redução nos anos 90, ao passo que as famílias de casais sem filhos mantêm as mesmas proporções (12,5%) entre os anos de 1991 e 2000 (Tabela 13). Na década de 90 intensifica-se a redução na proporção de famílias compostas por casais e filhos iniciada na década anterior, considerando-se que em 1981 elas representavam cerca de 68% das famílias (Montali, 1995), 62% no início dos noventa e, em 2000, pouco mais que a metade das famílias da Região Metropolitana de São Paulo, 57% destas.

²⁶ A aplicação no Censo 2000 da questão sobre a pessoa de referência da família e não sobre a chefia da família, como aplicado em 1991, pode causar algumas diferenças nos dados referentes à chefia da família quando comparado aos daquele ano. No Censo de 2000 nota-se uma maior proporção de mulheres declaradas como referência em famílias nucleadas pelo casal do que no censo anterior. No entanto é uma questão a ser melhor estudada, devendo-se investigar se pode ser explicada por uma alteração propiciada pela nova abordagem para identificar a chefia da família, e/ou se corresponde ao conjunto de mudanças aqui estudadas, quais sejam, mudanças nas atividades econômicas que propiciam maior absorção do trabalho feminino e, em especial das cônjuges; o aumento da participação feminina no mercados de trabalho; o aumento da responsabilidade na provisão familiar e mudanças no papel da mulher na sociedade e nos padrões familiares de aceitação e de valorização do trabalho remunerado da cônjuge.



Em oposição à redução das famílias conjugais observa-se o crescimento de outros tipos de organização familiar, qual seja, o aumento dos arranjos familiares em que não existe a presença do cônjuge. Esse tipo de família que representa 25% do total das famílias da Região Metropolitana de São Paulo em 1991 passa a ser 30,5% em 2000, considerando-se a soma daquelas com chefia feminina e masculina (Tabela 13).

Assim, os arranjos domiciliares em que não existe a presença do cônjuge diferenciam-se por chefia feminina ou masculina e por sua composição. Dois tipos de composição familiar são considerados na análise: famílias compostas por um chefe com filhos e/ou parentes e os domicílios unipessoais.

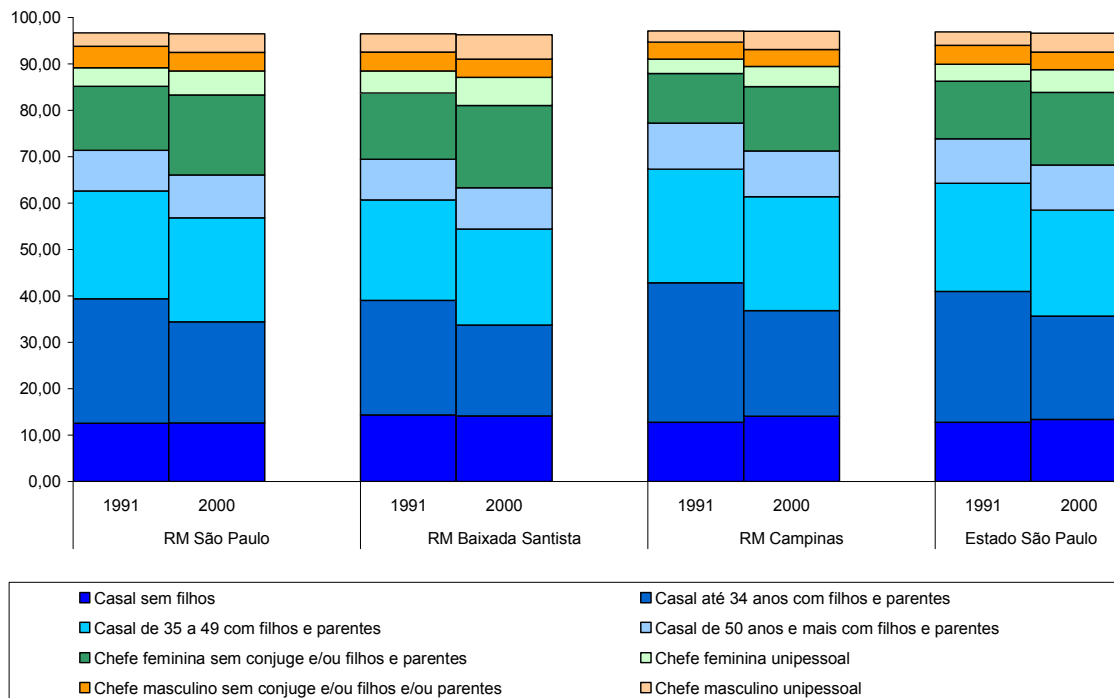
Os arranjos de chefes femininos sem cônjuge, abrangendo os dois tipos de composição mencionados, apresentaram crescimento percentual de 26% no período sob análise, passam de 17,8% em 1991 para 22,4% em 2000. A maior parte das famílias chefiadas por mulher é composta pela mulher, filhos e /ou parentes, estas em 1991, eram 13,8% das famílias da Região Metropolitana de São Paulo e, em 2000, são 17,2%, com crescimento de 25%. Já os domicílios unipessoais femininos, que representam um terço desses arranjos, apresentam crescimento mais intenso, pois em 1991 eram 4% das famílias da região metropolitana de São Paulo passando para 5,2% em 2000, o que significa crescimento de 29% nesses nove anos.

Nos os arranjos familiares sem a presença de cônjuge, chefiados por homens o crescimento é menor no período analisado: passam de 7,5% em 1991 para 8% em 2000 das famílias desta região metropolitana. No ano de 2000 as famílias sob esse arranjo dividem-se em proporções semelhantes entre aquelas onde existe a presença de outros componentes e os domicílios unipessoais. A parcela destas com a presença de filhos e/ou parentes se mantêm no período em cerca de 4% das famílias da Região Metropolitana de São Paulo. Como acontece com as famílias de chefe feminino é nos domicílios unipessoais que se verifica um crescimento maior, estes passam de 2,9% das famílias em 1991, para 4,1% em 2000 (Tabela 13).

Dessa maneira, assiste-se na década de 90, acentuado crescimento das pessoas que moram sós na Região Metropolitana de São Paulo. Considerando-se ambos os sexos, em 1991, cerca de 7% das unidades domiciliares dessa região eram compostas por apenas uma pessoa e, no ano 2000, eram cerca de 10% destas, corroborando a tendência apontada por Berquó, 2000, para a população brasileira.



Gráfico 7
Distribuição dos arranjos domiciliares segundo tipologia
Regiões Metropolitanas Paulistas, 1991 – 2000



Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

A análise dos arranjos nucleados por casais com a presença de filhos e/ou parentes residentes, considerados segundo momentos do ciclo vital da família, ressalta para o período entre 1991 e 2000, a forte redução na proporção das famílias jovens com filhos (casais de até 34 anos com filhos e parentes) e praticamente a manutenção das proporções das famílias nas etapas subsequentes do ciclo de vida familiar (Tabela 13 e Gráfico 7). Merece ser ressaltado ainda que na década de 90 é observada a redução mais acentuada na proporção de famílias jovens com filhos, identificadas na etapa da “constituição” das famílias, pois considerando-se um momento anterior, em 1985 esse arranjo familiar representava 31,4% do total das famílias metropolitanas, 26,9% no ano de 1991, e 21,8% no ano de 2000, quando se observa uma redução de 19% (Montali, 2008). A explicação desse comportamento possivelmente reside nas mudanças diversas observadas para a família brasileira, tais como mudanças no padrão de nupcialidade e de residência – nestes incluindo desde a postergação da idade para as uniões, até o aumento da não co-residência dos cônjuges -, bem como mudanças nos padrões de reprodução - redução da fecundidade e



mudanças nas idades de ter filhos, especialmente por mulheres profissionais (Scavone, 2001; Berquó, 2000).

Por outro lado, como mencionado, permanecem estáveis as proporções das famílias nucleadas por casais com a presença de filhos residentes na etapa de “consolidação” no ciclo de vida familiar (casais entre 35 e 49 anos), que representam cerca de 23% das famílias metropolitanas desde a segunda metade dos anos 80 até o ano 2000; bem como se mantêm estáveis as proporções das famílias na etapa da “velhice” (ou seja, nas quais os elementos do casal tenham 50 anos ou mais), com a presença de filhos, cerca de 9% das unidades familiares metropolitanas (Tabela 13).

O arranjo familiar caracterizado pelos casais sem a presença de filhos residentes permanece no período 1991-2000 menor que 13% das famílias (Tabela 13). Dentre os domicílios de casais sem filhos predominam: aqueles compostos por casais de 50 anos e mais, que correspondem à etapa da “velhice” da família e a cerca de 5% das famílias da RMSP no ano 2000; e os casais jovens, de até 35 anos, sem filhos, que correspondem à etapa da “constituição” da família - com proporção semelhante. Com menor participação estão os arranjos de casais com idades entre 35 e 49 anos sem filhos.

Considerando-se a semelhança das tendências observadas no período relativas às mudanças nos arranjos domiciliares para as três regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, a análise a seguir explicita suas especificidades no ano de 2000 (Tabela 13).

Procura-se identificar as semelhanças e especificidades entre as regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, levando-se em conta as peculiaridades destacadas nas Partes 1 e 2 deste relatório, referidas especificamente às Atividades Econômicas e à Dinâmica Demográfica.

No que se refere à configuração das famílias no ano 2000, na comparação entre as três regiões metropolitanas paulistas chama a atenção a maior proporção de famílias nucleadas pelo casal na região Metropolitana de Campinas (RMC) em relação às outras duas regiões: 74,2% das famílias na RMC, enquanto na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) representam 69,5% das famílias e na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) 67%.



Tabela 13

Distribuição dos domicílios segundo tipologia de arranjos domiciliares - Valores Percentuais

Regiões Metropolitanas Paulistas e Estado de São Paulo

1991-2000

		Casais						Chefe feminina sem cônjuge			Chefe masculino sem cônjuge			Total
		Total	Sem Filhos	com filhos e/ou parentes				Total	com filhos e/ou parentes	Unipessoal	Total	com filhos e/ou parentes	Unipessoal	
				Total	até 34 anos	de 35 a 49 anos	50 anos e mais							
1991	Estado São Paulo	77,0	12,8	64,2	28,2	23,3	9,6	16,0	12,4	3,7	7,0	4,1	2,9	100,0
	Regiões Metropolitanas													
	São Paulo	74,7	12,5	62,2	26,9	23,2	8,8	17,8	13,8	4,0	7,5	4,6	2,9	100,0
	Baixada Santista	73,0	14,4	58,6	24,7	21,6	8,8	19,0	14,3	4,8	8,0	4,0	4,0	100,0
	Campinas	80,1	12,8	67,3	30,1	24,5	9,9	13,8	10,7	3,1	6,1	3,7	2,4	100,0
2000	Estado São Paulo	71,6	13,4	58,2	22,3	22,9	9,7	20,6	15,6	4,9	7,9	3,7	4,1	100,0
	Regiões Metropolitanas													
	São Paulo	69,6	12,6	56,9	21,8	22,4	9,3	22,4	17,2	5,2	8,0	4,0	4,1	100,0
	Baixada Santista	67,0	14,2	52,8	19,5	20,7	8,9	23,8	17,7	9,2	3,9	6,1	5,3	100,0
	Campinas	74,2	14,1	60,1	22,8	24,6	9,8	18,3	13,9	7,5	3,7	4,4	3,9	100,0

Fonte: Censo Demográfico 1991,2000. IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Em complementaridade, na RMC é também encontrada a menor proporção de famílias nucleadas por chefes sem cônjuges que compõem 25,8% dos domicílios, neste percentual incluindo tanto aqueles com chefes do sexo feminino, como do sexo masculino; dentre estes, 8,2% são unipessoais (Tabela 13). Em contraposição, na Baixada Santista é encontrada a proporção mais elevada, 33% das famílias nucleadas por chefes sem cônjuges, sendo dentre estas 11,4% unipessoais. Na Região Metropolitana de São Paulo, 30,5% das famílias são nucleadas por chefes sem cônjuges e 9% são unipessoais. Estes dados corroboram os mais baixos valores, como mencionado, apresentados pela Região Metropolitana de Campinas. Essa diferenciação pode ser associada às características da estrutura etária das distintas regiões metropolitanas, considerando-se também outras características regionais. Como evidenciado pela Tabela 2 deste item e apontado também no capítulo 2 deste relatório e nas pirâmides etárias nele contidas, a RMC apresentava, comparativamente às três regiões metropolitanas e à média do Estado de São Paulo, uma proporção de pessoas entre as idades de 15-59 anos um pouco mais elevada (65,9%), menor proporção de crianças e adolescentes (0-14 anos) e proporção intermediária de pessoas com 60 anos e mais (8,6%). A RMBS apresentava população mais envelhecida, com 10,2% com 60 anos e mais e, comparativamente, a menor proporção entre as idades de 15-59 anos (64%). A região metropolitana com estrutura etária mais jovem em 2000 era a RMSP, com a maior proporção de pessoas com até 14 anos de idade (26,4%) e menor proporção de pessoas com 60 anos e mais (8,1%), por outro lado, apresentava população em idade ativa em proporções próximas às da RMC.



Tabela 14

Distribuição da População segundo faixas etárias - Valores Percentuais

Regiões Metropolitanas e Estado de São Paulo

2000

	0-14	15-59	60 anos e mais	Total
Estado de São Paulo	26,2	64,3	9,4	100,0
Regiões Metropolitanas				
São Paulo	26,4	65,5	8,1	100,0
Baixada Santista	25,9	63,9	10,2	100,0
Campinas	25,6	65,9	8,6	100,0
Pólos Regionais				
Araçatuba	24,4	64,6	11,0	100,0
Bauru	25,8	63,9	10,3	100,0
Presidente Prudente	26,2	63,4	10,4	100,0
Ribeirão Preto	26,2	64,2	9,6	100,0
São José dos Campos	27,4	65,5	7,1	100,0
São José do Rio Preto	23,4	65,3	11,3	100,0
Sorocaba	27,8	63,7	8,5	100,0

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Retomando a distribuição dos arranjos domiciliares nas regiões metropolitanas paulistas segundo a tipologia atribui-se, assim, as características dos arranjos domiciliares da RMSB às características de uma população mais envelhecida. Também atribui-se às características de estrutura etária da RMC, que concentra maior proporção de população em idade adulta em idades produtivas, a maior proporção de arranjos domiciliares nucleadas pelo casal com filhos nas etapas de constituição (casais com até 34 anos) e na etapa de consolidação (casais entre 35 e 49 anos), compondo 47,3% do total das famílias, em contraposição à 40,2% das famílias na RMBS e 44,2% na RMSP.

Entre os domicílios nucleados por homens ou mulheres sem cônjuges estes representavam em 2000, em ordem decrescente, 23,8% dos arranjos domiciliares da Baixada Santista, 22,4% da RMSP, e 18,3% da Região Metropolitana de Campinas. Entre 1991 e 2000 os domicílios assim estruturados cresceram 32% na RMC, 26% na RMSP e 25% na RMBS, ou seja, esses arranjos domiciliares experimentaram maiores aumentos nas regiões em que apresentavam menores percentuais, aproximando suas proporções entre as três regiões metropolitanas de São Paulo.

Os arranjos domiciliares encabeçados por chefe masculino sem a presença de cônjuge, sejam eles sós ou com filhos e/ou parentes, representam 9,2% na RMBS, 8% das famílias da RMSP e 7,5% na RMC em 2000.

Considerando-se os arranjos domiciliares nucleados por mulheres sem cônjuge, deve-se ressaltar que estes apresentam maior proporção e crescimento acentuado. Dentre

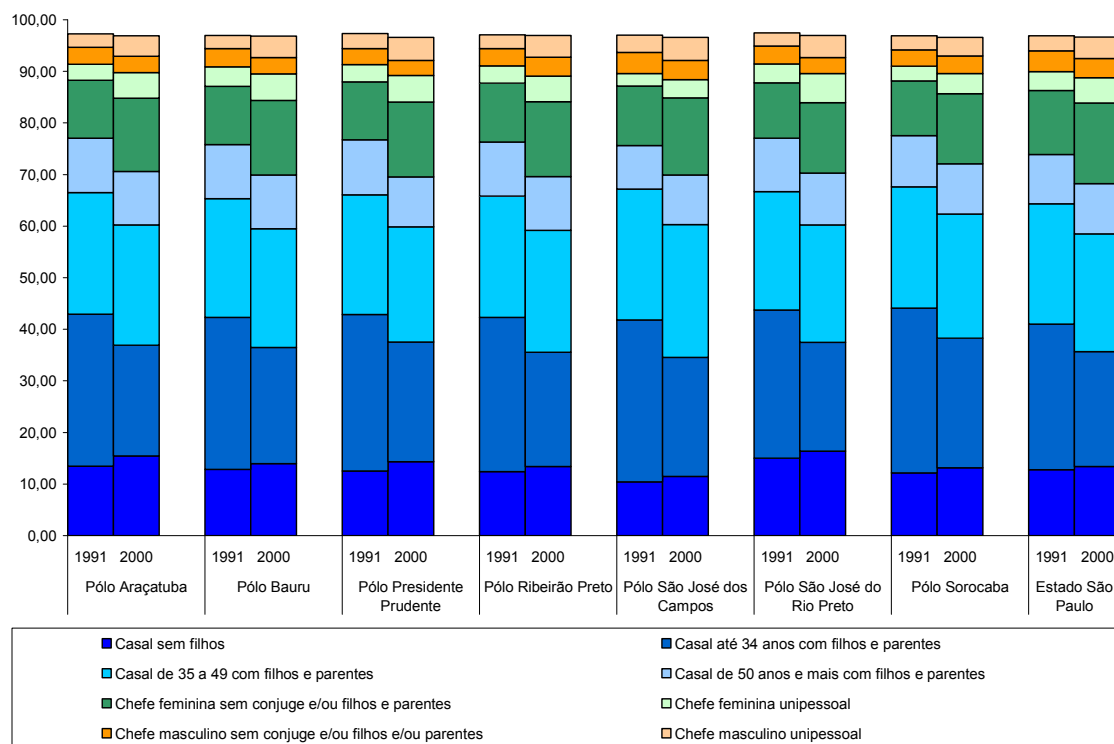


estes têm maior peso aqueles arranjos compostos pela mulher-chefe, filhos e/ou parentes, que representam, em 2000, cerca de 17% das famílias nas regiões metropolitanas da Baixada Santista e São Paulo e 14% na de Campinas, também com acentuado crescimento nesse período, na mesma ordem indicada acima (Tabela 13). A proporção de mulheres vivendo sozinhas também apresenta tendência de crescimento na década. Compondo cerca de 5% das famílias metropolitanas em 2000, apresenta como o tipo anterior, maior participação na RMSB, da ordem de 6,1%, seguida da RMSP 5,1% e da RMC, 4,3%.

Os arranjos familiares nucleados por chefes masculinos sem cônjuge distribuem-se de maneira proporcionalmente mais semelhante entre aqueles compostos pelo chefe filhos e/ou parentes e aqueles em domicílios unipessoais nas três regiões metropolitanas paulistas, com destaque para a RMSB, onde chega a representar 5,3% dos arranjos domiciliares. Enquanto a primeira composição familiar apresenta tênue crescimento entre 1991 e 2000, estabilizando-se pouco abaixo de 4% dos domicílios das metrópoles, cresce a proporção de homens morando sozinhos em todas as áreas mencionadas, que passando para cerca de 4% em 2000, com maior proporção na RMBS, como mencionado acima (Tabela 14).



Gráfico 8
Distribuição dos arranjos domiciliares segundo tipologia
Pólos Regionais Paulistas, 1991 – 2000



Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 15

Distribuição dos domicílios segundo tipologia de arranjos domiciliares - Valores Percentuais

Pólos Regionais Paulistas e Estado de São Paulo

1991-2000

		Casais					Chefe feminina sem cônjuge			Chefe masculino sem cônjuge			Total (1)	
		Total	Sem Filhos	com filhos e/ou parentes			Total	com filhos e/ou parentes	Unipessoal	Total	com filhos e/ou parentes	Unipessoal		
				Total	até 34 anos	de 35 a 49 anos								50 anos e mais
1991	Estado São Paulo	77,0	12,8	64,2	28,2	23,3	9,6	16,0	12,4	3,7	7,0	4,1	2,9	100,0
	Pólos Regionais													
	Araçatuba	79,8	13,5	66,3	29,5	23,6	10,5	14,4	11,3	3,1	5,9	3,2	2,6	100,0
	Bauru	78,9	12,8	66,0	29,5	23,0	10,5	15,1	11,3	3,8	6,1	3,5	2,6	100,0
	Presidente Prudente	79,4	12,5	66,9	30,3	23,2	10,7	14,6	11,2	3,4	6,0	3,1	2,9	100,0
	Ribeirão Preto	79,3	12,4	66,8	29,9	23,6	10,5	14,8	11,4	3,4	6,0	3,3	2,6	100,0
	Pólo São José dos Campos	78,6	10,4	68,3	31,4	25,4	8,5	13,9	11,5	2,4	7,4	4,1	3,3	100,0
	Pólo São José do Rio Preto	79,6	15,0	64,6	28,7	23,0	10,4	14,5	10,7	3,7	6,0	3,4	2,6	100,0
	Pólo Sorocaba	80,61	12,15	68,46	31,98	23,48	9,91	13,5	10,62	2,88	5,9	3,19	2,7	100,0
2000	Estado São Paulo	71,6	13,4	58,2	22,3	22,9	9,7	20,6	15,6	4,9	7,9	3,7	4,1	100,0
	Pólos Regionais													
	Araçatuba	73,7	15,5	58,2	21,5	23,3	10,4	19,2	14,2	4,9	7,1	3,1	4,0	100,0
	Bauru	73,1	13,9	59,2	22,5	23,1	10,4	19,6	14,5	5,2	7,3	3,2	4,1	100,0
	Presidente Prudente	73,0	14,3	58,7	23,3	22,3	9,7	19,6	14,5	5,2	7,4	2,9	4,5	100,0
	Ribeirão Preto	72,6	13,4	59,2	22,2	23,7	10,4	19,5	14,6	4,9	7,9	3,7	4,2	100,0
	São José dos Campos	73,3	11,5	61,9	23,1	25,7	9,7	18,5	14,9	3,6	8,2	3,7	4,5	100,0
	São José do Rio Preto	73,3	16,4	56,9	21,1	22,8	10,0	19,3	13,7	5,7	7,4	3,1	4,3	100,0
	Sorocaba	75,5	13,1	62,4	25,1	24,1	9,8	17,5	13,6	3,9	7,0	3,4	3,6	100,0

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

(1) O Total inclui outros arranjos domiciliares.

Nos Pólos Regionais, com relação aos arranjos domiciliares, observa-se como uma característica comum a proporção mais elevada de domicílios nucleados por casais e menor proporção de domicílios estruturados em torno de um chefe masculino ou feminino sem cônjuge, quando comparados ao perfil analisado para as Regiões Metropolitanas paulistas (Tabelas 13 e 15) e também em relação à média do estado de São Paulo. No entanto, as mesmas tendências de mudanças entre 1991 e 2000 apontadas para os arranjos domiciliares metropolitanos são observadas para o conjunto dos pólos regionais, ou seja, de redução das proporções dos arranjos nucleados por casais e de aumento nas proporções de famílias nucleadas por homem ou mulher sem cônjuge e, dentre estas o crescimento das duas modalidades, quais sejam dos domicílios com chefes sem cônjuge com presença de filhos e/ou parentes e dos domicílios unipessoais (Tabela 15 e Gráfico 8).

Os destaques são: para o pólo de Sorocaba, que apresenta a maior proporção de domicílios nucleados por casais e a menor proporção de domicílios de chefes sem cônjuge; e para os pólos com importante atividade agro-industrial, conforme apontada no Capítulo 1. Estes apresentam as maiores proporções de domicílios de chefes sem cônjuge (femininos e masculinos) e crescimento destes mais acentuado entre 1991 e 2000, apresentando variação percentual da ordem de 30% no período. Os pólos com estas características são: Araçatuba, Bauru, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. Nesses pólos, que apresentam como característica estrutura etária mais envelhecida, com a



exceção de Ribeirão Preto cuja estrutura etária é próxima da média do Estado, foram mais acentuados também o crescimento dos domicílios unipessoais femininos e masculinos.

Outra tendência comum observada nos pólos regionais em relação às regiões metropolitanas paulistas é a acentuada redução dos domicílios nucleados por casais jovens, de até 34 anos, com filhos e/ou parentes, que sofrem queda da ordem de 25% no período (Gráfico 8). Estes representavam cerca de 30% dos domicílios em 1991 e, 2000, representam cerca de 22%, com algumas exceções para baixo em Araçatuba, cuja população é mais envelhecida e acima desse valor para Sorocaba (25%), que apresenta estrutura etária mais jovem (Tabela 14).

Tabela 16
Número médio de componentes dos domicílios segundo tipologia de arranjo domiciliar
Regiões Metropolitanas e Estado de São Paulo
1991-2000

		Casais						Chefe feminina sem cônjuge			Chefe masculino sem cônjuge			Total (1)
		Total	Sem Filhos	com filhos e/ou parentes			Total	com filhos e/ou parentes	Unipessoal	Total	com filhos e/ou parentes	Unipessoal		
				Total	até 34 anos	de 35 a 49 anos							50 anos e mais	
1991	Estado São Paulo	4,2	2,2	4,6	4,2	5,0	4,7	3,0	3,6	1,0	2,4	3,4	1,0	3,9
	Regiões Metropolitanas	4,2	2,2	4,6	4,3	5,0	4,7	3,0	3,6	1,0	2,4	3,3	1,0	3,9
	São Paulo	4,1	2,2	4,6	4,2	5,0	4,6	2,9	3,6	1,0	2,1	3,3	1,0	3,7
	Baixada Santista	4,2	2,2	4,6	4,2	5,0	4,7	3,0	3,6	1,0	2,5	3,4	1,0	3,9
2000	Campinas	3,9	2,2	4,3	4,0	4,6	4,4	2,8	3,4	1,0	2,0	3,1	1,0	3,5
	Estado São Paulo	4,0	2,2	4,3	4,0	4,6	4,4	2,8	3,4	1,0	2,0	3,1	1,0	3,6
	Regiões Metropolitanas	3,9	2,2	4,4	4,1	4,6	4,4	2,8	3,4	1,0	1,9	3,0	1,0	3,5
	São Paulo	3,9	2,1	4,3	4,0	4,5	4,4	2,8	3,3	1,0	2,0	3,1	1,0	3,5
	Baixada Santista	3,9	2,1	4,3	4,0	4,5	4,4	2,8	3,3	1,0	2,0	3,1	1,0	3,5

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

(1) O Total inclui outros tipos de arranjos domiciliares.

Com relação ao tamanho da família, a literatura especializada indica a tendência de redução no tamanho médio das famílias brasileiras e essa tendência é também apresentada pelas regiões metropolitanas paulistas entre os censos de 1991 e 2000. Nestas regiões metropolitanas os domicílios eram compostos em média por 3,9 pessoas em 1991 caindo em 2000 para cerca de 3,5 pessoas.

A redução no tamanho médio das famílias expressa mudanças na família, tais como a redução na fecundidade e no número de filhos tidos, a nuclearização da família e o aumento da proporção das famílias monoparentais e dos domicílios unipessoais. Por outro lado, por afetar a composição dos núcleos familiares reveste-se de importância para a análise das alterações na relação família-trabalho.

No ano de 2000 o tamanho médio da família nas três regiões metropolitanas paulistas é bastante semelhante, ou seja, a Região Metropolitana de São Paulo apresenta 3,6 componentes por domicílio, a Região Metropolitana de Campinas apresenta 3,5 e a



Região Metropolitana da Baixada Santista apresenta o tamanho médio de 3,5 componentes (Tabela 16). No ano de 1991 o menor tamanho médio também foi apresentado por essa região metropolitana, com 3,7 pessoas por domicílio em quanto nas outras duas foi de 3,9 pessoas por domicílio.

Entre os pólos regionais observam-se tendências semelhantes de redução do tamanho médio dos domicílios, que caem de 3,9 pessoas em 1991 para oscilar entre 3,4 e 3,7 em 2000, este tamanho de domicílio relativamente maior é apresentado pelos pólos de São José dos Campos e Sorocaba que apresentam estrutura etária de sua população mais jovem que a média do Estado (Tabela 17).

Existem semelhanças muito fortes entre todas as regiões estudadas, ou seja regiões metropolitanas e pólos regionais do Estado de São Paulo, tanto com relação ao número médio de componentes dos domicílios, bem com em relação à tendência de queda no tamanho entre 1991 e 2000, não se justificando análise específica para essas regiões.

Tabela 17
Número médio de componentes dos domicílios segundo tipologia de arranjo domiciliar
Pólos Regionais Paulistas e Estado de São Paulo
1991-2000

		Casais						Chefe feminina sem cônjuge			Chefe masculino sem cônjuge			Total (1)
		Total	Sem Filhos	com filhos e/ou parentes			Total	com filhos e/ou parentes	Unipessoal	Total	com filhos e/ou parentes	Unipessoal		
				Total	até 34 anos	de 35 a 49 anos							50 anos e mais	
1991	Estado São Paulo	4,2	2,2	4,6	4,2	5,0	4,7	3,0	3,6	1,0	2,4	3,4	1,0	3,9
	Pólos Regionais													
	Araçatuba	4,1	2,2	4,5	4,1	4,9	4,7	3,0	3,6	1,0	2,3	3,4	1,0	3,9
	Bauru	4,2	2,2	4,6	4,2	5,0	4,6	3,0	3,6	1,0	2,4	3,4	1,0	3,9
	Presidente Prudente	4,2	2,2	4,6	4,1	5,1	4,8	3,0	3,6	1,0	2,2	3,3	1,0	3,9
	Ribeirão Preto	4,2	2,2	4,6	4,2	5,0	4,6	3,0	3,6	1,0	2,3	3,3	1,0	3,9
	São José dos Campos	4,4	2,2	4,7	4,3	5,1	5,1	3,4	3,9	1,0	2,2	3,3	1,0	4,1
	São José do Rio Preto	4,0	2,2	4,4	4,1	4,7	4,4	2,7	3,3	1,0	2,2	3,2	1,0	3,7
Sorocaba	4,3	2,2	4,7	4,3	5,2	4,8	3,1	3,7	1,0	2,4	3,5	1,0	4,0	
2000	Estado São Paulo	3,9	2,2	4,3	4,0	4,6	4,4	2,8	3,4	1,0	2,0	3,1	1,0	3,5
	Pólos Regionais													
	Araçatuba	3,8	2,2	4,2	3,9	4,4	4,2	2,7	3,3	1,0	1,9	3,1	1,0	3,4
	Bauru	3,9	2,2	4,3	4,0	4,5	4,3	2,8	3,4	1,0	2,0	3,2	1,0	3,5
	Presidente Prudente	3,8	2,2	4,2	4,0	4,5	4,3	2,6	3,2	1,0	1,8	3,0	1,0	3,4
	Ribeirão Preto	3,9	2,2	4,3	4,1	4,6	4,3	2,8	3,4	1,0	2,0	3,2	1,0	3,6
	São José dos Campos	4,1	2,2	4,4	4,1	4,7	4,6	3,0	3,5	1,0	2,0	3,3	1,0	3,7
	São José do Rio Preto	3,7	2,2	4,1	3,9	4,3	4,2	2,5	3,1	1,0	1,8	3,0	1,0	3,3
Sorocaba	4,0	2,2	4,4	4,1	4,7	4,5	2,9	3,5	1,0	2,0	3,1	1,0	3,7	

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

(1) O Total inclui outros arranjos domiciliares.

A tendência de redução do tamanho afeta a todos os arranjos domiciliares identificados pela tipologia, com poucas exceções. O entanto, a análise evidencia especificidades quando considerada a tipologia de arranjos adotada. O arranjo domiciliar de casais sem filhos tem em média 2,2 componentes por família e não se altera no período



analisado para regiões metropolitanas e pólos regionais. Esse tipo de arranjo é formado principalmente pelo casal e por um pequeno número de parentes e não-parentes.

Os arranjos de casais com filhos e/ou parentes, apresentam redução de tamanho de cerca de 4,6 para 4,3 componentes em média entre 1991 e 2000, para as três regiões metropolitanas e pólos regionais, variando mais quando considerados os tipos de arranjos tendo por referência a idade do casal que nucleia o arranjo, correspondendo à etapas do ciclo vital familiar, do que por especificidade das regiões.

Assim, considerando-se o tipo de arranjo domiciliar 'casais de até 34 anos com filhos e/ou parentes' o tamanho médio: varia em torno de 4 componentes em 2000 todas as regiões analisadas (Tabelas 16 e 17). Como mencionado anteriormente, essas famílias estão no momento que denominamos de "constituição" e são formadas principalmente pelo casal e por seus filhos, quase todos menores de 10 anos. Em 1991 estas famílias eram compostas por cerca de 4,2 componentes nas RMBS e RMC e 4,3 na RMSP; nos pólos regionais variavam entre 4,1 e 4,3 .

Os domicílios dos casais de 35 até 49 anos com filhos e/ou parentes, são as que apresentam o maior tamanho médio nas três regiões metropolitanas e nos pólos regionais. Nas regiões metropolitanas de São Paulo e de Santos, em 2000, apresentam 4,6 componentes e, na de Campinas, 4,5 componentes. Nos pólos regionais o tamanho é menor em média, pois oscilam de 4,3 a 4,6 componentes, com duas exceções: em São José dos Campos e Sorocaba, com tamanho de 4,7 pessoas. Esse tipo de arranjo domiciliar, que corresponde à etapa do ciclo de vida familiar definida como de "consolidação", é o que tem a maior concentração de filhos, porque vivem com o casal praticamente todos os filhos tidos. Em 1991 esse arranjo domiciliar era composto por 5 componentes em todas as regiões metropolitanas paulistas e oscilava em torno desse valor nos pólos regionais, com destaque para Sorocaba, com 5,2 componentes.

Os arranjos de casais com filhos e/ou parentes de 50 anos e mais correspondem à etapa "envelhecimento" e apresentam em 2000 tamanho médio das famílias de 4,4 componentes nas três regiões metropolitanas e cerca de 4,3 nos pólos, novamente com exceções para São José dos Campos e Sorocaba, com 4,6 e 4,5 componentes por domicílio neste arranjo (Tabelas 16 e 17). Estes arranjos são compostos, principalmente, pelo casal e filhos, com a presença de poucos parentes e não-parentes e, em 1991 apresentavam 4,6 componentes na RMBS e 4,7 nas outras duas regiões metropolitanas. Entre os pólos regionais o tamanho era semelhante a estas, porém um pouco maior para Presidente Prudente, São José dos Campos e Sorocaba, com tamanhos entre 4,8 e 5,1 componentes.



Os arranjos domiciliares constituídos pelo chefe feminino sem cônjuge com filhos e/ou parentes, têm em média 3,4 componentes nas regiões metropolitanas paulistas no ano de 2000, sendo um pouco menor na de Campinas, com 3,3 componentes. Tamanho semelhante é observado nos pólos regionais, variando entre 3,1 e 3,5 pessoas. A presença de parentes e não parentes é importante neste tipo de família, cerca de um quinto dos componentes. Em 1991 esse arranjo domiciliar era composto por 3,6 pessoas em todas as regiões metropolitanas paulistas e pólos regionais, com algumas exceções.

Os arranjos com chefe masculino sem cônjuge, filhos e/ou parentes têm tamanho médio um pouco menor que os de chefe feminino. O tamanho médio desses arranjos em 2000 é de 3,1 componentes nas regiões metropolitanas de São Paulo e de Campinas e de 3 na Baixada Santista; nos pólos regionais oscila entre 3 e 3,3. Em 1991 era composto por cerca de 3,3 componentes nas regiões metropolitanas e variava entre 3,2 e 3,5 nos pólos.

O tamanho médio do total dos arranjos com chefe sem cônjuges cai quando nesse total são incluídos os domicílios unipessoais; no caso dos arranjos familiares das chefes femininas, o tamanho médio cai para cerca de 2,8 componentes e, no caso dos arranjos familiares dos chefes masculinos sem cônjuge, cai para 2 componentes em média tanto nas três regiões metropolitanas como nos pólos regionais.

Todos os valores apresentados para os tipos de arranjos domiciliares nas regiões metropolitanas paulistas e pólos regionais no que se refere às tendências na redução do número médio de componentes do domicílio são muito semelhantes entre si e também em relação à média apresentada pelo Estado de São Paulo no período estudado, evidenciando homogeneidade nesse aspecto de mudança da família.

2.2. Mudanças nos arranjos domiciliares de inserção no mercado de trabalho e na provisão dos domicílios.

Os arranjos e rearranjos de inserção dos componentes da família no mercado de trabalho são definidos, articuladamente, pela dinâmica da economia e pela dinâmica das relações familiares e das relações de gênero. A composição familiar predominante da etapa do ciclo de vida familiar também influi nos arranjos articulados pelos diferentes tipos de família. Estudo longitudinal sobre a Região Metropolitana de São Paulo mostrou que além da composição familiar em alguns tipos de família, alteram-se também os arranjos de inserção familiar, considerando-se as décadas de 80 e 90 (Montali, 2004). A generalização das mudanças nos arranjos de inserção familiar e na responsabilidade pela provisão familiar



é também apontada, por outro estudo, para o conjunto das regiões metropolitanas brasileiras nos anos 2000, guardadas algumas especificidades regionais (Montali e Tavares, 2007).

Nesta análise das regiões metropolitanas paulistas e dos pólos regionais utiliza-se a mesma metodologia dos estudos referidos, buscando identificar as mudanças nos arranjos de inserção familiar e na responsabilidade dos componentes da família pela provisão familiar que ocorreram entre os anos de 1991 e de 2000.

A análise sobre os anos 90 referente à Região Metropolitana de São Paulo (Montali, 2004) evidenciou que ocorreu nesse período um rearranjo de inserção no mercado de trabalho entre os diferentes componentes da família, fortemente relacionado ao crescente desemprego e às novas características dos desempregados provocados conjuntamente pelo baixo ritmo de crescimento da economia nacional e pelo processo de reestruturação produtiva que intensificou-se naquela década. A mobilização dos componentes da família para o mercado de trabalho nesse período de elevado desemprego – que se acentua a partir de 1992 e perdura até o final da década e início dos anos 2000 – mostrou-se bastante diferente da observada durante a conjuntura recessiva dos anos 80, ocorrida entre 1981 e 1983 (Montali, 1995). O estudo referido atribui peso preponderante à mudança do padrão de absorção da força de trabalho ocorrida nos anos 90 para explicar as mudanças verificadas nos arranjos familiares de inserção no mercado ocorridas. Não deixa no entanto de considerar as alterações havidas nas características da composição familiar, na pequena redução no seu tamanho e na redução na proporção de filhos menores de 10 anos como elementos importantes na sua explicação.

Assim, a hipótese assumida pelo estudo citado, é que a nova tendência observada na articulação dos arranjos familiares de inserção no mercado ainda que seja viabilizada pela mudança no papel da mulher na sociedade, nesta incluindo o aumento de sua inserção no mercado de trabalho, expressa mais fortemente a alteração no padrão de absorção da força de trabalho. A reestruturação produtiva e organizacional nos anos 90 reduziu postos de trabalho principalmente para ocupações predominantemente masculinas e promoveu o crescente desemprego daqueles que eram os principais mantenedores das famílias: chefes masculinos e filhos/filhas maiores de 18 anos (Montali, 2004). Nos anos 90 também aumentam as dificuldades de absorção dos jovens pelo mercado de trabalho e amplia-se a participação da mulher. Nesse processo, reduzem-se os empregos industriais e crescem as oportunidades de inserção em atividades do setor de serviços; por outro lado e associada a esses processos, acentua-se a geração de empregos não formalizados. Observa-se mudança nessa tendência, bem como indícios de recuperação da formalização do emprego



no país só a partir de 2005. Tais impactos da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho apresentam características semelhantes e são registrados em diversos estudos tanto para o Brasil, como para países da América Latina, destacando-se o aumento da absorção da mulher e as maiores restrições para a absorção dos jovens (Leone, 2003; Oliveira e Salas, 2008).

No referido estudo longitudinal sobre a Região Metropolitana de São Paulo evidenciou-se que, nos anos 90, em face do desemprego de parte dos componentes da família e da dificuldade em aumentar o número de pessoas ocupadas das unidades familiares, a mudança mais freqüente, verificada em praticamente todos os tipos de família, foi o aumento da participação da mulher-cônjuge e da mulher-chefe entre os ocupados da família. No caso das famílias na etapa final do ciclo de vida familiar (caracterizadas pelos casais com 50 anos e mais) com a presença de filhos, a mudança manifesta-se no aumento da participação do chefe e da cônjuge entre os ocupados, ao mesmo tempo em que cresce o desemprego dos filhos adultos (Montali, 2004).

Dessa maneira, os rearranjos familiares de inserção observados a partir de 1991 – diferenciando-se dos arranjos encontrados na década de 1980 – indicam o maior partilhamento da responsabilidade da manutenção da família. Indicam ainda um relativo deslocamento dessa responsabilidade dos principais mantenedores, assim identificados para cada tipo de família, para outros componentes da família. As análises em períodos de recessão e de expansão da economia nos anos 90 e 2000, confirmaram as peculiaridades dos arranjos familiares de inserção articulados sob o novo padrão de incorporação da força de trabalho que se delineou a partir dos processos envolvidos na reestruturação produtiva, desencadeada com maior intensidade a partir do início dos anos 90. A análise para o conjunto das regiões metropolitanas brasileiras também confirma esses padrões de arranjos de inserção nos anos 2004 e 2006 (Montali e Tavares, 2007).

Na atual análise sobre as regiões metropolitanas e pólos regionais paulistas procura-se conhecer se os arranjos domiciliares de inserção, bem como as mudanças observadas na responsabilidade pela provisão dos domicílios no ano 2000, analisados através dos dados censitários, expressam características semelhantes às encontradas nos estudos referidos.

A análise dos diversos indicadores utilizados: distribuição de ocupados por posição na família; taxa de geração de renda e participação na composição da renda familiar, evidencia, no ano 2000, semelhança entre as regiões metropolitanas paulistas nos arranjos domiciliares de inserção no mercado, bem como naqueles articulados para a provisão da



família; na análise fica evidente também a semelhança entre estes padrões observados nas regiões metropolitanas paulistas e aqueles encontrados nos estudos referidos.

A análise do primeiro indicador selecionado evidencia a semelhança entre as três regiões metropolitanas no ano 2000 no padrão de distribuição de ocupados por posição na família (Tabela 18), indicativo de arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho. As semelhanças entre as três regiões, são confirmadas tanto para os arranjos domiciliares nucleados pelo casal, como para os arranjos domiciliares nucleados pela chefe feminina sem cônjuge. Os arranjos mais dessemelhantes no que se refere aos ocupados por posição na família, entre as regiões sob análise, são encontrados para os arranjos familiares nucleados pelo chefe masculino sem cônjuge (Tabela 18).

São também verificadas entre as três regiões metropolitanas tendências semelhantes nas mudanças observadas entre 1991 e 2000 no padrão de distribuição dos ocupados por posição na família.

Considerando-se em primeiro lugar os arranjos nucleados pelo casal, observam-se três tendências: - de redução da proporção dos chefes entre os ocupados do domicílio, que passam de 51,5% nas RMSP e RMBS e 49% na RMC em 1991, para 49% e 47%, respectivamente, no ano de 2000; - de aumento da participação das cônjuges entre os ocupados nos arranjos domiciliares nucleados pelo casal: estas eram cerca de 19% em 1991 nas três regiões metropolitanas e cerca de 25% em 2000; - de redução da participação dos filhos entre os ocupados: estes passam, entre 1991 e 2000, respectivamente, de 24% para 22%, no caso da RMSP; de 23,6% para 21%, na RMBS e de 27% para 23,7% na RMC. Na análise comparada das três regiões metropolitanas paulistas, chama atenção a Região Metropolitana de Campinas com proporção um pouco mais elevada de filhos entre os ocupados do domicílio, bem como proporção um pouco menor de chefes entre os ocupados, indicando um maior partilhamento entre os componentes na responsabilidade pela manutenção do domicílio.

Nos arranjos domiciliares nucleados por mulheres ou homens sem a presença de cônjuge é notório o aumento das proporções dos chefes entre os ocupados decorrente da redução da participação dos filhos e dos parentes e não parentes, verificando-se algumas especificidades regionais (Tabela 6), indicando movimento inverso. Apesar dessa tendência, no caso dos domicílios com chefia feminina, é mantida importante participação dos filhos entre os ocupados do domicílio.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 18a

Distribuição dos ocupados por posição na família e tipologia - valores percentuais

Regiões Metropolitanas Paulistas e Estado de São Paulo

1991

	Chefe	Cônjuge	Filhos			Parentes e não parentes	Total
			Subtotal	Menores de 18 anos	Maiores de 18 anos		
Estado de São Paulo	49,1	14,8	28,2	6,7	21,5	7,9	100,0
RM São Paulo							
Casais	51,6	18,9	24,1	5,2	18,9	5,4	100,0
Casal sem filhos	60,9	32,3	.	.	.	6,8	100,0
Casal até 34 anos com filhos e parentes	69,0	21,7	2,3	1,9	0,5	7,0	100,0
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	45,6	17,1	33,7	10,0	23,7	3,7	100,0
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	24,9	6,8	62,9	3,4	59,5	5,5	100,0
Chefe feminina sem cônjuge	39,8	.	43,4	6,6	36,8	16,8	100,0
Chefe masculino sem cônjuge	53,9	.	12,4	1,4	11,0	33,7	100,0
Total	50,0	14,8	26,2	5,1	21,1	9,1	100,0
RM Baixada Santista							
Casais	51,6	19,4	23,6	4,7	18,9	5,4	100,0
Casal sem filhos	61,3	32,9	.	.	.	5,9	100,0
Casal até 34 anos com filhos e parentes	69,8	21,1	2,6	2,1	0,5	6,5	100,0
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	45,5	18,1	32,5	8,7	23,8	4,0	100,0
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	23,5	7,7	62,2	3,0	59,2	6,6	100,0
Chefe feminina sem cônjuge	40,4	.	44,2	6,2	38,1	15,4	100,0
Chefe masculino sem cônjuge	60,8	.	11,9	1,4	10,5	27,3	100,0
Total	50,5	15,2	26,0	4,7	21,3	8,4	100,0
RM Campinas							
Casais	49,0	18,9	26,9	7,3	19,6	5,1	100,0
Casal sem filhos	60,7	33,6	.	.	.	5,7	100,0
Casal até 34 anos com filhos e parentes	67,2	23,2	3,3	2,9	0,5	6,2	100,0
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	41,6	16,5	38,6	13,7	24,9	3,3	100,0
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	24,6	6,3	62,4	5,0	57,4	6,7	100,0
Chefe feminina sem cônjuge	37,0	.	47,9	8,5	39,5	15,0	100,0
Chefe masculino sem cônjuge	53,5	.	16,0	2,6	13,4	30,5	100,0
Total	47,9	15,8	28,7	7,2	21,5	7,6	100,0

Fonte: Censo Demográfico 1991, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Excluídos da análise dos domicílios/família, os pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes dos empregados domésticos

Tabela 18b

Distribuição dos ocupados por posição na família e tipologia - valores percentuais

Regiões Metropolitanas Paulistas e Estado de São Paulo

2000

	Chefe	Cônjuge	Filhos			Parentes e não parentes	Total
			Subtotal	Menores de 18 anos	Maiores de 18 anos		
Estado de São Paulo	48,6	19,4	25,5	3,5	21,9	6,5	100,0
RM São Paulo							
Casais	48,8	24,9	22,2	2,8	19,4	4,1	100,0
Casal sem filhos	58,0	36,9	.	.	.	5,2	100,0
Casal até 34 anos com filhos e parentes	65,2	28,2	1,7	1,0	0,7	5,0	100,0
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	44,5	24,1	28,7	5,4	23,2	2,8	100,0
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	25,0	11,2	58,8	1,6	57,2	5,0	100,0
Chefe feminina sem cônjuge	45,0	.	40,3	3,7	36,6	14,7	100,0
Chefe masculino sem cônjuge	62,2	.	12,7	0,9	11,8	25,1	100,0
Total	48,9	18,9	24,8	2,8	22,0	7,3	100,0
RM Baixada Santista							
Casais	48,6	25,8	21,2	2,9	18,3	4,5	100,0
Casal sem filhos	57,5	37,5	.	.	.	5,0	100,0
Casal até 34 anos com filhos e parentes	64,9	28,5	2,0	1,4	0,6	4,6	100,0
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	44,2	25,1	27,2	5,4	21,9	3,5	100,0
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	23,9	11,4	58,4	1,7	56,7	6,3	100,0
Chefe feminina sem cônjuge	44,3	.	41,1	4,3	36,9	14,6	100,0
Chefe masculino sem cônjuge	67,0	.	13,4	0,7	12,7	19,7	100,0
Total	49,0	19,3	24,3	3,0	21,3	7,4	100,0
RM Campinas							
Casais	47,4	25,3	23,7	3,8	19,9	3,6	100,0
Casal sem filhos	58,6	37,3	.	.	.	4,1	100,0
Casal até 34 anos com filhos e parentes	64,2	29,8	2,1	1,6	0,6	3,9	100,0
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	42,2	24,0	31,5	7,1	24,5	2,3	100,0
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	23,7	10,6	59,5	2,0	57,5	6,1	100,0
Chefe feminina sem cônjuge	43,4	.	43,1	4,6	38,5	13,5	100,0
Chefe masculino sem cônjuge	61,5	.	14,8	1,3	13,5	23,7	100,0
Total	47,6	20,4	25,9	3,8	22,2	6,1	100,0

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Excluídos da análise dos domicílios/família, os pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes dos empregados domésticos



Há semelhança no padrão de inserção familiar no mercado de trabalho observado entre as três regiões metropolitanas no ano 2000 e o padrão observado nos diferentes Pólos Regionais do Estado de São Paulo (Tabela 19b).

A análise do padrão de distribuição de ocupados por posição na família, indicativo de arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho evidencia semelhanças entre os pólos, guardadas algumas especificidades.

Considerando-se o ano 2000, as semelhanças são confirmadas tanto para os arranjos domiciliares nucleados pelo casal, como para os arranjos domiciliares nucleados pela chefe feminina sem cônjuge. Entre as regiões sob análise, são encontradas algumas especificidade para os arranjos familiares nucleados pelo chefe masculino sem cônjuge no que se refere aos ocupados por posição na família, destacando-se a maior presença de parentes e não parentes entre estes nos pólos de Ribeirão Preto, São José dos Campos e Sorocaba, que podem estar relacionadas à características regionais associadas à produção e à migração (Tabela 19b).

Há semelhanças também nas tendências de mudanças observadas entre 1991 e 2000 no padrão de distribuição dos ocupados por posição na família para os pólos regionais em comparação com as regiões metropolitanas e com a média do Estado de São Paulo. As principais são apontadas para os arranjos nucleados pelo casal, nos quais observam-se as mesma três tendências identificadas para as regiões metropolitanas paulistas. A primeira é, a redução da proporção dos chefes entre os ocupados do domicílio, que passam de mais de 50% nos pólos São José dos Campos, São José do Rio Preto e Sorocaba em 1991, para cerca de 48% no ano de 2000, reduzindo-se também em Araçatuba e Bauru para cerca de 47%; a exceção é o pólo de Presidente Prudente, no qual esse componente familiar se mantém representando 50% dos ocupados, ao passo em que se altera a composição em relação aos demais componentes. A segunda tendência é de aumento da participação das cônjuges entre os ocupados nos arranjos domiciliares nucleados pelo casal: estas oscilavam entre 17% e 19% dos ocupados do domicílio em 1991 e passam a ser cerca de 25% em 2000. O maior aumento foi verificado na participação das cônjuges entre os ocupados em Presidente Prudente, pois estas passam de 17% em 1991 para 25% em 2000. A terceira tendência observada entre os ocupados nos arranjos domiciliares nucleados pelo casal é a redução da participação dos filhos entre os ocupados: estes em 1991 oscilavam entre 29% dos ocupados da família – em Araçatuba e Presidente Prudente – e 25% em São José dos Campos e no ano de 2000 oscilavam em torno de 25% nos dois primeiros pólos e 23% no



último. Observa-se que para o Estado de São Paulo a média de filhos ocupados fica em 25,5% (Tabela 19b).

Com relação aos filhos chama atenção a forte redução dos filhos menores de 18 anos entre os ocupados tanto no caso das três regiões metropolitanas paulistas, como no caso dos pólos regionais expressando dois fenômenos distintos. Por um lado evidencia a maior restrição do mercado de trabalho à absorção de jovens a partir de 1992, fato já conhecido na literatura sobre o trabalho do jovem. Por outro lado resulta da política de erradicação do trabalho infantil que é reforçada também nesse período, levada a cabo pelo governo federal inicialmente pelo Ministério do Trabalho e posteriormente pelo Ministério de Previdência e Assistência, com a implementação do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) a partir de 1998.

Nos arranjos nucleados pelo casal estas tendências resultam em um maior partilhamento entre os componentes na responsabilidade pela manutenção do domicílio que podem ser exemplificados pelos dados referentes ao Estado de São Paulo no ano 2000, em que os chefes de domicílio são 48,6% dos ocupados do domicílio, as cônjuges 24,7% e os filhos 22,9%, com pequena participação de parentes e não parentes, da ordem de 4%.

Nos arranjos domiciliares nucleados por mulheres ou homens sem a presença de cônjuge é notório o aumento das proporções dos chefes entre os ocupados decorrente da redução da participação dos filhos e dos parentes e não parentes, verificando-se algumas especificidades regionais (Tabela 19b). Deve-se ressaltar, entretanto, que apesar dessa tendência, no caso dos domicílios com chefia feminina, é mantida importante participação dos filhos entre os ocupados do domicílio, indicando o partilhamento da responsabilidade pela manutenção da família entre estes dois componentes familiares.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 19a
Distribuição dos ocupados por posição na família e tipologia - valores percentuais
Pólos Regionais Paulistas e Estado de São Paulo
1991

	Chefe	Cônjuge	Filhos			Parentes e não parentes	Total
			Subtotal	Menores de 18 anos	Maiores de 18 anos		
Estado de São Paulo	Casais	50,7	18,3	26,1	6,8	19,3	100,0
	Casal sem filhos	62,9	30,8	.	.	.	100,0
	Casal até 34 anos com filhos e parentes	69,0	21,7	3,2	2,8	0,4	100,0
	Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	43,4	16,6	36,6	12,6	24,0	100,0
	Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	25,3	6,6	62,3	4,7	57,5	100,0
	Chefe feminina sem cônjuge	37,0	.	47,3	8,1	39,3	100,0
	Chefe masculino sem cônjuge	54,7	.	15,0	2,1	12,9	100,0
	Total	49,1	14,8	28,2	6,7	21,5	100,0
Pólo Aracatuba	Casais	48,6	17,9	29,4	9,6	19,9	100,0
	Casal sem filhos	66,5	28,6	.	.	.	100,0
	Casal até 34 anos com filhos e parentes	67,6	23,5	4,8	4,5	0,4	100,0
	Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	39,5	15,9	41,5	17,0	24,5	100,0
	Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	27,0	5,9	61,0	6,4	54,6	100,0
	Chefe feminina sem cônjuge	31,1	.	54,3	12,4	41,9	100,0
	Chefe masculino sem cônjuge	53,9	.	20,5	3,9	16,6	100,0
	Total	46,8	15,0	31,9	9,6	22,2	100,0
Pólo Bauru	Casais	48,8	19,1	28,1	8,6	19,5	100,0
	Casal sem filhos	65,0	29,9	.	.	.	100,0
	Casal até 34 anos com filhos e parentes	68,3	22,9	4,3	3,8	0,5	100,0
	Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	40,3	18,2	38,8	15,2	23,5	100,0
	Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	24,7	7,7	62,3	6,4	55,9	100,0
	Chefe feminina sem cônjuge	34,3	.	51,2	9,8	41,4	100,0
	Chefe masculino sem cônjuge	53,2	.	20,2	3,5	16,7	100,0
	Total	47,3	15,9	30,4	8,5	21,9	100,0
Pólo Presidente Prudente	Casais	50,7	16,6	29,1	8,8	20,2	100,0
	Casal sem filhos	67,2	27,3	.	.	.	100,0
	Casal até 34 anos com filhos e parentes	72,0	20,1	4,2	3,8	0,3	100,0
	Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	41,0	15,8	40,8	15,6	25,2	100,0
	Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	28,3	6,3	60,1	6,0	54,1	100,0
	Chefe feminina sem cônjuge	34,6	.	54,3	12,8	41,6	100,0
	Chefe masculino sem cônjuge	60,2	.	20,6	4,2	16,5	100,0
	Total	49,3	13,9	31,6	9,1	22,6	100,0
Pólo Ribeirão Preto	Casais	49,9	17,8	27,8	8,1	19,7	100,0
	Casal sem filhos	64,6	28,6	.	.	.	100,0
	Casal até 34 anos com filhos e parentes	69,2	21,7	4,0	3,8	0,3	100,0
	Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	41,6	16,2	39,1	14,5	24,6	100,0
	Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	25,9	7,4	60,7	5,4	55,3	100,0
	Chefe feminina sem cônjuge	34,9	.	50,8	9,1	41,7	100,0
	Chefe masculino sem cônjuge	56,1	.	16,0	2,0	14,0	100,0
	Total	48,3	14,8	30,0	7,9	22,1	100,0
Pólo São José dos Campos	Casais	52,5	17,4	25,2	6,3	18,9	100,0
	Casal sem filhos	62,6	31,4	.	.	.	100,0
	Casal até 34 anos com filhos e parentes	72,7	18,9	2,4	2,0	0,3	100,0
	Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	45,0	16,6	34,9	11,4	23,6	100,0
	Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	21,8	6,2	66,1	5,4	60,7	100,0
	Chefe feminina sem cônjuge	34,2	.	48,5	8,4	40,1	100,0
	Chefe masculino sem cônjuge	58,5	.	12,4	1,4	10,9	100,0
	Total	50,6	14,1	27,3	6,2	21,0	100,0
Pólo São José do Rio Preto	Casais	50,0	19,1	26,4	8,1	18,3	100,0
	Casal sem filhos	65,5	29,1	.	.	.	100,0
	Casal até 34 anos com filhos e parentes	66,3	24,0	4,5	4,1	0,4	100,0
	Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	41,9	17,0	38,1	14,8	23,3	100,0
	Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	29,1	7,2	57,3	5,0	52,3	100,0
	Chefe feminina sem cônjuge	37,4	.	47,9	10,1	37,8	100,0
	Chefe masculino sem cônjuge	58,5	.	15,0	2,3	12,7	100,0
	Total	49,0	16,0	28,2	8,0	20,2	100,0
Pólo Sorocaba	Casais	50,4	17,2	27,5	7,9	19,6	100,0
	Casal sem filhos	64,7	29,1	.	.	.	100,0
	Casal até 34 anos com filhos e parentes	70,7	20,2	3,5	3,0	0,5	100,0
	Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	41,4	16,2	38,9	14,1	24,8	100,0
	Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	22,0	6,5	65,3	6,0	59,3	100,0
	Chefe feminina sem cônjuge	30,8	.	54,6	9,2	45,4	100,0
	Chefe masculino sem cônjuge	53,6	.	18,7	2,9	15,8	100,0
	Total	48,4	14,5	30,0	7,8	22,3	100,0

Fonte: Censo Demográfico 1991, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Excluídos da análise dos domicílios/família, os pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes dos empregados domésticos



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 19b
Distribuição dos ocupados por posição na família e tipologia - valores percentuais
Pólos Regionais e Estado de São Paulo
2000

		Chefe	Cônjuge	Filhos		Parentes e não parentes	Total
				Subtotal	Menores de 18 anos	Maiores de 18 anos	
Estado de São Paulo	Casais	48,6	24,7	22,9	3,5	19,4	100,0
	Casal sem filhos	59,4	35,9	.	.	.	100,0
	Casal até 34 anos com filhos e parentes	65,3	28,5	2,1	1,5	0,6	100,0
	Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	43,5	23,8	30,1	6,7	23,4	100,0
	Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	25,6	11,1	58,0	2,0	56,0	100,0
	Chefe feminina sem cônjuge	43,3	.	42,6	4,4	38,2	100,0
	Chefe masculino sem cônjuge	62,8	.	14,3	1,2	13,1	100,0
	Total	48,6	19,4	25,5	3,5	21,9	100,0
Pólo Araçatuba	Casais	47,2	25,8	24,2	4,7	19,5	100,0
	Casal sem filhos	61,5	35,2	.	.	.	100,0
	Casal até 34 anos com filhos e parentes	62,5	32,4	2,5	2,0	0,5	100,0
	Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	41,0	23,9	33,1	8,8	24,2	100,0
	Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	27,9	11,7	55,6	2,1	53,6	100,0
	Chefe feminina sem cônjuge	39,7	.	47,6	5,9	41,8	100,0
	Chefe masculino sem cônjuge	64,7	.	15,6	1,5	14,2	100,0
	Total	47,0	21,1	26,9	4,7	22,2	100,0
Pólo Bauru	Casais	47,8	25,4	23,5	4,5	19,0	100,0
	Casal sem filhos	59,6	36,5	.	.	.	100,0
	Casal até 34 anos com filhos e parentes	64,7	29,7	2,8	2,1	0,7	100,0
	Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	42,2	24,2	31,2	8,6	22,7	100,0
	Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	25,4	12,8	56,1	2,0	54,1	100,0
	Chefe feminina sem cônjuge	41,5	.	43,4	6,0	37,4	100,0
	Chefe masculino sem cônjuge	64,9	.	16,8	1,2	15,6	100,0
	Total	47,7	20,6	26,0	4,6	21,4	100,0
Pólo Presidente Prudente	Casais	50,1	25,0	22,1	4,6	17,5	100,0
	Casal sem filhos	62,6	33,8	.	.	.	100,0
	Casal até 34 anos com filhos e parentes	66,4	28,6	2,6	2,2	0,4	100,0
	Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	43,5	25,0	29,6	8,7	21,0	100,0
	Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	29,0	11,3	55,1	2,3	52,8	100,0
	Chefe feminina sem cônjuge	43,3	.	43,9	5,5	38,4	100,0
	Chefe masculino sem cônjuge	67,1	.	18,2	1,2	17,0	100,0
	Total	50,0	20,4	24,9	4,6	20,3	100,0
Pólo Ribeirão Preto	Casais	48,5	24,3	23,7	3,9	19,8	100,0
	Casal sem filhos	60,7	34,7	.	.	.	100,0
	Casal até 34 anos com filhos e parentes	65,2	28,1	2,9	2,1	0,8	100,0
	Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	43,4	23,6	30,9	7,0	23,9	100,0
	Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	27,3	12,1	55,4	2,0	53,5	100,0
	Chefe feminina sem cônjuge	42,5	.	44,2	5,0	39,2	100,0
	Chefe masculino sem cônjuge	62,5	.	16,0	1,3	14,8	100,0
	Total	48,5	19,4	26,2	3,9	22,3	100,0
Pólo São José dos Campos	Casais	49,3	22,9	23,7	3,4	20,3	100,0
	Casal sem filhos	60,3	35,3	.	.	.	100,0
	Casal até 34 anos com filhos e parentes	68,5	25,6	1,8	1,3	0,5	100,0
	Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	44,1	22,9	29,8	6,1	23,7	100,0
	Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	23,2	9,7	60,7	1,9	58,8	100,0
	Chefe feminina sem cônjuge	42,1	.	43,7	4,6	39,1	100,0
	Chefe masculino sem cônjuge	64,7	.	13,2	1,1	12,1	100,0
	Total	49,1	18,3	26,0	3,4	22,5	100,0
Pólo São José do Rio Preto	Casais	48,9	25,8	21,9	3,9	18,0	100,0
	Casal sem filhos	60,8	35,1	.	.	.	100,0
	Casal até 34 anos com filhos e parentes	63,7	30,3	2,9	2,3	0,6	100,0
	Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	43,2	25,0	29,4	7,1	22,2	100,0
	Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	28,4	11,5	54,8	1,8	53,1	100,0
	Chefe feminina sem cônjuge	45,1	.	41,8	4,4	37,4	100,0
	Chefe masculino sem cônjuge	66,4	.	13,8	1,7	12,1	100,0
	Total	49,3	21,0	24,2	3,9	20,3	100,0
Pólo Sorocaba	Casais	48,4	24,4	23,5	4,1	19,4	100,0
	Casal sem filhos	59,9	35,7	.	.	.	100,0
	Casal até 34 anos com filhos e parentes	65,3	28,7	2,4	1,9	0,6	100,0
	Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	42,2	23,2	32,0	7,3	24,7	100,0
	Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	23,7	10,6	59,9	2,8	57,1	100,0
	Chefe feminina sem cônjuge	38,5	.	46,5	5,4	41,1	100,0
	Chefe masculino sem cônjuge	60,4	.	16,1	1,8	14,4	100,0
	Total	47,7	19,9	26,2	4,1	22,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.
Excluídos da análise dos domicílios/família, os pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes dos empregados domésticos

A análise da distribuição dos ocupados segundo a tipologia de arranjos domiciliares nucleados pelo casal associadas ao ciclo vital da família mostra que, quando comparadas as três regiões metropolitanas, é também muito semelhante o padrão apresentado nas diferentes etapas do ciclo vital; mostra ainda que, guardadas suas especificidades, nestes arranjos são observadas as mesmas tendências gerais apontadas para o total dos arranjos



domiciliares nucleados pelo casal, quais sejam: - redução da proporção dos chefes entre os ocupados do domicílio; - aumento da participação das cônjuges entre estes; - redução da participação dos filhos entre os ocupados.

São, entretanto, encontradas especificidades relacionadas à estruturação dos arranjos domiciliares e à composição que caracteriza as distintas etapas do ciclo vital da família quando se analisa a distribuição dos ocupados nos arranjos domiciliares nucleados pelo casal.

A análise desse aspecto será detalhada apenas para as regiões metropolitanas paulistas, considerando – se a semelhança dos processos observados para os pólos regionais (Tabelas 18 e 19). Prosseguindo a análise e considerando-se apenas as principais características no ano 2000, observa-se para o arranjo domiciliar dos “casais sem filhos”, nas três regiões metropolitanas paulistas, a maior proporção de cônjuges entre os ocupados, representando cerca de 37% destes; os chefes representam cerca de 57% dos ocupados e os parentes e não parentes, são cerca de 5% (Tabela 18b).

Nos arranjos de casais com a presença de filhos, naqueles dos “casais até 34 anos com filhos” – que caracterizam a etapa de constituição da família e na qual ocorre a maior parte dos nascimentos – verifica-se a segunda maior proporção de cônjuges entre os ocupados, quando representa cerca de 28% destes, bem como uma das mais elevadas participações dos chefes masculinos, chegando a mais que a metade dos ocupados, cerca de 65%. Neste arranjo se inserem no mercado de trabalho o casal e, principalmente, o componente masculino; é pequena a participação dos filhos, ainda muito jovens, cerca de 2% dos ocupados e também pequena a participação dos outros parentes, ao redor de 4% (Tabela 18b).

Nos arranjos familiares de “casais de 35-49 anos com filhos” por sua vez, - que caracterizam a etapa de consolidação da família - destaca-se entre 1991 e 2000 a acentuada queda da proporção de filhos ocupados, em contraposição ao aumento da proporção de cônjuges e à pequena elevação na proporção de chefes entre os ocupados. Os filhos apresentavam, nos anos 80, importante participação entre os ocupados nesse arranjo familiar na RMSP, com percentual de cerca de 41%, mais elevado que o dos chefes (Montali, 1995). Em 1991 estes representavam cerca de 34% dos ocupados da família na RMSP, 32% na RMBS e 39% na RMC. No ano 2000, refletindo as maiores restrições do mercado para a absorção de trabalhadores jovens, os filhos representam menos que 30% dos ocupados desse arranjo na RMSP e na RMBS e 31% na RMC. Assim, neste tipo de arranjo domiciliar, ainda que semelhantes entre as três regiões metropolitanas, os arranjos de inserção no mercado observados evidenciam especificidades entre elas. No ano 2000 os



chefes representam cerca de 44% dos ocupados nas RMSP e RMBS e 42% na RMC. As cônjuges são 24% dos ocupados nas RMSP e RMC e 25% na RMBS; e os filhos apresentam percentual pouco mais elevado na RMC.

Entre os arranjos familiares “casais de 50 anos e mais com filhos”, etapa do envelhecimento da família, são muito semelhantes as proporções encontradas entre as regiões metropolitanas tanto no que se refere aos ocupados do domicílio, bem como em relação às mudanças entre os anos censitários. As tendências observadas neste tipo de arranjo domiciliar apresentam especificidades em relação ao padrão e são as seguintes: - diminuição da proporção de filhos entre os ocupados, embora estes mantenham importante participação entre os ocupados do domicílio, representando cerca de 62% em 1991 para as três regiões metropolitanas e, em 2000, cerca de 59% nas RMSP e RMC e 58% na RMBS; - manutenção das proporções dos chefes em cerca de 24% dos ocupados; - elevação da participação das cônjuges em cerca de 4 pontos percentuais nas três regiões metropolitanas, passando de cerca de 7% dos ocupados em 1991, para 11% destes em 2000.

Nos arranjos familiares “nucleados pelo chefe feminino sem cônjuge” – que incluem tanto aqueles com filhos e/ou parentes como os unipessoais – a tendência verificada foi de crescimento das chefes entre os ocupados da família, concomitantemente à queda da participação dos filhos, principalmente dos filhos menores de 18 anos. Há, no entanto, um partilhamento da responsabilidade pela provisão entre as chefes femininas e os filhos, evidenciado pelos percentuais muito próximos dentre os ocupados da família. Nas regiões metropolitanas paulistas sob análise, em 2000, as chefes femininas sem cônjuge representam 45% dos ocupados na RMSP, 44% na RBS e os filhos, 40,3% e 41,1% respectivamente. Na RMC tanto a chefe feminina como os filhos representam cerca de 43% dos ocupados. A proporção de parentes e não parentes entre os ocupados é cerca de 14% para as três regiões metropolitanas, um pouco menor do que a observada em 1991.

Nos arranjos familiares “nucleados pelos chefes masculinos sem a presença de cônjuge” – que, da mesma forma, incluem tanto aqueles com filhos e/ou parentes como os unipessoais –, a tendência é de um pequeno aumento dos chefes entre os ocupados e de queda da participação de filhos e parentes entre esses. Esse arranjo domiciliar caracteriza-se por um arranjo de inserção no mercado baseado nos chefes masculinos e, secundariamente nos parentes. Em 2000, os chefes são cerca de 62% dos ocupados na RMSP e na RMC e 67% na RMBS, enquanto os filhos são cerca de 13% RMSP e na RMBS e, cerca de 15% na RMC (Tabela 18b). A proporção de parentes e não parentes entre os



ocupados é bastante elevada neste arranjo domiciliar, cerca de 25% na RMSP, de 24% na RMC e de 20% na RMBS, apresentando queda em comparação com 1991.

Algumas das distinções observadas através deste indicador entre as três regiões guardam estreita relação com o comportamento do mercado de trabalho. Nessa análise, destacam-se os arranjos domiciliares de inserção relativos à RMC, que indicam participação mais igualitária entre os componentes do domicílio no mercado de trabalho. Comparativamente, a RMC, apresenta em 2000 a maior taxa de ocupação (50,9% da PIA) e a menor taxa de desemprego (16,3% da PEA), além de uma das maiores taxas de participação (62,6%) dentre as regiões metropolitanas analisadas. Com base nesses dados, explicitados no Capítulo 1, supõe-se que tanto a maior possibilidade de absorção demonstrada pelo mercado de trabalho da RMC no ano 2000 em comparação com as demais, como a qualidade de emprego oferecido nessa região - evidenciada pela taxa de formalização do trabalho mais elevada, da ordem de 69% dos ocupados -, foram elementos que viabilizaram maiores possibilidades de inserção dos componentes do domicílio no mercado de trabalho.

A análise considerando os arranjos domiciliares evidencia que, comparativamente, é maior o partilhamento nesta região metropolitana em todos tipos de arranjos. Tomando como referência a média das famílias nucleadas pelo casal, na RMC os chefes são 47,3% dos ocupados da família, as cônjuges são 25,3% e, os filhos, 23,7%. Para a média das famílias nucleadas pela chefe feminina sem cônjuge, esta representa 43,4% dos ocupados e os filhos 43,1%. Os parentes e não parentes no caso da RMC, são 13,5% dos ocupados. Para a média das famílias nucleadas pelo chefe masculino sem cônjuge, este representa 61,4% dos ocupados, os filhos 14,8% e os parentes e não parentes compõem 23,8% dos ocupados. Considerando-se o total dos domicílios da RMC, os chefes são 47,6% dos ocupados, os cônjuges, 20,4%, e os filhos 25,9%, com a menor proporção de parentes e não parentes entre os ocupados da família (Tabela 18b).

Também considerando o conjunto dos tipos de e arranjo domiciliar chama atenção na Região Metropolitana de Campinas, comparativamente às outras duas, a maior proporção de filhos entre os ocupados da família, cerca de 26%, enquanto na RMSP é de 25% e na RMBS é de 24%, em 2000. Esse fato é reforçado pelas maiores taxas de participação e de ocupação observada para os filhos – tanto os maiores como os menores de 18 anos - nessa região metropolitana, quando comparada com as outras duas regiões sob análise, indicando melhores possibilidades de absorção do jovem pelo mercado na RMC.



Outro indicador utilizado para acompanhar as mudanças no que diz respeito à responsabilidade pela manutenção da família é da participação dos membros da família na composição da renda familiar.

Tabela 20
Participação na massa da renda domiciliar por tipologia e posição na família
Regiões Metropolitanas e Estado de São Paulo
1991-2000

	Casais					Chefe feminina sem cônjuge					Chefe masculino sem cônjuge					Total				
	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total
Estado São Paulo	70,0	14,1	13,0	3,0	100,0	56,4	.	30,8	12,8	100,0	71,2	.	8,4	20,3	100,0	68,5	11,6	14,7	5,2	100,0
Regiões Metropolitanas	69,8	14,4	12,9	3,0	100,0	57,4	.	29,4	13,2	100,0	71,3	.	7,4	21,3	100,0	68,3	11,6	14,5	5,5	100,0
1991 São Paulo	69,8	14,4	12,9	3,0	100,0	57,4	.	29,4	13,2	100,0	71,3	.	7,4	21,3	100,0	68,3	11,6	14,5	5,5	100,0
Baixada Santista	72,1	13,9	10,7	3,3	100,0	60,8	.	27,1	12,1	100,0	77,2	.	6,1	16,7	100,0	70,9	11,2	12,6	5,3	100,0
Campinas	69,7	13,9	13,2	3,2	100,0	55,8	.	31,6	12,6	100,0	73,7	.	8,3	18,0	100,0	68,6	11,7	14,8	4,9	100,0
Estado São Paulo	67,0	19,3	11,3	2,4	100,0	63,8	.	25,5	10,7	100,0	78,6	.	7,3	14,1	100,0	67,3	15,2	13,1	4,4	100,0
Regiões Metropolitanas	66,2	20,0	11,5	2,4	100,0	63,8	.	25,2	11,0	100,0	78,6	.	6,7	14,7	100,0	66,7	15,4	13,3	4,6	100,0
2000 São Paulo	66,2	20,0	11,5	2,4	100,0	63,8	.	25,2	11,0	100,0	78,6	.	6,7	14,7	100,0	66,7	15,4	13,3	4,6	100,0
Baixada Santista	67,6	19,5	10,1	2,8	100,0	65,6	.	23,0	11,3	100,0	81,0	.	6,9	12,2	100,0	68,2	14,7	12,2	5,0	100,0
Campinas	67,3	18,9	11,5	2,4	100,0	64,8	.	24,9	10,4	100,0	78,1	.	7,4	14,5	100,0	67,6	15,3	13,0	4,1	100,0

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Excluídos da análise dos domicílios/família, os pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes dos empregados domésticos

Estudo longitudinal sobre a RMSP, a análise da participação dos membros da família na composição da renda familiar para cada tipo de arranjo evidenciou as mudanças ocorridas na divisão do trabalho na família durante os 15 anos sob análise (1985-2000). Uma tendência comum a todos os tipos de arranjos nucleados pelo casal é o aumento da participação da cônjuge na renda familiar. Nesse no período na RMSP, as cônjuges, que vêm participando crescentemente de atividades no mercado de trabalho têm aumentado sua participação relativa na renda da família, ao passo que a participação dos chefes masculinos, bem como a dos filhos, apresenta tendência de redução, em grande medida explicada pelo elevado desemprego e a desvalorização dos salários resultantes do processo de reestruturação produtiva, associado ao baixo crescimento econômico que caracterizaram os anos 90 (Montali, 2004).

O estudo das regiões metropolitanas paulistas evidencia semelhanças com o padrão encontrado pelo estudo longitudinal sobre a RMSP. A comparação entre as três regiões metropolitanas da participação dos membros da família na composição da renda familiar mostra, por outro lado, padrões semelhantes entre elas, embora com algumas especificidades.

Detalhando a análise para o ano de 2000, as semelhanças ficam por conta do peso da contribuição dos distintos componentes para a renda familiar. Nos arranjos familiares nucleados pelo casal se destaca o peso da contribuição da renda do chefe, da ordem de 66% na RMSP e de 67% nas demais, da contribuição da cônjuge, de 20% na RMSP e de 19% nas outras duas e, na participação dos filhos, de 11,5% nas RMSP e RMC e de 10,5%



na RMBS (Tabela 20). A tendência observada nas três regiões metropolitanas no que diz respeito a esse arranjo domiciliar foi de queda na participação dos chefes na composição do rendimento domiciliar e manutenção com pequena queda para a participação dos filhos. As cônjuges são o único componente do arranjo domiciliar que apresentou crescimento na participação para a provisão familiar entre 1991 e 2000 (Tabela 20). Estas contribuíam, em 1991, com cerca de 14% da massa da renda familiar e os chefes masculinos, com cerca de 70%; já em 2000, as cônjuges contribuem com cerca de 20% e os chefes masculinos com cerca de 67%, evidenciando o maior partilhamento na responsabilidade na manutenção do núcleo doméstico entre estes dois componentes, considerando que a contribuição dos filhos é cerca de 11% em 2000 e que a participação dos parentes é pouco mais que 2% (Tabela 20).

Nos pólos regionais são semelhantes o perfil e as tendências da participação dos membros da família na composição da renda familiar com relação aos domicílios nucleados pelo casal. A especificidade dos pólos no ano 2000 é a contribuição mais elevada dos chefes, quando comparada à observada nas três regiões metropolitanas, que varia entre 69,7% em Araçatuba e 67,3% em Sorocaba, mas com valores mais frequentes cerca de 69% (Tabela 21). A participação das cônjuges é semelhante à observada nas regiões metropolitanas, oscilando cerca de 19%; apresenta a menor participação em São José dos Campos (17,7%) e a mais elevada em Presidente Prudente (20%); a participação dos filhos fica ao redor dos 10% e o valor mais elevado é encontrado em Sorocaba (11,3%). Entre 1991 e 2000 a tendência observada nos pólos regionais para o arranjo domiciliar nucleado pelo casal, foi de queda na participação dos chefes na composição do rendimento domiciliar, de elevação na participação da cônjuge e de pequena queda para a participação dos filhos, porém mais acentuada do que nas regiões metropolitanas (Tabela 21).

No caso dos arranjos domiciliares dos chefes sem cônjuges o movimento é distinto porque observa-se tanto nas três regiões metropolitanas, como nos pólos regionais o aumento da participação dos chefes na responsabilidade pela provisão familiar. No caso daqueles com chefia feminina, as chefes respondem por cerca de 65% do rendimento domiciliar nas regiões metropolitanas da Baixada Santista e de Campinas e de 64% na RMSP, no ano de 2000. Nestes arranjos continua importante a participação dos filhos, que contribuem com cerca de 25% da renda domiciliar; os parentes contribuem com 11%. Nos pólos regionais, no ano de 2000, os arranjos com chefia feminina experimentam crescimento mais acentuado na contribuição da chefe para o rendimento domiciliar, sendo maior que 10 pontos percentuais nos pólos de Bauru, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São José dos Campos, passando, nos três primeiros, a ser responsável por cerca de 66%. A queda da



participação dos filhos no rendimento domiciliar foi mais acentuada do que a observada nas áreas metropolitanas, porque em 1991 apresentavam patamar mais elevado que aquelas (variando entre 31% e 40%) e passaram, em 2000, para um patamar semelhante ao observado nas regiões metropolitanas, da ordem de 25%, com valor um pouco mais elevado em Sorocaba (27,6%); a participação dos parentes cai um pouco, mas oscila cerca de 11% no ano 2000 (Tabela 21).

No caso dos chefes masculinos, nos arranjos domiciliares sem a presença de cônjuge, este é responsável por cerca de 80% do rendimento domiciliar, tanto nas regiões metropolitanas como nos pólos regionais, com valor mais elevado no pólo de Presidente Prudente, dividindo essa responsabilidade principalmente com parentes e não parentes que contribuem com cerca de 14% do rendimento domiciliar nas regiões metropolitanas e com proporções um pouco menores nos pólos regionais; a participação dos filhos é pequena e cai para cerca de 8% em 2000 (Tabela 21).

Essa análise evidencia que é elevada a participação dos componentes da família entre os ocupados do domicílio em todos os arranjos domiciliares, pois os chefes representam 48% deles, e os demais componentes da família representam cerca de 52% (Tabela 18b). No entanto, o chefe é o componente que aporta maior contribuição para a composição da renda domiciliar, correspondendo a 67% dela em média, nas metrópoles analisadas e cerca de 69% nos pólos regionais, com as especificidades por arranjos domiciliares mencionadas acima.

Considerando que a maior parte do rendimento domiciliar é oriundo do trabalho, a análise da participação na massa da renda familiar evidencia a disparidade dos valores auferidos pelo trabalho dos diferentes componentes da família, expressando as diferenças de hierarquia, das relações de gênero e das específicas atribuições familiares que afetam as possibilidades de inserção no mercado de trabalho.



Tabela 21
Participação na massa da renda domiciliar por tipologia e posição na família
Pólos Regionais e Estado de São Paulo
1991-2000

	Casais					Chefe feminina sem cônjuge					Chefe masculino sem cônjuge					Total				
	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total
Estado São Paulo	70,0	14,1	13,0	3,0	100,0	56,4	-	30,8	12,8	100,0	71,2	-	8,4	20,3	100,0	68,5	11,6	14,7	5,2	100,0
Pólos Regionais																				
Araçatuba	70,3	14,1	13,0	2,6	100,0	56,3	-	31,2	12,5	100,0	68,5	-	11,8	19,8	100,0	68,9	12,1	14,7	4,3	100,0
Bauri	69,2	14,9	13,1	2,8	100,0	53,8	-	35,7	10,5	100,0	70,0	-	10,4	19,6	100,0	67,6	12,7	15,4	4,4	100,0
1991 Presidente Prudente	70,6	14,2	12,9	2,2	100,0	51,1	-	40,5	8,4	100,0	74,3	-	10,2	15,5	100,0	68,9	12,3	15,5	3,4	100,0
Ribeirão Preto	70,3	13,7	13,0	3,1	100,0	55,4	-	31,7	12,9	100,0	71,2	-	7,8	21,0	100,0	68,8	11,6	14,6	5,0	100,0
São José dos Campos	72,7	13,4	11,0	2,9	100,0	50,9	-	31,1	18,0	100,0	70,8	-	10,3	19,0	100,0	70,5	11,3	13,0	5,3	100,0
São José do Rio Preto	70,6	13,9	12,7	2,8	100,0	58,4	-	30,2	11,5	100,0	70,7	-	9,6	19,7	100,0	69,4	11,9	14,3	4,4	100,0
Sorocaba	70,1	13,2	13,3	3,3	100,0	51,9	-	36,7	11,3	100,0	68,0	-	11,4	20,6	100,0	68,3	11,3	15,5	4,9	100,0
Estado São Paulo	67,0	19,3	11,3	2,4	100,0	63,8	-	25,5	10,7	100,0	78,6	-	7,3	14,1	100,0	67,3	15,2	13,1	4,4	100,0
Pólos Regionais																				
Araçatuba	69,7	18,0	10,3	2,0	100,0	65,3	-	25,8	8,9	100,0	79,1	-	9,4	11,5	100,0	69,7	15,0	12,0	3,3	100,0
Bauri	68,9	19,1	9,9	2,1	100,0	66,3	-	22,8	11,0	100,0	81,5	-	7,2	11,3	100,0	69,3	15,5	11,5	3,8	100,0
2000 Presidente Prudente	68,0	20,0	10,0	2,1	100,0	66,0	-	24,2	9,8	100,0	84,0	-	6,6	9,4	100,0	68,7	16,1	11,7	3,5	100,0
Ribeirão Preto	68,7	18,1	10,9	2,3	100,0	65,8	-	24,1	10,1	100,0	78,6	-	9,3	12,1	100,0	68,9	14,5	12,6	4,0	100,0
São José dos Campos	69,2	17,7	10,7	2,4	100,0	63,2	-	25,7	11,1	100,0	79,2	-	7,3	13,5	100,0	69,2	14,3	12,3	4,2	100,0
São José do Rio Preto	68,3	19,0	10,0	2,7	100,0	65,7	-	24,7	9,6	100,0	81,8	-	5,9	12,3	100,0	68,8	15,5	11,7	4,1	100,0
Sorocaba	67,3	18,9	11,3	2,5	100,0	61,3	-	27,6	11,1	100,0	76,9	-	8,1	15,0	100,0	67,0	15,5	13,2	4,3	100,0

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Excluídos da análise dos domicílios/família, os pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes dos empregados domésticos

2.3. Arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento

Estudos anteriores sobre os anos 90 e a primeira metade da década de 2000 (Montali, 2004; Montali e Tavares, 2008) sobre a Região Metropolitana de São Paulo e também sobre o conjunto das regiões metropolitanas brasileiras evidenciaram que a precarização do trabalho e o aumento do desemprego vigentes nesses períodos afetam diferenciadamente os arranjos familiares de inserção no mercado, que são articulados de maneiras distintas nos momentos do ciclo de vida familiar, evidenciando maior fragilização para determinados segmentos sociais nas formas encontradas para garantir a sobrevivência. Diversos indicadores reafirmam essa maior fragilidade apresentada por determinados arranjos domiciliares.

Os arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento foram assim identificados “por apresentarem rendimentos médios familiares per capita mais baixos que os demais arranjos domiciliares e abaixo da média regional, por apresentarem as mais elevadas concentrações entre os decis inferiores de renda familiar per capita, bem como por apresentarem as menores taxas de geração de renda” (Montali e Tavares, 2008).

Quanto à sua composição os arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento são aqueles nucleados pelo casal com idades de até 34 anos com filhos e/ou parentes – que correspondem à etapa inicial do ciclo vital da família; aqueles em que o casal tem idades entre 34 e 49 anos também com a presença de filhos e/ou parentes - que correspondem à etapa de consolidação; e as famílias chefiadas por mulher com a presença de filhos e/ou parentes. Tais arranjos domiciliares ainda que apresentem composições



distintas, bem como vivenciem momentos distintos do ciclo de vida familiar, têm em comum a composição desfavorável para a inserção de seus componentes no mercado de trabalho por incluírem crianças e adolescentes ou idosos. Dessa forma apresentam elevadas taxas de dependência econômica por adulto.

Os arranjos familiares que apresentam maiores fragilidades para garantir a sobrevivência, sendo mais suscetíveis ao empobrecimento, apresentaram nas regiões metropolitanas e pólos regionais do Estado de São Paulo características semelhantes às analisadas para as regiões metropolitanas brasileiras nos estudos referidos acima.

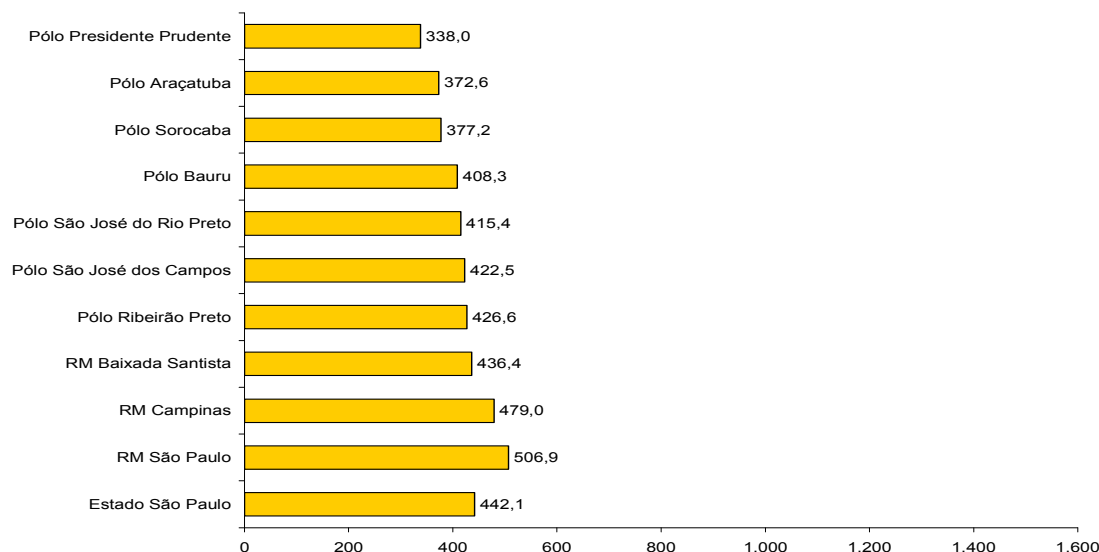
Outros estudos sobre o Brasil (Schwartzman, 2006), bem como estudos analisando essa problemática para um conjunto de países da América Latina (Arriagada, 2004; Cecchini e Uthoff, 2007) indicam os mesmos tipos de família como os mais frequentes nos decís inferiores de renda familiar per capita.

Procura-se neste item evidenciar tais características nos arranjos domiciliares, considerando-se as diferentes espacialidades sob análise no Estado de São Paulo, ou seja, as três regiões metropolitanas e os sete pólos regionais. Serão indicadas as principais características dos arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento e destacadas as regiões em que o empobrecimento se mostra mais acentuado.

Uma observação inicial sobre o perfil do rendimento domiciliar per capita no conjunto dessas espacialidades evidencia a desigualdade de renda entre essas regiões. O rendimento domiciliar per capita mais baixo, equivalente ao pólo de Presidente Prudente, corresponde a 67% do rendimento per capita apresentado pela RMSP e a 76% em relação à média do estado de São Paulo. Os valores menores são apresentados por esse pólo e pelos pólos regionais de Araçatuba e Sorocaba, seguidos de Bauru. Com valores intermediários de rendimento domiciliar per capita encontram-se os pólos de São José do Rio Preto, São José dos Campos e de Ribeirão Preto.



Gráfico 9
Rendimento domiciliar per capita
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais – Estado de São Paulo
2000



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

As três regiões metropolitanas são as que apresentam valores mais elevados, no entanto o rendimento domiciliar per capita da região metropolitana da Baixada Santista é o mais baixo entre elas e muito próximo daquele apresentado pelo pólo de Ribeirão Preto, ambos abaixo da média estadual, enquanto que os valores das regiões metropolitanas de Campinas e de São Paulo superam essa média.

Considerando-se o rendimento domiciliar per capita apresentado pelos tipos de arranjos apontados como os mais suscetíveis ao empobrecimento nas distintas espacialidades (Tabela 22), constatou-se a maior suscetibilidade ao empobrecimento no arranjo domiciliar caracterizado pelo casal mais jovem com filhos, cujo valor do rendimento familiar per capita médio destes é, no ano 2000, cerca de 60% da média do rendimento domiciliar per capita correspondente à região, em todas as espacialidades sob análise.

Os arranjos chefiados por mulher com a presença de filhos e parentes constituem o segundo grupo na escala entre os mais suscetíveis à pobreza. Em 2000, o valor do rendimento médio dos domicílios com esse arranjo representava cerca de 79% do valor do rendimento per capita referente à região, com algumas variações para cima e para baixo.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 22

Rendimento domiciliar per capita segundo tipo de arranjo domiciliar - em Reais (R\$)

Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais - Estado de São Paulo

2000

	Casais						Chefe feminina sem cônjuge			Chefe masculino sem cônjuge			Total (1)
	Total	Sem Filhos	com filhos e/ou parentes				Total	com filhos e/ou parentes	Unipessoal	Total	com filhos e/ou parentes	Unipessoal	
			Total	Até 34 anos	de 35 a 49 anos	50 anos e mais							
Estado São Paulo	440,0	755,8	403,5	274,1	458,0	564,1	396,2	353,7	854,6	648,8	492,2	1.087,7	442,1
Regiões Metropolitanas													
São Paulo	504,9	925,9	458,1	301,8	514,9	681,6	445,8	396,3	1.005,7	779,6	584,7	1.368,9	506,9
Baixada Santista	433,7	737,3	392,9	269,6	444,0	550,2	397,8	352,0	853,5	628,2	482,5	953,4	436,4
Campinas	478,0	784,8	441,7	307,4	501,1	590,4	432,4	381,7	974,8	655,0	471,2	1.190,8	479,0
Pólos Regionais													
Araçatuba	385,0	504,6	368,6	248,3	461,3	405,2	283,6	248,3	620,6	460,0	419,1	559,0	372,6
Bauru	412,3	635,1	385,8	245,4	473,1	499,2	351,6	307,5	776,1	546,1	371,7	976,5	408,3
Presidente Prudente	336,3	567,1	307,6	209,6	360,4	418,8	297,0	272,4	519,8	538,6	355,6	889,7	338,0
Ribeirão Preto	425,9	730,1	391,6	272,7	440,5	528,5	385,3	337,1	864,7	579,6	438,0	971,1	426,6
São José dos Campos	425,4	708,9	399,5	289,0	454,8	494,0	345,5	310,3	861,5	632,4	443,1	1.140,3	422,5
São José do Rio Preto	415,0	570,4	391,6	271,5	457,2	495,8	366,7	332,5	622,3	595,0	454,2	899,3	415,4
Sorocaba	376,2	648,1	348,1	250,9	406,0	443,2	345,2	313,1	736,9	514,1	407,7	831,0	377,2

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

O terceiro tipo de arranjo domiciliar mais suscetível ao empobrecimento é caracterizado pelo casal com idades entre 34 e 49 anos com filhos e parentes; embora se apresente entre aqueles com rendimento familiar per capita médio mais baixo, está muito próximo da média regional.

Os arranjos domiciliares identificados como os mais suscetíveis ao empobrecimento além de apresentarem os níveis mais baixos de rendimentos familiares per capita também apresentam maior concentração nos decís inferiores de renda domiciliar (Tabela 23). Os três tipos de arranjos domiciliares mais fragilizados apresentam maiores concentrações entre os 50% mais pobres de cada uma das regiões analisadas, ou seja, apresentam rendimento domiciliar per capita abaixo do valor mediano de cada região analisada. Seguindo a mesma ordem de suscetibilidade indicada pelo rendimento domiciliar per capita, encontram-se entre os 50% mais pobres pouco menos que 70% dos arranjos domiciliares nucleados pelos casais de até 34 anos, com filhos e/ou parentes, nas regiões metropolitanas de São Paulo e de Campinas e 72% daqueles na Baixada Santista. Os arranjos domiciliares chefiados por mulher sem a presença de cônjuge é o segundo em ordem de maior suscetibilidade ao empobrecimento e cerca de 57% destes encontram-se abaixo do rendimento mediano da região nas três áreas metropolitanas. O terceiro arranjo domiciliar mais suscetível ao empobrecimento é caracterizado pelo casal com idades entre 34 e 49 anos com filhos e parentes e cerca de 50% destes encontram-se abaixo do rendimento mediano regional nas regiões metropolitanas paulistas.



Tabela 23
Distribuição dos domicílios por arranjos domiciliares segundo decís do rendimento domiciliar per capita (50% mais pobres)
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais - Estado de São Paulo
2000

Tipo de arranjo	Regiões Metropolitanas			Pólos Regionais						
	RMSP	RMBS	RMC	Araçatuba	Bauru	Presidente Prudente	Ribeirão Preto	São José dos Campos	São José do Rio Preto	Sorocaba
Casais	51,8	52,2	52,7	49,6	51,2	50,0	51,1	50,3	50,3	51,1
Casal sem filhos	33,2	30,3	36,8	38,8	37,3	36,6	36,1	32,2	32,2	33,8
Casal com filhos e parentes	55,9	58,0	56,4	52,5	54,5	53,2	54,5	53,6	53,6	54,8
Casal até 34 anos com filhos e parentes	69,7	72,3	69,1	65,6	67,5	64,0	67,9	65,2	65,2	65,6
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	49,7	51,5	49,9	44,9	47,2	46,5	48,1	47,1	47,1	47,7
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	36,5	39,8	42,0	42,0	40,5	41,3	40,0	42,3	42,3	43,0
Chefe feminina sem cônjuge	50,6	50,0	51,9	55,5	50,3	52,4	51,8	55,0	55,0	50,6
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	56,1	57,0	57,1	59,2	55,4	54,6	56,0	59,5	59,5	55,2
Chefe feminina unipessoal	32,4	29,7	35,3	45,0	36,1	46,1	39,4	35,8	35,8	34,3
Chefe masculino sem cônjuge	32,7	34,8	37,7	39,9	37,7	43,6	35,6	37,1	37,1	37,5
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	39,9	43,6	46,4	45,7	47,6	48,9	44,6	47,3	47,3	41,5
Chefe masculino unipessoal	25,7	28,3	29,5	35,3	30,1	40,2	27,8	28,7	28,7	33,5
Total	50,0	50,0	51,4	50,0	50,0	50,0	50,0	50,0	50,0	50,1

Fonte: Censo demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projetos Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

A análise desse aspecto para os pólos regionais evidencia a mesma ordem de suscetibilidade indicada pela concentração nos decís abaixo do valor mediano apresentada pelos domicílios das metrópoles paulistas. Assim, encontram-se entre os 50% mais pobres proporções que variam entre 64% e 67% dos arranjos domiciliares nucleados pelos casais de até 34 anos, com filhos e/ou parentes nos sete pólos regionais. Nos arranjos domiciliares chefiados por mulher sem a presença de cônjuge, com filhos, o segundo arranjo em ordem de maior suscetibilidade ao empobrecimento, encontram-se abaixo do rendimento mediano da região proporções que variam entre 54% e 55%; duas exceções são as proporções mais elevadas apresentadas pelas regiões de Araçatuba e de São José dos Campos, cerca de 59% destes arranjos domiciliares entre os 50% mais pobres.

O terceiro arranjo domiciliar mais suscetível ao empobrecimento caracterizado pelo casal com idades entre 34 e 49 anos, com filhos e parentes, apresenta proporções abaixo do rendimento mediano regional que variam entre 45% e 46% nos quatro pólos regionais com menor rendimento per capita: Presidente Prudente, Araçatuba, Bauru e Sorocaba; variam entre 47% e 48% nos pólos regionais com rendimento per capita mais elevado: São José dos Campos, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto.

Uma especificidade dos pólos em relação às regiões metropolitanas é a concentração abaixo do valor mediano regional mais elevada de domicílios nucleados por chefes masculinos sem cônjuge, com filhos e/ou parentes, que variam acima dos 40%; destacam-se com maiores concentrações, cerca de 48%, Presidente Prudente e Bauru, dentre aqueles pólos com rendimento per capita mais baixos, e da ordem de 47% no pólo de São José dos Campos. Deve-se ressaltar que entre as regiões metropolitanas este



arranjo domiciliar apresenta menores concentrações entre os 50% mais pobres, sendo a maior encontrada na RMC, da ordem de 46% (Tabela 23).

Outra característica dos grupos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento é apresentarem taxas de geração de renda comparativamente menores que as dos demais tipos de arranjos domiciliares. Essa taxa expressa a proporção de pessoas que aporta renda de alguma fonte para o grupo familiar, considerando-se a posição na família.

As taxas de geração de renda apresentadas pelos domicílios mais suscetíveis ao empobrecimento são bastante semelhantes entre as regiões metropolitanas paulistas. Entretanto as taxas de geração de renda apresentadas pela Região Metropolitana de Campinas são comparativamente mais elevadas tanto em relação aos arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento como nos demais e mais próximas às taxas apresentadas pelos pólos regionais (Tabela 24). Este fato certamente está associado às características de maior inserção no mercado dos componentes da família apresentada por esta região metropolitana, conforme analisada no item 2.2.

A menor taxa de geração de renda dentre os tipos de arranjo domiciliar mais suscetíveis ao empobrecimento são apresentadas pelos arranjos de casais jovens com filhos, dos quais cerca de 35% dos componentes maiores que 10 anos aportam renda para o grupo domiciliar em 2000 nas regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista, expressando restrições associadas à composição familiar afetada pelo maior número de dependentes abaixo de 10 anos. Como mencionado acima, proporções um pouco mais elevadas são encontradas na RMC (37%) e nos pólos regionais, que oscilam entre 36% e 37%, com destaque para São José do Rio Preto e Araçatuba, onde cerca de 40% dos componentes contribuem para a composição da renda domiciliar (Tabela 24).

Dentre os casais de 35 a 49 anos com filhos e/ou parentes, cerca de 44% dos componentes do domicílio geram renda em 2000 nas RMSP e RMBS; a região metropolitana de Campinas apresenta proporção mais elevada, de 48%. Entre os pólos regionais as taxas de geração de renda são mais elevadas e é maior a variação entre as taxas apresentadas por esse arranjo, pois variam entre 44% (São José dos Campos) e 53% (Araçatuba).

Os domicílios chefiados por mulher com a presença de filhos caracterizam-se por apresentarem taxas de geração de renda mais elevadas, como já identificado por estudos anteriores, evidenciando o empenho dos componentes para a provisão familiar (Montali, 2004). Nas regiões metropolitanas paulistas, em 2000, cerca de 55% dos componentes do domicílio geram renda, com a exceção de Campinas que apresenta taxa mais elevada, da ordem de 58%. Nos pólos regionais esse tipo de arranjo domiciliar apresenta taxas de



geração de renda um pouco mais elevadas, que variam entre 59% e 63% (Tabela 24). Deve-se ressaltar que embora sejam mais elevadas as taxas de geração de renda nos arranjos domiciliares chefiados por mulher com a presença de filhos, as características de sexo e de idade dos componentes desse arranjo domiciliar, já indicadas neste item, condicionam as possibilidades da inserção no mercado de trabalho, dificultando o acesso a empregos de qualidade.

No âmbito do presente projeto, um dos objetivos da identificação dos arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento nas regiões metropolitanas e pólos regionais do Estado de São Paulo é oferecer indicações sobre os arranjos domiciliares que demandam maior atenção das políticas sociais.

Nesse sentido, e buscando informações mais recentes para essa temática, recorreu-se às informações de 2006, através dos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2006, realizada pelo IBGE.

Deve-se ressaltar que os dados referentes ao ano de 2006, em comparação com os referentes ao ano censitário de 2000 aqui analisados, refletem uma conjuntura econômica distinta, com recuperação do crescimento da economia, expansão do emprego formal, bem como de expansão do acesso a programas de transferência de renda, que passam a ser massivamente implementados a partir de 2004.

A nova fonte de dados confirma os mesmos arranjos domiciliares como os mais suscetíveis ao empobrecimento identificados através dos censos de 1991 e 2000, e na mesma ordem de maior vulnerabilidade, quais sejam, aqueles de casais jovens, de até 34 anos, com filhos e /ou parentes, das famílias com chefia feminina sem a presença de cônjuge, com filhos e/ou parentes, e de casais com idades entre 35 e 49 anos com filhos e/ou parentes.

O gráfico abaixo identifica esses arranjos ordenados por rendimento domiciliar per capita, para as unidades territoriais passíveis de serem analisadas através desta outra fonte de dados, quais sejam, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), as demais áreas do Estado aqui denominadas como Interior e o conjunto do Estado de São Paulo. A linha vertical indica o valor do salário mínimo em 2006, que era de R\$ 350,00.

Os arranjos domiciliares identificados como mais suscetíveis ao empobrecimento, conforme análise apresentada utilizando os dados censitários, além de apresentarem os níveis mais baixos de rendimentos familiares per capita, também apresentam maior concentração nos decís inferiores de renda domiciliar.

Os dados da PNAD 2006 evidenciam que os três tipos de arranjos domiciliares assim identificados compõem, no ano de 2006, cerca de 56,5% dos domicílios da Região



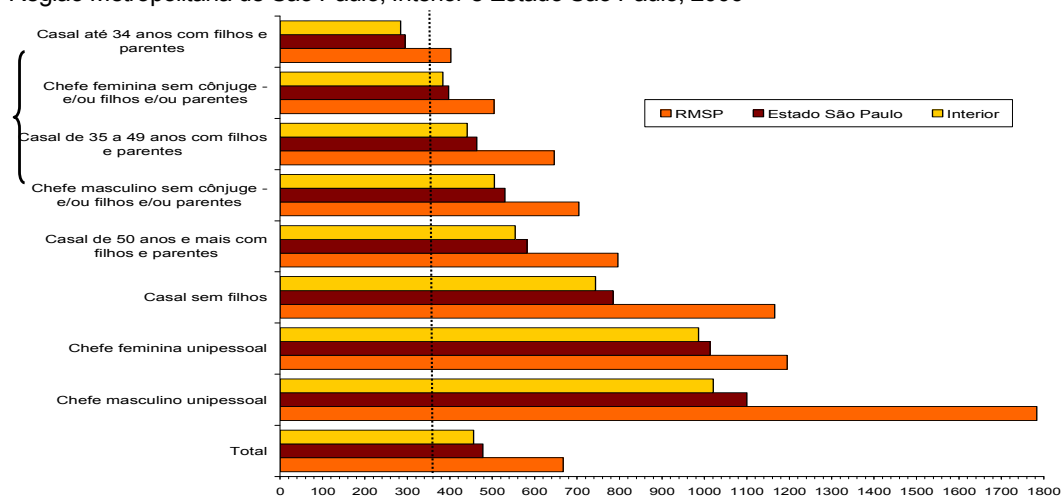
Metropolitana de São Paulo, 55% do Interior e 55,6% do conjunto do Estado de São Paulo e que apresentam concentrações mais elevadas que os demais arranjos domiciliares nos decís inferiores de rendimento domiciliar per capita (Gráfico 10 e Tabela 25). Dessa maneira, encontram-se abaixo do valor do 5º decil da distribuição de renda domiciliar per capita metropolitana, que identifica os 50% mais pobres, mais que 70% dos arranjos domiciliares dos casais jovens com filhos. Proporções mais elevadas são encontradas na Região Metropolitana de São Paulo (73%) em comparação como o Interior (71%). Nos domicílios com arranjos de chefe feminina sem a presença de cônjuge, com filhos e/ou parentes, pouco menos de 60% apresentam rendimento abaixo do valor do 5º decil, dentre estes observa-se percentual um pouco mais elevado no Interior. Entre os domicílios dos casais de 35 a 49 anos com filhos e/ou parentes pouco mais que 50% estão abaixo do valor do 5º decil, com proporções mais elevadas na RMSP (54%) do que no Interior (52%) (Tabela 25).

Em síntese, os domicílios mais suscetíveis ao empobrecimento apresentam maior concentração entre os 50% mais pobres na Região Metropolitana de São Paulo comparativamente aos do Interior e ao total do Estado de São Paulo. Este indicador está bastante coerente com as análises da Parte 1 deste Capítulo “Pobreza e Desigualdade nas Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais do Estado de São Paulo”, que evidencia o aprofundamento da desigualdade de rendimentos entre as pessoas de 10 anos e mais na Região Metropolitana de São Paulo, na qual no ano 2000, o valor do Gini supera o valor do Gini estadual (pp. 18, Tabela 7).



Gráfico 10

Rendimento domiciliar per capita segundo tipo de arranjo domiciliar
Região Metropolitana de São Paulo, Interior e Estado São Paulo, 2006



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006. Processamento próprio.

Tabela 25

Distribuição dos arranjos domiciliares por tipologia segundo decis do rendimento domiciliar per capita (R\$)
Região Metropolitana de São Paulo, Interior e Estado São Paulo
2006

Tipos de arranjos	RMSP		Interior		Estado São Paulo	
	Distribuição Tipologia	50% mais pobres	Distribuição Tipologia	50% mais pobres	Distribuição Tipologia	50% mais pobres
Casais	65,0	52,2	70,2	51,7	67,7	51,9
Casal sem filhos	13,3	30,3	16,3	36,2	14,8	34,0
Casal até 34 anos com filhos e parentes	16,3	72,7	17,8	70,6	17,1	71,5
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	21,1	54,5	22,3	51,6	21,7	52,7
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	11,3	39,7	10,4	40,2	10,9	39,5
Chefe feminina sem cônjuge	25,5	52,0	21,1	51,2	23,2	51,3
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	19,1	58,4	14,8	59,4	16,8	58,3
Chefe feminina unipessoal	6,5	33,3	6,3	32,0	6,4	32,7
Chefe masculino sem cônjuge	9,4	29,9	8,8	35,0	9,1	33,4
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	4,1	40,0	3,3	45,0	3,7	43,0
Chefe masculino unipessoal	5,3	22,3	5,5	29,1	5,4	27,0
Total (1)	100,0	50,1	100,0	50,1	100,0	50,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

(1) O Total inclui outros arranjos domiciliares.



O acesso aos programas de transferência de renda e os arranjos domiciliares

Durante a década de 2000, dentre as políticas de combate à pobreza diversificam-se os programas e amplia-se a cobertura daqueles caracterizados pela transferência de renda. Os programas de transferência de renda apresentam abrangência incipiente no ano 2000, portanto não poderiam ser analisados através dos dados censitários correspondentes a esse ano. Na década de 90 inicia-se esse tipo de política de combate à pobreza com a predominância de programas municipais, que passaram a ser implementados a partir de 1995²⁷, além de dois programas federais: o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), instituídos em 1996. No decorrer da década de 2000 aumenta a cobertura dos programas de transferência de renda com a ampliação da implementação destes dois programas federais e, a partir de 2001, com a implementação dos programas Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação e na sequência os programas Auxílio-Gás, em 2002 e o Cartão Alimentação, em 2003. A partir de outubro de 2003, ocorre a implementação do Programa Bolsa-Família, que unifica estes últimos quatro programas de transferência e gradativamente amplia a cobertura, tornando-a massiva. Assim, a partir de 2003 aumenta o acesso a esse tipo de programa de combate à pobreza pelos domicílios com rendimentos mais baixos²⁸.

Concomitante à ampliação desse tipo de política de combate à pobreza, assiste-se à emergência da família como referência nas políticas de transferência de renda no país. Inicialmente com a instituição da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social²⁹) em 1993, quando a família passa a ter centralidade para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, como um dos princípios da Política Nacional de Assistência Social (Brasil, MPAS/SAS, 1999. pp.66). Nas diretrizes da atual gestão federal é reafirmada a centralidade da família para os programas sociais, através da Política Nacional de Assistência Social³⁰ e também através do Programa Bolsa-família, que se propõe a atingir a totalidade das famílias pobres. O Programa Bolsa-Família, diferenciando-se dos programas anteriores, elege a família como unidade do programa, o que significa ter o conjunto dos componentes como público alvo e não mais cada um isoladamente, propondo

²⁷ Detalhamento dos programas municipais de transferência de renda nesse período pode ser encontrado em Fonseca, 2001.

²⁸ Mais informações sobre programas de transferência de renda podem ser encontradas na Parte 4 deste capítulo.

²⁹ Lei Orgânica da Assistência Social - Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

³⁰ Política Nacional de Assistência Social. Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004 (DOU 28/10/2004).



a articulação de programas sociais que visam à superação da pobreza, o resgate da cidadania e a inserção social. (Fonseca e Cohn, 2004).

Ainda é bastante modesto o acesso dos domicílios paulistas a programas de transferência de renda, segundo pesquisa da Fundação SEADE cerca de 9% deles têm acesso a pelo menos um programa dessa natureza³¹. Considerando-se o total dos domicílios brasileiros, 18,3% correspondem à proporção dos que receberam transferência de renda de programa social do governo (IBGE, 2008: Tabela 1.2.3). Existem no entanto diferenças regionais na distribuição dos domicílios brasileiros com acesso a tais programas governamentais e as maiores proporções são encontradas nas regiões Nordeste (35,9%) e Norte (24,6%), seguidos pelas das regiões Centro-Oeste (18%), Sul (10,4%) e Sudeste (10,3%).

Tendo por referência os grupos de arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento, investiga-se aqui o acesso destes aos programas de transferência de renda. Constata-se que, se por um lado ainda é restrito o acesso do conjunto dos domicílios a programas de transferência de renda, por outro lado existem indicações de que o acesso à programa social de transferência de renda governamental mostra-se bem focalizado, pois mais que 90% dos domicílios beneficiários no Estado de São Paulo encontram-se entre os 50% mais pobres segundo os dados da PNAD 2006 (Tabela 26). A focalização dos programas sociais de transferência de renda se evidencia também nas proporções mais elevadas do acesso a tais programas sociais pelos domicílios acima caracterizados como arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento nas diversas espacialidades sob análise em comparação com os demais arranjos domiciliares (Tabela 26, % coluna).

Considerando-se o conjunto dos tipos de arranjos domiciliares fica evidente a focalização nos três tipos apontados como mais suscetíveis ao empobrecimento quais sejam: casal de até 34 anos, com filhos e parentes, casal entre 34 e 49 anos com filhos e parentes e chefe feminina sem cônjuge, com filhos e parentes -, que juntos perfazem mais de 80% dos domicílios com acesso a algum programa de transferência de renda em todas as espacialidades analisadas em 2006. Assim, na RMSP, enquanto os arranjos domiciliares identificados por este estudo como mais fragilizados representam 56,5% do total dos domicílios (Tabela 25, % coluna), representam 83% dos domicílios - entre os 50% mais pobres - atendidos por programas de transferência de renda (Tabela 26, % coluna). No

³¹ Resultados da Pesquisa de Condições de Vida – PCV 2006 - Fundação SEADE, mostram que 8,7% das famílias do Estado de São Paulo e 9% das famílias da Região Metropolitana de São Paulo têm acesso a benefícios oriundos dos programas governamentais de transferência de renda. Disponível em <http://www.seade.gov.br>. Acesso em 28/03/2008.



Interior, estes arranjos domiciliares representam 55% do total dos domicílios e são 82% dentre os 50% mais pobres beneficiários (Tabelas 25 e 26, % coluna).

Tabela 26

Distribuição dos domicílios com acesso aos programas de transferência de renda entre os 50% mais pobres - Estimativa (%) (1)
Região Metropolitana de São Paulo, Interior e Estado de São Paulo

2006

	RMSP		Interior		Estado	
	50% mais pobres		50% mais pobres		50% mais pobres	
	% linha	% coluna	% linha	% coluna	% linha	% coluna
Casais	96,3	69,1	93,0	73,6	94,2	72,0
Casal sem filhos	91,7	3,3	76,3	4,3	78,0	3,9
Casal com filhos e parentes	96,5	65,9	94,3	69,3	95,3	68,2
Casal até 34 anos com filhos e parentes	96,1	29,1	96,4	31,9	96,6	31,0
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	98,8	25,2	95,2	26,6	96,4	26,1
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	86,4	5,6	80,4	5,5	83,8	5,7
Chefe feminina sem cônjuge	97,1	29,7	95,8	23,6	96,7	25,7
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	97,0	28,5	96,9	23,0	96,9	24,8
Chefe feminina unipessoal	100,0	1,2	66,7	0,6	90,1	0,9
Chefe masculino sem cônjuge	80,0	1,2	95,0	2,8	92,0	2,3
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	80,0	1,2	94,1	2,4	90,9	2,0
Chefe masculino unipessoal	0,0	0,0	100,0	0,5	100,0	0,3
Total (2)	96,3	100,0	93,7	100,0	94,8	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

(1) Estimativa obtida através da variável V1273. Domicílios até o 8º decil do rendimento domiciliar per capita.

(2) O Total inclui outros tipos de arranjos domiciliares (residual).

Outro aspecto que se pretende ressaltar é que o acesso a programas de transferência está relacionado à composição dos domicílios e aos distintos arranjos domiciliares associados a ciclos vitais da família (Tabela 27). Observa-se que o Benefício de Prestação Continuada, que atende a deficientes e principalmente idosos em situação de risco, apresenta peso maior entre as famílias unipessoais, caracterizadas por idosos, entre os arranjos nucleados pelos casais de 50 anos com filhos e/ou parentes, bem como entre os casais sem filhos residentes, dentre os quais uma parcela importante é composta por idosos. Representa ainda cerca de 15 % dos benefícios a que têm acesso os domicílios com chefia feminina sem a presença de cônjuge no Estado de São Paulo, lembrando que nestes arranjos cerca de metade das chefes têm 50 anos e mais. Nos demais arranjos familiares é bastante menor a participação desse programa (Tabela 27).

O programa Bolsa-Família, por sua vez, apresenta peso importante entre os programas de transferência de renda, abrangendo cerca de 67% dos domicílios metropolitanos com acesso 73% dos domicílios do Interior com acesso. No Estado de São Paulo, dentre os beneficiários de algum programa de transferência de renda governamental, 70% têm acesso ao programa Bolsa-Família (Tabela 27).



É mais elevado o acesso ao Bolsa Família pelos três tipos de arranjos identificados como mais suscetíveis ao empobrecimento, que contam em sua composição familiar com parcela importante de crianças, adolescentes e jovens, ou seja, os tipos de arranjo domiciliar: casal de até 34 anos, chefe feminina sem cônjuge, com filhos e/ou parentes e casal entre 34 e 49 anos com filhos e/ou parentes. Na Região Metropolitana de São Paulo desses três arranjos domiciliares referidos, que correspondem aos mais fragilizados, 70% apresentam-se como beneficiários do Programa Bolsa Família. Merece destaque o fato de que na Região Metropolitana 61% dos domicílios de casais sem filhos e 25% dos domicílios unipessoais femininos são beneficiários do Bolsa Família em 2006. Informações semelhantes foram identificadas por estudo sobre as regiões metropolitanas brasileiras para o mesmo ano (Montali e Tavares, 2008) e atribui-se o acesso de domicílios sem a presença de crianças ou adolescentes à ampliação do Bolsa Família que privilegiou o limite da renda domiciliar per capita como critério para a seleção das famílias beneficiárias (Tabela 27).

Um outro tipo de arranjo domiciliar mostra-se como beneficiário de programas de transferência de renda, demandando atenção no planejamento dos programas de proteção social, trata-se do arranjo domiciliar do chefe masculino sem cônjuge, com filhos e/ou parentes. Este arranjo é apontado principalmente para o Interior como um dos que apresenta elevada concentração entre os 50% mais pobres, da ordem de 45%; na RMSP apresenta concentração um pouco menor, da ordem de 40% (Tabela 25). Esse fato se evidencia também na análise desse indicador para os diferentes pólos regionais apontados pela Tabela 23, que apresenta dados do Censo de 2000, destacando-se com proporções maiores que 47% em quatro pólos regionais, merecendo maior investigação. Este arranjo domiciliar é beneficiário na Região Metropolitana de São Paulo: do BPC no caso de 33% dos domicílios e de Outro Programa, categoria que inclui programas estaduais e municipais, com a importante porcentagem de 50%. No Interior 70% destes domicílios são beneficiários do Bolsa Família e 23% do BPC (Tabela 27).



Tabela 27

Distribuição dos domicílios com acesso a programas de transferência de renda por arranjos domiciliares, segundo distribuição por programa
Região Metropolitana de São Paulo, Interior e Estado de São Paulo

2006

Tipos de arranjos	RMSP					Interior					Estado São Paulo				
	BOLSA FAMILIA	BPC	PETI	OUTRO PROGRAMA	TOTAL	BOLSA FAMILIA	BPC	PETI	OUTRO PROGRAMA	TOTAL	BOLSA FAMILIA	BPC	PETI	OUTRO PROGRAMA	TOTAL
Casais	67,0	6,5	0,7	25,7	100,0	74,7	11,7	0,7	12,9	100,0	72,1	10,0	0,7	17,2	100,0
Casal sem filhos	61,5	15,4	0,0	23,1	100,0	37,5	52,5	0,0	10,0	100,0	43,5	43,2	0,0	13,3	100,0
Casal até 34 anos com filhos e parentes	70,3	2,5	1,7	25,4	100,0	84,4	3,4	0,8	11,4	100,0	79,6	3,1	1,1	16,1	100,0
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	69,0	4,0	0,0	27,0	100,0	75,6	8,5	1,0	14,9	100,0	73,4	7,0	0,7	19,0	100,0
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	48,0	28,0	0,0	24,0	100,0	44,0	38,0	0,0	18,0	100,0	45,4	34,6	0,0	20,0	100,0
Chefe feminina sem cônjuge	68,7	7,0	0,9	23,5	100,0	67,8	21,1	1,1	10,0	100,0	68,1	15,5	1,0	15,3	100,0
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	70,3	4,5	0,9	24,3	100,0	70,1	18,4	1,1	10,3	100,0	70,2	12,9	1,1	15,9	100,0
Chefe feminina unipessoal	25,0	75,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	10,1	89,9	0,0	0,0	100,0
Chefe masculino sem cônjuge	16,7	33,3	0,0	50,0	100,0	60,0	30,0	0,0	10,0	100,0	49,8	30,8	0,0	19,4	100,0
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	16,7	33,3	0,0	50,0	100,0	70,6	23,5	0,0	5,9	100,0	56,3	26,1	0,0	17,6	100,0
Chefe masculino unipessoal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	66,7	0,0	33,3	100,0	0,0	66,7	0,0	33,3	100,0
Total (1)	66,8	7,1	0,8	25,4	100,0	72,7	14,4	0,8	12,2	100,0	70,6	11,8	0,8	16,8	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

(1) o total inclui outros tipos de arranjos domiciliares (residual).

A análise do acesso aos programas de transferência de renda governamentais pelos domicílios caracterizados por arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento explicita, ao mesmo tempo, a confirmação da condição de maior suscetibilidade ao empobrecimento destes arranjos, bem como a focalização dos programas de transferência de renda nos domicílios mais pobres.

2.4. A mulher e a renda dos domicílios nas metrópoles paulistas e nos pólos regionais

Introdução

A ampliação do trabalho feminino que se intensificou nas duas últimas décadas, apesar dos contextos econômicos extremamente desfavoráveis, elevou a proporção de domicílios em que a mulher tem trabalho remunerado aumentando a parcela da renda da mulher na renda domiciliar. Para ilustrar, entre 1981 e 2001, a proporção de domicílios com mulher com trabalho remunerado passou de 35,0% para 45,8% para o conjunto do Brasil segundo dados da PNAD. Esse aumento pode ser atribuído principalmente à maior presença de mulheres chefes e cônjuges no mercado de trabalho. Da ótica da renda, a proporção de pessoas com rendimento do trabalho, residentes em domicílios particulares permanentes, aumentou de 33,4% para 39,0% como consequência, principalmente, do aumento da participação feminina na atividade econômica remunerada (Hoffmann e Leone, 2003).

A intensificação da participação da mulher no mercado de trabalho veio acompanhada de um forte crescimento do desemprego feminino. Esse fenômeno evidenciou a geração insuficiente de postos de trabalho pela atividade econômica incapaz de absorver



todo o crescimento da PEA feminina. A Região Metropolitana de São Paulo foi uma das mais afetadas pela reestruturação produtiva e destacou-se por apresentar o maior aumento do desemprego feminino metropolitano na década de 90 que passou de 12,9% em 1992 para 19,8% em 1999, segundo dados da PNAD. No mesmo período a taxa de participação feminina passou de 44,1% para 47,8% e a taxa de ocupação manteve-se inalterada em 38,4% (Leone, 2002). O desempenho das taxas de participação, desemprego e ocupação, analisadas de forma conjunta, confirmam que o crescimento da ocupação não foi suficiente para absorver todo o crescimento da PEA feminina. Não se conhece, entretanto, se esses resultados constatados para a região metropolitana se verificam também nas outras regiões metropolitanas do estado de São Paulo, bem como nos seus pólos regionais.

Nesse contexto de crescente participação da mulher no mercado de trabalho a pesquisa destaca o estudo dos domicílios em que a mulher auferia rendimentos e as implicações da renda de todas as fontes e do seu trabalho na renda desses domicílios. Nessa análise são considerados os arranjos domiciliares que caracterizam a participação da mulher. Excluíram-se dos domicílios os pensionistas, empregados domésticos e parentes do empregado doméstico. Consideraram-se fundamentalmente os seguintes arranjos domiciliares: casais (com e sem filhos) e mulher sem o cônjuge (com e sem filhos).

A renda dos domicílios foi obtida agregando-se os valores normalmente recebidos em dinheiro, produtos ou mercadorias, de todas as fontes declaradas. Todos os valores monetários foram equiparados para reais (R\$) de 2000 com base no INPC. Utilizou-se a renda média domiciliar e a renda per capita dos residentes nos domicílios. A renda média domiciliar foi obtida somando todas as rendas (de todas as fontes) de todos os domicílios e dividindo pelo número de domicílios. Já a renda *per capita* foi obtida dividindo-se a soma de todas as rendas (de todas as fontes) de todos os domicílios e o número total de indivíduos residentes nos domicílios.

A evolução ocupacional das mulheres pertencentes a tais domicílios foi feita com base nos indicadores de desemprego e de ocupação. As implicações de tais mudanças que, possivelmente apresentam contornos específicos nas regiões metropolitanas e nos distintos pólos, são diversas: no âmbito dos arranjos familiares de inserção no mercado cresce a importância da presença da mulher entre os ocupados e aumentam seus encargos pela manutenção das famílias. No âmbito das políticas sociais - em decorrência do papel social atribuído às mães na responsabilidade pelo cuidado dos filhos - crescem as demandas por equipamentos de atenção à infância e ao adolescente, exigindo maior informação sobre tais fenômenos.



Analogamente às outras partes deste relatório este item focaliza as três regiões metropolitanas do Estado de São Paulo (São Paulo, Campinas e Baixada Santista) e os sete pólos selecionados, constituídos pelas Regiões de Governo de Araçatuba, Bauru, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José dos Campos, São José do Rio Preto e Sorocaba. A análise das regiões metropolitanas e dos pólos é feita de forma comparativa com o que aconteceu no conjunto do Estado de São Paulo, bem como pelas comparações entre metrópoles e pólos.

Mudanças nos domicílios e nos arranjos domiciliares

Antes de entrar na temática do trabalho remunerado da mulher e a participação de sua renda na renda domiciliar é importante traçar um breve panorama das mudanças que ocorreram entre 1991 e 2000 no número de domicílios, no número de pessoas por domicílios e na composição dos domicílios conforme os diferentes arranjos domiciliares nas diferentes agrupamentos regionais.

Em primeiro lugar, deve-se observar que em 1991, o Estado de São Paulo contava com 8 milhões de domicílios, estando 59,2% destes em áreas metropolitanas, sobretudo na RMSP (quase metade do número de domicílios do Estado e mais de 80,0% do número de domicílios metropolitanos). Isto também ocorre quando se observa o número de pessoas, sendo que, em 1991, dos 31,3 milhões de habitantes do Estado de SP, 58,6% estavam em regiões metropolitanas. Em 2000, o número de domicílios paulistas aumentou em 28,8%, ultrapassando os 10 milhões de domicílios. Um crescimento um pouco menor foi observado em relação ao número de domicílios nas áreas metropolitanas, que aumentou 27,7% entre 1991 e 2000. Dentre as três regiões metropolitanas, aquela com maior taxa de variação do número de domicílios foi a RM de Campinas (39,4%), seguida pela RM da Baixada Santista (31,7%). Tabela 28.



Tabela 28: Número de domicílios e de pessoas

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas

1991 - 2000.

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas	1991			2000		
	Domicílios (milhões)	Pessoas (milhões)	Tamanho Médio	Domicílios (milhões)	Pessoas (milhões)	Tamanho Médio
Estado de São Paulo	8,04	31,29	3,89	10,36	36,72	3,54
Regiões Metropolitanas	4,76	18,34	3,86	6,08	21,51	3,54
São Paulo	3,96	15,28	3,86	4,99	17,73	3,55
Baixada Santista	0,32	1,20	3,74	0,42	1,47	3,45
Campinas	0,47	1,85	3,92	0,66	2,32	3,52

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP, 2009.

O aumento do número de pessoas não foi tão expressivo como o do número de domicílios. A população do estado de SP cresceu 17,4% no período (o crescimento do número de domicílios foi de 28,8%), chegando aos 36,7 milhões de pessoas, enquanto a população metropolitana cresceu 17,3%. A RM de Campinas foi a que teve maior taxa de variação do número de pessoas entre 1991 e 2000, aumentando 25,3%, sendo seguida pela RM da Baixada Santista (21,8%), o que mostra que a RMSP tem crescido a um ritmo menor que as demais regiões metropolitanas.

Como em todas as regiões metropolitanas assim como no conjunto do estado de São Paulo o aumento do número de pessoas foi bem menos expressivo que o do número de domicílios, ocorrendo uma redução geral no tamanho médio dos domicílios. De fato, em 1991 o tamanho médio dos domicílios nas diferentes regiões metropolitanas que variava em torno de quatro pessoas por domicílio ficou em torno de 3,5, em todas as regiões metropolitanas e no conjunto do Estado.

Em relação aos pólos regionais, observa-se que, em 1991, eles concentravam 14,2% dos domicílios e 14,3% do total de pessoas do conjunto do estado de SP, sendo Sorocaba e



Ribeirão Preto os mais populosos. Em 2000, o número de domicílios localizados nos pólos regionais aumentou 32,5%, 3,7 pontos percentuais acima da taxa de variação observada para todo o estado de SP. Já o número de pessoas nestas regiões aumentou 19,5% no período, sendo esta taxa de variação superior à observada tanto para o estado de SP quanto para as regiões metropolitanas. Isto leva a um aumento do peso dos pólos regionais no total de domicílios (de 14,2% para 14,6%) e de pessoas (de 14,3% para 14,6%) do estado de SP. Os pólos de Sorocaba e São José do Rio Preto são os que tiveram maior taxa de variação do número de domicílios e de pessoas, enquanto Presidente Prudente e Araçatuba são os que menos cresceram no período (Tabela 29).

Como o número de domicílios aumentou bem mais que o número de pessoas entre 1991 e 2000, tem-se também, de forma análoga ao constatados nas regiões metropolitanas, uma diminuição do tamanho médio dos domicílios. Em 1991, com exceção de Araçatuba e São José do Rio Preto, todos os pólos regionais possuíam domicílios com tamanho médio próximo a quatro pessoas por domicílio, com destaque para São José dos Campos (4,10) e Sorocaba (4,04). Em 2000, os pólos com maior número de pessoas por domicílio eram São José dos Campos e Sorocaba (3,71 e 3,67 respectivamente), enquanto os outros variavam em torno de 3,5 pessoas por domicílio.

Tabela 29: Número de domicílios, pessoas e tamanho médio dos domicílios

Estado de São Paulo e Pólos regionais

1991 - 2000.

Estado de São Paulo e Pólos regionais	1991			2000		
	Domicílios (milhões)	Pessoas (milhões)	Tamanho Médio	Domicílios (milhões)	Pessoas (milhões)	Tamanho Médio
Estado de SP	8,04	31,29	3,89	10,36	36,72	3,54
Pólos	1,14	4,48	3,93	1,51	5,35	3,55
Araçatuba	0,11	0,44	3,84	0,14	0,49	3,42
Bauru	0,12	0,46	3,91	0,15	0,54	3,52
Presidente Prudente	0,13	0,49	3,91	0,16	0,54	3,45
Ribeirão Preto	0,23	0,89	3,92	0,30	1,05	3,56
São José dos Campos	0,17	0,71	4,10	0,23	0,85	3,71
São José do Rio Preto	0,14	0,53	3,68	0,20	0,65	3,31
Sorocaba	0,24	0,97	4,04	0,34	1,24	3,67

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP, 2009.



A diminuição no tamanho dos domicílios foi consequência da queda da fecundidade (menos filhos e maior espaçamento entre os filhos) das mulheres, do envelhecimento da população, que contribui para alterar a composição e o tamanho dos domicílios devido à subdivisão de configurações domiciliares anteriores, como é o caso, por exemplo, daqueles domicílios constituídos por adultos de mais idade (casais ou não) cujos filhos passam a formar novos domicílios³², provocando, assim, aumento de domicílios de menor tamanho (ARRIAGADA, 2002). Acrescente-se a isso outros processos, como diminuição do número de casamentos e aumento de separações, que também contribuem para as mudanças na composição e para a ampliação do número de domicílios.

A consideração das mudanças nos diferentes arranjos domiciliares é fundamental num estudo da situação socioeconômica das pessoas. As possibilidades dos diferentes membros participarem da atividade econômica e contribuírem para a renda do domicílio são diferentes, dependendo de como estão estruturados os domicílios bem como das obrigações e responsabilidades nos afazeres domésticos de seus diversos componentes.

As principais mudanças na composição dos domicílios entre 1991 e 2000 foram os aumentos nas proporções de domicílios constituídos por mulheres sem cônjuge (principalmente com filhos) e casais sem filhos e os maiores decréscimos ficaram por conta dos casais com filhos. Estas mudanças foram observadas em todas as regiões metropolitanas e o estado de São Paulo. O arranjo domiciliar constituído pelo casal com filhos, continua predominante, abrangendo mais da metade dos domicílios. Já o arranjo constituído pelo casal sem filhos, que ocupava praticamente a segunda posição em importância em 1991, perdeu seu lugar para os domicílios constituídos pela mulher sem cônjuge com filhos, que foi o arranjo domiciliar que mais aumentou no período em todas as metrópoles e no conjunto do estado. Cabe ainda salientar que o aumento observado no número de domicílios constituídos pela mulher sem cônjuge com filhos não se verifica com a mesma intensidade no arranjo domiciliar homem sem cônjuge com filhos e que a proporção de domicílios formados por mulher sem cônjuge com filhos era em 2000 aproximadamente quatro vezes superior à proporção de domicílios de pai sem cônjuge com filhos (Tabela 30).

³² O aumento da esperança de vida prolonga a vida do casal, elevando o número de famílias constituídas por casais de mais idade, famílias sem a presença de filhos e famílias unipessoais (Arriagada, 2002). Uma explicação mais detalhada sobre os fatores que afetam o tamanho e a composição dos arranjos familiares pode ser encontrada em MEDEIROS e OSÓRIO (2000).



Tabela 30: Distribuição dos domicílios segundo tipos de arranjos domiciliares

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas

1991 – 2000

Arranjos Domiciliares (*)	Estado de SP		São Paulo		Baixada Santista		Campinas	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Casais	77,0	71,6	74,7	69,5	73,0	67,0	80,1	74,2
Casal sem filhos	12,8	13,4	12,5	12,6	14,4	14,2	12,8	14,1
Casais com filhos	64,2	58,2	62,2	56,9	58,6	52,8	67,3	60,1
Mulher sem cônjuge	16,0	20,6	17,8	22,4	19,0	23,8	13,8	18,3
Mulher s/ conj. com filhos	12,4	15,6	13,8	17,2	14,3	17,7	10,7	13,9
Mulher s/conj sem filhos	3,6	4,9	4,0	5,2	4,7	6,1	3,1	4,4
Homem sem cônjuge	7,0	7,8	7,5	8,1	7,9	9,2	6,1	7,6
Homem s/conj. com filhos	4,1	3,7	4,6	4,0	4,0	3,9	3,7	3,7
Homem s/conj. sem filhos	2,9	4,1	2,9	4,1	3,9	5,3	2,4	3,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP, 2009.

(*) Podem incluir outros parentes

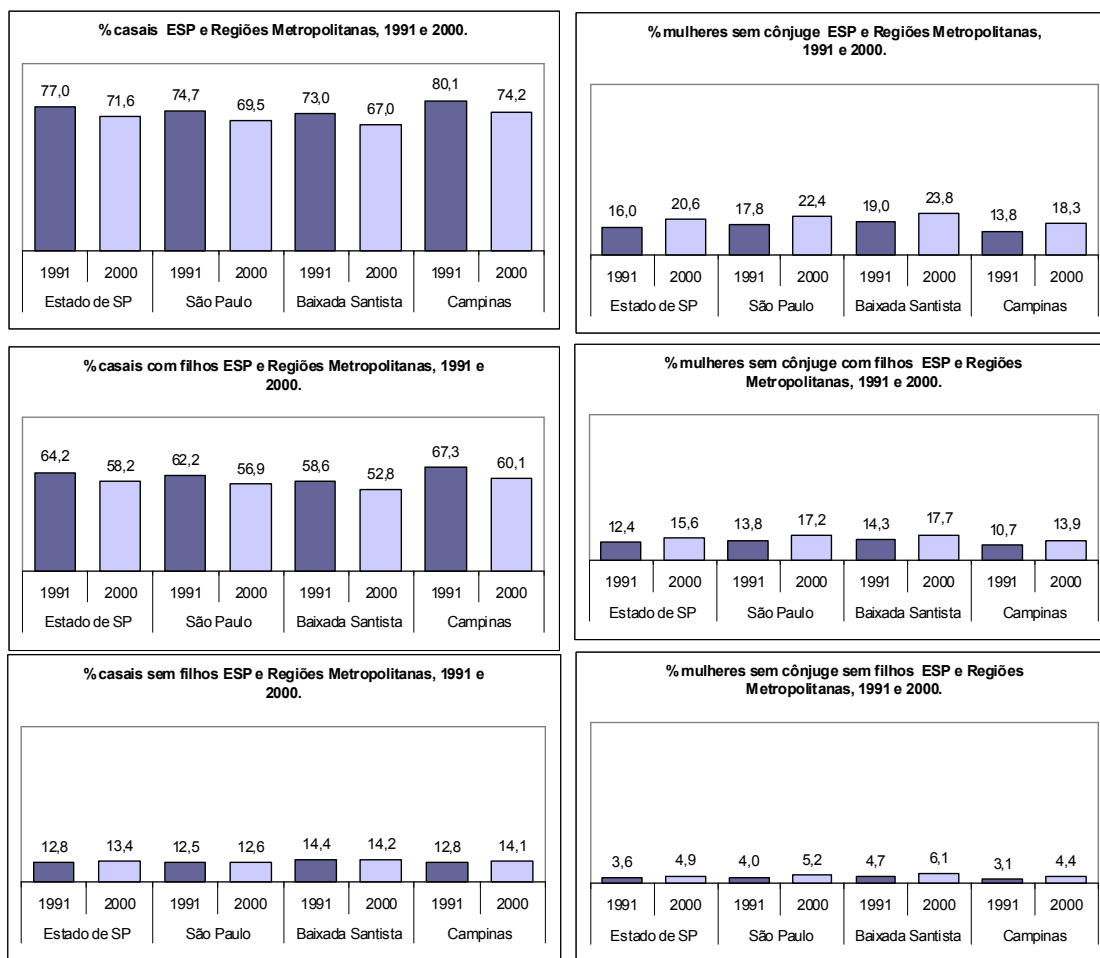
Processadas essas mudanças, a distribuição dos domicílios conforme sua composição revela que o principal arranjo domiciliar continua sendo aquele constituído pelos casais, ultrapassando 2/3 dos domicílios, apesar da diminuição verificada entre 1991 e 2000. Em seguida, em proporções bem menores, em torno de 1/5, encontram-se as mulheres sem o cônjuge e com filhos. Esse perfil não é muito diferente entre as regiões metropolitanas e assemelha-se ao perfil do conjunto do estado de São Paulo. Talvez vale destacar que a RMC apresenta a maior proporção de casais e a da Baixada Santista a de mulheres sem cônjuge.

O gráfico 11 ilustra as duas mudanças mais relevantes ocorridas no período. No lado esquerdo do gráfico a queda entre 1991 e 2000 na proporção de casais devido à redução dos casais com filhos e, do lado direito, o aumento dos arranjos constituídos de mulher sem



cônjuge devido tanto ao aumento das mulheres que moram sozinhas como a das mães com filhos.

Gráfico 11: Proporção de casais e mulheres sem cônjuges (com e sem filhos) no Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas, 1991 e 2000.



Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Os resultados apresentados parecem indicar que nas regiões metropolitanas de São Paulo e Baixada Santista as mudanças na direção de redução dos arranjos constituídos por casais com filhos e aumento dos de mulheres sem cônjuge, principalmente as com filhos, estão num estágio mais avançado que no da RMC e do conjunto do Estado.

No que diz respeito aos pólos as mudanças foram na mesma direção das constatadas nas regiões metropolitanas: aumento dos arranjos constituídos por mulheres sem cônjuge (principalmente com filhos) e redução dos casais com filhos (Tabela 31).



Tabela 31: Distribuição dos domicílios segundo tipos de arranjos domiciliares

Estado de São Paulo e Pólos Regionais, 1991-2000

Arranjos Domiciliares (*)	Estado de SP		Araçatuba		Bauru		Presidente Prudente	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Casais	77,0	71,6	79,7	73,7	78,9	73,1	79,4	73,0
Casal sem filhos	12,8	13,4	13,5	15,5	12,8	13,9	12,5	14,3
Casais com filhos	64,2	58,2	66,3	58,2	66,0	59,1	66,9	58,7
Mulher sem cônjuge	16,0	20,6	14,4	19,2	15,1	19,6	14,6	19,6
Mulher s/ conj. com filhos	12,4	15,6	11,3	14,2	11,2	14,5	11,2	14,5
Mulher s/conj sem filhos	3,6	4,9	3,1	4,9	3,8	5,1	3,3	5,2
Homem sem cônjuge	7,0	7,8	5,9	7,1	6,1	7,3	6,0	7,4
Homem s/conj. com filhos	4,1	3,7	3,2	3,1	3,5	3,2	3,1	2,9
Homem s/conj. sem filhos	2,9	4,1	2,6	4,0	2,6	4,1	2,9	4,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(Continuação)

Arranjos Domiciliares (*)	Ribeirão Preto		São José dos campos		São José do Rio Preto		Sorocaba	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Casais	79,3	72,6	78,6	73,3	79,6	73,3	80,6	75,5
Casal sem filhos	12,4	13,4	10,4	11,5	15,0	16,4	12,1	13,1
Casais com filhos	66,8	59,2	68,3	61,9	64,6	56,9	68,5	62,4
Mulher sem cônjuge	14,8	19,5	13,9	18,5	14,5	19,3	13,5	17,5
Mulher s/ conj. com filhos	11,4	14,6	11,5	14,9	10,7	13,7	10,6	13,6
Mulher s/conj sem filhos	3,4	4,9	2,4	3,6	3,7	5,7	2,9	3,9
Homem sem cônjuge	6,0	7,9	7,4	8,2	6,0	7,4	5,9	7,0
Homem s/conj. com filhos	3,3	3,7	4,1	3,7	3,4	3,1	3,2	3,4
Homem s/conj. sem filhos	2,6	4,2	3,3	4,5	2,6	4,3	2,7	3,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(*) Podem incluir outros parentes

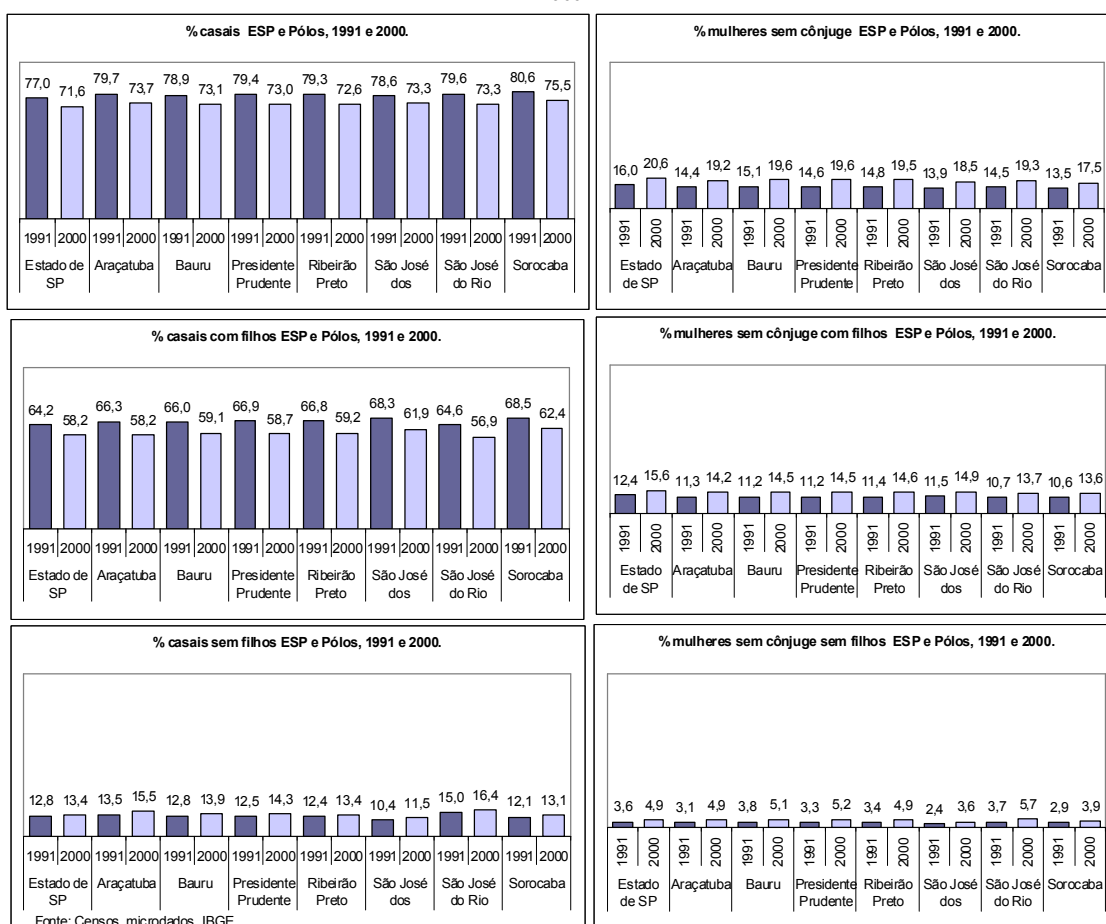
Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados.



Contudo, deve-se destacar que as mudanças nos pólos vêm ocorrendo com certa defasagem no tempo, pois em 1991 todos os pólos apresentavam proporções de casais com filhos superiores à média estadual e proporções de mulheres sem cônjuge (com e sem filhos) inferiores à média do Estado. Assim, em 2000, apesar das intensas mudanças constatadas na década de 90 as proporções de casais com filhos continuavam superiores à média do conjunto do Estado e a de mulheres com e sem filhos inferiores.

O gráfico 12, a continuação, ilustra essas mudanças nos pólos regionais.

Gráfico 12: Proporção de casais e mulheres sem cônjuges (com e sem filhos) no Estado de São Paulo e Pólos Regionais, 1991 e 2000.



Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Conclui-se que houve importantes mudanças nos domicílios do estado de São Paulo. Destaca-se o aumento bem mais expressivo do número de domicílios do que de pessoas, acarretando redução no tamanho médio dos domicílios. Também houveram mudanças



relevantes na distribuição dos arranjos domiciliares no Estado de São Paulo na direção de perda de participação dos domicílios constituídos pelo casal com filhos e aumento do tipo unipessoal, casal sem filhos e mãe com filhos. Essas mudanças vêm se revelando primeiramente nas regiões metropolitanas e posteriormente nos pólos indicando uma tendência a convergência no interior do estado.

Rendimentos domiciliares

Como já alertado no item 1 deste capítulo o ano de 1991 foi de atividade econômica muito baixa (comparada à dos anos anteriores) e o ano 2000 de atividade econômica razoável. Portanto, o aumento da renda domiciliar do Estado de São Paulo entre 1991 e 2000 superestima o verdadeiro desempenho dos rendimentos na década de 90. Assim, as comparações de rendimentos entre 1991 e 2000, com base nos censos, vão refletir o baixo nível de renda de 1991 e exagerar a verdadeira magnitude da evolução dos rendimentos na década de 90. Para ilustrar, a renda per capita do país, nesta década, aumentou menos que a média mundial e hoje equivale a menos de 1/5 da renda per capita dos países desenvolvidos.

Sem esquecer a consideração anterior, pode-se observar na tabela 32 a variação positiva dos rendimentos domiciliares (médios e per capita) no Estado de SP e nas suas regiões metropolitanas de 1991 a 2000. A renda média domiciliar, em 1991, era de R\$ 1.439,30 no estado de SP. Dentre as metrópoles, a RMSP e a RMC tinham renda média domiciliar acima da média estadual e a RMBS abaixo da média estadual. Já a renda per capita era de R\$ 371,30 no estado e de forma análoga ao ocorrido com a renda média as RMSP e RMC apresentavam renda per capita superior à do conjunto do Estado enquanto a RMBS inferior. Ainda que tenha maior número de domicílios e de pessoas, a maior renda (média e per capita) da RMSP lhe confere posição de destaque relativamente às demais metrópoles.



Tabela 32: Rendimentos domiciliares médios e per capita (em R\$ de 2000) (*)

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas

1991 – 2000

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas	1991		2000		Variação anual (%)	
	Renda Média Domiciliar	Renda per capita	Renda Média Domiciliar	Renda per capita	Renda Média Domiciliar	Renda per capita
Estado de SP	1.439,30	371,30	1.567,13	442,09	0,95	1,96
Regiões Metropolitanas						
São Paulo	1.714,95	446,50	1.799,74	506,91	0,54	1,42
Baixada Santista	1.321,64	355,00	1.507,15	436,37	1,47	2,32
Campinas	1.521,13	389,30	1.687,22	479,02	1,16	2,33

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP, 2009.

(*) Somente os domicílios com rendimento positivo.

De 1991 a 2000, a renda média domiciliar do estado de SP aumentou 8,9% (ou 0,95% ao ano) e a renda per capita cresceu 19,1% (ou 1,96% ao ano). As regiões metropolitanas da Baixada Santista e de Campinas cresceram acima da média estadual mas isto não se verificou para a RMSP. Ainda assim, as posições relativas das metrópoles em relação ao Estado de São Paulo permaneceram as mesmas.

Merece destaque o fato de a renda per capita apresentar uma taxa de crescimento anual maior que a renda média domiciliar, o que é produto da diminuição do tamanho médio dos domicílios paulistas, visto que o número de pessoas aumentou menos que o número de domicílios no período.

Em relação aos pólos regionais, as rendas médias domiciliares eram, em 1991, inferiores à média estadual. Presidente Prudente tinha a menor renda média domiciliar, R\$ 475,47 abaixo da média do estado seguido por Araçatuba, R\$ 410,20 abaixo da média. Eram estes também os pólos de menor renda per capita (R\$ 247,70 e R\$ 267,30, respectivamente). Em 2000, a renda dos pólos aumentou 15,6%, sendo este incremento 6,8 pontos percentuais superior ao observado para o estado de SP. Apesar deste aumento das rendas de todos os pólos regionais, estes continuaram com rendas menores que a média



estadual. Araçatuba e Presidente Prudente que detinham as menores rendas médias foram os pólos de maior taxa de variação no período (acima de 2,0% ao ano), enquanto a renda média domiciliar do pólo de Ribeirão Preto, que detinha a maior renda média, aumentou apenas 0,75% ao ano (Tabela 33).

Tabela 33: Rendimentos domiciliares médios e per capita (em R\$ 2000)

Estado de São Paulo e Pólos Regionais

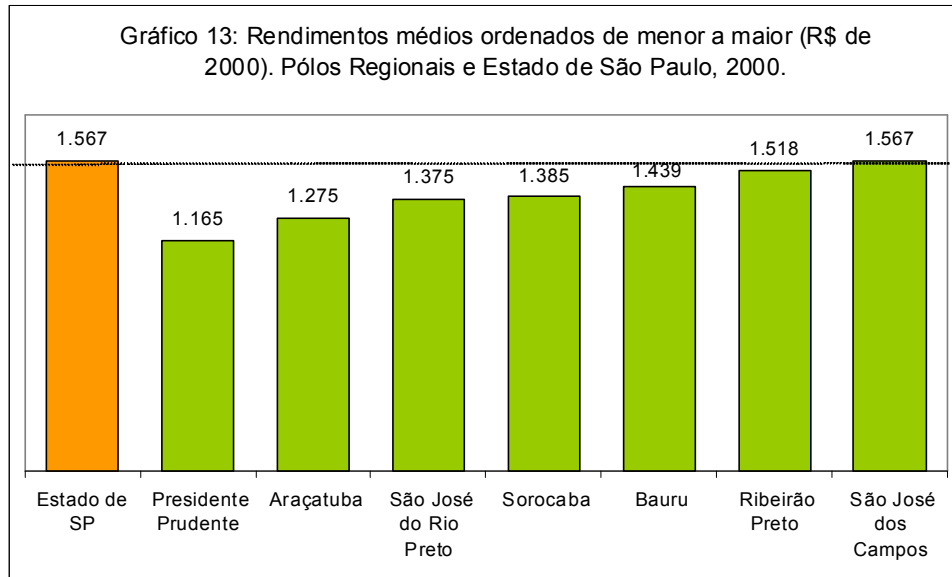
1991-2000

Estado de São Paulo e Pólos regionais	1991		2000		Variação anual (%)	
	Renda Média Domiciliar	Renda per capita	Renda Média Domiciliar	Renda per capita	Renda Média Domiciliar	Renda per capita
Estado de SP	1.439,30	371,30	1.567,13	442,09	0,95	1,96
Pólos	1.218,96	311,08	1.409,33	397,46	1,63	2,76
Araçatuba	1.029,10	267,30	1.274,87	372,60	2,41	3,76
Bauru	1.217,28	312,20	1.438,68	408,33	1,87	3,03
Presidente Prudente	963,83	247,70	1.165,12	338,02	2,13	3,51
Ribeirão Preto	1.418,82	363,40	1.517,90	426,61	0,75	1,80
São José dos Campos	1.382,49	338,40	1.566,74	422,54	1,40	2,50
São José do Rio Preto	1.175,75	320,20	1.374,80	415,40	1,75	2,93
Sorocaba	1.161,70	289,20	1.384,89	377,22	1,97	3,00

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP, 2009.

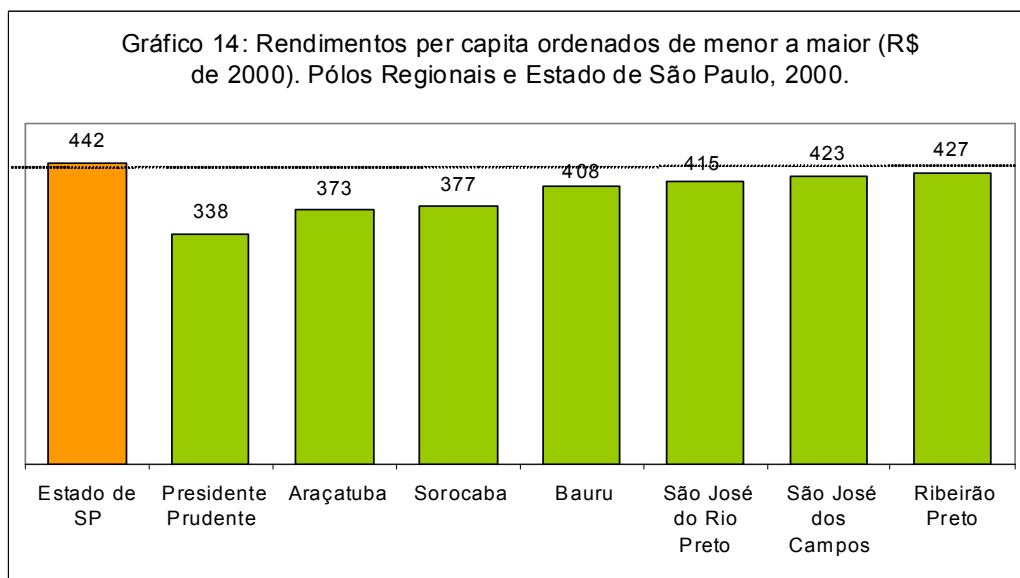
A renda per capita dos pólos regionais aumentou 27,8% entre 1991 e 2000, valor que também supera a taxa de variação observada para o estado de SP. Ainda que tenham as menores rendas per capita entre os pólos regionais, Araçatuba e Presidente Prudente foram os pólos com maior taxa de crescimento no período (3,76% e 3,51% ao ano, respectivamente). Também entre os pólos são observadas taxas de variação maiores para a renda per capita que para a renda média domiciliar, o que como mencionado pode ser explicado pela redução do tamanho médio dos domicílios paulistas.

O gráfico 13 mostra os rendimentos médios ordenados de menor a maior em 2000.



Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

O gráfico 14 mostra os rendimentos per capita ordenados de menor a maior em 2000.



Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.



Os gráficos 13 e 14 ilustram, para o ano 2000, que a ordem dos pólos é diferente quando se considera a renda média ou a renda per capita. No caso da renda média o pólo de São José dos Campos sobressai atingindo uma renda média quase idêntica à estadual. No caso do ordenamento conforme a renda per capita distinguiu-se o pólo de Ribeirão Preto. De todas as formas, seja pela renda média, seja pela renda per capita, os pólos ficam aquém da média estadual. Vale destacar que o pólo de Presidente Prudente detinha em 2000 a menor renda média e per capita.

Domicílios com rendimentos da mulher

O menor tamanho dos domicílios, conseqüência da diminuição do número de filhos, é um fator importante na elevação dos rendimentos domiciliares, na medida em que facilita a participação da mulher principalmente a cônjuge na atividade econômica. O objetivo deste item é mostrar a ampliação do número de domicílios com mulher auferindo algum tipo de rendimento e as conseqüências disto para a renda total dos domicílios. Serão considerados primeiramente os domicílios que têm mulher auferindo rendimentos (incluindo todas as fontes) e posteriormente os domicílios com mulher auferindo rendimentos somente do trabalho remunerado. Para estes dois tipos de domicílios será calculada a participação da renda da mulher na renda total do domicílio. Apresenta-se também o peso dos rendimentos do trabalho da mulher no total dos rendimentos femininos.

A tabela 34 mostra, em primeiro lugar, a proporção de domicílios com mulher auferindo algum tipo de rendimento (incluídas todas as fontes) e, em seguida, a participação da renda da mulher no total da renda desses domicílios. Nela se observa que no estado de SP, em 1991, 51,9% dos domicílios se beneficiavam da renda proveniente da mulher. Esta proporção era um pouco maior na RMC (54,1%). De 1991 a 2000, a proporção de domicílios com mulher auferindo rendimentos aumentou bastante e de forma generalizada. Em 2000, aproximadamente 60% dos domicílios (com presença de mulher) tinha rendimentos provenientes da mulher. Em segundo lugar, a mesma tabela mostra que a participação dos rendimentos da mulher (de todas as fontes) na renda domiciliar total variava entre 40% e 44% em 1991 e passou a variar entre 43% e 47% em 2000. Ou seja, houve um ligeiro aumento da participação da renda da mulher na renda total dos domicílios. Em 2000 as RMSP e RMBS apresentavam as maiores participações femininas na renda total domiciliar.



Tabela 34: Percentual de domicílios com mulher com rendimentos e participação da renda da mulher na renda domiciliar total

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas

1991 – 2000

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas	% Domicílios com renda da mulher (todas as fontes)		% Renda da mulher na renda total dos domicílios com mulher que tem renda	
	1991	2000	1991	2000
Estado de SP	51,9	59,9	42,1	44,0
Regiões Metropolitanas	52,5	60,0	43,5	45,1
São Paulo	52,3	59,9	43,8	45,3
Baixada Santista	52,3	59,8	43,7	46,6
Campinas	54,1	60,8	40,0	42,6

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP, 2009.

Nos pólos a situação não era muito diferente à das metrópoles. Em 1991 a proporção de domicílios com rendimento da mulher era semelhante às metrópoles e aumentou na década de 90 de forma considerável em todos os pólos. Os destaques ficam por conta dos pólos de Araçatuba, Bauru e São José do Rio Preto. Em 2000 a maioria dos pólos tinha uma proporção de domicílios com renda da mulher acima da média estadual. Quanto à participação dos rendimentos da mulher na renda domiciliar total esta variava entre 38% a 42%, em 1991, e passou a variar entre 41% a quase 44%, em 2000. Ou seja, os pólos apresentaram uma variação menor de participação da renda da mulher na renda domiciliar total do que as metrópoles. Além disso, as proporções relativas à renda da mulher na renda total dos domicílios eram menores que a média estadual nos pólos. Ou seja, nos pólos as proporções de domicílios com renda da mulher eram superiores à média estadual, mas a participações da renda das mulheres na renda domiciliar eram inferiores à média do conjunto do estado (Tabela 35).



Tabela 35: Percentual de domicílios com mulher com rendimentos (todas as fontes) e participação da renda da mulher na renda domiciliar total

Estado de São Paulo e Pólos Regionais

1991 – 2000

Estado de São Paulo e Pólos Regionais	% Domicílios com renda da mulher (todas as fontes)		% Renda da mulher na renda total dos domicílios com mulher que tem renda	
	1991	2000	1991	2000
Estado de SP	51,9	59,9	42,1	44,0
Pólos	51,6	60,6	39,4	41,7
Araçatuba	53,0	63,9	39,6	41,2
Bauru	55,0	62,1	39,4	41,0
Presidente Prudente	50,1	60,2	38,1	42,7
Ribeirão Preto	52,2	60,7	39,3	41,3
São José dos Campos	48,7	57,1	40,0	41,7
São José do Rio Preto	54,2	62,0	38,7	41,9
Sorocaba	50,2	60,0	39,7	42,1

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP, 2009.

Cabe também destacar que parte importante da renda da mulher provém da sua participação na atividade econômica remunerada. Conforme mostra a Tabela 36, em 1991, no estado de SP, 42,5% dos domicílios possuíam mulher com trabalho remunerado. Esta proporção era um pouco maior nas regiões metropolitanas, principalmente nas regiões metropolitanas de Campinas (45,8%) e de São Paulo (44%). Em 2000, a proporção de domicílios com mulher ocupada na atividade econômica remunerada aumentou tanto para o estado de SP quanto para as regiões metropolitanas, refletindo a permanência e a maior inserção feminina no mercado de trabalho. Em 2000, as RMC e RMSP possuíam as maiores proporções de domicílios com mulher na atividade econômica remunerada (48,2% e 47,3%, respectivamente).

Quando se compara a renda do trabalho da mulher com a renda total dos domicílios (que possuem mulheres ocupadas na atividade econômica), o que se observa é um aumento modesto de participação, entre 1991 e 2000, tanto no estado de SP quanto nas regiões metropolitanas. Assim, enquanto, em 1991, a renda do trabalho da mulher paulista correspondia a 39,2% da renda domiciliar, em 2000 esta proporção era praticamente a mesma (39,4%). Nas áreas metropolitanas, a participação da renda do trabalho da mulher na renda domiciliar também se modificou muito pouco. Dentre as metrópoles, a RMSP era a



que tinha a maior participação da renda da mulher na renda domiciliar em 1991 (41,2%) e em 2000 (41,5%).

Vê-se, assim, que o aumento da participação da renda da mulher proveniente do seu trabalho remunerado na renda domiciliar foi inferior ao aumento da contribuição da renda de todas as fontes da mulher na renda domiciliar, sugerindo que outras fontes de renda da mulher ganharam importância no período.

Tabela 36: Domicílios com rendimentos do trabalho da mulher (%) e participação da renda do trabalho da mulher na renda domiciliar

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas

1991 – 2000

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas	% Domicílios com mulher na atividade econômica remunerada		% Renda do trabalho da mulher na renda total dos domicílios	
	1991	2000	1991	2000
Estado de SP	42,5	46,0	39,2	39,4
Regiões Metropolitanas	43,9	47,3	40,7	41,0
São Paulo	44,0	47,4	41,2	41,5
Baixada Santista	41,1	44,1	38,4	39,6
Campinas	45,8	48,2	37,4	38,1

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP, 2009.

Quando se analisam os pólos regionais, observa-se que as proporções de domicílios com mulher com trabalho remunerado são, em geral, menores que a média estadual. Em 1991, para o conjunto dos pólos esta proporção era de 41,4% aumentando para 45,3% em 2000. Dentre os pólos, São José do Rio Preto, Bauru e Araçatuba são os de maior proporção de domicílios com mulher ocupada, enquanto Sorocaba, São José dos Campos e Presidente Prudente apresentam as menores proporções.

Em relação à participação da renda do trabalho da mulher na renda total de domicílios com mulher na atividade econômica remunerada, o que se observam são pequenas variações, sendo que, diferentemente do que ocorreu nas áreas metropolitanas,



em alguns pólos regionais houve diminuição entre 1991 e 2000 dessas participações. As maiores reduções ocorreram nos pólos de Araçatuba, São José dos Campos e Ribeirão Preto, enquanto os maiores incrementos do peso da renda do trabalho da mulher na renda domiciliar ocorreram em Presidente Prudente e São José do Rio Preto (Tabela 37).

Tabela 37: Domicílios com rendimentos do trabalho da mulher (%) e participação da renda do trabalho da mulher na renda domiciliar

Estado de São Paulo e Pólos Regionais

1991 – 2000

Estado de São Paulo e Pólos Regionais	% Domicílios com mulher na atividade econômica remunerada		% Renda do trabalho da mulher na renda total dos domicílios	
	1991	2000	1991	2000
Estado de SP	42,5	46,0	39,2	39,4
Pólos	41,4	45,3	36,5	36,4
Araçatuba	43,3	47,9	36,4	35,6
Bauru	44,0	46,2	35,3	34,9
Presidente Prudente	39,8	43,0	35,2	36,8
Ribeirão Preto	42,8	46,8	36,4	35,8
São José dos Campos	39,7	44,1	37,9	37,3
São José do Rio Preto	44,1	46,4	35,5	36,7
Sorocaba	38,5	43,8	37,4	36,9

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP, 2009.

Pode-se concluir que no modesto aumento da renda domiciliar teve papel importante a generalização da presença da mulher como fonte de renda domiciliar. Mas destaca-se que pesou muito mais a ampliação do número de domicílios com renda da mulher do que o aumento da renda da mulher na renda dos domicílios. Em geral, nos pólos a proporção de domicílios com renda da mulher era maior que nas regiões metropolitanas em 2000, mas nas regiões metropolitanas a participação da renda da mulher na renda total dos domicílios era maior do que nos pólos.



Arranjos domiciliares e rendimentos da mulher

Como verificado anteriormente, no interior dos domicílios aumentou o número de mulheres que trabalham por remuneração. Esse fato reflete a consolidação da participação feminina no mercado de trabalho e as principais manifestações dessa consolidação se revelam no contínuo aumento das taxas de atividade feminina, sobretudo entre as adultas, na maior participação da mulher na força de trabalho, na elevação da proporção de domicílios com mulheres na atividade econômica e no caráter cada vez mais permanente e regular da contribuição do rendimento da mulher na renda total domiciliar (Leone *et al*, 2007).

O expressivo aumento das taxas de participação das mulheres adultas denota uma nova e importante tendência da presença das esposas e mães com filhos no mercado de trabalho. Frente à situação de deterioração do mercado de trabalho brasileiro, é possível também interpretar esse aumento da presença feminina no mercado de trabalho como reflexo de uma estratégia de defesa da renda familiar. Conforme MONTALI (2004) aumentou a participação das mulheres na composição dos rendimentos familiares apesar do elevado grau de precariedade de parcela expressiva de suas ocupações.

A consideração dos diferentes arranjos domiciliares é muito importante num estudo da situação socioeconômica da população. As possibilidades dos diferentes membros contribuírem para a renda domiciliar não dependem somente do mercado de trabalho que define as oportunidades dos indivíduos em função de suas características pessoais mas também da estruturação da vida das famílias nos diferentes tipos de domicílios bem como das obrigações e responsabilidades nos afazeres domésticos de seus diversos membros (Leone, 2000).

Neste item se analisam de forma conjunta a estrutura domiciliar e os rendimentos domiciliares. São considerados somente os arranjos domiciliares onde a mulher está mais presente quais sejam: mulher sem cônjuge (com e sem filhos) e casal (com e sem filhos). Em primeiro lugar se analisa a ampliação do número de domicílios com rendimentos da mulher consideradas todas as fontes de rendimento das mulheres bem como a participação dessas rendas femininas na renda total dos domicílios com mulher presente. Em seguida, se analisa a ampliação dos domicílios com presença feminina porém cujos rendimentos provêm unicamente do trabalho remunerado e a participação destas remunerações da mulher na renda total dos domicílios com mulher na atividade econômica remunerada.

Considerando os domicílios com rendimento da mulher (qualquer seja a fonte de rendimento), a primeira constatação é que em 2000, nos arranjos domiciliares constituídos



pela mulher sem o conjugue mais de 90% dos domicílios contavam com a renda da mulher, qualquer fosse a fonte e tivessem estas filhos ou não, e esses percentuais praticamente não se alteraram na década e tampouco diferiam muito entre as regiões metropolitanas nem eram muito diferentes ao do estado de São Paulo³³. Já nos arranjos domiciliares constituídos pelo casal, o percentual de domicílios com rendimentos da mulher variava em torno dos 55% em 2000, sendo esses percentuais ligeiramente superiores entre os casais sem filhos. Entre 1991 e 2000 o percentual de domicílios constituídos pelo casal (com filhos e sem filhos) com rendimentos da mulher aumentou de forma considerável em todo o estado e nas suas metrópoles e os maiores aumentos foram entre os casais com presença de filhos. É interessante destacar que em 2000 o percentual de domicílios formados por casais em que a mulher auferia rendimentos ficou semelhante entre os casais com filhos e os sem filhos (diferença de somente dois pontos percentuais), reiterando a participação cada vez mais permanente da cônjuge na atividade econômica independentemente da maternidade (Tabela 38).

Tabela 38: Percentual de domicílios com renda da mulher (todas as fontes) segundo tipologia domiciliar.

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas

1991-2000

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas	Mulher sem cônjuge sem filhos		Mulher sem cônjuge com filhos		Casal com filhos		Casal sem filhos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Estado de SP	93,1	94,2	93,6	93,0	45,4	54,4	46,8	56,6
Regiões Metropolitanas								
São Paulo	91,3	93,2	92,6	92,0	44,9	53,5	48,4	56,8
Baixada Santista	94,6	93,8	94,5	92,7	44,9	53,7	45,1	55,1
Campinas	96,8	94,6	95,0	93,3	48,7	56,9	50,8	56,8

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP, 2009.

Nos pólos os percentuais de domicílios constituídos de mulheres sem cônjuge (com e sem filhos) com rendimentos da mulher (qualquer seja a fonte) são um pouco superiores

³³ Esse percentual é menor a 100% pois alguns desses domicílios ou não têm renda ou a renda provém de algum parente.



aos observados no Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas e, analogamente ao estado e as metrópoles, as sem filhos, superam ligeiramente as com filhos. Observa-se, também, que em 2000, entre os casais, mais da metade dos domicílios tinha mulher com alguma forma de rendimento, após de terem se ampliado consideravelmente na década (em torno de 10 pontos percentuais). Deve-se destacar que nos pólos os percentuais de domicílios constituídos de casais com mulher auferindo algum rendimento são em geral maiores que o percentual observado no estado de São Paulo (Tabela 39).

Tabela 39: Percentual de domicílios com renda da mulher (todas as fontes) segundo tipologia domiciliar

Estado de São Paulo e Pólos Regionais

1991-2000

Estado de São Paulo e Pólos	Mulher sem cônjuge sem filhos		Mulher sem cônjuge com filhos		Casal com filhos		Casal sem filhos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Estado de SP	93,1	94,2	93,6	93,0	45,4	54,4	46,8	56,6
Pólos								
Araçatuba	92,3	96,1	94,5	95,1	48,7	60,4	42,4	57,8
Bauru	97,2	97,1	96,6	95,8	50,1	57,3	45,0	57,3
Presidente Prudente	96,9	93,6	94,9	94,2	43,7	54,7	42,6	58,1
Ribeirão Preto	95,7	94,5	94,3	94,2	46,6	56,4	44,2	54,9
São José dos Campos	95,6	95,2	94,3	93,4	42,4	51,5	48,6	55,9
São José do Rio Preto	96,7	95,1	97,5	94,9	49,2	58,0	45,2	56,4
Sorocaba	96,3	96,7	93,5	94,6	44,2	54,8	47,4	58,9

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP, 2009.

Quanto a participação da renda da mulher na renda dos domicílios esta era de 100% entre as mulheres sem cônjuge e sem filhos e em torno dos 78% entre as com filhos em 2000. Entre 1991 e 2000 não houve mudanças muito significativas nestes percentuais. Somente no caso em que o domicílio é formado pela mulher chefe sem cônjuge, mas com filhos, observa-se ligeiro aumento da participação da renda da mulher na renda domiciliar. No estado de SP, esta participação correspondia a 77,2% em 2000, enquanto nas



metrópoles de São Paulo e Baixada Santista ela era um pouco superior (78,2% e 78,3%, respectivamente). Entre os arranjos constituídos por casais, aqueles sem filhos apresentam participações da renda da mulher na renda total ligeiramente superiores aos casais com filhos (em torno de 1/3 entre os casais com filhos e pouco menos de 2/5 entre os casais sem filhos). Entre 1991 e 2000 pouco se alterou a participação da renda da mulher na renda domiciliar entre os casais, sejam estes com filhos ou sem filhos. (Tabela 40).

Tabela 40: Participação da renda da mulher na renda total dos domicílios com mulher com renda (todas as fontes) segundo tipologia domiciliar

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas

1991-2000

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas	Mulher sem cônjuge sem filhos		Mulher sem cônjuge com filhos		Casal com filhos		Casal sem filhos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Estado de SP	100,0	100,0	74,7	77,2	33,7	34,2	36,0	36,3
Regiões Metropolitanas								
São Paulo	100,0	100,0	76,8	78,2	34,6	35,0	36,7	36,8
Baixada Santista	100,0	100,0	75,3	78,3	33,1	34,2	37,6	37,7
Campinas	100,0	100,0	72,6	76,8	32,7	33,6	35,3	36,4

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP, 2009.

Entre os pólos a situação não é muito diferente à constatada nas regiões metropolitanas e estado de São Paulo. A participação da renda da mulher na renda domiciliar total é, logicamente, de 100% entre as mulheres sem cônjuge sem filhos. Entre as com filhos essa participação variava nos pólos em torno dos 75%, em 2000, com todos os pólos (exceto Bauru e São José do Rio Preto) abaixo da média estadual. Entre os casais tanto entre os com filhos como os sem filhos a participação da renda da mulher na renda domiciliar ficou sempre abaixo da média do estado. Entre 1991 e 2000 pouco se alterou a participação da renda da mulher na renda domiciliar total (Tabela 41).



Tabela 41: Participação da renda da mulher na renda total dos domicílios com mulher com renda (todas as fontes) segundo tipologia domiciliar

Estado de São Paulo e Pólos Regionais

1991-2000

Estado de São Paulo e Pólos	Mulher sem cônjuge sem filhos		Mulher sem cônjuge com filhos		Casal com filhos		Casal sem filhos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Estado de SP	100,0	100,0	74,7	77,2	33,7	34,2	36,0	36,3
Pólos								
Araçatuba	100,0	100,0	75,1	76,1	32,8	32,3	33,2	38,7
Bauru	100,0	100,0	70,1	77,7	32,7	31,2	33,0	35,5
Presidente Prudente	100,0	100,0	66,4	76,9	32,2	34,1	32,1	34,4
Ribeirão Preto	100,0	100,0	73,4	76,4	32,0	32,2	34,0	31,5
São José dos Campos	100,0	100,0	70,0	76,2	32,2	32,8	37,3	35,7
São José do Rio Preto	100,0	100,0	70,5	77,3	31,6	32,7	34,3	36,9
Sorocaba	100,0	100,0	68,9	75,0	33,6	33,6	32,9	37,2

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP, 2009.

É interessante verificar também a ampliação do número de domicílios com mulheres na atividade econômica remunerada. Na Tabela 42 observa-se que os domicílios constituídos de mulheres sem o cônjuge e com rendimentos provenientes do trabalho diminuíram ligeiramente na década, devido provavelmente ao maior peso de outras rendas que não do trabalho da mulher nesse tipo de domicílio. Mas entre os casais, isto não se verifica, pois houve aumento generalizado nos percentuais de domicílios formados por casais com rendimentos do trabalho da mulher. Estes aumentos ocorreram tanto entre os casais com filhos como nos sem filhos, mas surpreendentemente os percentuais de casais com rendimentos do trabalho da mulher são maiores entre os casais com filhos. A RMC se destaca por ter as maiores proporções de casais com rendimentos do trabalho da mulher entre os que tem filhos (50,8%) e entre os que não tem filhos (40,5%), percentuais aliás bem superiores à média estadual (Tabela 42).



Tabela 42: Percentual de domicílios com renda do trabalho da mulher segundo tipologia domiciliar

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas

1991-2000

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas	Mulher sem cônjuge sem filhos		Mulher sem cônjuge com filhos		Casal com filhos		Casal sem filhos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Estado de SP	37,1	36,6	70,3	65,8	41,9	48,0	34,2	37,9
Regiões Metropolitanas								
São Paulo	42,5	41,8	73,0	68,1	41,9	47,8	38,2	41,8
Baixada Santista	36,1	32,1	68,0	64,3	41,2	46,9	32,2	36,0
Campinas	42,2	41,3	72,8	67,2	45,4	50,8	39,9	40,5

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP, 2009.

Entre os pólos observa-se que entre as mulheres sem o cônjuge e sem filhos a proporção destes arranjos com rendimentos provenientes do trabalho da mulher diminuíram nos pólos de Bauru, São José dos Campos e São José do Rio Preto e se ampliaram nos demais pólos. Entre as mulheres sem cônjuge e com filhos houve decréscimos em todos os pólos. Já entre os casais aumentaram os percentuais de domicílios constituídos pelo casal com filhos e também sem filhos que se beneficiavam dos rendimentos do trabalho da mulher. Deve-se destacar que entre os casais com filhos em torno de 50% dos domicílios contavam com os rendimentos do trabalho remunerado da mulher e entre os casais sem filhos esses percentuais variavam de 36% a 39% (Tabela 43).



Tabela 43: Percentual de domicílios com renda do trabalho da mulher segundo tipologia domiciliar

Estado de São Paulo e Pólos Regionais								
1991-2000								
Estado de São Paulo e Pólos	Mulher sem cônjuge sem filhos		Mulher sem cônjuge com filhos		Casal com filhos		Casal sem filhos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Estado de SP	37,1	36,6	70,3	65,8	41,9	48,0	34,2	37,9
Pólos								
Araçatuba	22,0	31,7	69,4	62,4	44,9	53,5	30,0	35,7
Bauru	33,3	30,6	68,3	64,8	45,9	50,0	29,3	35,5
Presidente Prudente	27,9	28,0	70,3	60,6	39,6	46,9	28,5	31,5
Ribeirão Preto	34,2	34,7	70,3	65,9	43,1	50,2	31,8	36,9
São José dos Campos	44,0	40,6	67,0	63,3	38,3	44,9	36,3	39,4
São José do Rio Preto	34,2	32,9	71,7	65,7	45,8	51,0	31,0	35,9
Sorocaba	25,8	29,0	62,2	62,6	39,2	46,3	28,1	33,8

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP, 2009.

A tabela 44 traz a participação da renda do trabalho da mulher na renda total de domicílios com mulher ocupada segundo as tipologias domiciliares que incluem a mulher. Nos domicílios formados apenas pela mulher sem o cônjuge (com e sem filhos), observa-se uma redução do peso da renda do trabalho na renda domiciliar, o que indica que outras fontes de renda ganharam importância no período. Em 2000, a participação da renda do trabalho da mulher na renda domiciliar naqueles domicílios constituídos pela mulher sem cônjuge e sem filhos era de 87,4% no estado de SP. Cabe destacar a diferença entre as metrópoles paulistas, tendo a RM da Baixada Santista a menor participação.

Nos domicílios formados pela mulher sem cônjuge, mas com filhos a participação da renda do trabalho da mulher na renda domiciliar também diminuiu entre 1991 e 2000. Em 2000, o peso da renda do trabalho da mulher na renda domiciliar atingiu 61,7% no estado de SP. A RMC estava acima da média estadual (64,3%) e as regiões metropolitanas da



Baixada Santista e Campinas abaixo da média estadual. Nos domicílios em que a família compreende o casal, a participação da renda do trabalho da mulher na renda total dos domicílios com mulher ocupada não se altera no período. No caso dos domicílios com filhos, esta participação era de um terço da renda domiciliar em 1991 e 2000. Quando o casal não tem filhos, por seu turno, a participação da renda do trabalho da mulher é um pouco maior, mas também não se alterou no período (Tabela 45).

Tabela 44: Participação da renda do trabalho da mulher na renda total dos domicílios com mulher ocupada segundo tipologia familiar - 1991, 2000

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas								
1991-2000								
Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas	Mulher sem cônjuge sem filhos		Mulher sem cônjuge com filhos		Casal com filhos		Casal sem filhos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Estado de SP	90,3	87,4	64,6	61,7	33,4	33,3	36,4	36,9
Regiões Metropolitanas								
São Paulo	91,2	88,4	67,7	64,3	34,5	34,5	37,0	37,8
Baixada Santista	85,7	83,6	60,6	58,6	32,2	33,1	37,5	37,6
Campinas	91,9	88,4	61,6	60,3	32,4	32,3	35,7	36,6

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP, 2009.

Nos pólos, nos domicílios formados pela mulher sem cônjuge, mas com filhos, apenas em Bauru, Presidente Prudente e São José do Rio Preto houve aumento do peso do trabalho da mulher na renda domiciliar no período.

Já nos domicílios em que a família compreende o casal com filhos, a participação da renda do trabalho da mulher na renda total dos domicílios com mulher ocupada houve uma pequena redução desta participação, com destaque para Bauru, Araçatuba e Sorocaba. Para os casais sem filhos o peso do trabalho feminino na renda domiciliar aumentou apenas 0,5 ponto percentual no estado de SP e nos pólos de Bauru, Sorocaba e Araçatuba ocorreram os maiores incrementos da contribuição da renda do trabalho da mulher na renda domiciliar, diferentemente do que ocorreu na tipologia familiar anterior. No entanto, os pólos



de São José dos Campos e de Ribeirão Preto apresentaram redução desta contribuição entre 1991 e 2000.

Tabela 45: Participação da renda do trabalho da mulher na renda total dos domicílios com mulher ocupada segundo tipologia familiar - 1991, 2000

Estado de São Paulo e Pólos Regionais

1991-2000

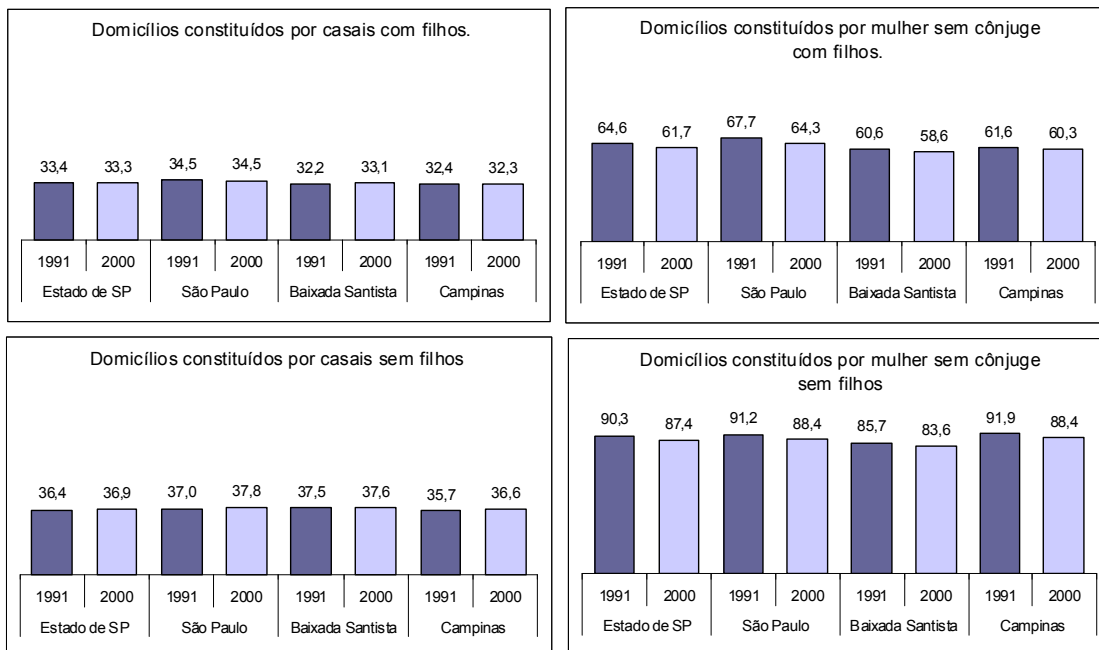
Estado de São Paulo e Pólos	Mulher sem cônjuge sem filhos		Mulher sem cônjuge com filhos		Casal com filhos		Casal sem filhos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Estado de SP	90,3	87,4	64,6	61,7	33,4	33,3	36,4	36,9
Pólos								
Araçatuba	92,0	83,9	64,0	59,2	31,8	30,6	33,5	36,6
Bauru	84,7	86,1	54,5	56,1	31,8	29,3	31,0	37,1
Presidente Prudente	87,5	84,5	52,1	53,7	31,7	32,6	33,7	36,3
Ribeirão Preto	94,0	88,3	62,2	57,5	31,5	30,8	34,8	32,0
São José dos Campos	92,8	90,4	61,8	58,7	31,9	32,1	38,8	35,9
São José do Rio Preto	92,7	85,4	58,1	59,7	31,1	31,1	34,7	36,5
Sorocaba	84,7	84,4	60,5	56,0	33,4	32,2	34,2	38,8

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP, 2009.

Os gráficos 15 e 16, a continuação, ajudam a visualizar os resultados apresentados nas Tabelas 44 e 45.



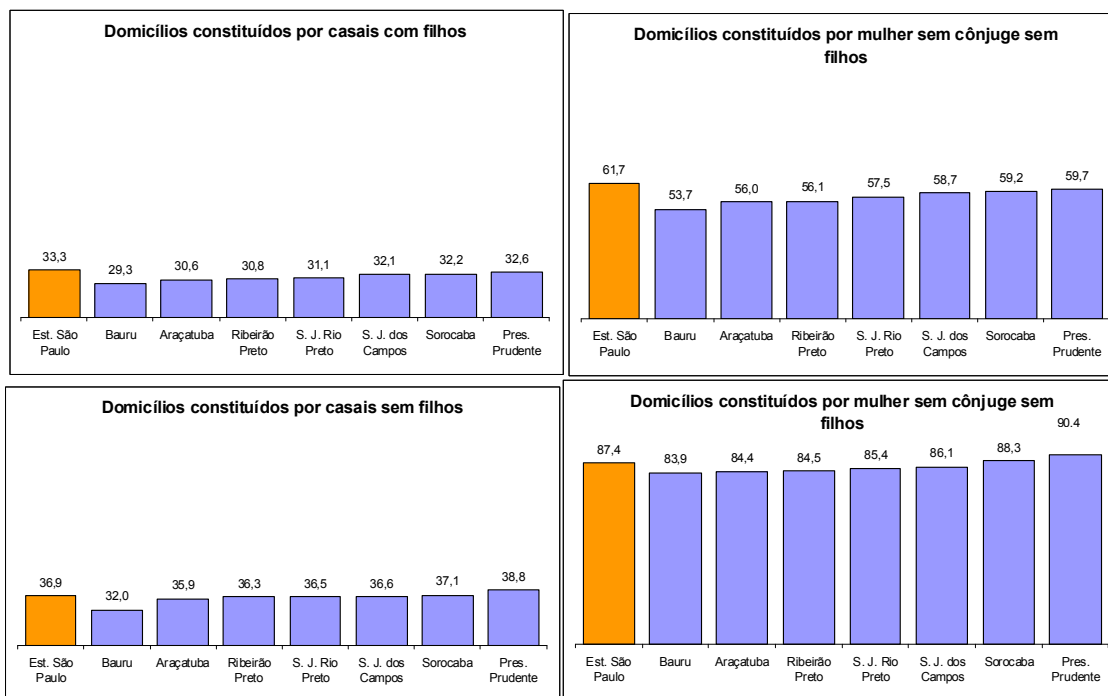
Gráfico 15: Participação da renda do trabalho da mulher na renda total do domicílio, Estado São Paulo e Regiões Metropolitanas 1991 e 2000.



Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP - FINEP.



Gráfico 16: Participação da renda do trabalho da mulher na renda total do domicílio, Estado São Paulo e Pólos Regionais em 2000.



Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP - FINEP.

Atividade remunerada da mulher

A tabela 46 mostra as taxas de ocupação e desemprego para os homens e as mulheres do estado de SP e das regiões metropolitanas. A taxa de ocupação é a razão entre o número de pessoas ocupadas e a população em idade ativa (PIA), enquanto a taxa de desemprego é a razão entre o número de pessoas desempregadas e a população economicamente ativa (PEA).

Em 1991, os homens do estado de SP possuíam uma taxa de ocupação de 70,4%, enquanto a taxa de ocupação das mulheres era de apenas 35,1%. Entre as regiões metropolitanas do estado de SP, a maior taxa de ocupação ocorria na RM de Campinas, tanto para homens como para mulheres. Em 2000, a taxa de ocupação masculina caiu 8,7 pontos percentuais e a feminina aumentou em 2,1 pontos para o estado de SP. Dentre as regiões metropolitanas, a RM da Baixada Santista foi a que sofreu maior queda na taxa de ocupação masculina (9,0 pontos percentuais) e maior aumento na taxa de ocupação feminina (2,3 pontos).



A taxa de desemprego, por seu turno, estava abaixo de 5,0% para os homens e abaixo de 10,0% para as mulheres em 1991, sendo maior na RMSP. Em 2000, a taxa de desemprego aumentou expressivamente, chegando a 14,3% para os homens e 22,6% para as mulheres. Ainda assim, a relação entre as taxas de desemprego feminina e masculina que era de 1,6 vezes se manteve. A RM da Baixada Santista era, em 2000, a região com maior taxa de desemprego, tanto masculina quanto feminina, enquanto a RM de Campinas tinha as menores taxas, produto do desenvolvimento industrial da região.

Tabela 46: Taxas de Ocupação e Desemprego Masculinas e Femininas no Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas em 1991 e 2000.

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas

1991 – 2000

Estado de São Paulo e Regiões Metropolitanas	1991				2000			
	Taxa Ocupação*		Taxa Desemprego**		Taxa Ocupação*		Taxa Desemprego**	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Estado de SP	70,4	35,1	4,5	7,3	61,7	37,2	14,3	22,6
Regiões Metropolitanas								
São Paulo	69,0	36,4	5,9	8,9	60,5	38,1	16,4	24,1
Baixada Santista	65,9	33,6	5,0	8,8	56,9	35,9	18,3	25,6
Campinas	72,2	37,3	4,2	6,0	63,3	39,0	13,0	21,3

* N° de pessoas ocupadas / População em Idade Ativa

** N° de pessoas desempregadas / População Economicamente Ativa

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP, 2009.

Em relação aos pólos regionais, São José do Rio Preto e Araçatuba tinham, em 1991, as maiores taxas de ocupação e as menores taxas de desemprego. Já São José dos Campos e Sorocaba tinham as maiores taxas de desemprego, tanto masculinas quanto femininas. Em 2000, assim como nas regiões metropolitanas, as taxas de ocupação masculinas diminuíram, as femininas aumentaram e as taxas de desemprego se elevaram nos pólos regionais. Presidente Prudente e São José do Rio Preto foram os pólos com maior



diminuição da taxa de ocupação masculina, enquanto Araçatuba e Sorocaba foram os pólos com maior aumento da taxa de ocupação feminina. Em relação à taxa de desemprego, Presidente Prudente, Bauru e São José dos Campos tiveram as maiores variações das taxas de desemprego, tanto masculinas quanto femininas (Tabela 47).

Tabela 47: Taxas de Ocupação e Desemprego Masculinas e Femininas.

Estado de São Paulo e Pólos Regionais

1991 – 2000

Estado de São Paulo e Pólos regionais	1991				2000			
	Taxa Ocupação*		Taxa Desemprego**		Taxa Ocupação*		Taxa Desemprego**	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Estado de SP	70,4	35,1	4,5	7,3	61,7	37,2	14,3	22,6
Pólos								
Araçatuba	75,1	35,8	1,9	3,1	66,4	39,8	9,5	17,6
Bauru	71,4	35,4	2,5	4,7	62,8	37,5	12,6	21,4
Presidente Prudente	73,3	33,2	2,4	4,5	61,6	35,4	13,5	21,2
Ribeirão Preto	73,3	35,1	2,1	4,2	64,8	37,7	10,9	19,6
São José dos Campos	67,1	31,8	7,0	8,4	59,4	34,8	16,6	25,8
São José do Rio Preto	76,0	36,8	1,6	2,8	66,1	38,6	10,2	18,9
Sorocaba	67,3	31,4	6,0	9,1	60,6	34,8	13,8	22,8

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP, 2009.

Em síntese, a deterioração do mercado de trabalho reduziu a taxa de ocupação de homens e aumentou as taxas de ocupação e de desemprego das mulheres. O aumento da ocupação feminina verificou-se, principalmente, entre as mulheres conjugues e ampliou simultaneamente a proporção de famílias que têm mulher que trabalha por remuneração. O fato de ter sido a mulher adulta que aumentou sua presença no trabalho remunerado expressa a consolidação da participação feminina na atividade econômica e a importância desta como fonte de renda das famílias.



3. Políticas sociais nas metrópoles paulistas e nos pólos regionais

Introdução

Apresentam-se neste item os quatro aspectos da política de proteção social privilegiados na análise das espacialidades definidas pelo projeto, quais sejam, identificar o perfil da recente política de transferência de renda; identificar os programas de apoio ao migrante pobre; conhecer o acesso e a qualidade dos serviços básicos de educação e de saúde.

Para a realização do estudo das políticas sociais recorreu-se a um conjunto de informações oriundas tanto de fontes oficiais, como de levantamento de campo. No levantamento de campo, que é tratado nos itens 3.1 e 3.2, foram realizadas entrevistas com os agentes institucionais envolvidos, visando mapear os programas de transferência de renda e os programas de apoio ao migrante nas regiões metropolitanas e polos regionais do Estado de São Paulo.

Dessa maneira, no item 3.1. apresenta-se o perfil dos programas de transferência de renda implementados nas regiões metropolitanas e polos regionais. Esse mapeamento das políticas de transferência, identifica os tipos de programas sociais presentes, indica a articulação entre os níveis de governo em sua implementação e identifica a parcela atendida da população alvo.

O item 3.2. indica como foi realizado o levantamento que teve por objetivo captar, nos municípios selecionados, informações sobre a existência de atendimento à população migrante e sobre a política de assistência social voltada para os migrantes.

Os itens 3.3 e 3.4. contemplam, no âmbito das políticas públicas, por um lado o acesso de segmentos específicos da população às políticas básicas de educação e de saúde, por outro, a disponibilidade de equipamentos e serviços pelos órgãos competentes.



3.1. Os programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas e pólos regionais paulistas - mapeamento e acesso

Introdução

Sob a ótica da diferenciação das três regiões metropolitanas e dos pólos regionais este item apresenta resultados da pesquisa, bem como informações oficiais sobre os programas de transferência de renda³⁴. Privilegia o mapeamento dos programas existentes e a identificação das principais dificuldades na implementação dos programas transferência de natureza federal e municipal. Considerando diferenças da estruturação das atividades econômicas, das condições de vida e das políticas de proteção social, busca-se conhecer a diferenciação intra-regional, bem como a inter-regional.

Visando conhecer diferenciações regionais das especificidades da implementação dos programas de transferência de renda, realizou-se pesquisa nas três regiões metropolitanas e em sete pólos regionais do Estado de São Paulo, que mapeou também os programas municipais de apoio ao migrante pobre. Outro objetivo da pesquisa de campo foi obter indicações sobre a dinâmica migratória nessas regiões, temas que são abordados no item 3.2. Políticas sociais e a questão migratória.

Os programas de transferência de renda implementados no Brasil desde 1995, inicialmente enquanto iniciativas municipais e federais ganham o espaço nacional especialmente a partir de 2001 com a diversificação dos programas federais e com o aumento da cobertura dos mesmos a partir de 2004. Tais programas visam o combate à pobreza e o desenvolvimento social, ainda que apresentem objetivos específicos e focalizem segmentos da população.

No ano 2000 os programas de transferência de renda apresentam abrangência incipiente com a predominância de programas municipais, que passaram a ser implementados a partir de 1995³⁵, além de dois programas federais: o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), instituídos em 1996. No decorrer da década de 2000 aumenta a cobertura dos programas de transferência de renda com a ampliação da implementação destes dois programas federais

³⁴ Este item além de informações novas traz análises extraídas de MONTALI, Lília; BAENINGER, Rosana; TELLES, Stella B.S. **Virtudes e vicissitudes dos programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas paulistas**. In: 6º Encontro ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política. Unicamp, 29 de julho a 01 de agosto de 2008.

³⁵ Detalhamento dos programas municipais de transferência de renda pode ser encontrado em Fonseca, 2001.



e, a partir de 2001, com a implementação dos programas Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação e na sequência os programas Auxílio-Gás, em 2002 e o Cartão Alimentação, em 2003. O Programa Bolsa-Família, que unifica sob ele quatro programas de transferência e gradativamente amplia a cobertura, aumenta o acesso a esse tipo de programa de combate à pobreza pelos domicílios com rendimentos mais baixos³⁶.

Embora nos últimos anos venha ocorrendo um avanço na sistematização de informações sobre as políticas de transferência de renda, cuja implementação se dá no âmbito local, persistem muitas lacunas e especialmente ausência de registros oficiais no que se refere aos programas de natureza municipal. Visando reduzir tais lacunas de informação realizou-se pesquisa de campo, desenvolvida no âmbito deste projeto, tendo por objetivos mapear os programas de transferência de renda existentes e as dificuldades na implementação desses programas nas regiões metropolitanas e pólos regionais do Estado de São Paulo.

Nos itens que se seguem apresenta-se, no primeiro, uma síntese dos objetivos e da metodologia do levantamento de campo realizado em 2007 em municípios selecionados pertencentes aos pólos regionais do interior paulista e às regiões metropolitanas do Estado. No segundo item apresenta-se o mapeamento dos programas de transferência existentes nas regiões metropolitanas e pólos regionais paulistas, utilizando-se informações de fontes oficiais e de resultados da pesquisa de campo realizada. No terceiro, identificam-se algumas especificidades da gestão e dificuldades na implementação de um programa federal de transferência de renda que tem a característica de atendimento massivo, o Bolsa Família, e dos programas municipais de transferência de renda que apresentam características próprias e extensão local.

Importância do Levantamento de Campo

A pesquisa de campo visou complementar as atividades que compõem o núcleo do projeto. De caráter qualitativo, o levantamento teve por objetivos atualizar as informações insatisfatórias ou inexistentes no caso das políticas de transferência de renda e de apoio à população migrante – também um dos objetivos específicos da pesquisa mais ampla.

³⁶ Programas federais de transferência de renda implementados antes de 2000: PETI e BPC, (1996). Principais programas de transferência de renda federais implantados na década de 2000: Programa Nacional de Renda Mínima: - vinculado à educação – Bolsa Escola (abril/2001); - vinculado à saúde – Bolsa Alimentação (setembro/2001); Programa Auxílio-Gás (janeiro/2002); Programa Nacional de Acesso à Alimentação – Cartão Alimentação (junho/2003). O Programa Bolsa Família unifica estes programas e amplia a cobertura (outubro/2003, regulamentado pelo Decreto n.5.209 de 17 de setembro de 2004).



Foram realizadas entrevistas com agentes institucionais nos municípios-sedes das Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais e em um conjunto de municípios selecionados em cada uma dessas regiões. Foram contemplados 21 municípios em pólos regionais do interior paulista e 24 nas Regiões Metropolitanas (Quadro 1). O mapa 1 indica as localidades onde o levantamento de campo foi realizado.

No caso do mapeamento das políticas de transferência de renda, um dos critérios considerados foi o tamanho do município, porque se tem por hipótese que há especificidades nos entraves à implementação de tais programas relacionados ao tamanho do município e à complexidade do mesmo. No contexto de dinâmicas regionais, os critérios estão relacionados às inter-relações sócio-demográficas e espaciais entre os municípios.

Quadro 1 - Seleção dos municípios pesquisados

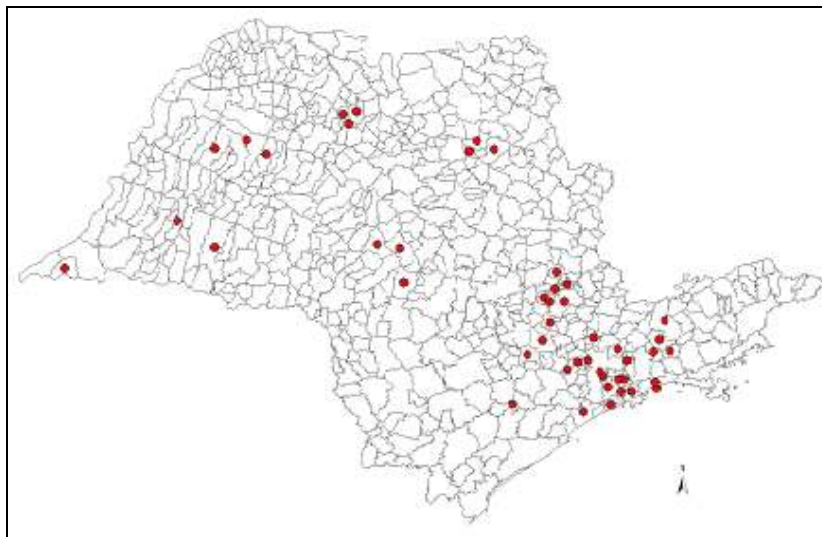
Regiões Metropolitanas/Pólos Regionais	Municípios Selecionados	Municípios Pesquisados
Regiões Metropolitanas Paulistas		24
Região Metropolitana de São Paulo: Composta por 39 Municípios	MSP (Sede) (1) ABCD (4) Guarulhos (1) Outros (6)	12
Região Metropolitana de Campinas: Composta por 19 Municípios	Sede + 6 municípios	7
Região Metropolitana da Baixada Santista: Composta por 10 Municípios	Sede + 4 municípios	5
Pólos Regionais	Sedes + 2 municípios	21
TOTAL MUNICIPIOS PESQUISADOS		45

Foram entrevistados gestores e executores de políticas sociais e, complementarmente, organizações não governamentais, com o objetivo de melhor caracterizar a particularidade local ou regional. Considerando-se os 45 municípios pesquisados, foram entrevistados um total de 149 gestores e executores.

As entrevistas foram realizadas junto às secretarias municipais envolvidas nas políticas de transferência de renda e nas políticas de apoio ao migrante, a maior parte delas secretarias de assistência e desenvolvimento social, bem como nas secretarias de planejamento e de governo a fim de se poder captar informações acerca da dinâmica e estrutura do mercado de trabalho.



Mapa 1
Municípios pesquisados nas Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais
Estado de São Paulo - 2007



Fonte: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Os objetivos do mapeamento foram identificar os programas sociais existentes: tipos e desenho; identificar a articulação entre os níveis de governo em sua implementação; identificar a parcela atendida da população alvo; identificar os entraves e sucessos diferenciados para grandes e pequenos municípios na implementação das políticas de transferência de renda e de combate à pobreza.

No caso das tendências migratórias e demandas sociais, o trabalho de campo objetivou apreender as políticas de apoio ao migrante, bem como captar a possível influência das políticas de transferência de renda na retenção de população local.

Programas de transferência de renda existentes nas Regiões Metropolitanas e Polos Regionais

Os programas de transferência de renda municipais foram os pioneiros dentre os programas de transferência de renda no Brasil. Nos anos de 1995 e 1996 programas



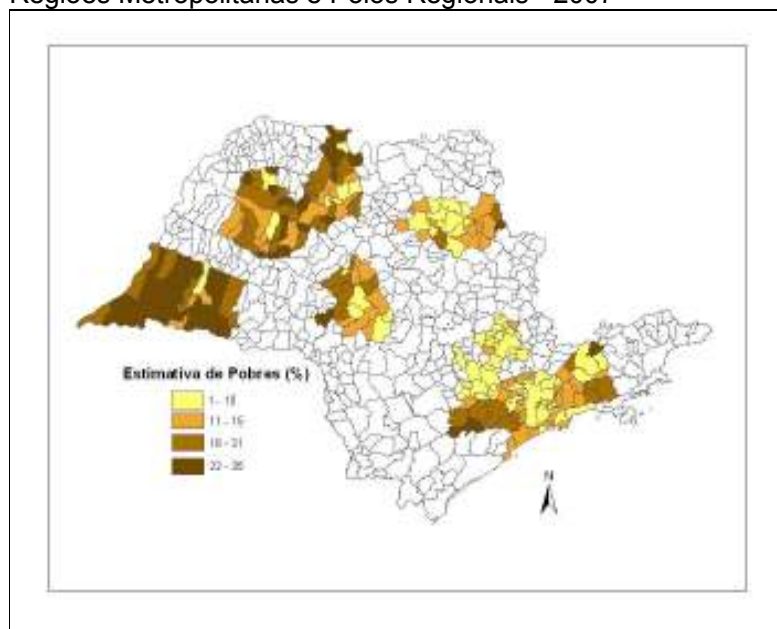
municipais desta natureza surgiram e se disseminaram por municípios em diversos Estados do país. Impulsionados pelo aumento da pobreza decorrente de mais de uma década de crise econômica, assumiram como referência a política de renda mínima divulgada pelo Projeto de Lei nº 80/91 de autoria do Senador Eduardo Suplicy, aprovado em 1991 e o importante debate que suscitou e que modificou a natureza da política de combate à pobreza no país. Diversos estudos retratam o debate desenvolvido naquele período (Suplicy, 1992; Fonseca, 2001), bem como os programas de renda mínima municipais pioneiros, implementados inicialmente em Campinas, Distrito Federal e Ribeirão Preto (Draibe, Fonseca e Montali, 1998; IPEA, 1998; Fonseca, 2001)³⁷. Os estudos referidos possibilitam também entender como o debate a partir do Projeto de Lei do Programa de Garantia de Renda Mínima levou a que os programas municipais passassem a ter a família como unidade para o benefício e o vinculassem à educação formal das crianças e adolescentes. Este debate foi também a origem dos programas federais de transferência de renda. O governo federal em um primeiro momento institui o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, 1996), depois apóia as iniciativas municipais de renda mínima que dêem ênfase às ações educativas (1999) e, posteriormente, institui o programa Bolsa Escola (2001). Em 2003 é implementado o Programa Bolsa Família e regulamentado em 2004.

Os programas federais de transferência de renda hoje apresentam importante cobertura das famílias classificadas pelo MDS como “famílias pobres”, ou seja, aquelas com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo vigente (Quadro 2). Os mapas 1 e 2 mostram, respectivamente, nas regiões pesquisadas a estimativa de pobres e a proporção de famílias pobres estimadas pelo MDS-IPEA, atendidas pelo Programa Bolsa Família nos municípios das três regiões metropolitanas e dos pólos regionais do Estado.

³⁷ Mapeamento dos Programas de Garantia Mínima no Brasil, elaborado a partir de arquivos cedidos pelo Gabinete do senador Eduardo Suplicy e prefeituras, pode ser encontrado em IPEA, 1998. Nesse levantamento é possível notar a expansão de programas municipais de transferência de renda através dos projetos já aprovados em andamento e os projetos de lei em discussão no âmbito das prefeituras municipais, bem como projetos de âmbito estadual.

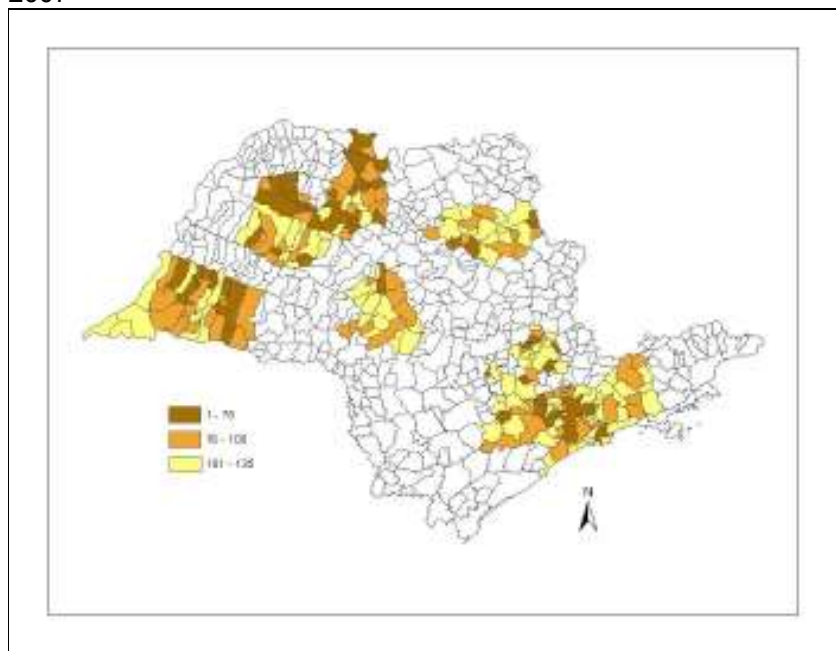


Mapa 2 - Estimativa de pobres (MDS-IPEA)
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais - 2007



Fonte: MDS.Estimativa IPEA 2007. Em: <http://mds.gov.br/sagi>. Acesso em: 26/11/2008

Mapa 3 - Famílias pobres (MDS-IPEA) atendidas pelo Programa Bolsa Família (%) - Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais - 2007



Fonte: Matriz de Informação Social SAGI – MDS, 2007. Em: <http://mds.gov.br/sagi>. Acesso em: 26/11/2008.

Quinto 2

Programas Federais e Estaduais de Transferência de Renda: famílias atendidas e cobertura
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais

2007

2007

Região ou País Regional	Programa Federal de Transferência de Renda				Programa Estadual de Transferência de Renda				Programa Federal de Transferência de Renda								
	População (Censos 2007)	Estimativa Famílias Pobres	Bolsa Família		Programa Renda Emergente (1)		Pensão Cidadã		Ajuda Jovem		Salvador		EPC	PET	Ajuda Jovem		
	Pessoas (Censos 2007)	Famílias (PEA 2006)	Famílias Beneficiárias	Cobertura do Bolsa Família % de famílias beneficiárias (base de estimativa de pobreza (PEA 2006))	Famílias Beneficiárias	% Famílias Beneficiárias	Famílias Beneficiárias	% Famílias Beneficiárias	Famílias Beneficiárias	% Famílias Beneficiárias	Famílias Beneficiárias	% Famílias Beneficiárias	Pessoas cobertas (PEA 2006)	Moedas	Total de Beneficiários	Total de Beneficiários	Total de Beneficiários
RM São Paulo	10.226.430	535.215	440.414	82,4	5.046	6,7	94.891	12,1	36.435	9,8	550.608	103,8	78.781	150.180	209.060	16.072	6.325
RM Estado de São Paulo	1.808.143	89.988	86.418	96,0	884	1,2	1.888	1,3	2.385	0,8	49.898	55,5	6.318	9.807	16.117	2.988	628
RM Campinas	2.656.281	58.678	55.419	94,4	618	1,6	3.787	6,5	4.461	7,8	84.802	142,7	11.341	15.328	24.947	3.093	700
Poa Aracaju	508.445	23.426	22.811	97,4	1.113	4,8	2.785	11,9	2.037	8,7	36.528	154,5	4.044	4.822	8.866	386	300
Poa Belo Horizonte	384.970	17.228	17.438	101,3	347	2,0	1.981	6,9	1.733	10,0	21.868	123,3	2.924	3.907	5.431	190	200
Poa Presidente Dutra	566.531	20.788	21.230	101,7	1.778	8,0	8.215	17,8	4.157	16,8	38.362	126,0	3.182	5.557	7.739	221	25
Poa Ribeirão Preto	1.147.478	28.401	28.585	100,6	986	3,0	5.839	12,8	1.589	6,4	24.858	118,9	6.862	8.124	14.887	1.038	800
Poa São José dos Campos	926.691	24.675	24.180	98,0	258	1,2	1.744	7,1	1.191	5,7	26.749	118,5	3.641	4.859	7.551	332	425
Poa São José do Rio Preto	754.524	23.458	19.790	84,3	372	1,6	3.172	13,5	1.388	5,8	23.843	106,0	3.889	6.888	9.296	684	1.290
Poa Curitiba	1.338.816	37.778	39.837	105,7	388	1,0	1.823	4,8	3.076	9,8	30.528	134,5	6.370	8.888	15.378	280	880

Year	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100																																																		
Population	1,400,000	1,410,000	1,420,000	1,430,000	1,440,000	1,450,000	1,460,000	1,470,000	1,480,000	1,490,000	1,500,000	1,510,000	1,520,000	1,530,000	1,540,000	1,550,000	1,560,000	1,570,000	1,580,000	1,590,000	1,600,000	1,610,000	1,620,000	1,630,000	1,640,000	1,650,000	1,660,000	1,670,000	1,680,000	1,690,000	1,700,000	1,710,000	1,720,000	1,730,000	1,740,000	1,750,000	1,760,000	1,770,000	1,780,000	1,790,000	1,800,000	1,810,000	1,820,000	1,830,000	1,840,000	1,850,000	1,860,000	1,870,000	1,880,000	1,890,000	1,900,000	1,910,000	1,920,000	1,930,000	1,940,000	1,950,000	1,960,000	1,970,000	1,980,000	1,990,000	2,000,000	2,010,000	2,020,000	2,030,000	2,040,000	2,050,000	2,060,000	2,070,000	2,080,000	2,090,000	2,100,000	2,110,000	2,120,000	2,130,000	2,140,000	2,150,000	2,160,000	2,170,000	2,180,000	2,190,000	2,200,000	2,210,000	2,220,000	2,230,000	2,240,000	2,250,000	2,260,000	2,270,000	2,280,000	2,290,000	2,300,000	2,310,000	2,320,000	2,330,000	2,340,000	2,350,000	2,360,000	2,370,000	2,380,000	2,390,000	2,400,000	2,410,000	2,420,000	2,430,000	2,440,000	2,450,000	2,460,000	2,470,000	2,480,000	2,490,000	2,500,000	2,510,000	2,520,000	2,530,000	2,540,000	2,550,000	2,560,000	2,570,000	2,580,000	2,590,000	2,600,000	2,610,000	2,620,000	2,630,000	2,640,000	2,650,000	2,660,000	2,670,000	2,680,000	2,690,000	2,700,000	2,710,000	2,720,000	2,730,000	2,740,000	2,750,000	2,760,000	2,770,000	2,780,000	2,790,000	2,800,000	2,810,000	2,820,000	2,830,000	2,840,000	2,850,000	2,860,000	2,870,000	2,880,000	2,890,000	2,900,000	2,910,000	2,920,000	2,930,000	2,940,000	2,950,000	2,960,000	2,970,000	2,980,000	2,990,000	3,000,000

São apresentados a seguir os resultados do mapeamento dos programas existentes, enfatizando três aspectos: a identificação dos programas de transferência de renda nos municípios pesquisados, a expansão do programa Bolsa Família e os principais problemas encontrados na implementação desse programa federal e também dos programas municipais a partir das entrevistas realizadas com os gestores.

Um primeiro exame dos programas de transferência de renda nos municípios pesquisados evidencia a presença dos principais programas federais de transferência em todos eles, ou seja, os programas Bolsa Família, BPC (Benefício de Prestação Continuada), PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e Agente Jovem. Os programas estaduais Renda Cidadã e Ação Jovem também existem em todos os municípios pesquisados, enquanto os programas municipais estão presentes em alguns deles. Descrição dos programas pode ser encontrada no Anexo 1.

No caso dos programas municipais de transferência de renda deve-se ressaltar que, dentre os municípios pesquisados, este tipo de programa existe predominantemente naqueles maiores que 100 mil habitantes. Foram encontradas apenas três exceções nos pólos regionais de Araçatuba, Presidente Prudente e São José dos Campos, onde vêm sendo implementados em dois municípios pequenos (na classe daqueles com menos de 20 mil habitantes), e em um município com 21 mil habitantes (Quadros 3 e 4). Os programas municipais de transferência de renda caracterizam-se também por serem implementados nas sedes das três regiões metropolitanas paulistas e em cinco das sete sedes de pólos regionais.



Nos municípios pesquisados os programas federais Bolsa Família - dirigido para famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza - e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) estão presentes em todos. Estão presentes também no conjunto dos municípios das regiões sob análise, ou seja, as três regiões metropolitanas paulistas e os sete pólos regionais do Estado de São Paulo, segundo informações do levantamento de campo e de informações disponibilizadas pelo MDS. Com relação ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), existem maiores dificuldades de obtenção de dados consolidados por município junto às fontes federais em decorrência da natureza do programa que até 2006 era implementado pelos municípios sob normas federais e repasse de verba para o pagamento do benefício às famílias e para a execução das atividades sócio-educativas que integram o Programa. Atualmente em transição, passa a ser incorporado ao Programa Bolsa Família, sendo mantidas as atividades sócio-educativas executadas por OGs ou ONGs.

Os dados do levantamento de campo mostram que nas regiões metropolitanas paulistas o PETI é implementado na quase totalidade dos municípios, não existindo apenas em um município da Região Metropolitana de São Paulo e em dois da Região Metropolitana de Campinas. No primeiro caso trata-se de Vargem Grande Paulista, de cerca de 40 mil habitantes, desmembrado de Cotia e caracterizado por atividade econômica pouco dinâmica. No caso da Região Metropolitana de Campinas tratam-se de municípios de características distintas, pois o primeiro, Vinhedo é um município maior (cerca de 60 mil habitantes) e com atividade econômica com dinamismo e Artur Nogueira um município menor (cerca de 40 mil habitantes) e com maiores dificuldades de atendimento às necessidades da população local. Nos dois municípios menores e com piores condições de atendimento às questões sociais pode-se supor que estas possam justificar a não implementação do PETI, pois este supõe investimentos para garantir a jornada ampliada que integra o programa. No caso de Vinhedo, um município que, segundo dados do Censo de 2000, apresentou renda familiar per capita o dobro maior que a dos outros dois municípios referidos, a informação obtida através das entrevistas é de não existência do trabalho infantil na área urbana do município. De maneira distinta, nos Pólos Regionais o PETI é implementado em apenas 11 dos 21 municípios pesquisados. Dentre estes estão todos os municípios-sede de cada pólo, e em poucos municípios não sedes.

Dentre os programas federais de transferência de renda, o Programa Agente Jovem é o que apresenta menor presença tanto nas regiões metropolitanas paulistas, como nos pólos. Deve-se mencionar que para os municípios aderirem ao programa, devem preencher alguns critérios de elegibilidade. O programa Agente Jovem passa por um momento de



transição. O programa foi reformulado e passou a integrar o Programa Pró-Jovem Adolescente. Em 2008 ainda co-existirão os dois programas. Isto significa que uma parte dos municípios terá ainda o Agente Jovem, o qual deverá encerrar-se definitivamente em dezembro de 2008, e outra parte já terá migrado para o novo programa³⁸.

Assim, o Programa Agente Jovem está presente em todas as sedes das regiões metropolitanas, bem como nos municípios maiores. No caso da Região Metropolitana de São Paulo não é implementado por três municípios, sendo um deles São Bernardo de Campo que compensa o atendimento desse público através de diversos programas municipais que têm por foco o adolescente e o jovem (Quadro 3). Nos pólos regionais, com duas exceções, Araçatuba e Presidente Prudente, o Programa Agente Jovem está presente em todas as sedes regionais e em poucos outros municípios (Quadro 4).

Os programas estaduais de transferência de renda Renda Cidadã e Ação Jovem estão presentes em todos os municípios pesquisados (Quadros 3 e 4). Estes programas apresentam cobertura menor que o Programa Bolsa Família, como pode-se constatar no Quadro 2, mas podem ser complementares e possibilitam que uma família receba os dois benefícios caso se enquadre nos critérios de elegibilidade dos mesmos

³⁸ O Pró-Jovem Adolescente tem como objetivos: o retorno e a permanência na escola, proteção social básica e assistência às famílias. Além de atender adolescentes de famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo, o programa privilegia jovens atendidos pelo Bolsa Família e participantes do PETI. Lei nº 11.692, de 10 de Junho de 2008.



Quadro 3

Programas de transferência de renda vigentes nos municípios pesquisados, ordenados por tamanho

Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo

2007

Região Metropolitana	Tamanho	Município	Federais				Estaduais		Municipais
			Bolsa Família	PETI	Agente Jovem	BPC	Renda Cidadã	Ação Jovem	
São Paulo	mais de 100 mil	São Paulo- SEDE							
		Guarulhos							
		São Bernardo do Campo							
		Osasco							
		Santo André							
		Diadema							
		Francisco Morato							
		Poá							
		Jandira							
	mais de 20 a 50 mil	Vargem Grande Paulista							
		Rio Grande da Serra							
		Guararema							
Baixada Santista	mais de 100 mil	Santos - SEDE							
		Praia Grande							
		Cubatão							
	mais de 50 até 100 mil	Itanhaém							
	mais de 20 até 50 mil	Bertioga							
Campinas	mais de 100 mil	Campinas- SEDE							
		Sumaré							
		Hortolândia							
		Indaiatuba							
	mais de 50 até 100 mil	Vinhedo							
	Mais de 20 até 50 mil	Artur Nogueira							
		Jaguariúna							

Fonte: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais – Pesquisa de campo. NEPP/NEPO/IE-UNICAMP. 2007. Convenio FINEPUNICAMP.



Quadro 4

Programas de transferência de renda vigentes nos municípios pesquisados, ordenados por tamanho
Pólos Regionais do Estado de São Paulo
2007

<u>Pólos</u>	Tamanho	Municípios	<i>Federais</i>				<i>Estaduais</i>		Municipais
			Bolsa Família	PETI	Agente Jovem	BPC	Renda Cidadã	Ação Jovem	
Araçatuba	mais de 100 mil	Araçatuba - SEDE							
		Birigui							
	mais de 20 até 50 mil	Valparaíso							
Bauru	mais de 100 mil	Bauru - SEDE							
	mais de 50 até 100 mil	Lençóis Paulista							
	mais de 20 até 50 mil	Pederneiras							
Presidente Prudente	mais de 100 mil	Presidente Prudente - SEDE							
	mais de 20 até 50 mil	Rancharia							
	até 20 mil	Euclides da Cunha							
Ribeirão Preto	mais de 100 mil	Ribeirão Preto - SEDE							
		Sertãozinho							
	mais de 20 até 50 mil	Barrinha							
São José do Rio Preto	mais de 100 mil	São José do Rio Preto - SEDE							
	mais de 50 até 100 mil	Mirassol							
	até 20 mil	Bady Bassit							
São José dos Campos	mais de 100 mil	São José dos Campos - SEDE							
		Jacareí							
	até 20 mil	Santa Branca							
Sorocaba	mais de 100 mil	Sorocaba - SEDE							
		Itu							
	até 20 mil	Tapirai							

Fonte: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais –Pesquisa de campo. NEPP/NEPO/IE-UNICAMP. 2007. Convenio FINEP/UNICAMP.

O Programa Bolsa Família e os programas municipais de transferência de renda: especificidades e dificuldades

O Programa Bolsa Família pretende atingir todas as famílias em situação de pobreza, visando esse objetivo, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) estabelece metas municipais baseadas na estimativa de famílias nessa condição em todas as localidades e acompanha a cobertura (Quadro 5).



Considerando-se as três regiões metropolitanas paulistas, deve-se destacar a maior concentração de população na Região Metropolitana de São Paulo (19 milhões e 226 mil habitantes), bem como a maior concentração de pessoas em condição de pobreza em números absolutos. Observa-se, nessa região, entre 2004 e 2007, um acentuado crescimento do número de famílias atendidas, chegando no último ano a quase 500 mil famílias (Quadro 5); conforme apontado no Quadro 2 a estimativa de famílias pobres é de 535.215 em 2007, portanto 83% das famílias pobres eram beneficiárias desse programa nesse ano.

No município de São Paulo, com 10 milhões e 886 mil habitantes em 2007, são atendidas 204.127 famílias pelo Programa Bolsa Família, abrangendo cerca de 72% das famílias pobres. No entanto, cerca de 300 mil famílias recebem transferências de renda quando considerados o Programa Municipal de Renda Mínima, cerca de 100 mil famílias e os demais programas com menor cobertura como o Renda Cidadã e o PETI. Foi possível captar pelas entrevistas que, no caso da Prefeitura Municipal de São Paulo, ocorre combinação dos diversos programas na composição do benefício recebido pelas famílias, possibilitando maior cobertura e evitando maiores disparidades entre as famílias beneficiárias.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Quadro 5
Programa Bolsa Família – famílias atendidas e cobertura nos municípios
pesquisados, ordenados por tamanho
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais
2004-2007

Identificação		Indicadores						
Município	Tamanho	População (Estimativa - Contagem 2007)	Percentual de Pobreza (%)	Bolsa Família		Cobertura do Bolsa Família		
			% da estimativa de pobres (IPEA 2004) em relação à população (Contagem 2007)	2004	2007	2004	2007	
				Famílias	Famílias	% de famílias atendidas abaixo da estimativa de pobreza (IPEA 2004)	% de famílias atendidas abaixo da estimativa de pobreza (IPEA 2004)	
RM São Paulo								
São Paulo - Sede	mais de 100 mil	10.886.518	8,90	165.991	204.127	58,23	71,61	
Guarulhos		1.236.192	9,82	28.076	38.871	78,61	108,83	
São Bernardo do Campo		781.390	7,98	7.301	14.474	39,8	78,9	
Osasco		701.012	9,38	5.765	19.374	29,82	100,22	
Santo André		667.891	8,71	5.444	13.809	31,82	80,71	
Diadema		386.779	10,79	4.834	12.929	39,38	105,32	
Francisco Morato		147.522	15,27	2.329	4.651	35,14	70,18	
Poá		105.285	10,53	1.240	2.859	38,02	87,66	
Jandira		103.546	9,56	1.779	3.139	61,12	107,84	
Vargem Grande Paulista		40.219	8,29	583	1.027	59,43	104,69	
Rio Grande da Serra	mais de 20 até 50 mil	39.270	14,92	1.207	1.918	70,03	111,28	
Guararema		25.129	14,10	581	1.070	55,76	102,68	
RM Baixada Santista								
Santos - Sede	mais de 100 mil	418.288	6,46	3.302	4.215	41,55	53,04	
Praia Grande		233.806	9,30	2.493	6.940	38,98	108,52	
Cubatão		119.794	11,93	1.939	4.354	46,13	103,59	
Itanhaém		mais de 50 até 100 mil	80.787	15,43	308	3.680	8,4	100,39
Bertioga	mais de 20 até 50 mil	39.091	7,63	819	912	93,41	104,01	
RM Campinas								
Campinas - Sede	mais de 100 mil	1.039.297	7,88	8.747	24.730	36,33	102,7	
Sumaré		228.696	8,59	4.278	5.922	74,01	102,45	
Hortolândia		190.781	8,73	3.753	4.969	76,65	101,48	
Indaiatuba		173.508	5,79	360	2.416	12,18	81,73	
Vinhedo		mais de 50 até 100 mil	57.837	4,15	430	528	60,86	74,74
Artur Nogueira	mais de 20 até 50 mil	39.417	8,35	773	960	79,85	99,17	
Jaquariúna		36.801	6,50	616	787	87,59	111,91	
Pólo Araçatuba								
Araçatuba - Sede	mais de 100 mil	178.839	10,77	2.625	5.869	46,34	103,6	
Birigui		103.395	8,43	1.072	2.804	74,89	109,36	
Valparaíso	mais de 20 até 50 mil	20.827	12,80	560	826	49,22	105,34	
Pólo Bauru								
Bauru - Sede	mais de 100 mil	347.601	7,99	4.791	8.443	58,63	103,32	
Lençóis Paulista	mais de 50 até 100 mil	59.459	7,54	1.130	1.376	85,72	104,38	
Pederneras	mais de 20 até 50 mil	40.355	12,41	1.077	1.410	73,14	95,76	
Pólo Presidente Prudente								
Presidente Prudente - Sede	mais de 100 mil	202.789	10,37	4.435	6.504	71,68	105,11	
Rancharia	mais de 20 até 50 mil	28.304	19,20	979	1.303	61,26	81,53	
Euclides da Cunha Paulista	até 20 mil	9.880	32,60	537	989	56,68	104,39	
Pólo Ribeirão Preto								
Ribeirão Preto - Sede	mais de 100 mil	547.417	6,98	1.106	11.534	9,85	102,69	
Sertãozinho		103.655	7,69	1.530	1.828	65,22	77,93	
Barrinha		mais de 20 até 50 mil	25.710	14,76	190	1.312	17,03	117,56
Pólo São José dos Campos								
São José Dos Campos - Sede	mais de 100 mil	594.948	8,04	5.698	13.617	40,52	96,83	
Jacareí		207.028	9,59	1.195	6.085	20,47	104,26	
Santa Branca		até 20 mil	13.279	16,76	368	578	56,22	88,3
Pólo São José do Rio Preto								
São José do Rio Preto - Sede	mais de 100 mil	402.770	7,71	1.911	7.356	20,93	80,58	
Mirassol	mais de 50 até 100 mil	51.660	10,85	1.196	1.662	72,57	100,85	
Bady Bassitt	até 20 mil	13.039	8,14	217	338	69,5	108,26	
Pólo Sorocaba								
Sorocaba - Sede	mais de 100 mil	559.157	7,14	6.671	12.255	56,82	104,39	
Itu		147.260	7,95	1.015	3.580	29,46	103,91	
Tapiraí		até 20 mil	7.954	25,08	375	491	63,92	83,7

Fonte: MDS. Matriz de Informação Social em: www.mds.gov.br/sagi/ em 04/06/2008



Entre 2004 e 2007, os dados obtidos junto ao MDS sobre o Programa Bolsa Família (Quadro 5), evidenciam a forte expansão do número de famílias beneficiárias em todas as regiões e municípios pesquisados do Estado de São Paulo independente do tamanho ou condição do município na região. Observa-se em 2007, em grande parte desses municípios pesquisados, que a cobertura atinge a totalidade das famílias consideradas como pobres segundo os critérios do Programa Bolsa Família.

Apresentam-se a seguir especificidades e dificuldades apontadas na implementação do Programa Bolsa Família e dos Programas Municipais, organizados a partir de entrevistas com gestores: Secretários Municipais e Gestores de Benefícios e executores dos programas de transferência de renda.

Uma informação inédita sobre a execução desse tipo de programa social refere-se ao acúmulo de encargos dos coordenadores de programas de transferência de renda. Constatou-se que grande parte dos executores é responsável por mais de um programa. Nas regiões metropolitanas esse acúmulo mostra-se mais acentuado, pois menos que a metade é responsável pela execução de apenas um programa e um quinto deles é responsável por quatro ou mais programas (Tabela 48). Nos polos regionais é maior a proporção de executores responsáveis por apenas um programa e cerca de um quinto deles é responsável por 2 programas. Deve-se observar que são muito variadas as combinações de tipos de programas que um executor coordena.



Tabela 48

Número de programas pelos quais o executor é responsável

Região Metropolitana ou Pólo Regional

Região/Pólo Regional	Quantidade de Programas				Total
	1	2	3	4 e mais	
Subtotal RMs (74 gestores)	55,4	17,6	6,8	20,3	100,0
RM São Paulo	50,0	19,4	8,3	22,2	100,0
RM Baixada Santista	46,7	26,7	6,7	20,0	100,0
RM Campinas	69,6	8,7	4,3	17,4	100,0
Subtotal Pólos (75 gestores)	60,0	22,7	10,7	6,7	100,0
Araçatuba	60,0	20,0	20,0	0,0	100,0
Bauru	83,3	8,3	8,3	0,0	100,0
Presidente Prudente	45,5	54,5	0,0	0,0	100,0
Ribeirão Preto	58,3	25,0	8,3	8,3	100,0
Sorocaba	63,6	18,2	9,1	9,1	100,0
São José do Rio Preto	70,0	0,0	10,0	20,0	100,0
São José dos Campos	33,3	33,3	22,2	11,1	100,0
TOTAL (149 gestores)	57,7	20,1	8,7	13,4	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.



Tabela 49

Proporção de executores responsáveis apenas por um programa: Programa Bolsa Família ou Programas Municipais

Região Metropolitana/Pólo Regional

Regiões e Pólos	Bolsa Família	Programas Municipais
RMs	39,3	30,8
RM São Paulo	42,9	36,4
RM Baixada Santista	33,3	0,0
RM Campinas	37,5	0,0
Pólos	52,4	30,8
Araçatuba	33,3	0,0
Bauru	66,7	0,0
Presidente Prudente	66,7	0,0
Ribeirão Preto	66,7	0,0
São José dos Campos	0,0	50,0
São José do Rio Preto	66,7	100,0
Sorocaba	66,7	50,0
Total	44,9	30,8
Total absoluto	49	26

Fonte: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP. (obs. A diferença para 100% refere-se ao percentual de gestores que além do programa mencionado, são responsáveis por outros).

No caso dos pólos regionais mais que a metade dos executores do Programa Bolsa Família coordena apenas esse programa (Tabela 49). Nas regiões metropolitanas pouco mais que um terço deles é responsável apenas pelo Bolsa Família, evidenciando maior acúmulo de responsabilidades e corroborando a informação obtida através da Tabela 48.

Os programas municipais na maior parte das regiões metropolitanas e polos não têm execução exclusiva. Na RMSP pouco mais que um terço dos executores coordenam apenas os programas municipais; no caso dos polos regionais, há coordenação exclusiva de programa municipal apenas nos polos de São José dos Campos, São José do Rio Preto e de Sorocaba, em todos na sede da região.

O exame das dificuldades mostra especificidades no interior das regiões metropolitanas, considerando-se municípios maiores e menores e as distintas posições na dinâmica regional. No entanto são relevantes as diferenças entre as dificuldades apontadas por gestores de municípios em áreas metropolitanas e em pólos regionais.



Programa Bolsa Família

Iniciando pelas dificuldades apontadas pelo programa de transferência de renda de maior abrangência, o Bolsa Família, fica patente que as maiores deficiências em relação ao item Recursos e Infra-estrutura são apresentadas pelos maiores municípios. A principal deficiência apontada por sete dentre estes, incluindo-se as sedes das RM de São Paulo e da Baixada Santista, são recursos insuficientes para a realização de visitas para o acompanhamento das famílias beneficiárias, havendo destaque para as deficiências de funcionário para exercer as tarefas necessárias e a necessidade de veículo para locomoção. Estas funções são executadas pela prefeitura municipal e a maior parte desses municípios apresenta mais que 100 mil habitantes. Merecem destaque os municípios de São Paulo, com cerca de 11 milhões de habitantes, de Guarulhos, com mais de 1 milhão de habitantes e São Bernardo com quase 800 mil habitantes; também como Santos, a sede do pólo regional, com mais que 400 mil habitantes. Desse modo foi possível captar através da pesquisa de campo que a rápida expansão do Programa Bolsa Família nos anos entre 2004 e 2007, apontada no Quadro 5 não foi devidamente acompanhada da ampliação da estrutura básica necessária para seu funcionamento.

Tabela 50
Principais dificuldades apontadas pelos Gestores - Programa Bolsa Família
Pesquisa de Campo
2007

Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais	Recursos e Infra-estrutura	Relação entre esferas de Governo	Valor do Benefício	Equipe	Acompanhamento condicionalidades	Falta de comprometimento das famílias	Dificuldades no processo de seleção dos beneficiários	Problemas com atualização de informação das famílias beneficiárias	Outras	Total
TOTAL RMs	23,9	11,9	6,0	19,4	19,4	1,5	11,9	0,0	6,0	100,0
RM São Paulo	30,0	5,0	0,0	20,0	25,0	5,0	5,0	0,0	10,0	100,0
RM Baixada Santista	24,0	12,0	12,0	20,0	12,0	0,0	20,0	0,0	0,0	100,0
RM Campinas	18,2	18,2	4,5	18,2	22,7	0,0	9,1	0,0	9,1	100,0
TOTAL PÓLOS	10,2	16,3	4,1	16,3	26,5	12,2	2,0	8,2	4,1	100,0
Pólo Araçatuba	14,3	14,3	0,0	28,6	28,6	14,3	0,0	0,0	0,0	100,0
Pólo Bauru	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	25,0	0,0	0,0	25,0	100,0
Pólo Presidente Prudente	18,2	9,1	9,1	18,2	27,3	0,0	9,1	0,0	9,1	100,0
Pólo Ribeirão Preto	10,0	20,0	0,0	10,0	0,0	30,0	0,0	30,0	0,0	100,0
Pólo São José do Rio Preto	0,0	25,0	0,0	25,0	0,0	25,0	0,0	25,0	0,0	100,0
Pólo São José dos Campos	0,0	33,3	16,7	16,7	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Pólo Sorocaba	14,3	14,3	0,0	14,3	57,1	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0

Fonte: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

As deficiências decorrentes da rápida expansão do Programa Bolsa Família também se fazem sentir nos menores municípios, especialmente naqueles com população de até 50 mil habitantes, que apresentam deficiência de veículo e de funcionário para desempenhar essa atividade de acompanhamento das famílias beneficiárias.



Considerando-se ainda o Item Recursos e Infra-Estrutura, municípios menores que 100 mil habitantes das regiões metropolitanas de Santos e de Campinas apontaram a falta de computadores como uma limitação para a implementação do Programa Bolsa Família, pois este é utilizado em diversas etapas deste na comunicação com o Ministério de Desenvolvimento Social, desde a comunicação do Cadastro Único para a seleção dos beneficiários, ao controle das condicionalidades, que se realiza em parceria com as secretarias municipais de educação e de saúde.

Dentre os municípios menores, entre 20 e 50 mil habitantes - um deles situado na região metropolitana da Baixada Santista e outro na região metropolitana de Campinas -, apresentam uma combinação de diversas limitações em relação ao Item Recursos e Infra-Estrutura, ou seja, indicam a falta de computadores, de veículo, de funcionários e de espaço-físico. Cerca de 1.000 famílias são atendidas pelo Programa Bolsa Família em cada um desses municípios menores e as dificuldades bem como a ausência de equipamento e de pessoal, apontados, certamente limitam a eficiência do programa e o acompanhamento das famílias.

Dificuldades são apontadas também em relação ao Cadastro Único *on line*. Os municípios-sedes de três Pólos, com tamanhos entre 600 e 200 mil habitantes, apontam dificuldades com o *software* que é utilizado para a comunicação com o MDS e mesmo deficiências para sua utilização no sistema de informática do município. Também nos municípios das RMs são apontadas dificuldades na operação com o Sistema Único, destacando-se em alguns casos a lentidão do processamento. Este conjunto de demandas evidencia a precariedade dos equipamentos e das redes disponíveis para estes municípios implementarem o Programa Bolsa Família.

Enquanto as limitações relacionadas a Recursos e Infra-estrutura afetam de distintas maneiras os municípios grandes e pequenos das três regiões metropolitanas paulistas, as dificuldades com a Equipe, ou seja, com os profissionais envolvidos na operação, afetam menos os municípios grandes da RMSP, porém surgem em municípios grandes e pequenos das demais regiões metropolitanas e dos pólos regionais. Com maior frequência são apontadas a falta de profissionais ou equipe reduzida frente às demandas e tamanho do programa. Em segundo lugar e de maneira mais acentuada nos municípios das regiões metropolitanas da Baixada Santista e Campinas e em alguns dos pólos, foi apontada a falta de capacitação permanente e a baixa capacitação dos profissionais que integram a equipe.

Um terceiro ponto com maiores indicações de dificuldades é relativo ao Acompanhamento de Condicionalidades. A principal dificuldade encontrada é no acompanhamento das famílias, mais frequente nas regiões metropolitanas do que nos



Pólos, embora seja uma queixa também destes municípios. É ressaltada a dificuldade de localização das famílias e de interação com aquelas que apresentam dificuldades no cumprimento das condicionalidades. No caso das dificuldades com as famílias, estas são provocadas por mudanças de endereço e de cidade, bem como pela não atualização dos cadastros. No caso das regiões metropolitanas essas dificuldades estão associadas à complexidade do urbano e ao volume da população atendida; nos pólos regionais essas dificuldades, em alguns casos estão relacionados à mobilidade da população e, possivelmente, à migração sazonal ligada à produção agrícola.

Ainda com relação ao acompanhamento de condicionalidades um outro conjunto de dificuldades é indicado em relação à obtenção de informações das secretarias de educação e da saúde para esse acompanhamento pela secretaria municipal responsável pelo Bolsa Família, sendo reiteradas as maiores dificuldades apontadas na obtenção de informações da saúde.

Cabe ressaltar que o programa Bolsa Família é realizado através de uma pactuação entre o município e o governo federal. Nesse sentido a pesquisa buscou conhecer as dificuldades na relação entre as esferas de governo. Constatou-se, principalmente nos municípios dos pólos a ausência de comunicação com o governo estadual, as dificuldades de comunicação com o governo federal e estadual; e ainda falta de clareza na compreensão das atribuições do governo federal, Caixa Econômica Federal e o município.

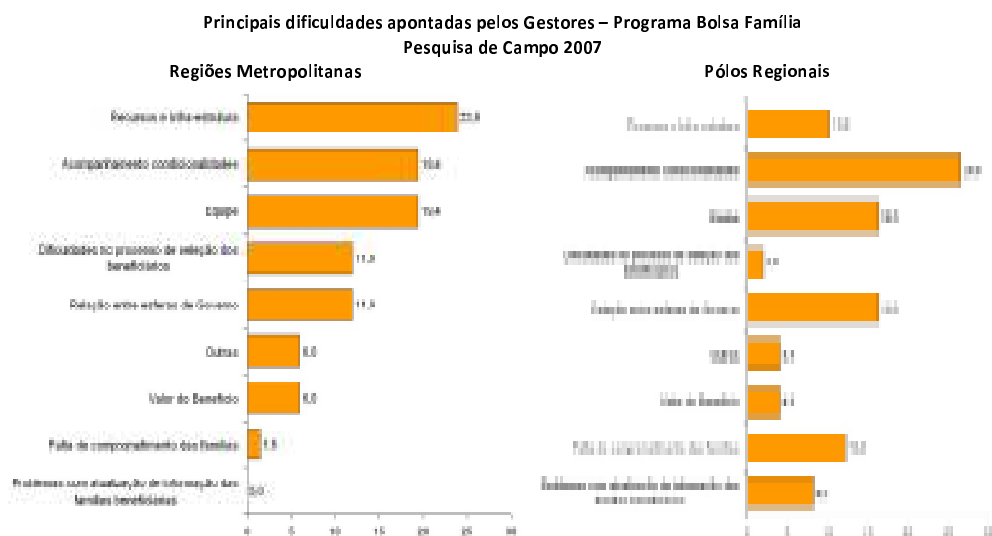
Como se sabe, em sua execução o Programa Bolsa Família deve contar com ações articuladas entre as secretarias municipais de assistência, educação e saúde que acompanham e informam sobre o cumprimento das condicionalidades e a secretaria que realiza a gestão do benefício. Nesse sentido, a principal dificuldade na relação entre as esferas de governo é apontada principalmente nos municípios menores de 100 mil habitantes tanto das RMs, como nos municípios nessa classe de tamanho dos pólos regionais, bem como por alguns maiores, é a falta de articulação entre as secretarias envolvidas, ou seja, de educação, de saúde e de assistência social ou outra secretaria que esteja gerindo o programa. Dessa falta de articulação decorre a dificuldade de obtenção das informações sobre o acompanhamento das condicionalidades relacionadas à educação e à saúde já mencionadas.

Como fica evidente no gráfico abaixo, em ordem de importância segue-se a dificuldade de maior comprometimento das famílias como cumprimento das condicionalidades e na frequência a atividades complementares ao programa, sendo citado o comprometimento insatisfatório com atividades de capacitação para geração de renda. Esta dificuldade é apresentada com maior frequência nos municípios dos pólos regionais.



Outro aspecto ressaltado é o valor do benefício. Uma das dificuldades apontadas pelos entrevistados é o baixo valor em relação à realidade do município, evidenciando a necessidade de ajustes regionais para o valor das transferências de renda, no caso para o Estado de São Paulo. A inadequação do valor do benefício à realidade das cidades é apontada nos municípios das Regiões Metropolitanas Paulistas e também nos municípios maiores dos pólos regionais.

Gráfico 17



Fonte: Pesquisa de Campo. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2007

Em síntese, as principais dificuldades na implementação do Programa Bolsa Família nas regiões metropolitanas paulistas são relativas a: deficiência de recursos e de infraestrutura; a equipes reduzidas frente à demanda de atendimento e necessidade de capacitação e dificuldades para o acompanhamento das condicionalidades.

Com menor frequência são apontados: problemas na relação entre as esferas de governo; relativos ao valor do benefício, considerado baixo para a realidade da região.

Nos pólos regionais, os principais problemas apontados são relativos a: dificuldades para o acompanhamento das condicionalidades, apontado como o principal; a equipes reduzidas frente à demanda de atendimento e necessidade de capacitação dos profissionais; problemas na relação entre as esferas de governo; comprometimento insatisfatório das famílias.



Programas Municipais de Transferência de Renda

Com o crescimento da cobertura dos programas federais de transferência de renda muitos programas municipais foram desativados ou substituídos de forma a desempenharem um papel de complementaridade junto aos programas federais e estaduais.

Em geral os programas municipais têm uma abrangência, com relação ao atendimento, mais restrita e em boa parte apresentam valores de transferência superiores aos dos programas federais. Também têm em comum, critérios mais restritivos de focalização e em geral são encontrados em municípios mais desenvolvidos (Silva, 2006).

Há municípios com experiências pioneiras que se constituem em boas fontes de conhecimento sobre programas de transferência de renda, já que contam com um vasto aprendizado institucional. Os municípios de Campinas na Região Metropolitana de Campinas, Ribeirão Preto sede do Pólo Regional de mesmo nome e Santos na Região Metropolitana da Baixada Santista, juntamente com Brasília são os embriões das iniciativas municipais de transferência de renda iniciadas em 1995.

Os programas municipais oferecidos são muito heterogêneos. Existe desde a oferta de programas de transferência de renda para as famílias nos moldes do programa Bolsa Família, com condicionalidades relacionadas à Educação e a Saúde, até programas do tipo frentes de trabalho. No modelo de programa de Transferência de Renda “frentes de trabalho” o objetivo é atenuar o problema do desemprego através da oferta de trabalho que não exige alta qualificação. São trabalhos oferecidos por um período determinado em atividades relativas ao saneamento, arborização, construção civil e serviços urbanos entre outros. Além do trabalho, o beneficiário tem que freqüentar o ensino formal, no caso de não ter concluído a educação básica, e ou freqüentar atividades de capacitação para o trabalho ou sócio-educativas.

Dos 24 municípios visitados na pesquisa de campo nas três Regiões Metropolitanas, foram encontrados 22 programas municipais de transferência de renda em 10 municípios. Todos os municípios que dispõem destes programas são municípios de grande porte, ou seja, com pelo menos mais de 100 mil habitantes.

Nos sete pólos regionais, como se verá posteriormente, foram encontrados 16 programas municipais de transferência de renda em oito dos vinte e um municípios pesquisados.



Quadro 6

**Número de beneficiários dos programas de transferência de renda municipal
2007**

RM/Pólo	Municípios	Programas Municipais de Transferência de Renda	Beneficiários	
			Famílias	Pessoas
São Paulo	Diadema	Adolescente Aprendiz	-	200
		Bolsa Aluguel	166	-
		Bolsa Transporte	-	15.000
	Guarulhos	Bolsa auxílio Desemprego	-	850
		Programa de Oportunidade ao Jovem	-	1.500
	Osasco	Bolsa Trabalho	-	152
		Começar de Novo	100	-
	Sto. André	Operação Trabalho	430	-
Baixada Santista	Santos	Família Andreense	1.670	-
		GTS (Geração de trabalho e interesse social)	1.500	-
	São Bernardo do Campo	Rotativo Cidadão	-	258
		Turma Cidadã	-	500
		PEAT - Programa educativo adolescente para o trabalho	-	440
		PRODESIP	-	500
	São Paulo	Usina Sócio-Educativa	-	103
		Renda Mínima	113.132	486.467
Campinas	Praia Grande	PAD (Programa de apoio ao desempregado)	-	200
	Santos	Programa Fênix - População em Situação de Rua	-	39
		Programa Nossa Família	500	-
		Vovô Sabe Tudo (Valorização da Pessoa Idosa)	-	90
		Programa de Valorização do Jovem	-	50
Araçatuba	Valparaíso	Programa de Geração de Renda Mínima	3.118	12.400
Presidente Prudente	Euclides da Cunha Paulista	Jovem Cidadão	-	16
		Programa de Capacitação e Qualificação Profissional de Desempregados e Frentes Emergenciais de Trabalho	-	66
	Presidente Prudente	Criança Cidadã	140	141
Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	Cuidadores de Idosos (Valo vovô)	-	50
		Bolsa do Horto	-	90
		Auxílio as Famílias Carentes de Recursos Materiais	-	90
		Família Substituta	131	-
		Renda Mínima	564	-
São José dos Campos	Ribeirão Preto	Apoio Alimentar	2.757	-
		Programa Lar Hospedeiro	2	-
		Bolsa Auxílio de Qualificação	1.430	1.430
		Renda Mínima	850	-
São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	Vida em Família	60	-
		Bolsa-Escola	3.100	5.300
Sorocaba	Sorocaba	Benefícios para Mães de Gêmeos	-	375
		Projeto Travessia	20	-

Fonte: Pesquisa de Campo. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2007

Os gestores relataram enfrentar menos dificuldades na implementação dos programas de Transferência de Renda municipais do que mencionaram em relação aos programas de responsabilidade de outros níveis de governo. Este fato pode ser decorrência de que por depender exclusivamente de recursos e de decisões política do âmbito municipal, muitas dificuldades já estariam sendo solucionadas sob este nível de governo.

Nas regiões metropolitanas paulistas, entre as dificuldades relativas aos recursos e infra-estrutura foram mencionadas: a falta de local para realizar as atividades, a falta de recursos para ampliar o programa e para a formação de profissionais capacitados (Diadema, Osasco e São Bernardo do Campo). O município de Diadema apontou como dificuldade



para realizar o acompanhamento e monitoramento a falta de pessoal. O município de Campinas, afirmou que uma das dificuldades do programa de Transferência de Renda Mínima, é o baixo valor do benefício frente à realidade das famílias.

Outras dificuldades apontadas relacionam-se à insuficiência de vagas observada pelos gestores através da grande demanda pelos programas, à falta de adesão das famílias ao programa, à alta rotatividade de beneficiários em alguns programas e, à falta de recursos de uma forma mais ampla.

Quadro 7

Programas de Transferência de Renda Municipal – municípios pesquisados, ordenados por tamanho Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo

Regiões Metropolitanas			Programa Municipal	Dificuldades			
Região	Tamanho	Município		recursos e Infra-estr.	com profissionais	valor do benefício	outras
RMSP	mais de 100 mil	Diadema	Adolescente Aprendiz Bolsa Transporte Bolsa Aluguel				
		Guarulhos	Bolsa Auxílio Desemprego Programa de Oportunidade ao Jovem				
		Osasco	Bolsa Trabalho Começar de Novo Operação Trabalho				
		S. Bernardo do Campo	Rotativo Cidadão Turma Cidadã PEAT - Prog.Educativo Adolescente para o Trabalho PRODESIP (*) Usina Sócio-Educativa				
		São Paulo	Renda Mínima				
		Sto. André	Família Andreense GTIS (Geração de Trabalho e Interesse Social)				
RMBS	mais de 100 mil	Praia Grande	PAD (Programa de Apoio ao Desempregado)				
		Santos	Programa Nossa Família Prog.Valoriz. do Jovem: Juventude e Comunidade Programa de Inclusão Cidadã - FÊNIX Programa de Valorização do Idoso				
RMCP	mais de 100 mil	Campinas	Programa de Garantia de Renda Mínima Municipal				

Fonte: Pesquisa de Campo. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2007

Nos pólos regionais do Estado de São Paulo foram visitadas 21 cidades. Em oito cidades foram encontrados 16 programas de Transferência de Renda municipal. Ao contrário das Regiões Metropolitanas, foram encontrados programas de Transferência de Renda nos municípios de menor porte, ou seja, com menos de 50 mil habitantes (em quatro municípios). Os demais programas estão em três municípios com mais de 100 mil habitantes e, um programa pertence a um município com população entre 50 e 100 mil habitantes.

Enquanto dificuldades relativas aos recursos e infra-estrutura, foram mencionadas a falta de veículos e a falta de informatização. Apenas um município relatou ter dificuldades com a falta de pessoal para a execução do programa.



Com relação ao controle das condicionalidades do programa foram destacadas dificuldades na localização das famílias ou beneficiários do programa, bem como dificuldades em controlar as condicionalidades como: frequência escolar, vacinação, peso etc. Além disso, foi citada a dificuldade em se controlar a frequência dos pais nas atividades sócio-educativas na categoria que inclui outras dificuldades. Os gestores fizeram menção a outras dificuldades como a falta de adesão das famílias e beneficiários ao programa (quatro municípios). Um município declarou enfrentar dificuldades de ampliar o número de vagas e outro município afirmou ter problemas na relação com o Conselho Tutelar.

Quadro 8

Programas Municipais de Transferência de Renda – municípios pesquisados, ordenados por tamanho

Pólos Regionais do Estado de São Paulo

Polos Regionais			Programa Municipal	Dificuldades			
Região	Tamanho	Município		com recursos e Infra-estrutura	com profissionais	em controlar condicionalidade	outras
Araçatuba	mais de 20 até 50 mil	Valparaíso	Jovem Cidadão				
	até 20 mil	Euclides da Cunha	C. e Q.de desemp. e Fr. E. de Trabalho (*)				
P. Prudente	mais de 20 até 50 mil	P. Prudente	Criança Cidadã (**)				
			Vale vovô				
Ribeirão Preto	mais de 100 mil	Ribeirão Preto	Bolsa do Horto				
			Auxílio às Fam. Carentes de Rec. Materiais				
S.J. Rio Preto	mais de 50 até 100 mil	S. J. do Rio Preto	Família Substituta / Família Acolhedora				
			Renda Mínima				
S.J. Campos	mais de 50 até 100 mil	S. J. do Rio Preto	Apoio Alimentar				
	até 20 mil	Santa Branca	Bolsa - Escola				
S.J. Campos	mais de 100 mil	S. J.dos Campos	Programa Lar Hospedeiro				
			Renda Mínima				
Sorocaba	mais de 100 mil	Sorocaba	Vida em Família				
			Bolsa Auxílio Qualificação				
Sorocaba	mais de 100 mil	Sorocaba	Gêmeos				
			Travessia				

(*) Programa de Capacitação e Qualificação profissional de desempregados e Frentes Emergenciais de Trabalho

(**) Estadual + Municipal

Fonte: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais – Pesquisa de campo. NEPP/NEPO/IE-UNICAMP. 2007. Convenio FINEPUNICAMP.

Apesar da pesquisa de campo não ter um caráter estatisticamente representativo com relação às Regiões Metropolitanas e aos Pólos Regionais, na medida em que se trata de uma amostra intencional, os resultados parecem sugerir algumas diferenças em relação a dificuldades de implementação dos programas municipais analisados, entre municípios das Regiões Metropolitanas e os municípios dos Pólos Regionais.

Os programas municipais de transferência de renda das Regiões Metropolitanas apresentaram maiores problemas com relação à grande demanda e, indiretamente à falta de recursos para implementação e ampliação de vagas, enquanto que os programas municipais de transferência de renda dos municípios dos Pólos Regionais enfrentaram mais dificuldades relacionadas à falta de adesão e comprometimento das famílias e ao controle



das condicionalidades. Essa ordem nas dificuldades principais identificadas pelas regiões metropolitanas e pólos, se assemelha às apontadas pelos gestores com relação ao Programa Bolsa Família, como detalhado acima.

Um aspecto a considerar refere-se aos fatores determinantes para a definição do número de programas e das metas de cobertura dos programas municipais. Pode-se depreender das entrevistas que estes são de várias naturezas, não sendo a demanda o único determinante, mas também o limite dos orçamentos municipais e, em grande medida, as decisões políticas.

Considerações finais

Para finalizar merece ressaltar que embora apresentem cobertura elevada em relação às famílias classificadas como pobres pelo MDS, como apresentado no Quadro 2 e através dos números obtidos pela pesquisa de campo relativos aos programas municipais, ainda é modesto o acesso dos domicílios do Estado de São Paulo a programas de transferência de renda, considerando que cerca de 9% dos domicílios têm acesso a pelo menos um programa dessa natureza, evidenciado pelos dados de pesquisa da Fundação SEADE (SEADE, 2007)³⁹.

Com relação às dificuldades apontadas para a implementação dos programas de transferência de renda, é importante ressaltar que há diferenças entre os problemas indicados como os principais por gestores nas regiões metropolitanas e nos pólos regionais, associados às suas especificidades. Dessa maneira, os maiores problemas na implementação do Programa Bolsa Família nas regiões metropolitanas paulistas estão mais relacionados à grande demanda, bem como à necessidade de ampliação de vagas e à falta de recursos para sua implementação. No caso dos municípios dos pólos regionais, ainda que também seja apontada a necessidade de ampliação, as dificuldades estão mais relacionadas à adesão insatisfatória das famílias, bem como a dificuldades no controle das condicionalidades.

Estas espacialidades marcam dificuldades semelhantes para os programas municipais, no entanto estes indicaram menos problemas em sua implementação, possivelmente associados ao fato de serem menores; de terem sido criados para atender a demandas locais e serem mais adaptados à gestão municipal.

³⁹ Resultados da Pesquisa de Condições de Vida – PCV 2006 - Fundação SEADE, mostram que 8,7% das famílias do Estado de São Paulo e 9% das famílias da Região Metropolitana de São Paulo têm acesso a benefícios oriundos dos programas governamentais de transferência de renda. Disponível em <http://www.seade.gov.br>. Acesso em 28/03/2008.



Considerando o aspecto das possíveis articulações entre migrações e políticas de transferência de renda, de maneira sucinta, pôde-se apreender - na pesquisa de campo - que a demanda por tais políticas aumentou em localidades específicas.

Nesse sentido, destacam-se cidades com a presença de unidades penitenciárias; nestas localidades o afluxo migratório de familiares de detentos, em especial as cidades do oeste paulista, têm contribuído para a procura por essas políticas.

Outro conjunto de municípios que passou a apresentar novas demandas para políticas de transferência de renda, refere-se àqueles onde a expansão da cana-de-açúcar e as diferentes modalidades migratórias (sazonal, pendular, inter-estadual) compõem públicos-alvos para tais políticas. Estes são os casos de municípios situados na porção nordeste, central e noroeste do Estado de São Paulo.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

ANEXO 1 - RESUMO: Características dos Programas Sociais de Transferência de Renda Vigentes - 2007

Programas Federais	Objetivos	Público Alvo	Crítérios de Elegibilidade	Condicionalidades
Bolsa Família (2004) Criado pela LEI No 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004. Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Promoção do acesso à saúde, educação e assistência social. Combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional. Estimulo à emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. Combate à pobreza e promoção da intersectorialidade, da complementaridade e da sinergia das ações sociais do Poder Público.	Unidades Familiares em situação de pobreza ou extrema pobreza.	Unidades familiares que se encontrem em situação de: ▪ Extrema pobreza com renda per capita de até 60 reais; ▪ Pobreza com renda mensal per capita entre 60 e 120 reais.	Manter as crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola e cumprir os cuidados básicos em saúde, ou seja, o calendário de vacinação, para as crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação.
PETI (1996) Integrado ao Programa Bolsa Família pela Portaria GMMDS nº 666, de 28 de dezembro de 2005. Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Erradicar todas as formas de trabalho infantil no País, em um processo de resgate da cidadania de seus usuários e inclusão social de suas famílias.	Para famílias que tenham filhos, crianças e/ou adolescentes, com idade inferior à 16 anos, expostos à diversas situações de trabalho.	Renda familiar per capita igual ou menor que R\$ 120,00.	Frequência mínima da criança e do adolescente nas atividades de ensino regular e nas Ações Socioeducativas e de Convivência (Jornada Ampliada) no percentual mínimo de 85% (oitenta e cinco) da carga horária mensal.
Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (2005) Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Promover atividades continuadas que proporcionem ao adolescente, experiências práticas e o desenvolvimento do protagonismo juvenil, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, ênfase sobre a educação e o trabalho.	Adolescentes de 15 a 17 anos que estejam em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.	Renda familiar inferior a meio salário mínimo. Prioridade para os que estão fora da escola e de programas como: Renda Mínima, PETI, BCC, Bolsa Escola e Liberdade Assistida e egressos de programas sociais.	Frequência às atividades programadas.
BPC/ Loas (1996) Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Garantia de renda a pessoas portadoras de deficiência independente da idade, e ao idoso com 65 anos ou mais, que não possuir meios de sustento.	▪ Idosos com 65 anos ou mais; ▪ Pessoas portadoras de deficiência incapacitadas para o trabalho e para a vida independente.	▪ Renda inferior a um quarto de salário mínimo. ▪ Não possuir outro benefício da seguridade social ou de qualquer regime previdenciário.	Um salário mínimo

Programas Estaduais	Objetivos	Público Alvo	Crítérios de Elegibilidade	Condicionalidades
Renda Cidadã (2005) Governo Estadual Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social	Conceder recurso financeiro temporário visando à melhoria das condições de subsistência das famílias, integradas com ações socioeducativas e de geração de renda.	Famílias em situação de pobreza com renda mensal "per capita" de até R\$ 100,00, priorizando mulheres chefes de família.	▪ Residência no município por no mínimo 2 anos. ▪ Família com renda mensal "per capita" de até R\$ 100,00.	▪ Participar das ações desenvolvidas pelo município. ▪ Manter crianças e adolescentes de 6 (seis) a 15 (quinze) anos matriculados e frequentando a escola; ▪ Frequência mínima de 75%; ▪ Família com crianças de até 7 (sete) anos com carteira de vacinação atualizada.
Ação Jovem (2005) Governo Estadual Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social	▪ Beneficiar jovens com ensino fundamental e/ou médio incompletos e que se encontram em situação de vulnerabilidade social, priorizando aqueles pertencentes a famílias de renda familiar de até 2 (dois) salários mínimos. ▪ Oferecer condições para o retorno e / ou permanência na escola; ▪ Propiciar ações que capacitem para o mundo de trabalho.	Jovens na faixa etária de 15 a 24 anos que não puderam frequentar a escola na idade apropriada.	▪ Estar com ensino fundamental e/ou médio incompletos, ter domicílio nos setores censitários de alta vulnerabilidade e concentração de pobreza e ter, prioritariamente, renda familiar de até 2 (dois) salários mínimos.	Comprovar frequência a cursos do ensino regular e/ou profissionalizante no qual esteja matriculado.

Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais



3.2. Políticas sociais e a questão migratória - Análise do Banco de Informações⁴⁰

I. Características das Entrevistas Realizadas

Nesta seção, é apresentada uma avaliação das características gerais do banco de dados elaborado a partir das entrevistas realizadas junto aos agentes do poder público, sobre a questão migratória, nos municípios selecionados para estudo.

I.1 Municípios selecionados, por porte e pólos regionais

Foram selecionados para a pesquisa 45 municípios paulistas, localizados nas três regiões metropolitanas paulistas e em sete pólos regionais do estado. A distribuição desses municípios, segundo porte populacional, pelas regiões e pólos, é ilustrada pelos dados da tabela 1⁴¹:

Tabela 1: Municípios selecionados para estudo, segundo classes populacionais
População total, 2007

RM's e Pólos Regionais	até 50 mil hab	de 50 mil hab a 100 mil hab	de 100 mil hab a 300 mil hab	de 300 mil hab a 800 mil hab	acima de 1 milhão hab	TOTAL
RMSP	3	0	3	4	2	12
RMBS	0	2	2	1	0	5
RMC	1	1	4	0	1	7
Araçatuba	1	0	2	0	0	3
Bauru	1	1	0	1	0	3
Pres. Prudente	2	0	1	0	0	3
Ribeirão Preto	1	0	1	1	0	3
S. José Campos	1	0	1	1	0	3
S. José Rio Preto	1	1	0	1	0	3
Sorocaba	1	0	1	1	0	3
TOTAL	12	5	15	10	3	45

Fonte: Fundação Seade, Projeção Populacional de 2007. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

⁴⁰ Coordenação: Rosana Baeninger, Coordenação Adjunta: Claudia Gomes de Siqueira, Assistente de Pesquisa: Ricardo Antunes Dantas de Oliveira, Auxiliar de Pesquisa: Aline Smaniotto.

⁴¹ No Anexo 1, encontram-se ao dados populacionais dos municípios selecionados nesta pesquisa.



A seleção dos municípios para a pesquisa seguiu um padrão quando se tratou das regiões metropolitanas, e seguiu outro com relação aos pólos regionais do interior. Assim, por um lado, nas regiões metropolitanas optou-se por escolher um número de municípios que contemplasse a variedade e o número de municípios presentes em cada uma delas: na RM de São Paulo foram selecionados 12 municípios, na RM da Baixada Santista, 5 municípios, e na RM de Campinas, 7 municípios.

Por outro, nos pólos regionais do interior, foram selecionados 3 municípios em cada região, independentemente da variedade e da quantidade de municípios que compunham essas regiões.

Considerando as classes populacionais, observa-se que as classes de municípios pequenos (até 50 mil habitantes) e de municípios grandes (100 mil a 300 mil habitantes e 300 mil a 800 mil habitantes) foram nas quais se selecionaram mais casos: 12, 15 e 10 municípios, respectivamente. Por sua vez, os grupos de municípios intermediários (50 mil a 100 mil habitantes) e aquele composto de municípios com mais de 1 milhão de habitantes foram nos quais se selecionaram um menor número de casos: 5 e 3 municípios, respectivamente.

É importante enfatizar que esses números têm um valor mais descritivo do que estatístico, uma vez que a seleção dos municípios não teve como objetivo manter uma correspondência com o peso dos municípios, segundo o porte populacional no estado. Como critérios foram considerados indicadores sociais, econômicos e demográficos, e os dados da tabela 1 evidenciam a variedade de porte populacional dos municípios selecionados, nas diferentes regiões, a partir do emprego de tais critérios.

Além disso, ressalta-se que, nas diferentes regiões metropolitanas e pólos regionais, a seleção dos municípios esteve condicionada à hierarquia de municípios que cada um apresenta. Nesse sentido, destacam-se, como exemplo, o caso da região metropolitana da Baixada Santista, que não apresenta município na classe populacional até 50 mil habitantes, e o fato de que a existência de municípios com mais de 1 milhão de habitantes é característico das regiões metropolitanas de São Paulo (São Paulo e Guarulhos) e de Campinas (Campinas).

Considerados esses dois aspectos, cabe analisar os municípios selecionados, em cada região e pólo, de acordo com o seu porte populacional. Assim, observando as regiões metropolitanas, destaca-se que na RM de São Paulo, foram selecionados municípios em todas as classes populacionais consideradas, com exceção do grupo de 100 mil a 300 mil habitantes, o que aconteceu porque, provavelmente, nenhum município desse porte cumpriu os critérios da pesquisa.

Já na RM de Campinas, só não foi selecionado município de porte populacional de 300 mil a 800 mil habitantes. Essa ausência pode estar associada à inexistência de município desse



porte de população. Por fim, na RM da Baixada Santista, não foram selecionados municípios com menos de 50 mil habitantes, embora a região possua município desse porte, e com mais de 1 milhão habitantes, o que inexiste nesta RM.

Com relação aos pólos regionais, estes podem ser agrupados em três conjuntos, de acordo com o porte populacional dos municípios selecionados: 1) até 50 mil habitantes; entre 100 mil e 300 mil habitantes; entre 300 mil e 800 mil habitantes; 2) até 50 mil habitantes; entre 50 mil e 100 mil habitantes; entre 300 mil e 800 mil habitantes; 3) até 50 mil habitantes; entre 100 mil e 300 mil habitantes.

No primeiro grupo, a seleção captou municípios de pequeno porte (menos de 50 mil habitantes) e de grande porte (100 mil-300 mil e 300 mil-800 mil hab.). Os pólos regionais que compreendem esse grupo são os de Ribeirão Preto, São José dos Campos e Sorocaba.

Já no segundo grupo, foram captados municípios de portes pequeno (menos de 50 mil habitantes), intermediário (50 mil-100 mil hab.) e grande (300 mil-800 mil hab.). Compreende os pólos regionais de Bauru e São José do Rio Preto.

Por fim, no terceiro grupo, os municípios selecionados são de pequeno porte (até 50 mil habitantes) e grande porte (100 mil-300 mil habitantes). Formam esse grupo os pólos regionais de Araçatuba e Presidente Prudente.

Complementa-se essa análise enfatizando a importância de se considerar o porte populacional dos municípios selecionados inseridos da hierarquia de municípios da região da qual fazem parte. Isso porque a consideração da hierarquia de município constitui-se um primeiro passo para avaliação do funcionamento e estrutura do poder público local e da implementação e operacionalização de políticas públicas e ações complementares.

I.2 Entrevistas realizadas e perfil dos entrevistados

Com o objetivo de captar, nos municípios selecionados, informações sobre a existência de atendimento à população migrante e sobre a política de assistência social voltada para os migrantes, foram realizadas 50 entrevistas com agentes institucionais locais. O quadro 1 ilustra os órgãos visitados nesta pesquisa.



Quadro 1: Instituições visitadas nos municípios selecionados

Regiões metropolitanas e pólos regionais

RM's e Pólos regionais	Secretaria Municipal de Assistência Social	Órgão vinculado à Secretaria Assistência Social	Central de Atendimento ao migrante	Albergue / Casa de Passagem / Central Emergência	Secretaria Municipal de Planejamento	TOTAL
RMSP	10	2	0	1	0	13
RMBS	1	4	0	0	0	5
RMC	7	0	0	0	1	8
Araçatuba	2	0	0	1	0	3
Bauru	1	0	0	2	0	3
Presidente Prudente	3	0	1	1	0	5
Ribeirão Preto	2	0	1	0	0	3
São José dos Campos	2	0	0	1	0	3
São José do Rio Preto	1	0	0	2	0	3
Sorocaba	2	1	0	1	0	4
TOTAL	31	7	2	9	1	50

Primeiramente, destaca-se que, na grande maioria dos casos, realizou-se apenas uma entrevista por município selecionado, sendo que, em quatro regiões e pólos, registrou-se a realização de mais de uma entrevista: na RMSP, foram realizadas duas entrevistas no município de São Paulo; na RMC, duas entrevistas no município de Indaiatuba; no pólo regional de Presidente Prudente, duas entrevistas no município de Presidente Prudente e duas entrevistas no município de Rancharia; no pólo regional de Sorocaba, foram realizadas duas entrevistas no município de Sorocaba.

Considerando, por sua vez, a quantidade de entrevistas por tipos de instituições visitadas, constata-se que a grande maioria foi realizada em instituições que compõem diretamente o governo municipal: em secretarias municipais de assistência social (31 entrevistas) e em órgãos vinculados à secretaria de assistência social do município (7 entrevistas). Isso aconteceu porque um dos objetivos da pesquisa era conhecer como é o funcionamento e a implementação de políticas de transferência de renda no município e, em seguida, captar como o migrante se insere nas ações de políticas públicas municipais, voltadas para a assistência social.



Uma outra informação do quadro que chama a atenção são a quantidade e a distribuição de entrevistas realizadas em centros de atendimento ao migrante e em albergues e casas de passagens, que somam 2 e 9 entrevistas, respectivamente. Essas instituições caracterizam-se por fornecer atendimento diretamente, mas não somente, à população migrante, podendo estar vinculadas ao governo municipal (como no caso do central de triagem do migrante, em Ribeirão Preto, e o albergue noturno, em Sorocaba) ou a algum centro filantrópico, geralmente espírita (como o albergue noturno, em Mirassol e em Rancharia).

A partir das informações constantes no quadro 1, as regiões e pólos regionais podem ser classificados em três grupos:

- 1) Grupo 1 = regiões e pólos onde a maioria das entrevistas foi realizada em instituições vinculadas ao governo municipal e as entrevistas restantes em instituições de atendimento direto ao migrante. Trata-se da RM de São Paulo e dos pólos regionais de Araçatuba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José dos Campos e Sorocaba;
- 2) Grupo 2 = regiões e pólos onde a maioria das entrevistas foi realizada em instituições de atendimento direto ao migrante e as entrevistas restantes em instituições vinculadas ao governo municipal. Trata-se dos pólos regionais de Bauru e São José do Rio Preto;
- 3) Grupo 3 = regiões onde as entrevistas foram realizadas somente em instituições vinculadas ao governo municipal. Trata-se das RM's da Baixada Santista e de Campinas.

Considerar a instituição onde foi realizada a entrevista é importante para se avaliar as informações obtidas, principalmente no que diz respeito do atendimento ao migrante e à sua inserção no mercado de trabalho local, pois a forma de atuação dessas instituições propiciará a formação de opiniões, possivelmente, diferentes a respeito da população migrante no município.

Complementaremos essas considerações com as informações constantes no quadro 2. Trata-se da mesma informação apresentada no quadro anterior, porém desagregados por classes de tamanho populacional dos municípios



Quadro 2: Instituições visitadas nos municípios selecionados – R.M's e pólos regionais, segundo classes populacionais

RM's e Pólos regionais	Secretaria Municipal Assistência Social	Órgão vinculado à Secretaria Assistência Social	Central de Atendimento ao migrante	Albergue / Casa de Passagem / Central Emergência	Secretaria Municipal de Planejamento	TOTAL
RMSP						
ate 50 mil hab	3	0		0		3
de 100 mil a 300 mil hab	3	0		0		3
de 300 mil a 800 mil hab	3	0		1		4
acima de 1 milhão hab	1	2		0		3
RMBS						
de 50 mil a 100 mil hab	1	1				2
de 100 mil a 300 mil hab	0	2				2
de 300 mil a 800 mil hab	0	1				1
RMC						
ate 50 mil hab	1				0	1
de 50 mil a 100 mil hab	1				0	1
de 100 mil a 300 mil hab	4				1	5
acima de 1 milhão hab	1				0	1
Araçatuba						
ate 50 mil hab	1			0		1
de 100 mil a 300 mil hab	1			1		2
Bauru						
ate 50 mil hab	0			1		1
de 50 mil a 100 mil hab	0			1		1
de 300 mil a 800 mil hab	1			0		1
Presidente Prudente						
ate 50 mil hab	2		0	1		3
de 100 mil a 300 mil hab	1		1	0		2
Ribeirão Preto						
ate 50 mil hab	1		0			1
de 100 mil a 300 mil hab	1		0			1
de 300 mil a 800 mil hab	0		1			1
São José dos Campos						
ate 50 mil hab	1			0		1
de 100 mil a 300 mil hab	1			0		1
de 300 mil a 800 mil hab	0			1		1
São José do Rio Preto						
ate 50 mil hab	1			0		1
de 50 mil a 100 mil hab	0			1		1
de 300 mil a 800 mil hab	0			1		1
Sorocaba						
ate 50 mil hab	0	1		0		1
de 100 mil a 300 mil hab	1	0		0		1
de 300 mil a 800 mil hab	1	0		1		2



As informações do quadro 2 permitem observar que as entrevistas realizadas em secretarias municipais de assistência social, ou a órgãos vinculadas a elas, se distribuíram por todas as classes populacionais, nas regiões metropolitanas e pólos regionais, com exceção de quatro pólos: Bauru, Ribeirão Preto, São José dos Campos e São José do Rio Preto.

De um lado, nos pólos de Ribeirão Preto e São José dos Campos, os municípios onde não se realizou entrevista junto à secretaria municipal pertenciam à classe de municípios de porte grande (300 mil a 800 mil habitantes). De outro lado, nos pólos de Bauru e São José do Rio Preto, os municípios sem a realização de tais entrevistas situavam-se em duas classes populacionais distintas: em Bauru, no grupo de municípios de pequeno porte (até 50 mil habitantes) e de porte intermediário (50 mil a 100 mil habitantes); em São José do Rio Preto, no grupo de municípios de porte intermediário (50 mil a 100 mil habitantes) e de grande porte (300 mil a 800 mil habitantes).

Uma segunda informação a ser destacada refere-se à distribuição das entrevistas realizadas em centros de triagem de migrantes e em albergues e casas de passagem. De acordo com o quadro 2, tais tipos de instituições foram visitados em municípios: de grande porte, na RM de São Paulo e nos pólos de Araçatuba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José dos Campos, São José do Rio Preto e Sorocaba; de porte intermediário, nos pólos de Bauru e São José do Rio Preto; e de pequeno porte, nos pólos de Bauru e Presidente Prudente.

A instituição onde foi realizada a entrevista, porte populacional do município e a região ou pólo onde se localiza são fatores que atuam na formação da opinião da pessoa entrevistada, tanto a respeito das políticas assistenciais do município como a respeito da visão do migrante que chega a esse município e procura os serviços sociais ofertados localmente.

Um quarto fator que atua nessa avaliação das políticas sociais e a questão migratória no município refere-se à função desempenhada pelo entrevistado, no interior da instituição visitada. É o que passamos a abordar.



Quadro 3: Funções dos entrevistados

Regiões metropolitanas e pólos regionais

RM's e Pólos Regionais	Assistente Social	Coordenador	Secretário municipal	Diretor / Monitor	Chefe de Departamento	Gerente / Gestor municipal	Presidente da instituição	TOTAL
RMSP	0	4	5	1	1	1	1	13
RMBS	1	1	0	0	3	0	0	5
RMC	4	1	2	0	1	0	0	8
Araçatuba	3	0	0	0	0	0	0	3
Bauru	0	1	0	1	0	0	1	3
Pres. Prudente	0	1	1	1	0	1	1	5
Ribeirão Preto	0	1	1	1	0	0	0	3
S. José Campos	2	0	0	1	0	0	0	3
S. José Rio Preto	1	1	0	0	0	1	0	3
Sorocaba	2	0	0	1	1	0	0	4
TOTAL	13	10	9	6	6	3	3	50

O principal destaque a respeito das informações contidas no quadro 3 refere-se ao número de assistentes sociais que foram entrevistadas: 13 entrevistas foram realizadas com esse profissional, sendo que somente na RM de São Paulo e nos pólos regionais de Bauru, Presidente Prudente e Ribeirão Preto isso não aconteceu.

Considera-se que as demais funções que constam no quadro referem-se ao desempenho de atividades que não lidam diretamente com o atendimento ao público-alvo de políticas sociais ou atendimento a migrantes, ao contrário das assistentes sociais, cuja principal característica da função desempenhada é tratar diretamente com esta população.

Quando se considera somente as instituições que atendem diretamente à população migrante, como centros de triagens e albergues, essa questão da função desempenhada pela pessoa entrevistada também é importante.



Quadro 4: Função do entrevistado desempenhada nos centros de triagem e albergues

Regiões metropolitanas e pólos regionais

RM's e Pólos regionais selecionados	assistente social	coordenador	Presidente instituição	TOTAL
RMSP	0	0	1	1
Araçatuba	1	0	0	1
Bauru	0	1	1	2
Presidente Prudente	0	1	1	2
Ribeirão Preto	0	1	0	1
São José dos Campos	1	0	0	1
São José do Rio Preto	1	1	0	2
Sorocaba	1	0	0	1
TOTAL	4	4	3	11

Conforme as informações do quadro 4, foram visitados 11 centros de triagem e albergues, sendo que somente 4 entrevistas foram realizadas com assistentes sociais – todas registradas em pólos regionais do interior paulista. As outras 7 entrevistas foram realizadas junto a coordenadores e presidente de instituição, ou seja, com profissionais que não lidam diretamente com o público atendido nos centros de triagem e albergues.

Por fim, destaca-se que a grande maioria das entrevistas foi realizada com mulheres (44 entrevistas), que atuam nas diferentes funções destacadas nos quadros anteriores.



Quadro 5: Sexo dos entrevistados, por função desempenhada

Regiões metropolitanas e pólos regionais

RM's e Pólos regionais	Função desempenhada	Sexo	
		Feminino	Masculino
RMSP	Gestor / gerente	1	
	Diretor	1	
	Coordenador	4	
	Secretário	3	2
	Presidente	1	
	Chefe Departamento	1	
RMBS	Coordenador	1	
	Chefe Departamento	2	1
	Assistente Social	1	
RMC	Coordenador	1	
	Secretário	2	
	Chefe Departamento	1	
	Assistente Social	4	
Araçatuba	Assistente Social	3	
Bauru	Diretor	1	
	Coordenador		1
	Presidente		1
Presidente Prudente	Gestor / gerente	1	
	Diretor	1	
	Coordenador	1	
	Secretário	1	
	Presidente		1
Ribeirão Preto	Diretor	1	
	Coordenador	1	
	Secretário	1	
São José dos Campos	Diretor	1	
	Assistente Social	2	
São José do Rio Preto	Gestor / gerente	1	
	Coordenador	1	
	Assistente Social	1	
Sorocaba	Diretor	1	
	Chefe Departamento	1	
	Assistente Social	2	

As seis entrevistas realizadas com homens ocorreram nas RM's de São Paulo e da Baixada Santista e nos pólos regionais de Bauru e Presidente Prudente, e desempenhavam funções de Secretário municipal, Coordenador, Presidente de instituições e Chefe de departamento – ou seja, função cujas atividades não estão voltadas para o atendimento direto à população.



Esses são aspectos importantes que devem ser considerados ao se tratar com as informações contidas no banco elaborado nesta pesquisa, uma vez que todas essas informações referem-se à opinião desses entrevistados a respeito das questões abordadas na entrevista.

I.3 Avaliação geral das informações

Para a análise das informações do banco de dados, as questões foram agrupadas em quatro temas, que serão abordadas mais detidamente na seção seguinte:

- 1) Características gerais da migração e pendularidade nos municípios selecionados para pesquisa;
- 2) Assistência social do município e serviços de atendimento ao migrante;
- 3) Perfil dos migrantes que solicitam serviços;
- 4) Inserção no mercado de trabalho (migrante e população em geral).

Numa avaliação geral das informações contidas no banco de dados da pesquisa, destaca-se que as respostas fornecidas pelos entrevistados referem-se às opiniões que estes apresentam a respeito das temáticas abordadas. Portanto, por se tratar de opiniões, e não de dados a respeito da realidade investigada, tais informações não devem assumir um caráter generalizante para o conjunto das regiões, pólos e municípios do estado de São Paulo, devendo ser tratadas como a visão subjetiva que determinados agentes possuem sobre a realidade de seus municípios.

II. Análise das Questões Abordadas nas Entrevistas

Nesta seção, serão analisadas as questões exploradas na pesquisa, a partir do questionário aplicado junto aos profissionais das instituições visitadas, abordados anteriormente. Para o desenvolvimento da análise, as informações do banco foram agrupadas em quatro temas, que serão abordados a seguir.

II.1 Características gerais da migração e da pendularidade

As questões que compõem esse grupo são as de número 4 a 6, que se referem às características da migração, e as de número 25 a 28, que se referem ao movimento pendular ocorrida nos municípios selecionados.



Como foi destacado na seção anterior, deve-se considerar que as informações obtidas em entrevista constituem a opinião ou impressão do entrevistado sobre a questão abordada, o que pode não corresponder com a realidade. Dados precisos e confiáveis sobre a migração e pendularidade, em nível municipal, devem ser buscados nos Censos demográficos, no IBGE.

O que a presente pesquisa traz de diferente dos dados censitários: por um lado, uma questão direta sobre os motivos da migração e, por outro, a possibilidade de cruzar a informação referente à existência de bairros com concentração de migrantes e a existência de políticas locais voltadas para o atendimento ao migrante.

Porém, mesmo aqui alguns cuidados são importantes. Informações sobre os motivos da migração são dadas pelos entrevistados e não por aqueles que realizaram a migração. Ou seja, essa informação acaba se constituindo como a opinião dos entrevistados sobre os migrantes.

O mesmo se pode dizer a respeito da informação sobre a existência de bairros com concentração de migrantes, que deve ser corroborada com dados demográficos e pesquisas complementares mais específicas.

Dito isto, passaremos a abordar alguns cruzamentos mais importantes que as informações do banco de dados permitiram realizar, iniciando com a questão sobre as motivações da migração.



Tabela 2: Motivos da migração

Regiões metropolitanas e Pólos regionais do estado de São Paulo

RM's e Pólos regionais	Emprego / Trabalho	Acessibilidade e proximidade a grandes centros / circulação de "trecheiros"	Família	Serviços assistência social	Serviços saúde	Sonho da cidade grande	Custo mais baixo de moradia	Segurança	TOTAL
RMSP	3	2	1	2	2	2	1	0	13
RMBS	3	0	0	1	0	0	0	1	5
RMC	7	0	0	0	0	0	0	0	7
Araçatuba	2	1	0	0	0	0	0	0	3
Bauru	2	0	1	0	0	0	0	0	3
Pres. Prudente	2	3	0	0	0	0	0	0	5
Ribeirão Preto	3	0	0	0	0	0	0	0	3
S. José Campos	3	0	0	0	0	0	0	0	3
S. José Rio Preto	2	0	0	0	0	0	0	1	3
Sorocaba	2	0	1	1	0	0	0	0	4
TOTAL	29	6	3	4	2	2	1	2	49

De acordo com os dados da tabela 2, grande parcela dos entrevistados identificou (29 entrevistados) a busca por emprego e trabalho como a principal motivação para a migração no município de referência, sendo que esta resposta apareceu nas três regiões metropolitanas e nos pólos regionais pesquisados.

Com relação a esta motivação para a migração, o que vai variar entre as RM's e os pólos regionais é o tipo de emprego que os migrantes vão buscar nos municípios pesquisados. Nas regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista, por exemplo, a busca de emprego e trabalho ocorre nos setores de comércio, serviços e indústria. Por sua vez, nos pólos regionais de Araçatuba, Bauru e Ribeirão Preto, assume relevância a busca de trabalho no corte da cana.

Por sua vez, a segunda motivação mais citada – acesso a grandes centros e circulação de "trecheiros" – é mencionada por seis entrevistados, sendo que duas vezes na RM de São



Paulo, uma vez no pólo de Araçatuba e três vezes no pólo de Presidente Prudente. Porém, na RM de São Paulo, por um lado, essa menção refere-se ao acesso e à proximidade a grandes centros e, por outro, nos pólos de Araçatuba e Presidente Prudente, essa menção refere-se à circulação de “trecheiros” nos municípios da região, que se referem aquelas pessoas que caminham de uma cidade a outra, direcionando-se a um município maior ou a outro estado.

Na tabela 3, constam as informações dadas pelos entrevistados a respeito da origem dos migrantes para o município.

Tabela 3: Origem da migração para o município

Regiões metropolitanas e Pólos regionais do estado de São Paulo

RM's e Pólos regionais	Outra UF	Outro município paulista	Própria região
RMSP	11	5	4
RMBS	5	4	5
RMC	8	1	2
Araçatuba	3	2	0
Bauru	3	2	2
Presidente Prudente	4	3	3
Ribeirão Preto	3	2	1
São José dos Campos	3	2	2
São José do Rio Preto	3	3	2
Sorocaba	4	2	1
TOTAL	47	26	22

Fonte: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais 2007

De acordo com estes dados, dos 50 entrevistados, 47 afirmaram que o município recebia migrantes provenientes de outras unidades da federação, 26 afirmaram que o município recebia migrantes de municípios de outras regiões paulistas e 22 afirmaram que o município recebia migrantes de municípios da própria região.



Já a pendularidade é identificada em todas as regiões metropolitanas e pólos regionais pesquisados. Conforme a tabela 4, 44 entrevistados reconhecem o deslocamento de trabalhadores do município referência para outros municípios e 41 entrevistados identificam o movimento contrário, de outros municípios para o município de referência.

Tabela 4: Pendularidade de trabalhadores

Regiões metropolitanas e Pólos regionais do estado de São Paulo

RM's e Pólos regionais	Deslocamento do município de referência para outro	Deslocamento de outro município para o município de referência
RMSP	11	11
RMBS	3	2
RMC	7	8
Araçatuba	3	3
Bauru	3	3
Presidente Prudente	4	3
Ribeirão Preto	3	2
São José dos Campos	3	3
São José do Rio Preto	3	2
Sorocaba	4	4
TOTAL	44	41

Fonte: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais 2007.

Porém, tanto em relação à informação sobre migração como sobre o movimento pendular de trabalhadores, deve-se considerar que se trata da opinião e impressão manifestadas pelos entrevistados, que requerem a confrontação com dados dos censos demográficos para que se possa avaliar se possui correspondência com a realidade ou não.

Considerando, por fim, a existência de bairros com concentração de migrantes, a partir das informações fornecidas pelos entrevistados, constatou-se que dos 45 municípios visitados, em 27 foi apontada a existência de tais bairros. Por sua vez, em 27 municípios, foi mencionada a existência de atendimento da prefeitura à população migrante. Os números da tabela 5 ilustram a sua distribuição pelas RM's e pólos regionais:



Tabela 5: Número de municípios com bairro de concentração migrante e serviços prefeitura voltados p/ migrantes

Regiões metropolitanas e Pólos regionais do estado de São Paulo

RM's e Pólos regionais	Bairro concentração migrante	Serviços da prefeitura voltados para migrantes
RMSP	8	3
RMBS	4	4
RMC	5	4
Araçatuba	1	1
Bauru	3	3
Presidente Prudente	1	2
Ribeirão Preto	1	2
São José dos Campos	2	2
São José do Rio Preto	1	2
Sorocaba	1	2
TOTAL	27	25

Fonte: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais 2007

Considerando somente os municípios com bairros com concentração de migrantes (27 municípios, conforme tabela 5), procurou-se averiguar em quantos deles a prefeitura fornecia atendimento ao migrante. As informações do quadro 6 ilustram os resultados:



Quadro 6: Existência de serviço de atendimento ao migrante fornecido pela prefeitura

Municípios com bairro com concentração de migrante, por classe populacional

Regiões metropolitanas e Pólos regionais do estado de São Paulo

RM's e Pólos Regionais	Classe populacional	Prefeitura fornece serviços de atendimento ao migrante
RMSP	ate 50 mil	Não
	de 100 mil a 300 mil	Não
	de 300 mil a 800 mil	Sim
	acima de 1 milhão	Sim
RMBS	de 50 mil a 100 mil	Não
	de 100 mil a 300 mil	Sim
	de 300 mil a 800 mil	Sim
RMC	ate 50 mil	Sim
	de 50 mil a 100 mil	Não
	de 100 mil a 300 mil	Sim
	acima de 1 milhão	Sim
Araçatuba	de 100 mil a 300 mil	Sim
Bauru	ate 50 mil	Sim
	de 50 mil a 100 mil	Sim
	de 300 mil a 800 mil	Sim
Presidente Prudente	de 100 mil a 300 mil	Sim
Ribeirão Preto	de 100 mil a 300 mil	Sim
São José dos Campos	de 100 mil a 300 mil	Sim
	de 300 mil a 800 mil	Sim
São José do Rio Preto	de 300 mil a 800 mil	Sim
Sorocaba	de 300 mil a 800 mil	Sim



Segundo essas informações, na maioria dos municípios com bairros com concentração de migrantes, houve uma correspondência com a existência de serviços de atendimento ao migrante, pela prefeitura, sendo que as exceções ocorreram nas regiões metropolitanas: na RM de São Paulo, essa correspondência não se verificou nos municípios de pequeno porte e de população entre 100 mil e 300 mil habitantes; na RM da Baixada Santista, não se registrou na classe de pequenos municípios; e na RM de Campinas, na classe de municípios intermediários.

Por sua vez, em todos os pólos regionais, com exceção de Bauru, a correspondência entre existência de bairros com concentração de migrantes e o fornecimento de serviços ao migrante pela prefeitura ocorreu nos municípios de grande porte populacional. Somente no pólo de Bauru essa correspondência se deu também em municípios de portes pequeno e intermediário.

Em análises posteriores, o que precisa ser averiguado, com informação complementar, é quais os serviços fornecidos ao migrante, pela prefeitura, e se destinam-se à população residente nesses bairros concentradores de migrantes.

Mais uma vez, vale ressaltar que essas informações baseiam-se na opinião dos entrevistados e precisam ser corroboradas com dados secundários, tanto relativos à população como relativos aos serviços públicos dos municípios.

II.2 Assistência social do município e serviços de atendimento ao migrante

Esta temática foi composta com as questões de 7 a 17 e a questão 20, que compreendem informações a respeito dos serviços de atendimento ao migrante, fornecidos pela prefeitura.

Considerando que estas informações foram obtidas através de entrevistas, na sua maioria, com profissionais do governo municipal, elas não apresentam o mesmo problema que a temática anterior referente à qualidade da informação. Um dos caminhos para se conhecer como uma determinada política pública ou fornecimento de serviços funciona no município é através de entrevistas com os agentes que participam da implementação e funcionamento dessa política ou serviços.

Assim, mesmo que haja a necessidade de se complementar a pesquisa com dados secundários, a informação dada por tais agentes, além de possuir uma margem de erro



relativamente pequena, facilita a obtenção do conhecimento sobre o funcionamento das políticas públicas e pode fornecer elementos para redirecionamentos da pesquisa.

Nos cruzamentos de informações, optou-se por realizá-las somente com os municípios que afirmaram ter serviços de atendimento ao migrante, fornecidos pela prefeitura que, segundo a tabela 5, compreendem 25 municípios dos 45 que compõem a pesquisa. Nesses 25 municípios, foram realizadas 30 entrevistas.

Iniciaremos esses cruzamentos, identificando o tipo de atendimento fornecido ao migrante, por classe de tamanho populacional dos municípios selecionados. As informações do quadro 7 ilustram esses resultados:

Quadro 7: Formas de atendimento ao migrante, por classe de município
Regiões metropolitanas e Pólos regionais do estado de São Paulo

RM's e Pólos regionais	Classes populacionais	Fornecimento de passagem	Alojamento	Trabalho
RMSP	de 300 mil a 800 mil	X	X	X
	acima de 1 milhão	X	X	X
RMBS	de 50 mil a 100 mil	X	X	X
	de 100 mil a 300 mil	X	X	X
	de 300 mil a 800 mil	X	X	X
RMC	até 50 mil	X		X
	de 100 mil a 300 mil	X	X	X
	acima de 1 milhão	X	X	X
Araçatuba	de 100 mil a 300 mil	X	X	X
Bauru	até 50 mil	X	X	
	de 50 mil a 100 mil	X	X	X
	de 300 mil a 800 mil	X	X	X
Presidente Prudente	até 50 mil	X	X	
	de 100 mil a 300 mil	X	X	X
Ribeirão Preto	de 100 mil a 300 mil	X	X	X
	de 300 mil a 800 mil	X	X	X
São José dos Campos	de 100 mil a 300 mil	X	X	
	de 300 mil a 800 mil	X	X	X
São José do Rio Preto	de 50 mil a 100 mil	X	X	X
	de 300 mil a 800 mil	X	X	X
Sorocaba	de 100 mil a 300 mil	X	X	X
	de 300 mil a 800 mil	X	X	X

De acordo com o quadro 7, os três formas de atendimento ao migrante consultadas foram o fornecimento de passagem, alojamento e a ajuda na obtenção de trabalho. Observa-se que o fornecimento de passagem e alojamento são serviços oferecidos pela prefeitura, em



todas as RM's e pólos regionais, independentemente do tamanho populacional dos municípios selecionados.

Porém, deve-se observar que ao selecionarmos somente os municípios onde a prefeitura fornece atendimento ao migrante, na maioria das regiões e pólos, foram selecionados os municípios de grande porte. Municípios pequenos foram selecionados nas RM's da Baixada Santista e de Campinas e nos pólos de Presidente Prudente e de São José do Rio Preto. Por fim, no pólo de Bauru, além de município de pequeno porte, foi selecionado também município de porte intermediário.

Por fim, considerando a ajuda na obtenção de trabalho, observa-se que esta só não se constitui uma forma de atendimento pela prefeitura nos municípios de pequeno porte populacional nos pólos regionais de Bauru, Presidente Prudente e São José dos Campos.

Já as informações do quadro 8 mostram a natureza dos recursos utilizados pelos municípios nos serviços de atendimento ao migrante.

Quadro 8: Natureza dos recursos, por classe de município
Regiões metropolitanas e Pólos regionais do estado de São Paulo

RM's e Pólos Regionais	Classe populacional	Municipal	Estadual	Federal	Entidade local
RMSP	de 300 mil a 800 mil acima de 1 milhão	X X	X	X	
RMBS	de 50 mil a 100 mil de 100 mil a 300 mil de 300 mil a 800 mil	X X X	X	X	X X
RMC	de 100 mil a 300 mil acima de 1 milhão	X X	X X	X	X
Araçatuba	de 100 mil a 300 mil	X	X		X
Bauru	ate 50 mil de 50 mil a 100 mil de 300 mil a 800 mil	X X X			X X
Presidente Prudente	ate 50 mil de 100 mil a 300 mil	X X	X X		X
Ribeirão Preto	de 100 mil a 300 mil de 300 mil a 800 mil	X X	X X		X
São José Campos	de 100 mil a 300 mil de 300 mil a 800 mil	X X	X	X	X
São José Rio Preto	de 50 mil a 100 mil de 300 mil a 800 mil	X X	X X		X
Sorocaba	de 100 mil a 300 mil de 300 mil a 800 mil	X X	X X		



De acordo com o quadro 8, observa-se que, nas RM's e Pólos regionais, em todos os portes populacionais selecionados, o recurso municipal está presente no financiamento de ações voltadas à população migrante. Já o recurso estadual não aparece com a freqüência do recurso municipal, chegando a estar ausente nos municípios pesquisados no pólo de Bauru. Porém, nas regiões e pólos onde o recurso estadual está presente, não há um corte de tamanho populacional, estando presente tanto em pequenos municípios como em grandes centros.

Por sua vez, o recurso federal é o que menos aparece, estando concentrado em municípios de grande porte, nas regiões metropolitanas paulistas e, entre os pólos, aparece somente em São José dos Campos. Por fim, as entidades locais aparecem como fonte de recursos para ações voltadas para o atendimento a migrantes, sendo que, em alguns casos, aparecem como entidades filantrópicas.

Com isso, destaca-se que os serviços de atendimento ao migrante, para sua implementação e funcionamento, dependem em grande parte de recursos municipais, o que vai contribuir para a grande variedade de atendimento dessa população entre os municípios, uma vez que a destinação de tais recursos vai depender tanto dos recursos disponíveis e das prioridades definidas no município.

II.3 Perfil dos migrantes que solicitam serviços

As informações contidas nas questões de 18 a 19 foram utilizadas para o desenvolvimento desse tema. Trata-se de perguntas diretas sobre aspectos como origem dos migrantes, sexo, idade, tipo da migração, escolaridade e trabalho daqueles migrantes que solicitam os serviços oferecidos pela prefeitura.

Estas informações também podem apresentar o mesmo tipo de problema identificado na discussão da primeira temática, pois elas correspondem à impressão que os profissionais entrevistados possuem sobre os migrantes do município.

Na exploração destas questões, também se optou por realizá-la somente com os municípios onde os entrevistados confirmaram a existência de serviços de atendimento ao migrante, fornecidos pela prefeitura, que correspondem a 25 municípios.



A opção de avaliação feita para esta seção não foi a de explorar todas as variantes das questões que tratam do perfil do migrante, mas sim selecionar algumas delas e avaliar se existe correspondência com o tipo de serviço fornecido para o migrante, nos municípios (abordado na seção anterior).

Para este exercício, serão considerados os seguintes perfis de migrantes: migrantes que estão procurando trabalho e o predomínio de migração masculina.

Tabela 8: Aspectos selecionados do perfil dos migrantes que solicitam serviços
Regiões metropolitanas e pólos regionais paulistas

RM's e Pólos regionais	Procurando trabalho	Predomínio migração masculina
RMSP	2	4
RMBS	3	4
RMC	5	3
Araçatuba	1	1
Bauru	3	3
Presidente Prudente	3	4
Ribeirão Preto	2	2
São José dos Campos	2	2
São José do Rio Preto	2	2
Sorocaba	3	2
TOTAL	26	27

Fonte: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais 2007

De acordo com a tabela 8, dos 30 entrevistados, 26 responderam que os migrantes que solicitam serviços estão procurando emprego e 27 responderam que predominava a migração masculina no município.

Para a elaboração do quadro 9, foram selecionados somente os municípios em que a opção “migrante procurando emprego” surgiu como aspecto relevante dos migrantes que buscam os serviços da prefeitura. Com isso, foram selecionados 23 municípios, onde se realizaram 26 entrevistas (tabela 8). Em seguida, essa informação foi cruzada com as formas de atendimento ao migrante, fornecidas pela prefeitura.

Observa-se, a partir do quadro 9, que nos 23 municípios onde a busca por serviços é feita por grande número de migrantes que está procurando emprego, a forma de atendimento mais freqüente, presente em todos os municípios, é o fornecimento de passagens. Por sua vez, em 21 municípios, também é freqüente o fornecimento de alojamento para o migrante e, por



fim, em 18 municípios uma das formas de atendimento existente é a ajuda na busca por trabalho.

Quadro 9: Migrantes procurando emprego X formas de atendimento ao migrante, por municípios selecionados

Regiões metropolitanas e pólos regionais paulistas

RM's e pólos regionais	Municípios	Fornecimento passagem	Alojamento	Trabalho
RMSP	Diadema	X	X	X
	São Paulo	X	X	X
RMBS	Cubatão	X	X	X
	Praia Grande	X	X	
	Santos	X	X	X
RMC	Campinas	X	X	X
	Indaiatuba	X	X	X
	Jaguariúna	X		X
	Sumaré	X		
Araçatuba	Araçatuba	X	X	X
Bauru	Bauru	X	X	X
	Lençóis Paulista	X	X	X
	Pederneiras	X	X	
Presidente Prudente	Presidente Prudente	X	X	X
	Rancharia	X	X	
Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	X	X	X
	Sertãozinho	X	X	X
São José dos Campos	Jacareí	X	X	
	São José dos Campos	X	X	X
São José do Rio Preto	Mirassol	X	X	X
	São José do rio Preto	X	X	X
Sorocaba	Itu	X	X	X
	Sorocaba	X	X	X



Embora essas informações constituam opiniões dos entrevistados a respeito das questões apontadas, esse tipo de cruzamento aponta na direção de se avaliar o quanto as ações dos agentes do governo municipal são coerentes com a percepção que esses profissionais têm a respeito da migração e do migrante no seu município.

Neste primeiro caso, observa-se que há uma intervenção equilibrada entre as três formas de atendimento ao migrante, sendo que a mais freqüente é o fornecimento de passagem aos migrantes.

Por sua vez, a ajuda na obtenção de trabalho, que constitui o serviço que atenderia mais diretamente a necessidade do migrante solicitante, é citada pelos entrevistados em 18 municípios, não sendo mencionada, por um lado, em grandes municípios nas RM's de Campinas e da Baixada Santista e no pólo de São Jose dos Campos e, por outro, em pequenos municípios, dos pólos de Bauru e Presidente Prudente.

Para a elaboração do quadro 10, foram selecionados aqueles municípios onde os entrevistados afirmaram que, entre os migrantes que solicitam serviços, predomina população masculina. Com isso, foram selecionados 24 municípios e 27 entrevistas (tabela 8).

Da mesma forma que no cruzamento anterior, a forma de atendimento mais freqüente, presente em todos os municípios, é o fornecimento de passagem, seguido pelo fornecimento de alojamento, presente em 23 municípios. Por fim, a ajuda em obter trabalho foi mencionada em 20 municípios.



Quadro 10: Predomínio migração masculina X formas de atendimento ao migrante, por municípios selecionados

Regiões metropolitanas e pólos regionais paulistas

RM's e Pólos regionais	Municípios	Fornecimento passagem	Alojamento	Trabalho
RMSP	Diadema	X	X	X
	Guarulhos	X	X	X
	São Paulo	X	X	X
RMBS	Cubatão	X	X	X
	Itanhaém	X	X	X
	Praia Grande	X	X	
	Santos	X	X	X
RMC	Campinas	X	X	X
	Indaiatuba	X	X	X
	Jaguariúna	X		X
Araçatuba	Araçatuba	X	X	X
Bauru	Bauru	X	X	X
	Lençóis Paulista	X	X	X
	Pederneiras	X	X	
Presidente Prudente	Presidente Prudente	X	X	X
	Rancharia	X	X	
Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	X	X	X
	Sertãozinho	X	X	X
São José dos Campos	Jacareí	X	X	
	São José dos Campos	X	X	X
São José do Rio Preto	Mirassol	X	X	X
	São José do rio Preto	X	X	X
Sorocaba	Itu	X	X	X
	Sorocaba	X	X	X



Da mesma forma que o caso anterior, há uma atuação equilibrada entre as três formas de atendimento ao migrante, sendo que a mais freqüentemente mencionada é o fornecimento de passagem aos migrantes, sendo a obtenção de trabalho a menos mencionada.

O que valeria investigar é se essas três formas de atuação do governo municipal cobrem todas as necessidades ou tipos de serviços de apoio que os migrantes buscam, no município, considerando não somente um único perfil de migrantes.

Diante disso, explorando a questão sobre se os entrevistados identificam uma mudança no perfil dos migrantes, no período recente, somente em nove municípios, localizados nas RM's e nos pólos de Bauru, Presidente Prudente e Ribeirão Preto, foram fornecidas respostas. Assim, as principais mudanças identificadas pelos entrevistados resumem-se a quatro aspectos:

- 1) Maior grau de escolaridade dos migrantes atuais;
- 2) População mais envelhecida;
- 3) Aumento no número de egressos do sistema penitenciário;
- 4) Aumento no número de usuários de drogas.

Com isso, o que se pode concluir é que, em todas as regiões metropolitanas e pólos regionais, independentemente do porte populacional do município, o atendimento ao migrante é constituído, preponderantemente, pelo fornecimento de serviços convencionais, como fornecimento de passagem, alojamento e ajuda na obtenção de trabalho em ramos específicos, e essas mudanças no perfil do migrante vão colocar, cada vez, para os tomadores de decisão, a necessidade de se buscar novas formas de atuação junto ao público migrante.

II.4 Inserção no mercado de trabalho

Esta seção é elaborada a partir da análise das questões 21 a 24. Tais questões tratam diretamente da questão da inserção do migrante no mercado de trabalho local.

Da mesma forma que seções anteriores, as informações aqui também constituem opinião e impressão que os profissionais entrevistados possuem sobre a situação do migrante no mercado de trabalho local.



Na exploração destas questões, optou-se por realizá-la confrontando os municípios onde foi identificada a existência de serviços de atendimento ao migrante, fornecidos pela prefeitura e os municípios onde a prefeitura não fornece esses serviços. Começaremos tratando da avaliação que os entrevistados fizeram sobre a inserção dos migrantes no mercado de trabalho.

Tabela 9: Avaliação da inserção do migrante no mercado de trabalho local

Municípios onde a prefeitura fornece serviços de atendimento ao migrante

Regiões metropolitanas e pólos regionais paulistas

RM's e Pólos regionais	Inserção muito difícil	Não há inserção	Inserção no mercado informal	Boa inserção
RMSP	3	1	0	0
RMBS	3	0	0	0
RMC	0	1	2	2
Araçatuba	1	0	0	0
Bauru	2	1	0	0
Presidente Prudente	1	2	1	0
Ribeirão Preto	2	0	0	0
São José dos Campos	1	1	0	0
São José do Rio Preto	2	0	0	0
Sorocaba	1	0	1	1
TOTAL	16	6	4	3

Fonte: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais 2007

Na tabela 9, constam as respostas fornecidas pelos entrevistados nos municípios em a prefeitura fornece serviços de atendimento ao migrante. As respostas mais frequentes são aquelas que indicam uma inserção negativa do migrante no mercado de trabalho: 16 responderam que essa inserção é difícil e 6 afirmaram que não há inserção do migrante.

Contrastando com a tabela 10, que apresenta as respostas fornecidas pelos entrevistados que afirmaram que, no município, a prefeitura não fornece atendimento ao migrante (16 municípios), tem-se os seguintes resultados:



Tabela 10: Avaliação da inserção do migrante no mercado de trabalho local

Municípios onde a prefeitura não fornece serviços de atendimento ao migrante

Regiões metropolitanas e pólos regionais paulistas

RM's e Pólos regionais	Inserção muito difícil	Não há inserção	Inserção mercado informal	Boa inserção	Inserção temporária (cana / calçadista)
RMSP	6	0	2	0	0
RMBS	0	1	0	0	0
RMC	0	0	1	1	0
Araçatuba	0	0	0	0	1
Presidente Prudente	0	1	0	0	0
Ribeirão Preto	0	0	0	0	1
São José Rio Preto	1	0	0	0	0
TOTAL	7	2	3	1	2

Fonte: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais 2007

Neste caso, também observa-se que a avaliação negativa da inserção do migrante no mercado de trabalho também aparece como a resposta mais freqüente: 7 entrevistados afirmaram que a inserção é muito difícil e 2 entrevistados afirmaram que não há inserção.

Com isso, o que se pode afirmar é que a existência de serviços de atendimento ao migrante pela prefeitura não se constitui num diferencial entre os municípios, uma vez que não houve diferenças na avaliação entre os municípios que possuem e os que não possuem esses serviços.

Por sua vez, nas tabelas 11 e 12, encontra-se a opinião dos entrevistados sobre se os migrantes e a população em geral encontram trabalho no município. Na tabela 11, constam as informações dos municípios que apresentam atendimento ao migrante fornecido pela prefeitura.



Tabela 11: Número de entrevistados que afirmaram que a população encontra trabalho no município

Municípios onde a prefeitura fornece serviços de atendimento ao migrante

Regiões metropolitanas e pólos regionais paulistas

RM's e Pólos regionais	Migrante encontra trabalho	População, em geral, encontra trabalho
RMSP	1	2
RMBS	2	2
RMC	4	5
Araçatuba	1	1
Bauru	2	3
Presidente Prudente	0	2
Ribeirão Preto	2	2
São José dos Campos	2	2
São José do Rio Preto	1	1
Sorocaba	2	3
TOTAL	17	23

Fonte: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais 2007

Conforme esses dados, 17 entrevistados afirmaram que os migrantes encontram trabalho no município, sendo que somente no pólo de Presidente Prudente esta resposta não ocorreu. Por sua vez, 23 entrevistados afirmaram que a população, em geral, encontra trabalho no município.

Já na tabela 12, encontram-se as respostas fornecidas pelos entrevistados de municípios onde a prefeitura não fornece atendimento ao migrante.



Tabela 12: Número de entrevistados que afirmaram que a população encontra trabalho no município

Municípios onde a prefeitura não fornece serviços de atendimento ao migrante

Regiões metropolitanas e pólos regionais paulistas

RM's e Pólos regionais	Migrante encontra trabalho	População, em geral, encontra trabalho
RMSP	4	3
RMBS	0	0
RMC	2	2
Araçatuba	1	1
Presidente Prudente	0	0
Ribeirão Preto	1	1
São José do Rio Preto	0	1
TOTAL	8	8

Fonte: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais 2007

Conforme esses dados, 8 entrevistados afirmaram que o migrante encontra trabalho no município, sendo que esta resposta não é encontrada na RM da Baixada Santista e nos pólos de Presidente Prudente e São José do Rio Preto. Por sua vez, 8 dos entrevistados responderam que a população em geral encontra trabalho no município, sendo que esta resposta está ausente na RM da Baixada Santista e no pólo de Presidente Prudente.

Embora não se possa fazer generalizações e inferências a partir dessas informações, pois se trata de opiniões manifestadas por profissionais selecionados, o que se pode afirmar é que elas apontam para o fato de que faz alguma diferença, no âmbito local, a ação do governo municipal com o objetivo de se dar condições para a inserção da população, seja migrante ou não, no mercado de trabalho.



ANEXOS



Quadro 1.1: População total, 2007

RM's e Pólos regionais do estado de São Paulo - Municípios selecionados

Municípios selecionados	2007
RM SÃO PAULO	
Diadema	389.271
Francisco Morato	172.872
Guararema	25.064
Guarulhos	1.286.523
Jandira	116.724
Osasco	710.984
Poá	108.651
Rio Grande da Serra	42.601
Santo André	676.723
São Bernardo do Campo	792.617
São Paulo	10.834.244
Vargem Grande Paulista	48.408
RM BAIXADA SANTISTA	
Bertioga	51.080
Cubatão	120.654
Itanhaém	90.842
Praia Grande	247.867
Santos	426.691
RM CAMPINAS	
Artur Nogueira	40.823
Campinas	1.050.288
Hortolândia	190.545
Indaiatuba	179.592
Jaguariúna	37.283
Sumaré	227.798
Vinhedo	57.671
PÓLO - ARAÇATUBA	
Araçatuba	180.637
Birigui	106.364
Valparaíso	19.854



PÓLO - BAURU	
Bauru	352.887
Lençóis Pta.	62.364
Pederneiras	39.889
PÓLO - PRESIDENTE PRUDENTE	
Euclides da Cunha Paulista	10.981
Presidente Prudente	206.545
Rancharia	30.131
PÓLO - RIBEIRÃO PRETO	
Barrinha	28.403
Ribeirão Preto	557.156
Sertãozinho	105.879
PÓLO - SÃO JOSÉ CAMPOS	
Jacareí	211.555
Santa Branca	15.057
São José Campos	612.312
PÓLO - SÃO JOSÉ RIO PRETO	
Bady Bassit	16.965
Mirassol	54.885
São José Rio Preto	411.175
PÓLO - SOROCABA	
Itu	157.399
Sorocaba	584.936
Tapiraí	11.235

Fonte: Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007



3.3. Educação Básica nos pólos regionais e regiões metropolitanas do Estado de São Paulo⁴²

Apresentação

O propósito deste capítulo é apresentar de maneira sintética o panorama da educação nos Pólos Regionais e Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo com foco na educação básica, a qual compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

O capítulo estrutura-se em três partes. Na primeira exploram-se indicadores de contexto onde se evidencia a evolução das regiões com relação ao analfabetismo, à proporção de adultos com educação básica completa e às taxas de escolarização líquidas obtidas através de tabulações dos censos demográficos de 1991 e 2000.

Na segunda parte, será apresentado o volume de matrículas e de funções docentes para caracterizar as condições de oferta entre 1999 e 2006 e, indicadores de desempenho e rendimento para o ano de 2002. Para esta parte foram utilizadas as informações disponibilizadas pela Fundação SEADE que tomou como fonte os dados do Censo Escolar elaborado pelo INEP/MEC e tabulações do INEP/MEC.

Na terceira parte do capítulo, a intenção foi estudar a desigualdade entre as regiões com relação à qualidade do ensino. Para tanto, lançamos mão dos resultados das avaliações do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP - da Secretaria Estadual de Educação no ano de 2007. Os resultados do SARESP permitem avaliar o ensino regular de todas as escolas da rede pública estadual que oferecem a 1ª, 2ª, 4ª, 6ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio. Nesta etapa, são apresentados os resultados das provas de Língua Portuguesa e Matemática e dos níveis de desempenho em Redação para as 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio.

As conclusões obtidas a partir dos dados apresentados para as Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais não fogem daquelas já observadas em outros estudos⁴³ para o conjunto do país, os quais apontam para a ampla expansão da

⁴² Neste item contamos com a colaboração de Cibele Yahn de Andrade.

⁴³ ANDRADE, Cibele Y., TELLES, Stella M.B.S. Universalização e equidade: análise da evolução do acesso à educação básica no Brasil de 1995 a 2005. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16º., 2008. Caxambu. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/>>.



política educacional que permitiu maior inclusão da população sem, no entanto, haver conseguido melhorar sua qualidade de aprendizagem.

Indicadores de Contexto

Analfabetismo da População de 15 anos e mais

O país reduziu as taxas de analfabetismo nos anos 90, sobretudo nas faixas etárias mais jovens. De quase 20% em 1991 passamos para menos de 14% no ano 2000 graças a intensificação da universalização do ensino fundamental (GUIMARÃES DE CASTRO, 1999). Ainda assim o país ficou atrás do Equador e Peru com taxas entre 8% e 10%, da Argentina, 4,2% e do Chile que apresentou taxa de 3,2% no ano 2000.

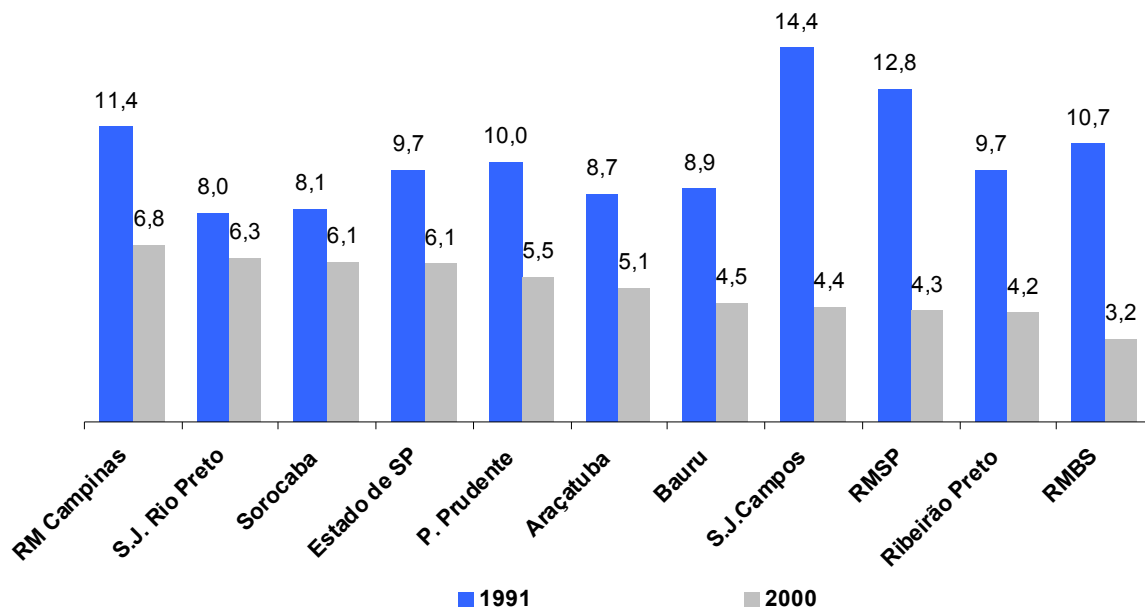
O Estado de São Paulo conseguiu reduzir as taxas de analfabetismo para a população acima de 15 anos de 9,7% em 1991 para 6,1% no ano 2000. Um fato que deve ser levado em conta, além da redução percentual, é o volume populacional que não sabe ler e escrever. No ano 2000 havia ainda quase 1,7 milhões de pessoas maiores de 15 anos analfabetas residentes no Estado de São Paulo e, 1,1 milhões delas residindo em regiões metropolitanas e pólos regionais.

Entre 1991 e 2000 as maiores quedas nos índices de analfabetismo da população de 15 anos ou mais ocorreram no Pólo de São José dos Campos e nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista. Em 1991, eram essas regiões que, junto com a Região Metropolitana de Campinas detinham os maiores índices de analfabetismo. No ano 2000 a Região Metropolitana de Campinas apresentou o maior índice de analfabetismo entre as regiões estudadas, alcançando 6,8% das pessoas com mais de 15 anos de idade (Gráfico 18).



Gráfico 18

**Analfabetismo da população de 15 anos ou mais
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais (%)**



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Proporção da população adulta com mais de 12 anos de estudo

Outro indicador importante diz respeito à proporção da população adulta, expressa como aquela na faixa etária entre 25 e 59 anos, que completou o ensino básico, ou seja, o ensino fundamental e o ensino médio e cursa ou cursou algum ano do ensino superior. Este indicador é importante, pois nos dá a medida da situação de qualificação da população de uma região que teria mais chances de inserção no mercado de trabalho.

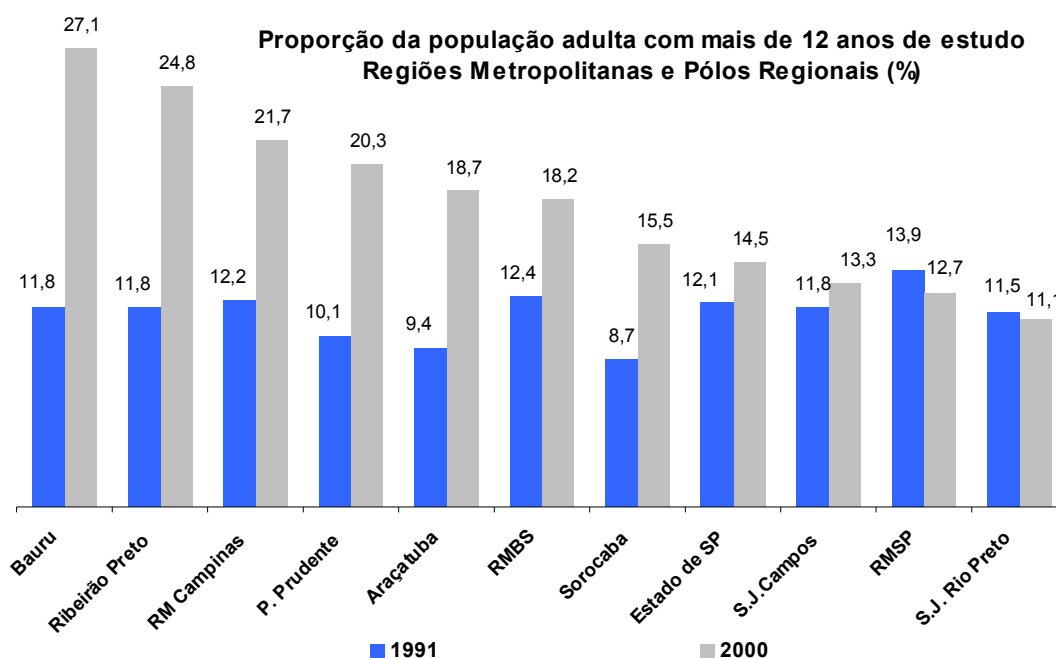
Em 1991, as regiões que se destacavam com as maiores proporções de adultos com 12 anos ou mais de estudo eram as três Regiões Metropolitanas onde as proporções de adultos com 12 anos ou mais de estudo era superior à media estadual



de 12,1%. As proporções médias entre as regiões eram mais homogêneas em 1991 do que em 2000 e variaram entre 9% e 14%. No início da década seguinte, houve incremento nas proporções médias em todas as regiões e a variação das proporções médias foi bem mais ampla entre 11% e 27%.

Os Pólos regionais de Bauru, Ribeirão Preto, Presidente Prudente e Araçatuba e a Região Metropolitana de Campinas foram as regiões que apresentaram maior incremento neste indicador (Gráfico 19).

Gráfico 19



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Taxas de Escolarização Líquida

Muito se avançou no país depois do início da década de 90 com relação ao acesso da população à educação básica. No caso do ensino fundamental observou-se que entre o início da década de 90 até 1998 houve forte crescimento da frequência escola passando posteriormente para uma fase de estabilização. A análise dos indicadores tem mostrado que o país vem avançando no sentido da universalização,



sobretudo no ensino fundamental, resultado da implementação de políticas⁴⁴ com foco de inclusão da população em idade escolar.

Além do esforço por parte do governo, não se pode deixar de mencionar que o país passou para uma fase mais favorável em termos de estabilidade populacional, com descenso de 1,6% para 1,1% nas taxas anuais de crescimento da população, respectivamente aos períodos de 1991-2000 e 2000-2007, segundo informações na Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio/IBGE). No caso do Estado de São Paulo a taxa de crescimento populacional caiu de 1,8% para 1,0% a.a. para o mesmo período, fazendo com que, em grande parte, haja impactos no crescimento mais lento das matrículas afetado pelas mudanças demográficas.

A taxa de escolarização líquida fornece a proporção da população matriculada no nível/modalidade de ensino considerado adequado à sua idade. Para a análise, deste indicador considerou-se as seguintes faixas etárias:

- ensino fundamental I: de 7 a 10 anos,
- ensino fundamental II: de 11 a 14 anos e,
- ensino médio: de 15 a 17 anos

Taxas de Escolarização Líquida de 1ª a 4ª série⁴⁵ do Ensino Fundamental

A taxa de escolarização líquida na primeira fase do ensino fundamental para o Estado subiu de 87,5% em 1991 para 89,7% no ano 2000.

Para as Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais contemplados neste estudo, a taxa atingiu variação entre 85% a 91,5% em 1991. No ano 2000, os indicadores ficaram

⁴⁴ Entre as políticas adotadas, destaca-se a criação do FUNDEF em 1998 que instituiu uma nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental. De acordo com informações do MEC, a maior inovação do FUNDEF consiste na mudança da estrutura de financiamento do **Ensino Fundamental** no País. Com a implementação do FUNDEF, 15% da arrecadação global de Estados e Municípios ficam reservados ao Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries do antigo 1º grau). Além disso, introduziu novos critérios de distribuição e utilização de 15% dos principais impostos de Estados e Municípios, promovendo a sua partilha de recursos entre o Governo Estadual e seus municípios, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino. <http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/fundef/funf.shtm>.

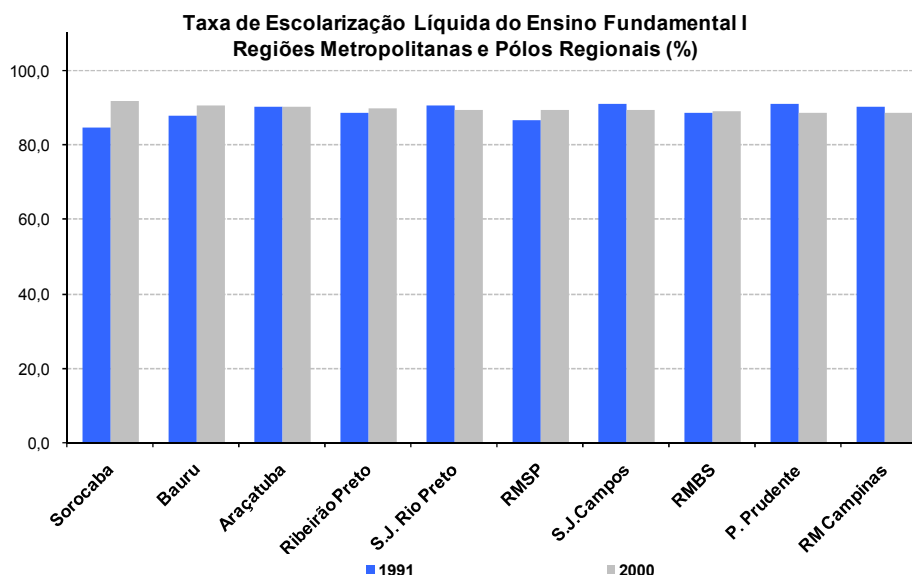
⁴⁵ Esse índice representa o percentual da população que frequenta o ensino fundamental entre a 1ª e a 4ª série com idade correspondente a esse nível de ensino, ou seja, entre 7 a 10 anos.



ligeiramente superiores e com uma maior homogeneidade apontando para uma variação entre 88,5% a 91,7% entre estas regiões.

Houve incremento nas Taxas de Escolarização Líquidas para as regiões de: Sorocaba, Bauru, Ribeirão Preto e para a Região Metropolitana de São Paulo. Os Pólos Regionais de Araçatuba, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Presidente Prudente e a Região Metropolitana de Campinas conseguiram incrementar a Taxa Líquida de Escolarização de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental. (Gráfico 20).

Gráfico 20



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

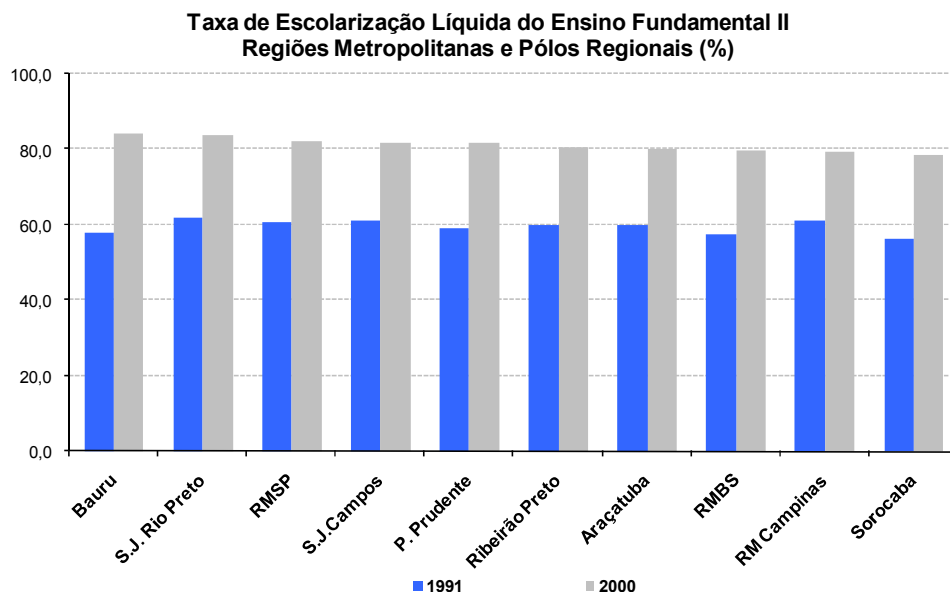
Taxas de Escolarização Líquida de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental

Apesar da taxa de escolarização líquida para a segunda fase do ensino fundamental para o Estado de São Paulo estar muito mais longe da universalização, não se pode ignorar o avanço identificado através do crescimento da taxa em quase 40% no período entre o ano de 1991 e o ano 2000. Assim, em 1991 a Taxa de Escolarização Líquida era de 58,9% e, em 2000 atinge 82,2%. Entre as regiões que mais cresceram, destacamos os Pólos Regionais de Bauru e Sorocaba e a Região Metropolitana da



Baixada Santista os quais configuravam em 1991 as regiões com as mais baixas taxas (Gráfico 21).

Gráfico 21



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Taxas de Escolarização Líquida do Ensino Médio

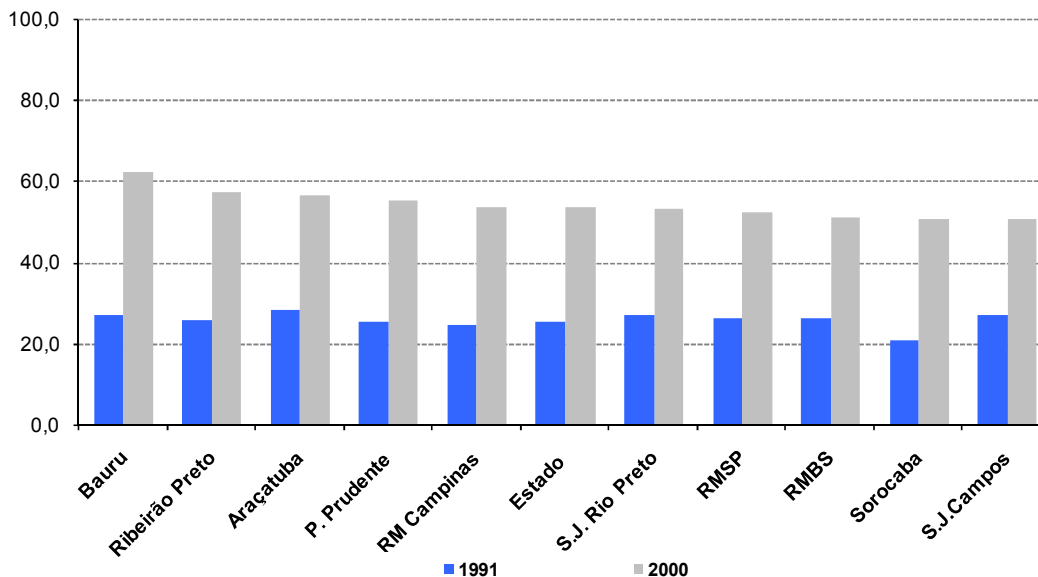
Aproximadamente 54% dos jovens de 15 a 17 anos no Estado de São Paulo eram atendidos pelo Ensino Médio no ano 2000. Entre o ano de 1991 e o ano 2000 houve um efetivo crescimento da taxa de escolarização que no ano de 1991 alcançava apenas 25% dos jovens.

O crescimento das Taxas de Escolarização Líquidas no Ensino Médio ocorreu em todos os pólos regionais e nas Regiões Metropolitanas. Os Pólos de Sorocaba, Bauru e Ribeirão Preto foram os que apresentaram maiores incrementos somando mais de 123% de crescimento na taxa de escolarização líquida. O pólo regional de São José dos Campos foi o que apresentou o menor crescimento no período, mas ainda assim foi um crescimento de quase 90% (Gráfico 22).



Gráfico 22

**Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Médio
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais (%)**



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Matrículas

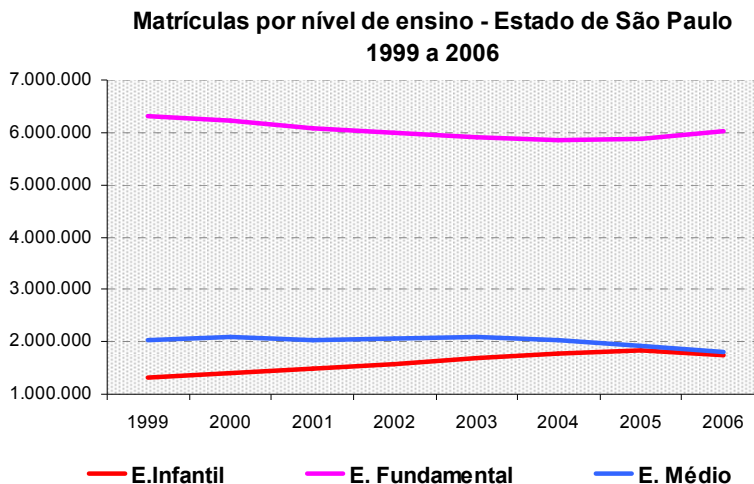
As matrículas do Ensino Fundamental no Estado de São Paulo alcançaram uma estabilidade após o ano de 2003 concentrando aproximadamente 6 milhões de alunos. Esta estabilidade pode ser atribuída em parte à fatores demográficos, haja vista a queda nas taxas de crescimento populacional já mencionada e, à melhoria dos indicadores de transição do fluxo escolar.

No Ensino Médio, o comportamento foi de estabilidade até 2004. Após este período observa-se uma tendência de queda que pode suscitar algumas hipóteses como a migração dos alunos do ensino médio para o EJA (Educação de Jovens e Adultos) e, ou também uma evasão efetiva desses alunos para o mercado de trabalho.

As matrículas do Ensino Infantil se encontraram em franca expansão, entre 1999 e 2005. Entre 1999 e 2006 houve um crescimento da oferta superior a 30%. Apesar do crescimento, a oferta é bastante desigual, sobretudo para as crianças menores de 3 anos que constituem a demanda por creches (Gráfico 23).



Gráfico 23



Fonte: EDUDATABRASIL/INEP/MEC. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Apresenta-se a seguir a distribuição das matrículas por níveis de ensino para as Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais. A oferta de matrículas por níveis de ensino nas regiões do estudo acompanhou a tendência estadual. As regiões Metropolitanas concentraram mais de 70% das matrículas em 2006 no total das matrículas no estado.

Tabela 61

Matrículas por níveis de ensino da Educação Básica, 1999 e 2006

Pólos e R. Metropolitanas	Matrículas							
	Ensino Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio		Total	
	1999	2006	1999	2006	1999	2006	1999	2006
R.M. de São Paulo	347.915	440.806	1.534.706	1.463.323	501.240	449.393	2.383.861	2.353.522
R.M. da Baixada Santista	51.325	68.597	246.271	247.042	75.993	69.197	373.589	384.836
R.M. de Campinas	84.839	113.218	384.372	372.223	125.393	115.305	594.604	600.746
São José dos Campos	26.427	38.713	149.910	138.094	57.341	44.620	233.678	221.427
Sorocaba	52.047	58.718	219.655	214.356	64.945	64.159	336.647	337.233
Ribeirão Preto	38.732	53.978	181.040	167.113	56.059	51.102	275.831	272.193
Bauru	26.808	28.769	86.493	80.423	29.831	24.638	143.132	133.830
São José do Rio Preto	25.995	30.681	96.616	91.408	33.432	31.147	156.043	153.236
Araçatuba	20.608	25.229	77.718	69.520	28.165	22.309	126.491	117.058
Presidente Prudente	21.134	22.903	92.631	83.144	30.081	26.916	143.846	132.963

Fonte: EDUDATABRASIL/INEP/MEC. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP



Razão Matrícula – Professor

O indicador matrícula-professor é considerado em alguns estudos como um indicador de gestão, na medida em que é usado para estudos de custo por aluno. Também é usado para estudos de qualidade do ensino, pois em salas superlotadas é provável que a qualidade do aprendizado fique comprometida em alguma medida. Informações da pesquisa World Education Indicators (WEI), realizada pela Unesco e pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2002 mostram que em países desenvolvidos, a média de aluno por professor na educação básica é de 14,3 e naqueles em desenvolvimento, 21,7.

Assim, não há recomendações oficiais sobre o limite do número de alunos a serem atendidos por professor. No final do ano de 2008 a presidente do sindicato dos professores de São Paulo (Apeoesp) que também é conselheira do CNE – Conselho Nacional de Educação lançou a proposta de se ter como recomendações que as turmas de pré-escola tenham entre 20 a 25 alunos, as de ensino fundamental tenham entre 30 e 35 alunos nos anos iniciais e, os anos finais do ensino fundamental e médio entre 35 a 40 alunos. (<http://www.jornaldaciencia.org.br/> em 01/12/2008).

Entre 1999 e 2006, no Estado de São Paulo, a relação matrícula-professor passou de 22,6 para 19,2 na educação infantil, de 25,9 para 20 no ensino fundamental e de 19,6 para 14,6 no ensino médio, de acordo com os dados do Censo Escolar (INEP/MEC). este fato é resultado do incremento do número de professores em todos os níveis de ensino e, intensificado pela queda no volume das matrículas nos níveis de Ensino Fundamental e Médio.

Nas regiões e Pólos Regionais do Estado, apenas os Pólos de São José do Rio Preto e de Araçatuba apresentaram incremento no número de professores por aluno na Educação Infantil. Acompanhando a tendência estadual, todas as regiões do estado tiveram queda na razão de alunos por professores tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio.

Entre as regiões do estado, os Pólos regionais de Araçatuba, Bauru e Presidente Prudente apresentaram os maiores declínios no número de alunos por professor isto significou por volta de 7 alunos a menos para cada professor em 2006, no ensino fundamental e cerca de 6,4 no caso do ensino médio.



Tabela 62

Razão Aluno-Professor por níveis de ensino, 1999 e 2006						
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais	Educação Infantil		E. Fundamental		E. Médio	
	1999	2006	1999	2006	1999	2006
Reg. Metropolitana de São Paulo	15,5	15,1	25,2	18,8	18,8	13,7
Reg. Metropolitana B. Santista	20,0	16,7	24,7	19,1	18,7	14,0
Reg. Metropolitana de Campinas	22,3	20,3	25,4	19,2	19,1	14,1
Pólo de Araçatuba	22,5	23,0	24,1	17,2	19,3	11,8
Pólo de Bauru	24,4	21,7	25,1	17,7	17,8	11,6
Pólo de Presidente Prudente	23,9	21,6	23,9	16,3	16,4	10,8
Pólo de Ribeirão Preto	20,1	18,2	25,3	18,8	19,0	14,6
Pólo de São José do Rio Preto	19,4	21,0	24,3	17,9	16,9	12,8
Pólo de São José dos Campos	20,4	18,7	25,7	19,8	20,6	15,6
Pólo de Sorocaba	23,4	19,6	26,8	19,7	19,0	14,5

Fonte: EDUDATABRASIL/INEP/MEC. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Indicadores de Rendimento⁴⁶

Taxas de Aprovação Escolar⁴⁷

A análise da série histórica das taxas de aprovação por níveis de ensino para o Estado de São Paulo revela que para a primeira fase do ensino fundamental e, para a segunda fase do ensino fundamental as taxas ficaram estáveis e variaram em torno de 94% e 90% respectivamente. No caso do Ensino Médio, a taxa de aprovação permaneceu estável entre 1999 e 2002 atingindo o patamar de 84% e após esse período declina até atingir 79,2% em 2006.

Tabela 63

Taxas de Aprovação por níveis de ensino (%) - Estado de São Paulo, 1999 a 2005							
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
E.F. Até a 4ª Série	94,0	93,2	93,6	94,5	94,5	94,4	94,5
E.F. 5ª a 8ª Série	89,4	88,5	89,8	90,5	90,6	90,2	89,9
E. Médio	83,0	81,8	84,1	84,2	82,5	80,7	79,2

Fonte: FUNDAÇÃO SEADE. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

⁴⁶ Dados obtidos da Fundação SEADE / Secretaria de Estado da Educação – SEE/Centro de Informações Educacionais – CIE.

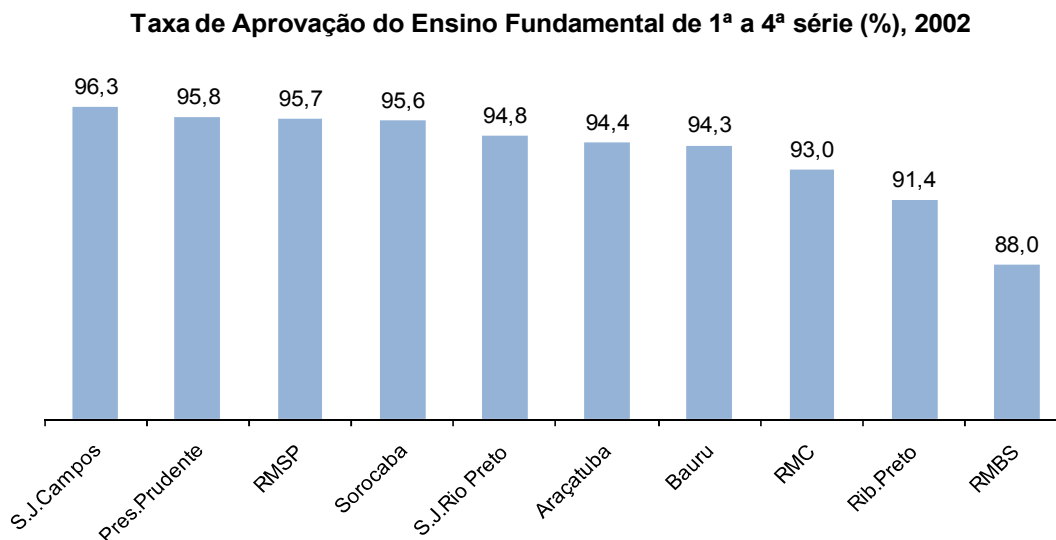
⁴⁷ Porcentagem de alunos que preencheram em avaliação final, os requisitos mínimos em aproveitamento e frequência, previstos em legislação, em relação ao total de alunos matriculados no fim do ano letivo.



A seguir, apresenta-se a taxa de aprovação para as RMS e pólos para o ano de 2002. As regiões de Araçatuba, Bauru, Ribeirão Preto e as Regiões Metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista apresentaram taxas abaixo da média estadual. Para o nível relativo à 5ª a 8ª. Série do Ensino Fundamental, as três Regiões Metropolitanas e o Pólo Regional de Ribeirão Preto tiveram desempenho abaixo da média para o Estado. No ensino médio as taxas de aprovação para as regiões estudadas tiveram uma distribuição mais uniforme. Isto significou que a taxa oscilou entre as regiões entre 1,4% e 86,5%. Assim como na 2ª. Fase do fundamental, no ensino médio as 3 Regiões Metropolitanas e os pólos de Ribeirão Preto e Araçatuba ficaram abaixo da média estadual de 84,2%. A Região Metropolitana da Baixada Santista teve o pior desempenho entre as regiões no Ensino Fundamental e, no Ensino Médio teve o segundo pior desempenho (a região de Ribeirão Preto foi a que atingiu a taxa de aprovação mais baixa, com 85% de aprovação dos alunos do Ensino Médio) (Gráfico 24).

Fica claro que na questão de indicadores de rendimento, as Regiões Metropolitanas tem desempenho pior do que os pólos.

Gráfico 24

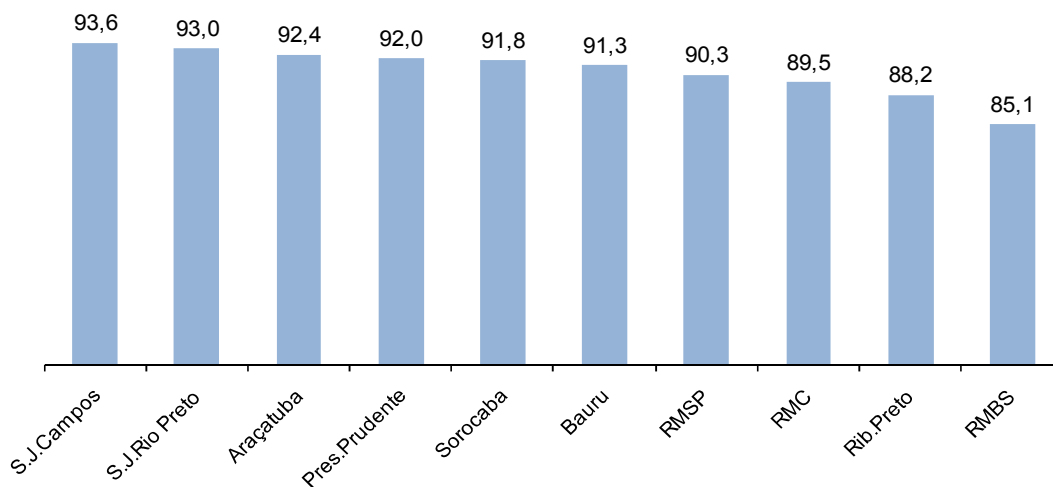


Fonte: FUNDAÇÃO SEADE. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP



Gráfico 25

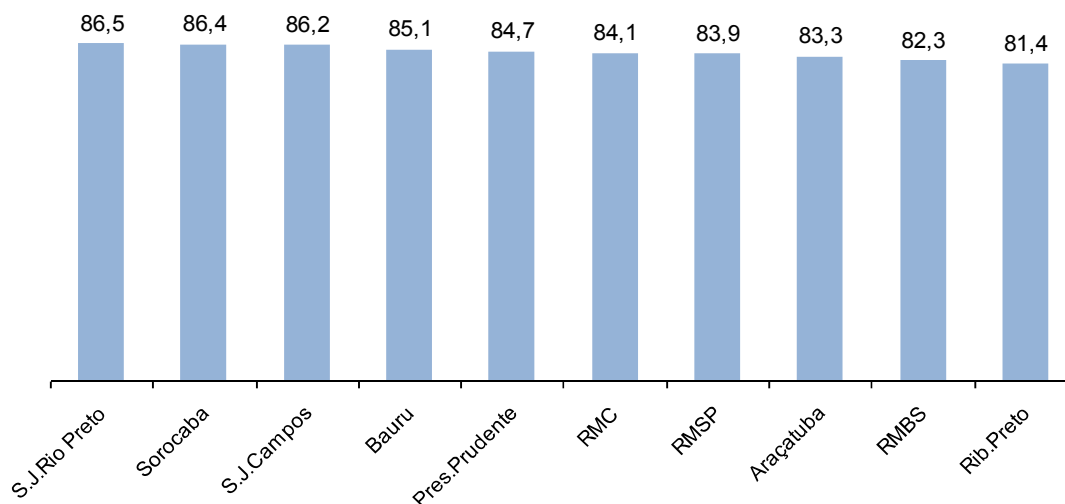
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série (%), 2002



Fonte: FUNDAÇÃO SEADE. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Gráfico 26

Taxa de Aprovação do Ensino Médio (%), 2002



Fonte: FUNDAÇÃO SEADE. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP



Evasão Escolar

A evasão escolar é considerada um dos maiores problemas da educação no Brasil. O país apresenta índices, tanto de evasão como de repetência, que estão entre os mais altos do mundo. Existem vários estudos que constataam que o problema da evasão está associado à repetência na medida em que sucessivos fracassos escolares levam à evasão escola (KLEIN, 1995; FLETCHER, 1997).

No Estado de São Paulo, a taxa de evasão no Ensino Fundamental ficou praticamente estabilizada no período entre 1996 até 2005. A taxa de evasão para o ensino médio apresentou tendência crescente para o mesmo período, entretanto em ritmo lento. As estimativas das taxas de evasão para os dois níveis de ensino no Estado de São Paulo apresentaram comportamento bastante distinto quando comparadas às mesmas estimativas para o Brasil, as quais apontaram para um quadro mais desolador tanto pelos patamares mais altos de evasão quanto pela tendência francamente aberta de crescimento destas taxas nos ensinos fundamental e médio (Gráfico 27 e 28) .

Gráfico 27

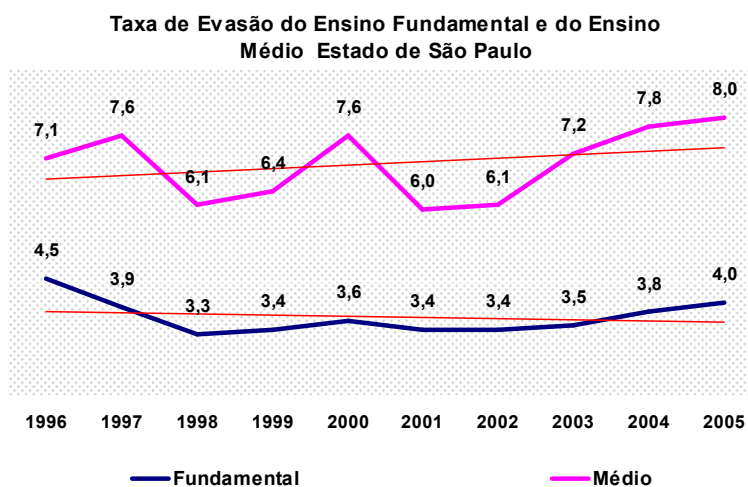
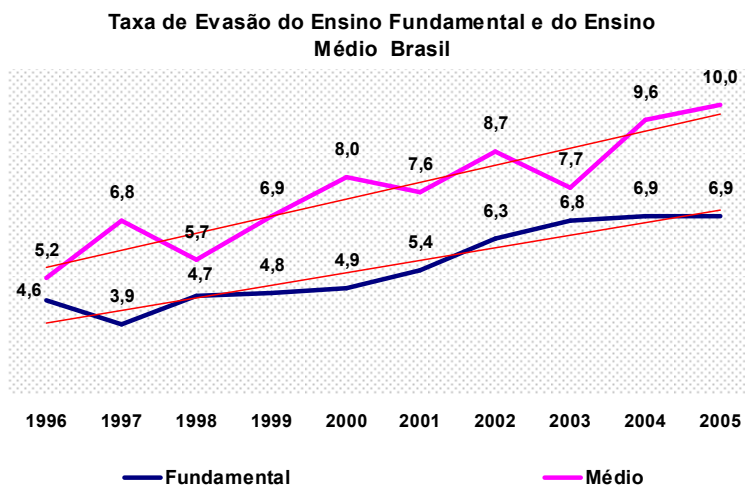




Gráfico 28



Fonte: FUNDAÇÃO SEADE. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Comparando-se os anos de 1999 e 2000 com respeito à taxa de evasão escolar do ensino fundamental para as Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais, ficou evidente que o problema reside mesmo na 2ª etapa do ensino fundamental e, sobretudo no Ensino Médio. Na primeira etapa do Ensino Fundamental os índices eram baixos, mas mesmo assim apresentaram tendência de queda no período estudado. A taxa mais alta encontrada foi de 1,2% e se refere à Região Metropolitana da Baixada Santista (Gráfico 29).

Na segunda fase do ensino fundamental, a taxa de evasão declinou em todas as regiões. Os Pólos regionais de Presidente Prudente e Araçatuba foram as regiões com as maiores reduções (Gráfico 30).

No ensino médio os níveis de evasão escolar são bastante superiores aos níveis do ensino fundamental. Entre 1999 e 2002 a tendência também foi declinante para todas as regiões. Em geral, as regiões apresentaram taxas de quase 10% no início do período e, em 2002 atingiram cerca de 7% de evasão (Gráfico 31).



Gráfico 29

Taxa de Evasão da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental (%)

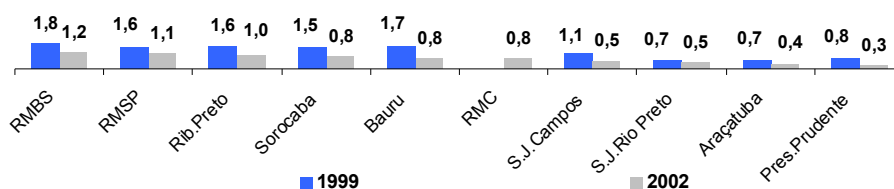


Gráfico 30

Taxa de Evasão da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental (%)

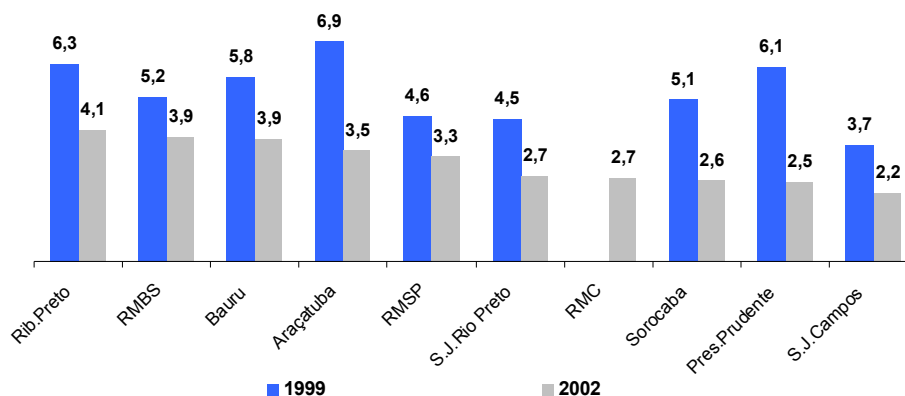
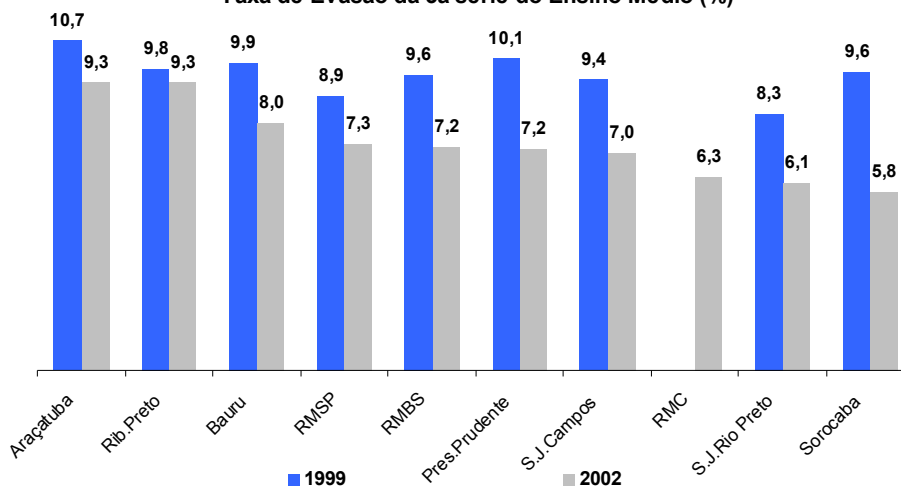


Gráfico 31

Taxa de Evasão da 3ª série do Ensino Médio (%)



Fonte:

FUNDAÇÃO SEADE. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP



Indicadores de qualidade do ensino

Como já foi dito é inegável o avanço significativo do país com relação à ampliação da inclusão das crianças em idade escolar no sistema de ensino. No entanto, o mesmo não se pode afirmar quanto à qualidade do ensino.

Com a implantação dos sistemas de avaliação do ensino no país, a exemplo do que ocorre em vários países, foi possível mensurar resultados efetivos no processo de aprendizagem.

O SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica – implantado a partir de 1995 e, o ENEM – Exame Nacional de Concluintes do Ensino Médio são alguns dos mecanismos de avaliações para a Educação Básica⁴⁸ que ao longo dos anos foram sendo aprimorados.

Em geral os resultados do SAEB entre 1995 e 2006 mostraram que o país passou por uma trajetória declinante com relação ao desempenho dos alunos, tanto em matemática quanto em língua portuguesa, ao término da segunda etapa do ensino fundamental e do ensino médio. No caso da primeira fase do ensino fundamental o declínio ocorreu entre 1995 até 2001 onde, a partir, daí, observa-se uma suave recuperação.

No caso do Estado de São Paulo, também ocorreu declínio no desempenho em ambas as disciplinas entre 1995 e 2005 para os três níveis de ensino analisados: 4ª série e 8ª série do EF e, 3ª série do Ensino Médio.

Para estudar as diferenças entre as Regiões Metropolitanas e os Pólos Regionais do Estado de São Paulo em relação à qualidade do ensino, utilizamos os resultados das avaliações do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP – para o ano de 2007. Os resultados do SARESP foram utilizados, sobretudo, por este sistema oferecer informações por municípios e escolas. Assim, devido ao fato do sistema disponibilizar informações de caráter censitário e não

⁴⁸ Também foram criados: o ENCEJA (Exame Nacional de Cursos de Educação de Jovens e Adultos, em 2001) e a Prova BRASIL em 2005, aplicada em estudantes de 4ª e 8ª. séries do Ensino Fundamental da rede pública urbana.



amostral foi possível obter resultados agregados para as regiões de análise desta pesquisa.

Vale lembrar que os resultados das avaliações do SARESP para o estado de São Paulo em 2007 são comparáveis com os resultados do SAEB.

A divulgação dos resultados do SARESP em 2007 e, a comparação destes com os resultados do SAEB em 2005 revelaram que ocorreu uma melhora na disciplina de Língua Portuguesa principalmente para as 4as e 8as séries do Ensino Fundamental e também para a 3ª. Série do Ensino Médio. O problema reside mesmo na disciplina de matemática onde houve um retrocesso para a 4ª série do Ensino Fundamental e um pequeno crescimento para a 8ª. Série do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio.

Ainda que se considere o crescimento nas notas, não podemos deixar de pensar que as notas médias ficaram abaixo dos parâmetros considerados adequados⁴⁹, ou seja, atingiram o conceito básico. No caso da disciplina de matemática para a 3ª série do Ensino Médio, a situação foi ainda pior, pois os resultados ficaram abaixo do nível básico.

Tabela 64 – Resultados do SAEB e SARESP – Proficiência por Disciplinas

Série	Disciplina	SAEB 2005	SARESP 2007	Diferença
4a.série E.F.	L. Portuguesa	177,9	186,8	5,0%
	Matemática	182,9	182,5	-0,2%
8a série E.F.	L. Portuguesa	228,4	242,6	6,2%
	Matemática	230,2	231,5	0,6%
3a. Série E.M.	L. Portuguesa	253,6	263,2	3,8%
	Matemática	261,8	263,7	0,7%

Fonte: SEE-SP. Tabulações Especiais. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

⁴⁹ Níveis adequados para avaliação de matemática: Acima de 225 pontos para a 4ª. Série do E.F., acima de 300 pontos para a 8ª. Série do E.F. e, acima de 350 pontos para a 3ª. Série do E.M.

Níveis adequados para a avaliação de Língua Portuguesa: Acima de 200 pontos para a 4ª. Série do E.F., acima de 275 pontos para a 8ª. Série do E.F. e, acima de 300 pontos para a 3ª. Série do E.M.



A seguir apresentam-se os resultados das provas de matemática e de português e a distribuição dos resultados por níveis de desempenho em redação para a 4ª e 8ª. série do Ensino Fundamental e 3ª. série do Ensino Médio por Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais.

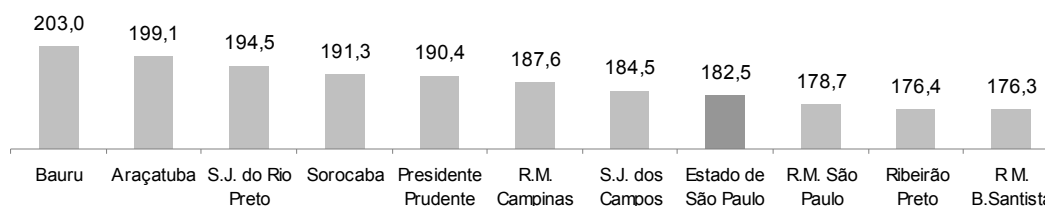
Desempenho em Matemática

Entre as regiões estudadas tiveram melhores notas os alunos de 4as e 8as séries das escolas localizadas nas regiões do interior do Estado, nos Pólos de Bauru, Araçatuba e, São José do Rio Preto. As piores notas foram referentes aos alunos das escolas das Regiões Metropolitanas de São Paulo, da Baixada Santista e do Pólo de Ribeirão Preto. No caso da 3ª série Ensino Médio também se verificou a mesma tendência com exceção do Pólo Regional de Bauru que ficou com nível de desempenho abaixo do básico⁵⁰ (Gráficos 32, 33, 34).

Esse resultado vai de encontro com os resultados publicados no sumário executivo elaborado pela SEE – Secretaria Estadual de Educação que apontou um desempenho superior para os alunos das escolas da CEI (Coordenadoria de Ensino do Interior) comparativamente aos resultados das escolas da COGES (Coordenadoria de Ensino da Grande São Paulo).

Gráfico 32

Média de Proficiência em Matemática da 4a. Série do Ensino Fundamental



⁵⁰ A SEE-SP estabeleceu 4 níveis para avaliar o desempenho conforme a pontuação das avaliações. A saber: Abaixo do Básico, Básico, Adequado e Avançado.



Gráfico 33

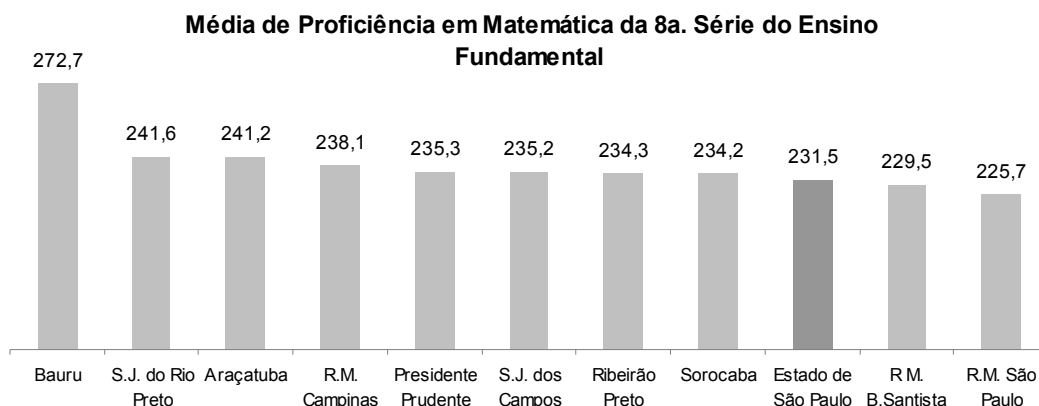
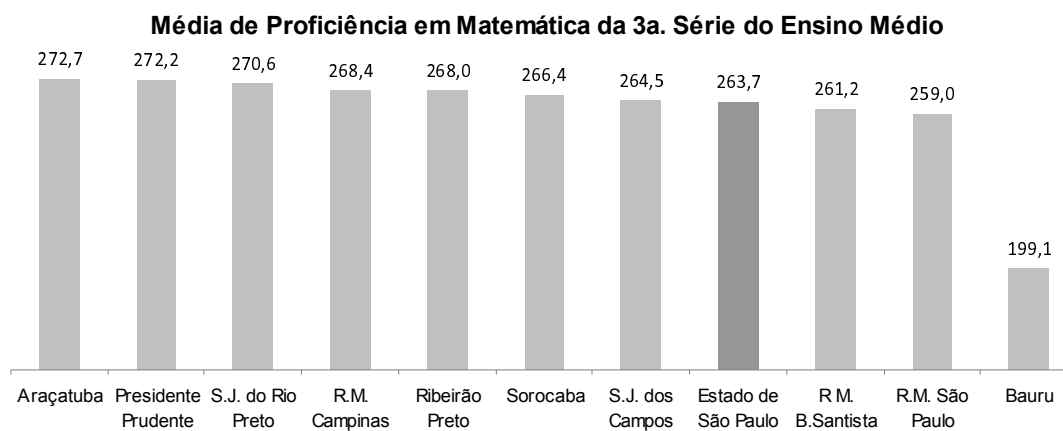


Gráfico 34



Fonte: SEE-SP. Tabulações Especiais. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Desempenho em Língua Portuguesa

Assim como no caso da disciplina de matemática, também os alunos de 4as e 8as séries das escolas localizadas nas regiões do interior do Estado, nos Pólos de Bauru, Araçatuba e, São José do Rio Preto apresentaram melhores resultados em Língua



Portuguesa, no caso da 3ª. Série do Ensino Médio, as melhores pontuações ocorreram na região de Araçatuba e na Região Metropolitana de Campinas.

As Regiões Metropolitanas de São Paulo, da Baixada Santista e o Pólo de Ribeirão Preto, concentraram os piores níveis de desempenho tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. Na disciplina de Língua Portuguesa os resultados para todas as regiões estudadas ficaram dentro do conceito básico estabelecido pela Secretaria Estadual de Educação (Gráficos 35, 36 e 37).

Gráfico 35

Média de Proficiência em Língua Portuguesa da 4a. Série do Ensino Fundamental

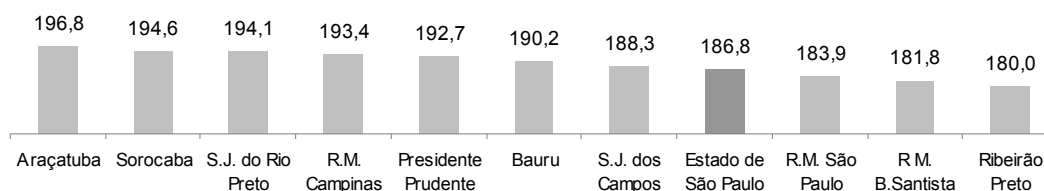


Gráfico 36

Média de Proficiência em Língua Portuguesa da 8a. Série do Ensino Fundamental

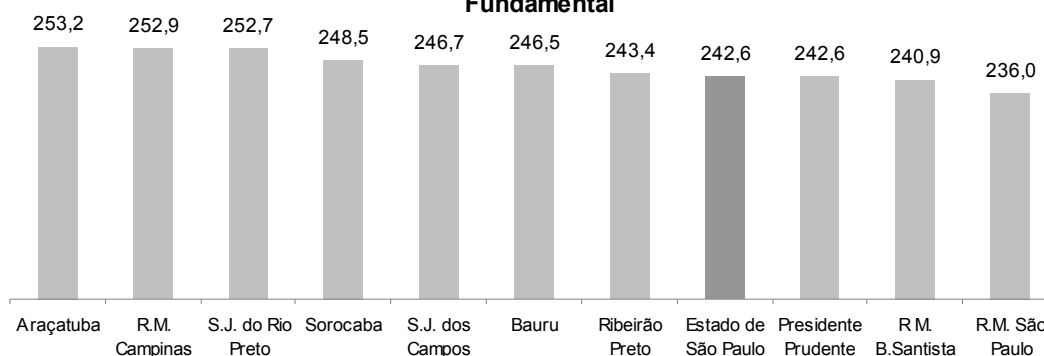
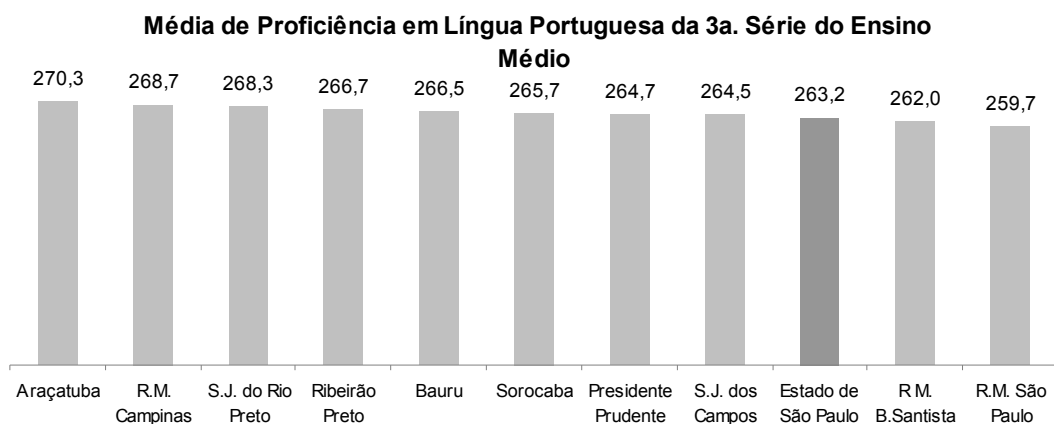




Gráfico 37



Fonte: SEE-SP. Tabulações Especiais. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Desempenho em Redação

Os Pólos de Araçatuba, Presidente Prudente, Bauru e Sorocaba são as regiões identificadas com melhores resultados de desempenho em redação nos três níveis de ensino analisados. Nestas regiões entre 30% e 50% dos alunos tiveram desempenho abaixo do básico. Em contraposição à estas regiões destacam-se as Região Metropolitana de São Paulo e Ribeirão Preto onde até 60% dos alunos não conseguem obter desempenho acima do básico (Gráficos 38, 39 e 40).

Gráfico 38

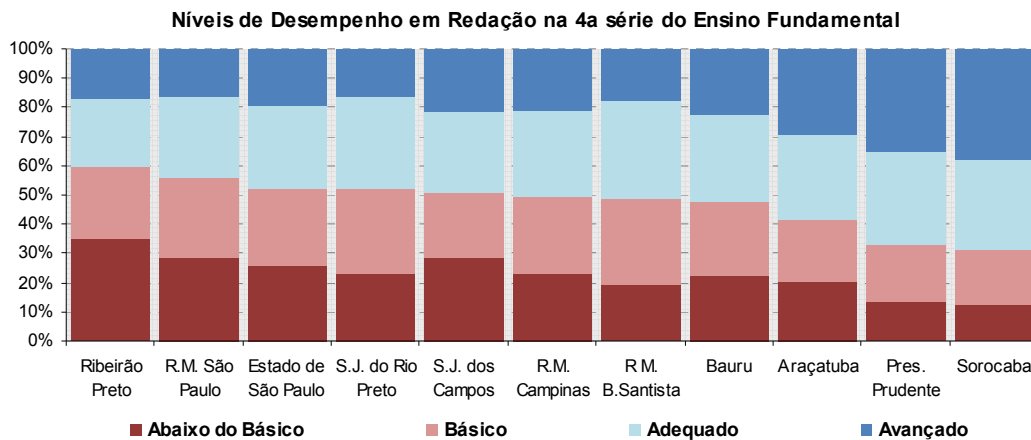




Gráfico 39

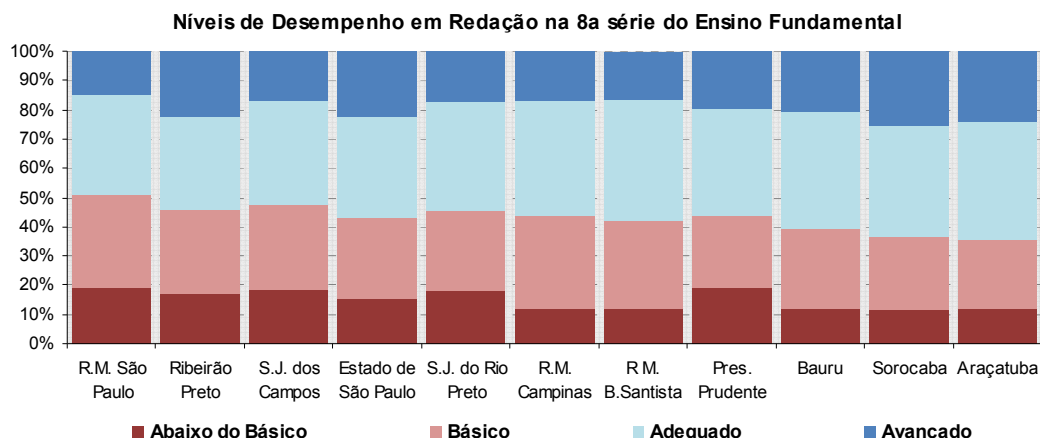
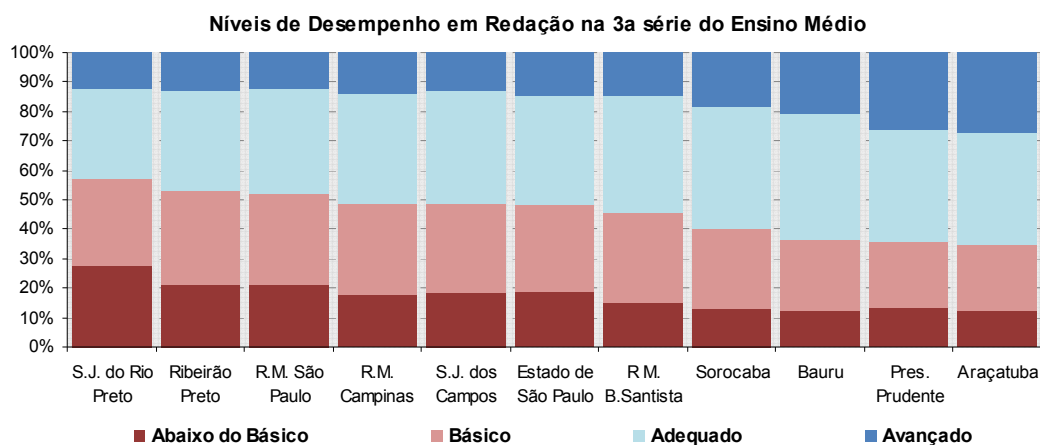


Gráfico 40



Fonte: SEE-SP. Tabulações Especiais. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Considerações Finais

A análise da evolução dos principais indicadores educacionais nas décadas de 90 e 2000 mostra claramente os avanços alcançados tanto nos indicadores para o Estado quanto para as Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais no sentido de ampliar o acesso da população à escolarização. Foi possível baixar a taxa de analfabetismo, aumentar o percentual de adultos com 12 anos ou mais de estudo e caminhar rumo à universalização do Ensino Fundamental, sobretudo na primeira fase que abrange as



crianças de 7 a 14 anos. Com relação ao ensino Médio, também foram contabilizados avanços que se traduziram pelo aumento da taxa líquida de escolarização no Estado de São Paulo de 25% em 1991 para 54% no ano 2000, entretanto, ainda há muito que caminhar neste nível de ensino. No ano 2000 a região com a maior taxa de escolarização líquida no ensino médio foi a Região Metropolitana da Baixada Santista com 62,3% dos jovens de 15 a 17 anos freqüentando o Ensino Médio.

Os maiores problemas a serem enfrentados dizem respeito aos indicadores de qualidade do ensino e de rendimento como as altas taxas de evasão e repetência e, em que medida uma alimenta a outra. O problema da evasão, apesar dos dados ter mostrado tendência de declínio nas Regiões Metropolitanas, Pólos Regionais e no Estado, é mais grave no ensino médio onde as taxas são bastante superiores às do Ensino Fundamental. Assim, o desafio que se coloca no âmbito do ensino médio é duplo: conseguir colocar mais jovens no ensino médio, pois as taxas de atendimento evidenciam que ainda há muitos adolescentes fora do sistema escolar e, conseguir mantê-los estudando.

Com relação à qualidade do ensino, as informações do SARESP deixaram claro que ações devem ser postas em prática no sentido de melhorar o desempenho dos alunos, sobretudo na disciplina de matemática em todos os níveis de ensino. A pesquisa mostrou que o desempenho dos alunos dos Pólos Regionais e da Região Metropolitana de Campinas foi melhor que o desempenho dos alunos das Regiões Metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista. Os Pólos Regionais de São José do Rio Preto e Araçatuba foram os que obtiveram melhores notas médias em matemática em todos os níveis de ensino. Certamente novas pesquisas são necessárias com o objetivo de esclarecer quais são os fatores que propiciam os melhores desempenhos e, que levem em conta as especificidades regionais.



3.4. Atenção Básica à Saúde e Acesso a Ações e Serviços de Saúde

Apresentação

Neste item saúde procurou-se abordar questões relacionadas à Atenção Básica à Saúde e ao Acesso à Ações e Serviços de Saúde, dimensões fundamentais para o estabelecimento de políticas públicas, tendo como recorte as três Regiões Metropolitanas e os Pólos Regionais.

Na Atenção Básica à Saúde foram analisados indicadores relacionados às taxas de mortalidade infantil e às taxas de mortalidade de jovens como uma medida de violência urbana, e indicadores relacionados à saúde da criança, à atenção ao pré-natal, à saúde da mulher e do adulto.

No bloco referente ao Acesso às Ações e Serviços de Saúde são apresentadas as taxas de cobertura do programa PSF (Programa de Saúde da Família), as taxas de visitas domiciliares por habitante e consultas médicas básicas por habitante. Também é apresentado o número de leitos por habitantes e a proporção de Beneficiários de Plano de Saúde Privado nas regiões da pesquisa.

O estudo procurou levar em conta as taxas médias para o Estado de São Paulo e os parâmetros ou metas do Ministério da Saúde, quando possível para efeitos de comparação.

Mortalidade Infantil

No Brasil a mortalidade infantil vem caindo desde 1970 quando foram registrados 100 óbitos por mil nascidos vivos e, em 2005 atingiu 25,2 de acordo com as informações do SVS/MS. Ainda assim, é uma taxa bastante elevada quando comparamos com outros países como a Argentina e o México que em 2004 apresentaram taxas próximas de 15 e o Chile com 8 óbitos de menores de 1 ano por mil nascidos vivos em 2004.

A análise da mortalidade infantil é importante, pois além de ser um indicador de atenção à saúde, também reflete as condições socioeconômicas de uma região.

Em 2006 o Estado de São Paulo atingiu o menor índice de mortalidade infantil, 13,3 óbitos de menores de um ano por 1000 nascidos vivos, resultado de um declínio de quase 60% com relação a 1990. A queda na taxa de mortalidade infantil foi mais



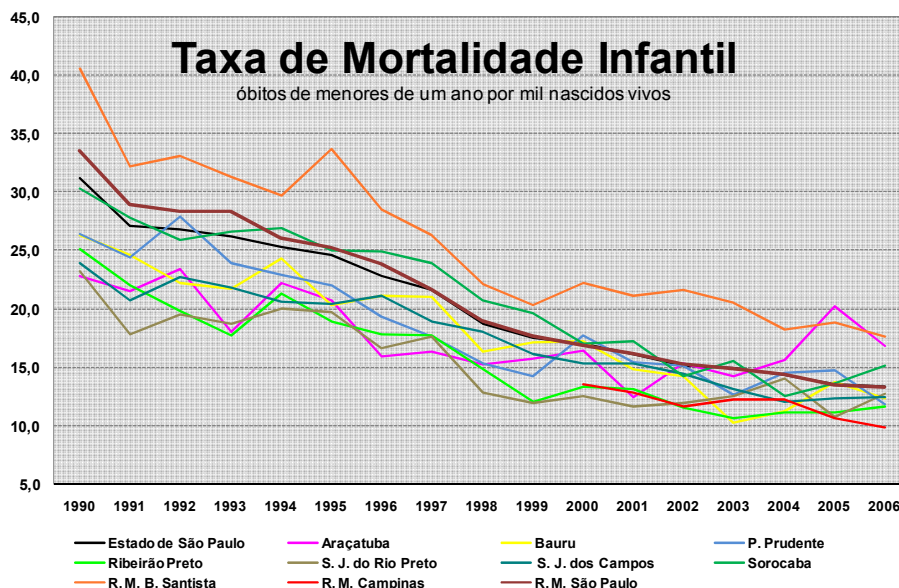
acentuada até o ano de 1999. A partir do ano 2000 até 2006, o declínio passa a ser mais brando.

Entre as Regiões Metropolitanas e os Pólos Regionais estudados, a Região Metropolitana da Baixada Santista merece destaque pelo fato de apresentar em quase todo o período entre 1990 e 2006 taxa de mortalidade infantil muito superior à média estadual. Em 2006, a taxa média para a Baixada Santista foi de 17,6 óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos. A região Metropolitana de São Paulo entre 1990 e 1996 apresentou taxa acima da taxa média para o Estado e, de 1997 em diante as taxas são praticamente iguais às médias estaduais.

Além da região da Baixada Santista, vale destacar que o Pólo Regional de Sorocaba foi outra região que apresentou taxas de mortalidade infantil superiores à média estadual entre 1993 e 2001.

Entre as regiões com as mais baixas taxas de mortalidade infantil em 2006 estão a Região Metropolitana de Campinas, o Pólo Regional de Ribeirão Preto e o Pólo Regional de Presidente Prudente com respectivamente, 9,8, 11,6 e 11,8 óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos (Gráfico 41).

Gráfico 41



Fonte: Fundação Seade; Secretaria Estadual da Saúde; Secretarias Municipais da Saúde. Base Unificada de Nascimentos e Óbitos. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Mortalidade por Agressões

A mortalidade por causas externas é um problema bastante sério nas cidades e requer ações intersetoriais. Neste grupo de causas encontram-se basicamente os óbitos por acidentes de transporte e os homicídios.

O indicador usado para avaliar a evolução do nível de violência nas regiões metropolitanas e Pólos regionais é a taxa de mortalidade por homicídios por 100 mil pessoas do sexo masculino na faixa de 15 a 24 anos de idade. Na grande maioria dos países é neste grupo etário e, sobretudo para os homens, onde ocorre um pico de homicídios. Nesse sentido, a mortalidade neste grupo de idade serve como uma medida para inferir o nível de violência dos países. A análise da evolução das taxas de mortalidade por violência faz-se necessária, pois possibilita conhecer o volume de mortes que poderiam ter sido evitadas e, dar informações para os agentes públicos atuarem, haja vista que a violência tem um custo alto refletido no aumento das internações e das pensões, e no aumento do investimento em segurança entre outros custos.

O cálculo das taxas de mortalidade por homicídios de homens de 15 a 24 anos para as Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais considerou a média trienal de óbitos e, a população masculina de 15 a 24 anos para o ano médio do triênio. As taxas não foram padronizadas pela estrutura etária, pois se considerou que as distribuições etárias são muito próximas entre todas as regiões.

As taxas de mortalidade por homicídios de homens jovens no Estado de São Paulo estão entre as mais altas do mundo. No triênio 1998-2000 atingiu o pico máximo de 520 óbitos por 100 mil jovens. Para se ter uma idéia, no ano de 2001, a mesma taxa para a Espanha era de 1,4 óbitos por 100 mil e, nos Estados Unidos alcançou 22,6 por 100 mil.

A partir da análise das taxas para o Estado assim como para as regiões do estudo, conclui-se que houve crescimento entre o início da década de 90 e o ano 2000 e, a partir deste ano, as taxas entram em declínio.

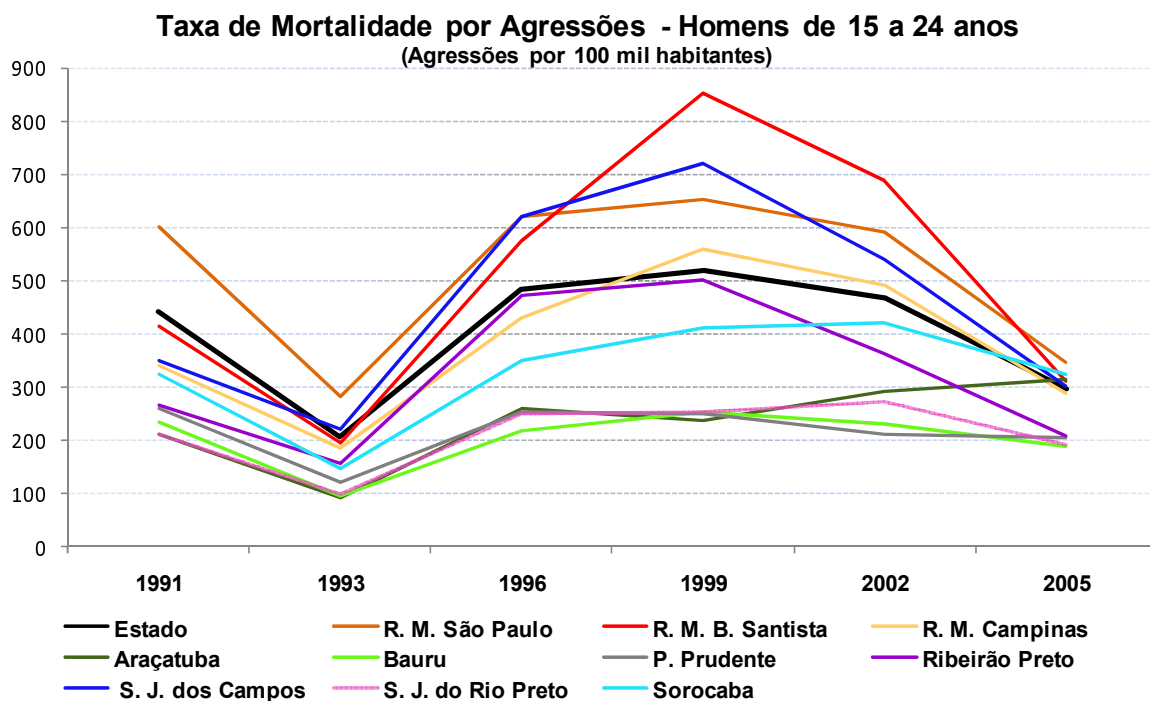


Entre as possíveis explicações para a queda da mortalidade por agressões entre jovens no Estado de São Paulo destacam-se a criação do Estatuto do Desarmamento e a Política Nacional de Recolhimento de Armas em 2003, que além de retirar milhares de armas de fogo de circulação em todo o Brasil, estimulou o envolvimento da sociedade civil e, o possível reflexo de uma ação policial mais ostensiva.

As Regiões Metropolitanas e os Pólos Regionais apresentaram tendência de declínio da taxa de mortalidade por agressões semelhante à do Estado para o período entre 1991 e 2005. As regiões que se destacaram com as mais altas taxas, sobretudo após 1996, foram a Região Metropolitana da Baixada Santista, a Região Metropolitana de São Paulo, o Pólo de São José dos Campos e a Região Metropolitana de Campinas com mais de 300 óbitos de homens de 15 a 24 anos por 100 mil em 2005. Os Pólos Regionais de Bauru, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto apresentaram as menores taxas entre as regiões, em 2005, atingindo cerca de 200 óbitos por mil (Gráfico 42).



Gráfico 42



Fonte: SIM - DATASUS, projeções populacionais, IBGE. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Saúde da Criança

A Taxa de Internações por Infecção Respiratória Aguda (IRA) e a Taxa de Internações por Doença Diarréica Aguda (DDA) em menores de 5 anos foram escolhidas como variáveis que apontam para uma falta de atenção preventiva e curativa, comprometendo assim a oferta de atenção básica. Assim em última instância, quando os pacientes acometidos por estas doenças acabam sendo internados para curar a doença, é porque a resolutividade das ações preventivas esteve abaixo do esperado.



O Ministério da Saúde recomenda que as taxas de internação por IRA devem ser inferiores a 35 para cada 1000 menores de 5 anos.

O Estado de São Paulo já no ano 2000 apresentava taxa média inferior a 35 internações. No ano 2000 foram 28 internações por IRA em cada 1000 menores de 5 anos e, em 2007 a taxa declina para 21. Das regiões estudadas, os pólos mais distantes da capital, como Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto foram os que apresentaram taxas mais elevadas variando entre 27 e 33 internações por mil em 2007 (Tabela 65).

Tabela 65

Saúde da Criança. Morbidade e Fatores de Risco. Taxa de internações por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos

Regiões e Pólos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Araçatuba	31,3	41,0	37,4	41,9	36,8	33,1	35,4	33,0
Bauru	34,9	37,1	27,9	28,6	24,9	22,9	25,6	21,5
Presidente Prudente	46,1	48,0	44,7	42,9	31,7	26,4	33,2	27,0
Ribeirão Preto	28,1	25,9	22,3	24,8	21,4	16,8	18,8	15,6
São José do Rio Preto	32,8	35,5	32,6	33,6	33,7	26,8	29,9	27,0
São José dos Campos	23,3	19,6	20,4	20,1	18,6	17,1	17,5	15,1
Sorocaba	29,9	30,3	28,2	30,9	30,9	22,8	23,8	20,4
R. M. Baixada Santista	34,9	27,9	25,9	26,0	25,1	24,0	24,0	22,4
R. M. de Campinas	23,4	23,9	22,6	22,7	20,9	17,9	19,1	18,5
R.M. de São Paulo	19,9	18,1	16,2	19,7	19,2	17,6	18,4	19,2
ESTADO	28,2	26,4	23,6	25,5	23,9	21,0	22,1	21,0

Fonte: SIH/SUS – DATASUS, Censo Demográfico e estimativas populacionais do IBGE. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Outro indicador para apontar o nível da atenção básica à Saúde da Criança é a Taxa de Internação por Doenças Diarréicas Aguda em menores de 5 anos. De acordo com o Ministério da Saúde é desejável que esta taxa seja inferior ou igual a 9 internações por mil menores de 5 anos.

No início dos anos 2000, as Regiões Metropolitanas e os Pólos de São José dos Campos apresentavam taxas inferiores a 9 internações por mil. As regiões críticas eram Presidente Prudente e Ribeirão Preto com respectivamente 26,3 e 22,3 internações por mil menores de 5 anos. Em 2007 todas as regiões com exceção do



Pólo Regional de Araçatuba apresentavam taxas inferiores a 9 internações por mil. A Região Metropolitana de Campinas e o Pólo de São José dos Campos apresentaram as taxas mais baixas atingindo por volta de 1,5 internações por mil menores de 5 anos (Tabela 66).

Tabela 66

Saúde da Criança. Morbidade e Fatores de Risco. Taxa de internações por Doença Diarréica Aguda (DDA) em menores de 5 anos

Regiões e Pólos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Araçatuba	18,4	23,9	21,0	23,2	17,6	18,0	17,3	10,6
Bauru	15,8	13,0	13,2	8,2	9,2	7,1	6,8	5,0
Presidente Prudente	26,3	24,9	21,3	20,5	14,2	12,5	13,4	7,3
Ribeirão Preto	12,0	10,7	10,2	10,1	9,3	7,7	6,9	4,5
São José do Rio Preto	22,3	20,2	19,2	14,5	16,7	14,2	12,2	8,6
São José dos Campos	3,6	3,2	3,6	3,4	3,7	3,3	3,1	1,5
Sorocaba	6,6	7,2	6,2	7,0	6,3	5,3	5,0	3,0
R. M. Baixada Santista	8,6	8,7	6,7	6,7	6,7	6,0	6,5	5,6
R. M. de Campinas	6,1	6,1	6,1	5,1	3,3	2,3	1,9	1,2
R.M. de São Paulo	2,7	3,5	3,1	2,9	2,9	2,8	2,8	2,4
ESTADO	9,3	9,6	7,9	7,7	6,9	6,4	6,0	4,2

Fonte: SIH/SUS – DATASUS, Censo Demográfico e estimativas populacionais do IBGE. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Atenção ao Pré-Natal

Para indicar a cobertura e a qualidade da assistência à gestação selecionou-se 2 indicadores. O primeiro é o percentual de mulheres com filhos nascidos vivos que realizou pelo menos 4 consultas de pré-natal e, o segundo o percentual de mulheres com filhos nascidos vivos que realizou 7 consultas de pré-natal, ou seja, de acordo com o Ministério da Saúde o segundo indicador aponta para a proporção de mães que concluíram o pré-natal.

De acordo com informações da RIPSa - Rede Interagencial de Informações para a Saúde⁵¹, em geral estes indicadores podem ser influenciados por fatores sócio-econômicos, pela infra-estrutura da prestação de serviços e por políticas assistenciais e preventivas. Estes indicadores são especialmente importantes para o estudo da

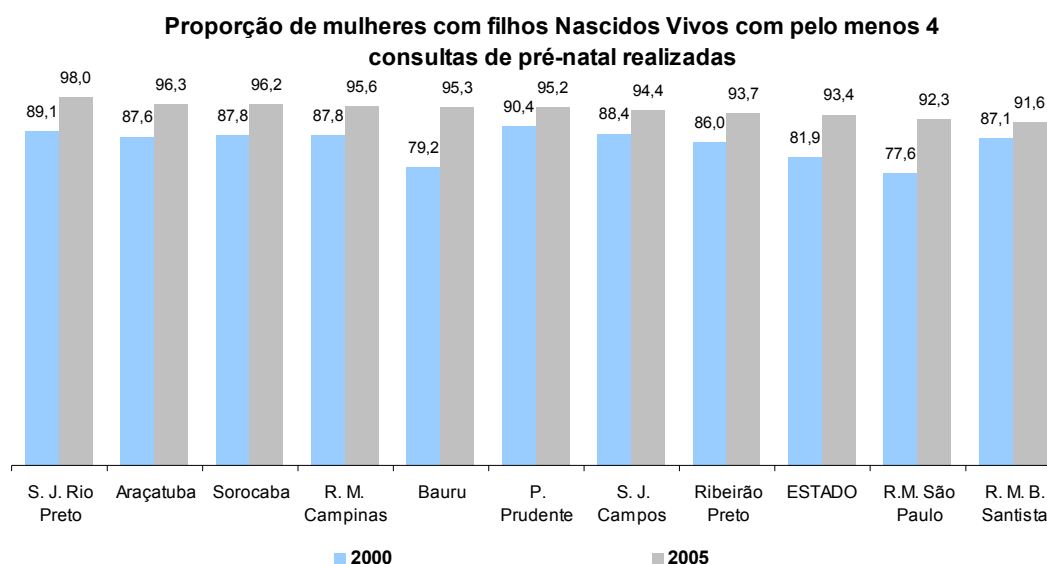
⁵¹ www.ripsa.org.br/fichasIDB



cobertura do atendimento pré-natal, pois é possível identificar quadros de desigualdade e verificar tendências tendo em conta as variações temporais e geográficas.

No Estado de São Paulo, quase 82% das mulheres que tiveram filhos no ano 2000 fizeram ao menos 4 consultas de pré-natal. Em 2005, houve um avanço de 11% na cobertura que passou a ser de 93,4%. Pode se dizer que é elevada a proporção de mulheres que iniciam o pré-natal no Estado. Entre as Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais apenas as regiões Metropolitanas da Baixada Santista e de São Paulo ficam um pouco abaixo, embora próximas, da média estadual em 2005 (Gráfico 43).

Gráfico 43



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos SINASC/DATASUS. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

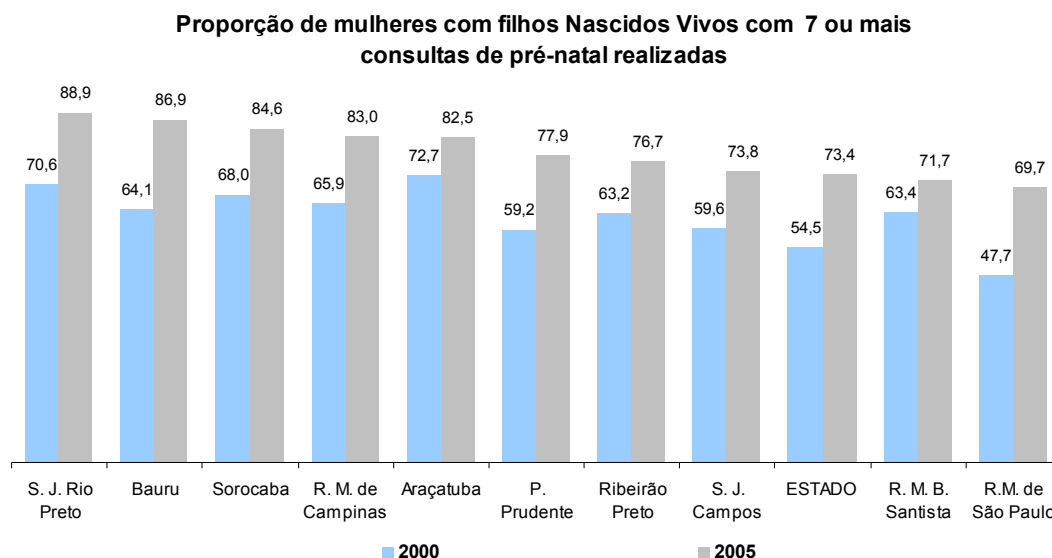
O Estado de São Paulo apresentou percentuais de mulheres com filhos nascidos vivos com 7 ou mais consultas de pré-natal realizadas superiores à média nacional, tanto no ano 2000 como em 2005. Enquanto para o Brasil no ano 2000 aproximadamente 46% das mulheres que tiveram filhos completaram as 7 consultas de pré-natal, no Estado de São Paulo este patamar foi de 54,5%. Em 2005, este



indicador para o Brasil ficou quase 8 pontos percentuais acima da média para 2000, enquanto que para o Estado de São Paulo a diferença foi de quase 19 pontos percentuais a mais em 2005 do que no ano 2000.

Entre os pólos regionais e as Regiões Metropolitanas o crescimento deste indicador também foi bastante evidente. As Regiões Metropolitanas da Baixada Santista e a Região Metropolitana de São Paulo apresentaram patamares ligeiramente inferiores à média estadual, enquanto que os pólos de São José do Rio Preto, Bauru e Sorocaba despontam com os maiores percentuais de cobertura entre as regiões (Gráfico 44).

Gráfico 44



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos SINASC/DATASUS. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Saúde da Mulher

O indicador razão de exames citopatológico cérvico-vaginais na faixa etária de 25 a 59 anos em relação à população feminina na mesma faixa etária é frequentemente usado para se avaliar a cobertura do exame preventivo de câncer de colo de útero.

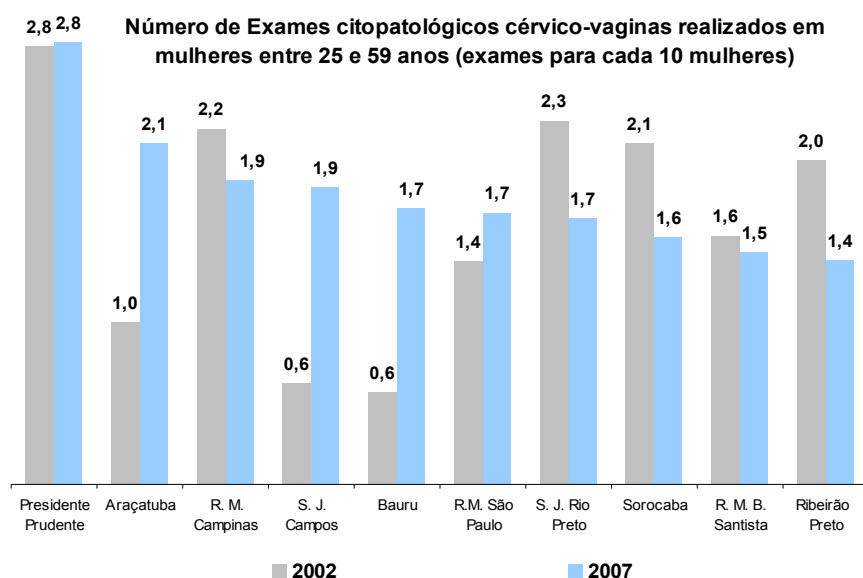


No Brasil a razão média declinou de 2 exames para cada 10 mulheres em 2002 para 1,8 em 2007. No Estado de São Paulo, a razão permaneceu praticamente estabilizada em torno de 1,8 exames para cada 10 mulheres com idade entre 25 e 59 anos entre 2002 e 2007.

Entre as regiões do estudo, as Regiões Metropolitana de Campinas e da Baixada Santista, e os pólos de São José do Rio Preto, Sorocaba, e Ribeirão Preto tiveram mais dificuldades para garantir a realização dos exames que pode ser constatado através do declínio deste indicador entre 2002 e 2007.

O Pólo de Presidente Prudente foi o que apresentou maior alcance na realização de exames citopatológico cérvico-vaginais, cerca de 2,8 exames para cada 10 mulheres tanto no início quanto no final do período (Gráfico 45).

Gráfico 45



Fonte: Pacto de Indicadores de Atenção Básica - 2006 - SISCAM/SISCOLO - DATASUS, Censo Demográfico 2000 e projeções, IBGE. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

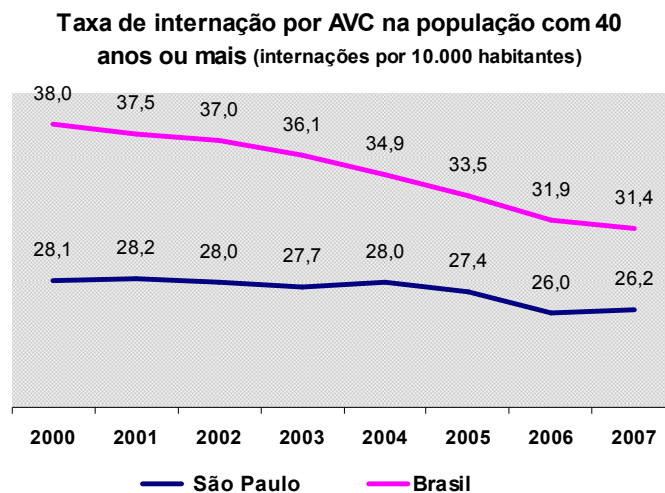


Controle da Hipertensão

De acordo com a nota técnica do Pacto de Atenção Básica do SUS⁵², a taxa de internação por acidente vascular cerebral na população adulta procura avaliar, ainda que de forma indireta, a oferta de ações básicas de prevenção e controle⁵³ da doença hipertensiva. O Ministério da Saúde não estabelece parâmetros ou metas, mas a idéia é que nas localidades onde essas ações são realizadas o número de internações nessa faixa etária seria reduzido em função da cobertura e da qualidade das ações básicas de prevenção e de acompanhamento dos casos.

O Estado de São Paulo experimentou uma sequência de declínio entre 2000 e 2007 com relação às taxas de internação por AVC assim como o Brasil. Entretanto, no caso do país, as taxas declinaram de forma mais acentuada e foram superiores às do Estado. Em 2007, a taxa no Brasil atingiu 31,4 internações para cada 10.000 pessoas com mais de 40 anos e, para o Estado de São Paulo a taxa ficou em 26,2 internações (Gráfico 46).

Gráfico 46



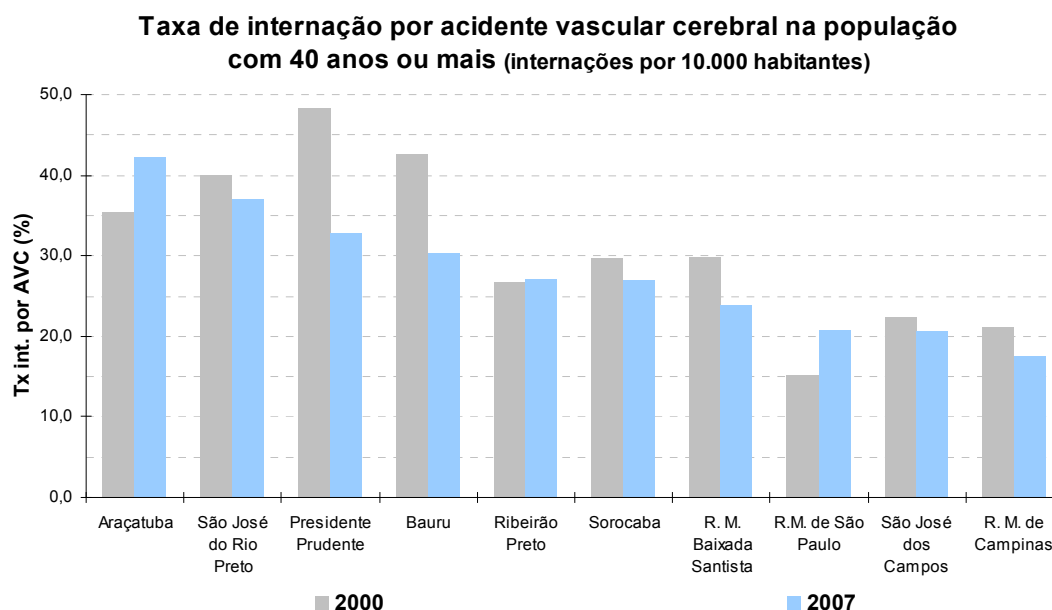
⁵² <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/siab/pacto2006/pacdescr.htm> (Acesso em março de 2008)

⁵³ Tanto de diagnóstico precoce, quanto de tratamento e educação para a saúde



O Gráfico 47 nos mostra que, com exceção de Araçatuba e da Região Metropolitana de São Paulo, as taxas de internação por AVC caíram entre o ano 2000 e 2007 nas demais regiões Metropolitanas e Pólos Regionais. Em 2007 as Regiões Metropolitanas e o Pólo de São José dos Campos apresentaram taxas de internação por AVC inferiores às demais regiões. Isto significa que nestas regiões as taxas foram menores do que 24 internações por 10.000 habitantes. Em contrapartida, nas regiões localizadas no interior e mais afastadas da capital como: Araçatuba, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Bauru foram computadas as maiores taxas de internação (superiores a 35 internações por 10.000 habitantes). Os dados parecem sugerir que para os pólos regionais mais afastados da capital, a prevenção, o controle e o tratamento da doença hipertensiva são mais difíceis de serem realizados.

Gráfico 47



Fonte: SIH/SUS – DATASUS, Censo Demográfico e estimativas populacionais do IBGE. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Indicadores Gerais de Atenção Básica à Saúde

Consultas Médicas por Habitante

O resultado de uma baixa oferta de consultas médicas básicas possivelmente gera no futuro uma pressão maior nos serviços de emergência. Assim, a análise deste indicador torna possível conhecer a capacidade da rede básica em promover assistência ambulatorial.

É muito difícil estabelecer um parâmetro, mas o Ministério da Saúde recomenda que seja realizada pelo menos 1,5 consulta básica por habitante. O indicador consultas básicas por habitantes leva em consideração as consultas realizadas nas especialidades de ginecologia e obstetrícia, consultas de pré-natal, clínica médica, pediatria, consulta médica do PSF, consulta médica domiciliar, e consulta médica para hanseníase⁵⁴.

Enquanto para o Brasil as taxas médias de consulta médica nas especialidades básicas permaneceram em torno de 1,5 consulta por habitante entre o ano 2000 e 2007, no Estado de São Paulo houve pequena melhora. No ano 2000 eram realizadas 1,5 consulta básica por habitante no ano e, em 2007 esta média passa a 1,7.

⁵⁴ **Lista dos procedimentos considerados como consulta básica:**

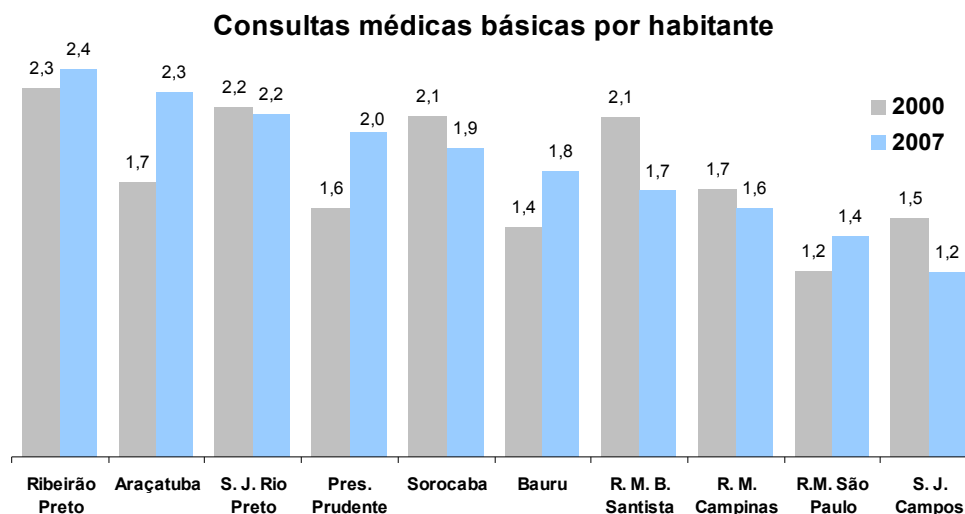
02.011.02 Consulta/atendimento de urgência em clínicas básicas com remoção
02.011.03 Consulta/atendimento de urgência em clínicas básicas
02.011.04 Atendimento médico de urgência com observação até 8 horas
02.012.01 Atendimento clínico para indicação/fornecimento de diafragma
02.012.02 Atendimento clínico para indicação/fornecimento/inserção de DIU
02.012.03 Consulta de pré-natal realizada por médico
02.012.04 Consulta em clínica médica
02.012.05 Consulta em gineco-obstetrícia
02.012.06 Consulta em ginecologia
02.012.07 Consulta em pediatria
02.012.08 Consulta médica do PSF
02.012.10 Consulta médica para hanseníase.
02.012.11 Consulta médica puerperal para conclusão de assistência obstétrica,
02.012.12 Consulta para diagnóstico de diabetes mellitus realizada por médico
02.012.13 Acompanhamento e avaliação de portador de diabetes mellitus realizada por médico
02.012.14 Consulta especializada para identificação de casos novos de tuberculose
02.012.15 Consulta de tratamento auto administrado para alta por cura de paciente com tuberculose
02.012.16 Consulta de tratamento supervisionado para alta por cura de paciente com tuberculose.



No ano 2000 apenas o Pólo Regional de Bauru e a Região Metropolitana de São Paulo não conseguiram realizar o número mínimo de consultas básicas por habitante e atingiram respectivamente 1,4 e 1,2 consultas por habitante. No ano de 2007, a Região Metropolitana de São Paulo ainda não conseguiu alcançar a recomendação do Ministério da Saúde, mas consegue obter uma pequena melhoria refletida no índice de 1,4 consultas por habitante. O Pólo Regional de São José dos Campos tampouco consegue atingir a recomendação e, inclusive apresenta um desempenho pior do que no ano 2000 quando a média de consultas básicas era de 1,5 e passa a 1,2 em 2007.

Os Pólos Regionais de Ribeirão Preto, Araçatuba, São José do Rio Preto e Presidente Prudente se destacaram em 2007 como sendo as regiões que mais realizaram consultas básicas, entre 2,0 e 2,4 consultas (Gráfico 48). No caso de Araçatuba e Presidente Prudente estas médias em grande medida têm o peso das consultas médicas realizadas pelo PSF⁵⁵.

Gráfico 48



Fonte: SIA/SUS - DATASUS, Censo Demográfico 2000 e projeções, IBGE. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

⁵⁵ Estas são as duas regiões, entre as Regiões Metropolitanas e os Pólos estudados, onde a cobertura do PSF é bem mais alta comparativamente às demais regiões, mais de 50% de cobertura.



Visitas Domiciliares por Habitante

O objetivo de se utilizar o indicador visitas domiciliares⁵⁶ por habitante é, em certa medida, poder avaliar como anda a implementação de novas práticas sanitárias pelos profissionais de saúde, que não somente aquelas no âmbito da unidade de saúde. O indicador considera como visitas domiciliares aquelas realizadas por profissionais de nível superior, nível médio e, agentes comunitários de saúde (ACS) às famílias em determinado mês.

O indicador também aponta para a mudança do modelo assistencial à saúde. Como limitações ao seu uso, vale lembrar que não existe atualização do número de domicílios dos municípios e, que junto com as ações de promoção da saúde também estão incluídas algumas ações curativas realizadas em domicílios.

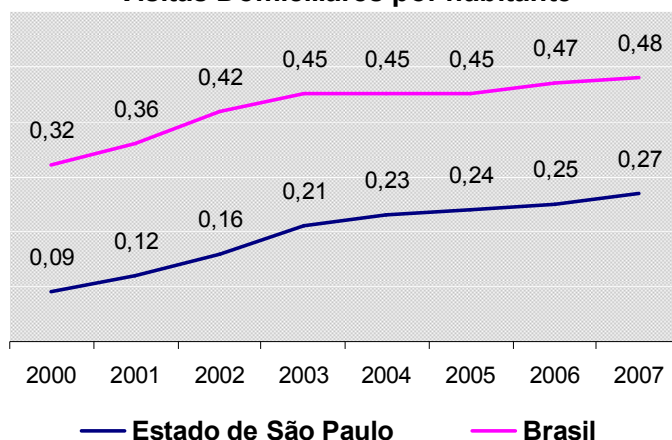
No Brasil a média mensal de visitas domiciliares por habitante apresentou tendência de crescimento entre 2000 e 2007. O crescimento desta taxa foi mais intenso até o ano de 2003 e continuou de forma mais branda até 2007, quando o país, em média, de cada dois domicílios conseguia realizar uma visita mensal. O Estado de São Paulo experimentou a mesma tendência, porém com patamares muito abaixo comparativamente à média nacional. Em 2007, a cada 4 domicílios paulistas, entre 1 ou 2 eram visitados por profissionais da saúde. Vale lembrar que a recomendação do Ministério da Saúde é de que a média de visitas domiciliares seja igual ou superior a 0,75 visitas/família/mês e, tendo isso em conta, ainda estamos longe de conseguir atingir a meta (Gráfico 49).

⁵⁶ “Visita Domiciliar é um conjunto de ações de Saúde voltadas para o atendimento, tanto educativo como assistencial”. A visita, como é realizada no âmbito domiciliar, proporciona uma dinâmica aos programas de atenção à saúde. “A visita domiciliar constitui uma atividade utilizada com o intuito de subsidiar a intervenção no processo de saúde-doença de indivíduos ou no planejamento de ações visando a promoção da saúde da coletividade” (TAKAHASHI, 2001:43).



Gráfico 49

Visitas Domiciliares por habitante



Fonte: Pacto de Atenção Básica. PACTO 2006. DATASUS. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

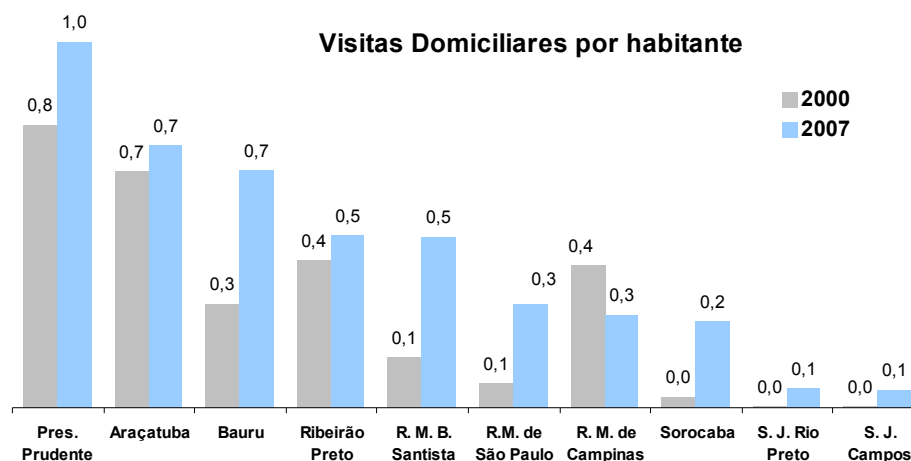
Os valores médios relativos às visitas domiciliares por habitante nas Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais do estudo, assim como para o Brasil e o Estado de São Paulo, passaram por incrementos entre 2000 e 2007. O pólo Regional de Presidente Prudente foi o único onde este indicador conseguiu superar o parâmetro mínimo preconizado pelo Ministério da Saúde, 0,75 visitas mensais por habitante.

A única região que apresentou declínio neste indicador foi a Região Metropolitana de Campinas. As regiões do interior do estado mais afastadas da capital, como Presidente Prudente, Araçatuba e Bauru foram as que conseguiram realizar maior número de visitas domiciliares por habitante.

Nos pólos regionais de São José do Rio Preto e São José dos Campos, praticamente não foram realizadas visitas domiciliares em 2000 e, em 2007 a taxa ficou muito baixa, por volta de 0,1 visitas por habitantes (Gráfico 50).



Gráfico 50



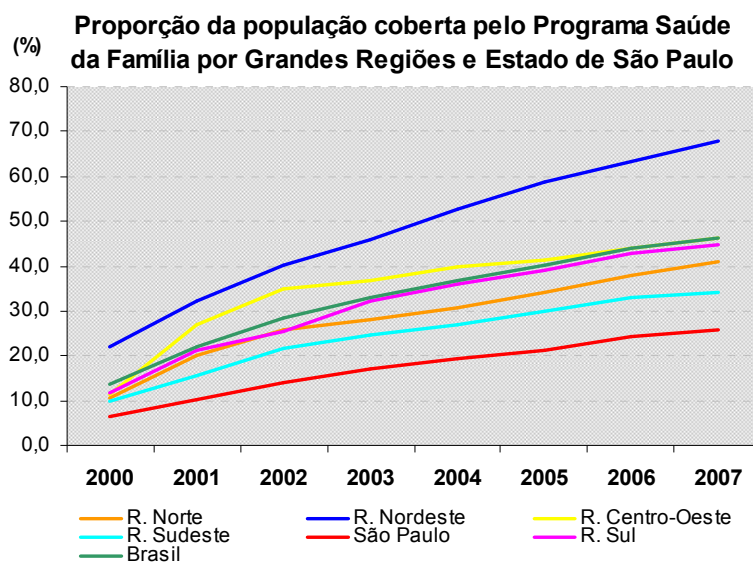
Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009. Fonte: Pacto de Atenção Básica. PACTO 2006. DATASUS. Elaboração: Projeto Regiões

Cobertura do Programa de Saúde da Família

O PSF é sem dúvida um dos programas de maior destaque do Ministério da Saúde. De acordo com o boletim do IPEA: “Políticas Sociais – acompanhamento e análise”, um grande esforço ocorreu entre 2003 e 2007 para que o programa pudesse ser expandido. Segundo o boletim, em 2003 o PSF estava implantado em 80,7% dos municípios e passou a 93,8% no final de 2007. A maior cobertura encontra-se na região Nordeste onde o programa está presente em mais de 93% dos municípios. A região de menor cobertura é a Sudeste que não conseguiu alcançar 30% da população no ano de 2007. No estado de São Paulo a cobertura do PSF passa um pouco dos 25% em 2007. O boletim do IPEA esclarece que o percentual de cobertura nas capitais e grandes cidades é bastante baixo e deixa evidente a dificuldade de consolidação do programa nos grandes centros (Gráfico 51).



Gráfico 51

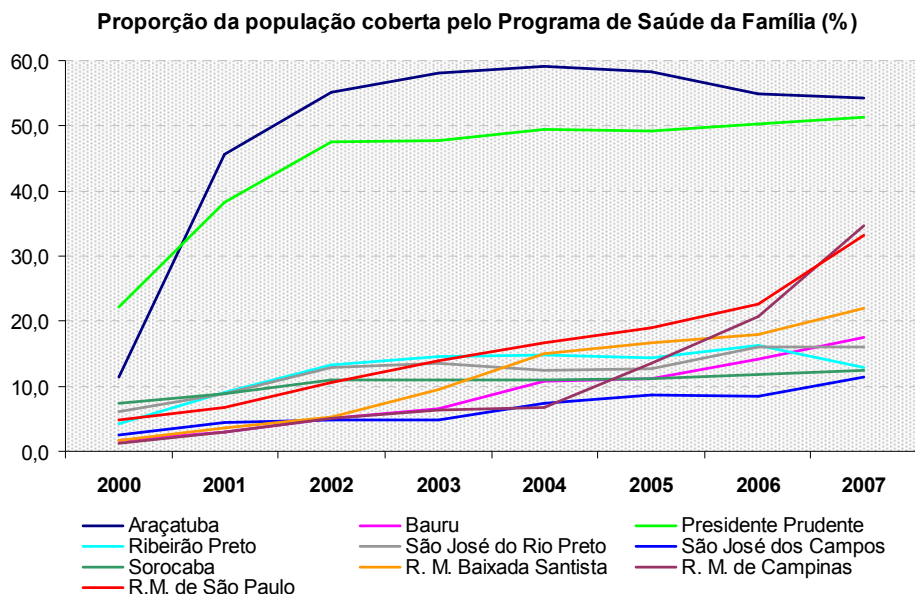


Fonte: Pacto de Atenção Básica. PACTO 2006. DATASUS. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Houve crescimento da proporção da população atendida pelo PSF entre 2000 e 2007 em todos os pólos e Regiões Metropolitanas do estudo. As regiões onde foram observados os maiores diferenciais de crescimento foram as Regiões Metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista. Merece destaque as Regiões mais afastadas, como Araçatuba e Presidente Prudente que logo no início do período da análise, em 2001, já apresentavam proporções de cobertura muito superiores às demais regiões. Em 2007 as duas regiões atendiam mais de 50% da população através do PSF (Gráfico 52).



Gráfico 52



Fonte: Fonte: Número de pessoas cadastradas, de 2000 a 2006, por município. Fonte: SIAB/SUS - DATASUS, Censo Demográfico 2000 e projeções, IBGE. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Atenção Hospitalar - Leitos Hospitalares por Habitante

O indicador leitos hospitalares por habitante é usado principalmente para auxiliar a gestão e a avaliação de políticas públicas assim como também para as ações de planejamento. Este indicador fornece a relação entre a oferta de leitos hospitalares e a população residente.

A análise deste indicador deve levar em conta que em alguma medida ele é influenciado tanto pelo nível de renda e pela estrutura etária da população da região a ser estudada, quanto pela procura por serviços especializados.



Como limitação ao seu uso, está o fato de que também existe demanda hospitalar de pessoas não residentes e, isto evidentemente altera a relação de leitos disponíveis pela população residente.

Para a elaboração do indicador tomou-se como fonte de dados o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde CNES e a população dada pelo IBGE com referencia ao ano de 2006. As informações do Cadastro são aquelas geradas pelas informações que são enviadas pelas Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde através do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES/SUS) e consolidadas no Banco de Dados Nacional pelo DATASUS. Assim, foram tomadas as informações mensais para o ano de 2006 e calculou-se a média anual.

De acordo com a nota técnica do CNES, os leitos hospitalares estão definidos assim: *São as camas destinadas à internação de um paciente no hospital. Não considera como leito hospitalar os leitos de observação e os leitos da Unidade de Terapia Intensiva.*

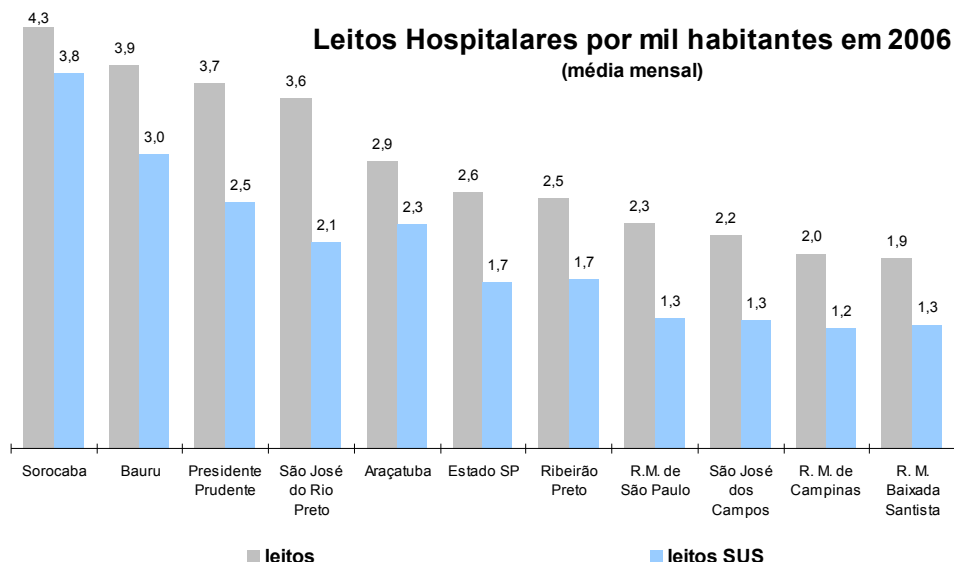
Como este indicador reflete uma variedade de fatores relativos às localidades ou regiões distintas, não há parâmetros internacionais que tenham sido validados para efeitos de comparação. No entanto, o Ministério da Saúde preconiza que o volume de leitos hospitalares esteja entre 2,3 a 3 leitos por mil habitantes (Portaria do Ministério da Saúde 1101/2002).

De acordo com os dados do Ministério da Saúde, em 2005 a média de leitos hospitalares por mil habitantes no Brasil era de 2,4. Informações do ano de 2006 para o Estado de São Paulo revelam que a média mensal de leitos hospitalares por mil habitantes foi de 2,6, sendo que 1,7 eram leitos do SUS.

Das regiões do estudo, ficou claro que há uma maior oferta de leitos por habitante, tanto os leitos gerais como os leitos SUS, nas regiões localizadas no interior e mais afastadas da capital, com exceção do pólo regional de Sorocaba. Essas regiões apresentaram taxas que variaram entre 2,9 a 4,3 leitos por mil habitantes no mês, superiores a média do Estado em 2006. Conseqüentemente são as três Regiões Metropolitanas e os pólos de São José dos Campos e Ribeirão Preto que dispõem de menos leitos hospitalares por mil habitantes e, também menos leitos do SUS. Em 2006 a oferta mensal de leitos nessas regiões variou de 1,9 a 2,5 leitos por mil habitantes, índices inferiores à média estadual (Gráfico 53).



Gráfico 53



Fonte: CNES -Recursos Físicos - Hospitalar - Leitos de internação - DATASUS, projeções, IBGE. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Beneficiários de Plano de Saúde Privado

No Brasil além do sistema público SUS, existem os planos privados de saúde e o sistema de desembolso direto como formas de assistência a saúde. Vale lembrar que os sistemas de assistência à saúde não são exclusivos. Ocorre com frequência que muitos usuários do sistema Público acabam buscando a assistência do SUS no caso de procedimentos e ou internações mais complexas ou de permanência mais longa.

A cobertura da população por planos privados de saúde é amplamente influenciada pelo nível sócio-econômico da população. Segundo dados da pesquisa PNAD – Pesquisa por Amostra de Domicílio (IBGE) realizada no ano de 1998 e em 2003, menos de 25% da população brasileira possuía plano privado de saúde no país, tanto em 1998 quanto em 2003. Na região Sudeste e no Estado de São Paulo a cobertura atingiu respectivamente 33% e 38% da população em 2003.

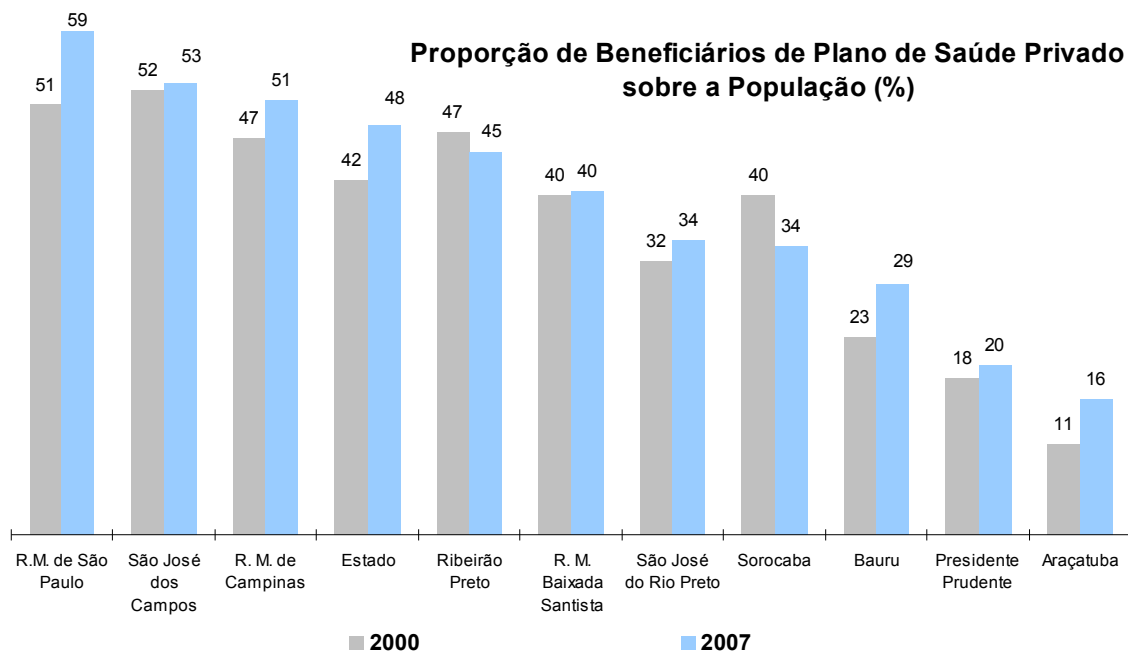


Através de informações disponibilizadas pela ANS (Agência Nacional de Saúde) baseadas no Sistema de Informações de Beneficiários (SIB), Sistema de Cadastro de Operadoras (Cadop) e Sistema de Registro de Produtos (RPS), foram calculadas as taxas de cobertura de plano privado para as Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais deste estudo para os anos 2000 e 2007.

As três Regiões Metropolitanas e os Pólos Regionais de São José dos Campos e Ribeirão Preto apresentaram os maiores percentuais cobertura de planos privados de saúde em 2007 com uma faixa de variação de 40% a 60%.

Os Pólos Regionais de Bauru, Presidente Prudente e Araçatuba apresentaram taxas de cobertura mais baixas, entre 16% e 29%, entre todas as regiões, apesar do incremento observado entre 2000 e 2007 (Gráfico 54). Nesse sentido, entre as regiões do estudo foram encontrados percentuais mais baixos de cobertura por planos privados nas regiões caracterizadas por um nível médio de renda baixo, comparativamente às demais regiões.

Gráfico 54



Fonte: Sistema de Informações de Beneficiários (SIB), Sistema de Cadastro de Operadoras (Cadop) e Sistema de Registro de Produtos (RPS), todos geridos pela ANS - DATASUS. SIA/SUS - DATASUS, Censo Demográfico 2000 e projeções, IBGE. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Considerações Finais

Torna-se difícil estabelecer quais fatores estão mais associados ao desempenho do sistema de atenção básica à saúde, sobretudo quando se pretende comparar regiões. São muitas as variáveis que podem ter impactos no desempenho de políticas de atenção básica à saúde. Há desde fatores relacionados às esferas político-administrativas, à forma como as políticas de âmbitos federal, estadual e municipal são implementadas, até dimensões relacionadas aos determinantes sociais da saúde, ao padrão de morbi-mortalidade da população e a própria estrutura dos sistemas de saúde em cada região.

Tendo em vista estas considerações o que se pretendeu neste capítulo foi olhar o acesso às ações básicas de saúde entre as Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais de uma perspectiva de caráter menos analítico e mais exploratório.

Observou-se que as maiores taxas: de mortalidade infantil, de internação de menores de cinco anos por IRA e DDA, de internações por AVC em adultos, são encontradas nas regiões mais afastadas da capital: Araçatuba, Presidente Prudente, São José do Rio Preto, Bauru e Sorocaba. Em contrapartida, nessas mesmas regiões encontramos as maiores taxas: de acompanhamento do pré-natal, e exames preventivos contra o câncer de colo de útero. São estas regiões onde o PSF se faz mais presente, onde há maior número médio de visitas domiciliares realizadas e, maior número de consultas básicas por habitantes. Nota-se também que nestes pólos regionais há percentuais menores de cobertura de plano de saúde privado.

As menores taxas de internações: por IRA e DDA em menores de cinco anos, por AVC na população adulta e maiores proporções de população com plano privado de saúde são encontradas nos pólos regionais de São José dos Campos e de Ribeirão Preto e nas três Regiões Metropolitanas do Estado. Por outro lado, os menores índices de consultas básicas e leitos hospitalares por habitante são encontrados, sobretudo nas três Regiões Metropolitanas do Estado. As Regiões Metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista são as que enfrentam mais dificuldades para realização de um pré-natal completo e para fazer exames preventivos de câncer de útero.

Nesse sentido, a escolha do PSF como estratégia de modelo assistencial, principalmente nas regiões mais afastadas como Araçatuba e Presidente Prudente,



pode ter contribuído para proporcionar uma maior cobertura da assistência de pré-natal e de ações preventivas de câncer de útero. No entanto, são estas regiões, mais empobrecidas tanto do ponto de vista da renda média da população quanto da média do valor adicionado, e tendo a maior cobertura do PSF, as que apresentaram as mais altas taxas: de mortalidade infantil, de internações por IRA e DDA e AVC. Assim, pode-se pensar que caso o PSF não estivesse presente é provável que a situação fosse ainda pior. Contudo, são estas regiões que necessitam de ações básicas mais eficazes com relação à queda da mortalidade infantil, à saúde da criança e ao controle da hipertensão.

Nas regiões metropolitanas do Estado, por sua vez, o desafio é incrementar por um lado ações básicas como o número de consultas básicas, a conclusão do pré-natal e exames preventivos de câncer de útero e, por outro o volume de leitos hospitalares.



Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Ensino Médio: Múltiplas Vozes**. Brasília: UNESCO; MEC. 2003

ANDRADE, Cibele Y., TELLES, Stella M.B.S. Universalização e equidade: análise da evolução do acesso à educação básica no Brasil de 1995 a 2005. In: Anais do ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16º., 2008. Caxambu. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>>.

ARRIAGADA, I. **Câmbios y desigualdad en las familias latinoamericanas**. Revista de la Cepal 77, Santiago de Chile, 2002.

_____. Estructuras familiares, trabajo y bienestar en América Latina, In: Arraigada, I. e Aranda, V. (comp.) **Cambio de las familias en el marco de las transformaciones globales: necesidad de políticas públicas eficaces, Serie Seminarios y Conferencias**, CEPAL, nº 42. Santiago de Chile, 2004.

BAENINGER, Rosana; BRITO, Fausto. Crescimento das Cidades, das Metrôpoles e do Interior do Brasil Contemporâneo. In: **Anais**. XII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Sessão temática ST2 – Rede Urbana e Estrutura Territorial. Belém, Pará. 2007.

BERQUÓ, E.. Arranjos Familiares no Brasil: Uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, Vol. 4, 2000.

BILAC, E.. **Estruturas familiares e padrões de residência**. Campinas: NEPO, UNICAMP. 2001.

BRASIL; Ministério da Cultura. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Brasília : INEP; MEC, 2003. Disponível em: < www.inep.gov.br/ >.

CECCHINI, S. e UTHOFF. A. Reducción de la pobreza, tendencias demográficas, familias y mercado de trabajo en America Latina. In: **Série: Políticas Sociales**, CEPAL, División de Desarrollo Social, Santiago de Chile, julio de 2007.

FINEP/NEPP/NEPO/IE. **Relatórios de Pesquisa de Campo - Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais**. Convênio 3595-FINEP-FNDCT/NEPP-UNICAMP. 9 volumes, 2008.

COSTA N. R. & PINTO L.F.. Avaliação de programa de atenção à saúde: incentivo à oferta de atenção ambulatorial e a experiência da descentralização no Brasil. In: **Ciência & Saúde Coletiva** 7(4): 907-923. 2002.

DRAIBE, Sônia; FONSECA, Ana Maria; MONTALI, Lilia. Programas de Renda Mínima para Famílias Carentes: Levantamento das Experiências e Metodologias de Avaliação. In: IPEA. LOBATO, Ana Lucia (org.). **Garantia de Renda Mínima: Ensaio e Propostas**. Brasília, IPEA, 1998.



ELIAS, Paulo Eduardo et al. Atenção Básica em Saúde: comparação entre PSF e UBS por estrato de exclusão social no município de São Paulo. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232006000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 mar. 2009. doi: 10.1590/S1413-81232006000300012.

FINEP/NEPP/NEPO/IE. **Documento 1 - Estudo Consolidado para o Estado de São Paulo – Regiões Metropolitanas e Polos**. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP. 2009, Capítulo 3. Item 3.1.

FINEP/NEPP/NEPO/IE. **Documento 2 – Estudos Regionais – Região Metropolitana de São Paulo**. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009. Capítulo 3. Item 3.1.

FLETCHER, P. **As dimensões transversal e longitudinal do Modelo Profluxo**. Brasília, Ministério da Educação e da Cultura, 1997, Mimeo.

FONSECA, Ana Maria M. **Família e Política de Renda Mínima**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FONSECA, A. M. M.; COHN, A.. O Bolsa-Família e a Questão Social. SEGUNDO WORKSHOP INTERNACIONAL SOBRE TRANSFERÊNCIA CONDICIONAL DE RENDA. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. São Paulo, Brasil. Abril 2004.

GUIMARÃES DE CASTRO, Maria Helena. As desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro. In: Ricardo Henriques. (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, v., p. 425-458. 1999.

GUIMARÃES DE CASTRO, Maria Helena. Política Social en Brasil: continuidades y cambios. In: Instituto de Estudios Internacionales; Embajada de Brasil en Chile. (Org.). **Brasil y Chile: una mirada hacia América Latina**. 1ed ed. Santiago, Chile: RIL Editores, v. único, p. 253-264. 2006.

HOFFMANN, R. e LEONE, E. (2003). **Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade de renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002**. Campinas: IE/UNICAMP. (mimeo).

HOFFMANN, R.; LEONE, E. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, vol. 14, Nº 2, maio-agosto, Belo Horizonte – MG, 2004.

IBGE-MDS, 2008. Acesso a transferências de renda de programas sociais – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- 2006. Rio de Janeiro, IBGE.

IDB – DATASUS. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/idb>

IDESP – <http://idesp.edunet.sp.gov.br/>



IPEA, Boletim do desenvolvimento social 14. Disponível em:
www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_14/politicasocialdesenvolvimento.pdf

IPEA. Assistência Social e Segurança Alimentar. IN: **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**, n. 15. Brasília, IPEA, p. 51-72. Março de 2008.

IPEA. LOBATO, Ana Lucia (org.). **Garantia de Renda Mínima: Ensaio e Propostas**. Brasília, IPEA, 1998.

KAGEYAMA, A; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.15, n.1 (26), p. 58-78, jan./jun.2006.

KLEIN, R. **Produção e utilização de indicadores educacionais: metodologia de cálculo de indicadores de fluxo escolar da educação básica**. Brasília, INEP/MEC, 1995. Mimeo.

LEONE, E.. Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90, em ROCHA, M.I.B. (coord.): **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO / UNICAMP e CEDEPLAR / UFMG, São Paulo: editora 34. 2000.

_____. Mudanças no Trabalho da Mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90. Anais do XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Ouro Preto, MG. Novembro de 2002.

_____. Trabalho da Mulher em Regiões Metropolitanas do Brasil. In: Proni, Marcelo W. e Henrique, Wilnês (orgs.) **Trabalho, mercado e sociedade: O Brasil nos anos 90**. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP. 2003.

LEONE, E.; GORI MAIA, A.; BALTAR, P.. Trabajo remunerado de las mujeres e ingreso de las familias brasileñas: 1981 – 2005. In: II CONGRESSO DE ECONOMIA FEMINISTA, Zaragoza. 2007.

MEDEIROS, M. e OSÓRIO, R.. Mudanças na composição dos arranjos domiciliares no Brasil – 1978 a 1998. **Revista Brasileira de Estudos de População** v. 17 (1/2). 2000.

Ministério da Saúde Brasil 2007: uma análise da situação de saúde. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 641 p.:Il. – (Série G. Estatística e Informação em Saúde).

MONTALI, L.. **Família e trabalho na conjuntura recessiva: crise econômica e mudança na divisão sexual do trabalho**. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia. Universidade de São Paulo. São Paulo. 1995.

_____.; LOPES, G.. Relações Familiares e Trabalho Feminino na Região Metropolitana de São Paulo na Década de 90. In: **Caderno CRH** n.38, jan-jun de 2003.



_____. Rearranjos Familiares de Inserção, Precarização do Trabalho e Empobrecimento. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 21(2), jul/dez. 2004.

_____. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e desemprego. **Revista Brasileira de Estudos de População** – ABEP, v. 23 (2), pp. 223-245. 2006.

_____. **Regiões Metropolitanas: mudanças na família e na relação família-trabalho, as condições sociais e as políticas de transferência de renda**. Relatório de Pesquisa CNPq, abril 2008, Campinas. NEPP/UNICAMP. 2008.

MONTALI, L. e TAVARES, M.. Famílias Metropolitanas: precarização do trabalho e empobrecimento. In: SEMINÁRIO POPULAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE - ABEP, Belo Horizonte - MG. 05-06 de novembro de 2007.

_____. Família, Pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. In: **Revista Brasileira de Estudos de População** – ABEP, v. 25 (2), pp. 211-231. 2008.

MONTALI, Lilia; BAENINGER, Rosana; TELLES, Stella B.S. Virtudes e vicissitudes dos programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas paulistas. In: 6º ENCONTRO ABCP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA. Unicamp, 29 de julho a 01 de agosto de 2008.

OLIVEIRA, O. e SALAS, M.. Entre la inclusion e la exclusion laboral de los jóvenes: Um análisis comparativo de México y Costa Rica. In: III CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN – ALAP, Córdoba, Argentina, 24 a 26 de setembro de 2008.

OPAS. REDE Interagencial de Informações para a Saúde. Indicadores básicos de saúde no Brasil: conceitos e aplicações/ – **Rede Interagencial de Informações para a Saúde Ripsa – Brasília**: Organização Pan-Americana da Saúde. 299p.:il. 2002.

PINTO, Luiz Felipe; SORANZ, Daniel Ricardo. Planos privados de assistência à saúde: cobertura populacional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 Mar. 2009. doi: 10.1590/S1413-81232004000100009.

SCAVONE, L.. Maternidade: Transformações na família e nas relações de gênero. In: **Interface**. n. 8, fevereiro de 2001.

SCHWARTZMAN, S.. **Redução da desigualdade, da pobreza, e os programas de transferência de renda**. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Versão 3, 13 de fev. 2006.

SERRUYA, Suzanne Jacob; LAGO, Tânia Di Giácomo and CECATTI, José Guilherme. O panorama da atenção pré-natal no Brasil e o Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.** [online]. 2004, v. 4, n. 3, pp. 269-279. ISSN 1519-3829.



SILVA, Maria O. da Silva e.; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, Geraldo di. **A Política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SIQUEIRA, S.A.V., SENNA, M.C.M., OLIVEIRA, P.T.R. & PINTO, L.F.. Descentralização e assistência à saúde no Brasil: um balanço dos anos 90. **Revista Saúde em Debate** 26(60):25-36. 2002.

SUPLICY, Eduardo M. **Programa de Garantia de Renda Mínima.** Brasília, Senado Federal, 1992.

SZWARCWALD CL, BASTOS FI, VIACAVA F, Andrade CLT. Income inequality and homicide rates in Rio de Janeiro, Brazil. **Am J Public Health.**; 89(6):845–50. 1999.

TAKAHASHI, R.F. & OLIVEIRA, M.A.C. **A visita domiciliária no contexto da saúde da família** In BRASIL. Instituto para o Desenvolvimento da Saúde. Universidade de São Paulo. Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

TOLEDO; OVALLE. **Estatística básica.** São Paulo: Atlas, 1985.

WAJNMAN, S.; RIOS NETO, E.. Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina. In: ROCHA, M. I. B. (coord.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios.** Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, Editora 34. 2000.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa das mortes por violência. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 21, n. 61, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Mar. 2009. doi: 10.1590/S0103-40142007000300009.